

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA**

JOSÉ JORGE RODRIGUES BRANCO

**A EMERGÊNCIA DA DIREITA REACIONÁRIA E A ATUALIZAÇÃO DA
HEGEMONIA DE CLASSE NO BRASIL: OS LONGOS ANOS DE 2010 A 2022**

Porto Alegre

2025

José Jorge Rodrigues Branco

**A EMERGÊNCIA DA DIREITA REACIONÁRIA E A ATUALIZAÇÃO DA
HEGEMONIA DE CLASSE NO BRASIL: OS LONGOS ANOS DE 2010 A 2022**

Tese apresentada à banca de avaliação de tese como requisito para obtenção do título de Doutor em Ciência Política pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência Política (PPGCP) do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Orientador: Professor Doutor Henrique Carlos de Oliveira de Castro

Porto Alegre

2025

CIP - Catalogação na Publicação

Branco, José Jorge Rodrigues

A EMERGÊNCIA DA DIREITA REACIONÁRIA E A ATUALIZAÇÃO
DA HEGEMONIA DE CLASSE NO BRASIL: OS LONGOS ANOS DE
2010 A 2022 / José Jorge Rodrigues Branco. -- 2025.
204 f.

Orientador: Henrique Carlos de Oliveira de Castro.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio
Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciência
Política, Porto Alegre, BR-RS, 2025.

1. hegemonia. 2. cultura política. 3.
reacionarismo. 4. extrema-direita. 5. conservadorismo.
I. Castro, Henrique Carlos de Oliveira de, orient.
II. Título.

José Jorge Rodrigues Branco

**A EMERGÊNCIA DA DIREITA REACIONÁRIA E A ATUALIZAÇÃO DA
HEGEMONIA DE CLASSE NO BRASIL: OS LONGOS ANOS DE 2010 A 2022**

Tese apresentada à banca de avaliação de tese como requisito para obtenção do título de Doutor em Ciência Política pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência Política (PPGCP) do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Orientador: Professor Doutor Henrique Carlos de Oliveira de Castro

Data de aprovação

Banca Examinadora

Professor Doutor Luis Gustavo Grohmann

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UFRGS, Brasil.

Professor Doutor Marco Aurélio Cepik

Instituto de Relações Internacionais, UnB, Brasil.

Professor Doutor Rafael Figueiredo Duarte Heiber

Departamento de Ciências Sociais, Universidade Carlos III, Espanha.

MEUS AGRADECIMENTOS

Sempre tive, entre minhas preocupações, ser reconhecido não falhar com a memória. Expressar gratidão, sem conjunções adversativas. Os agradecimentos são, assim, registros que narram e explicam nossa trajetória na vida. Reconhecer que nossa felicidade é constituída por pessoas que nos dedicaram parte de seu tempo e suas próprias emoções. Nossa vida e os feitos nela contidos são, mais que um mérito, uma navegação e suas relações.

Agradeço comovidamente à minha filha, Isadora Wondracek Branco, e minha esposa, Juliana Foernges Botelho, a quem posso dizer com o orgulho: conseguimos viver e caminhar com dignidade e honradez e assim continuaremos firmemente. Isadora e Juliana são inspiração e a elas agradeço as lições, a solidariedade, o amor e perdão que me dedicaram e dedicam.

Agradeço a meus irmãos António Branco e Ondina Azevedo, meu cunhado Sergio Azevedo, meus primos Cristina Azevedo e Wendel Garcia, meus sobrinhos e afilhados Daniel Branco, Marcelo Branco, Cristiane Azevedo, Florencia Kopptike, Catarina Foernges, minha sogra e cunhados Leila Botelho, Rafael Foernges, Roberta Dupont, com os quais compartilho a felicidade de tudo que pude fazer na vida e, acima de tudo, o orgulho de poder contar-lhes. À minha amada mãe, Maria Rodrigues de Almeida, meu amado pai, José de Almeida Branco, e minha amada tia Ilda Clara de Almeida, na esperança – sem resposta possível - de que eu tenha merecido tudo que fizeram por mim e de tenha estado à altura do que foram em suas vidas.

Às amigas e amigos de caminhada, Iti Guimarães, Sandra Bitencourt, Sérgio Gørgen e Tarso Genro, pelos debates. Às minhas colegas Patrícia Rocha e Raíssa Nothaft pelas conversas, contestações e sugestões.

Às minhas professoras, Doutora Mercedes Cánepa e Doutora Céli Pinto, do IFCH da UFRGS, que desde a graduação, nos decisivos primeiros passos deste campo maravilhoso das Ciências Sociais, foram importantes para meu ato de aprender e a perguntar. À Professora Doutora Sônia Ranincheski (*in memoriam*), pela fé inquebrantável em seus alunos. Ao coordenador do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política do IFCH/UFRGS, Professor Doutor Rodrigo Stumpf González, pela dedicação em ofertar aos alunos as melhores condições possíveis para o desenvolvimento do trabalho. Aos componentes da banca examinadora, Professor Doutor Rafael Figueiredo Duarte Heiber, do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Carlos III, Madrid, Professor Doutor Marco Aurélio Cepik, do Instituto de Relações Internacionais da UnB e ao Professor Doutor Luis Gustavo Grohmann, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UFRGS. Ao meu grande amigo e orientador Professor Doutor Henrique Carlos de Oliveira de Castro, do PPGCP/ IFCH/UFRGS, pelos desafios

propostos, pela dedicação e abnegação em sua orientação. Um professor que nunca subordinou as importâncias às urgências. Agradeço, enfim, à Universidade Federal do Rio Grande do Sul e, deste modo, à educação estatal, pública e gratuita do Brasil, por todo o conhecimento que recebi.

Desejo que o que pude produzir contribua com a compreensão sobre as incertezas, ódio e violência, além da descartabilidade dos seres humanos, que atormentam e tomam de assalto este já tão longo século XXI. Compreender é fazer-se a luz, a luz que desacomoda a escuridão.

“Significa, sim, que muito bem poderá uma pessoa, homem ou mulher, estar a despedaçar-se no seu interior por efeito da solidão, do desamparo, da timidez, daquilo que os dicionários descrevem como um estado afectivo desencadeado nas relações sociais e com manifestações volitivas, posturais e neurovegetativas, e não obstante, às vezes até por causa de uma simples palavra, por um dá-cá-aquela-palha, por um gesto bem intencionado mas em excesso protector, como aquele que há pouco escapou ao professor de Matemática, eis que o pacífico, o dócil, o submisso de repente desaparecem da cena e em seu lugar, desconcertante e incompreensível para os que da alma humana já supunham saber tudo, surge o ímpeto cego e arrasador da ira dos mansos. O mais normal é que dure pouco, mas dá medo quando se manifesta. Por isso, para muita gente, a prece mais fervorosa, na hora de ir para a cama, não é o consabido pai-nosso ou a sempiterna ave-maria, mas sim esta, Livrai-nos, Senhor, de todo o mal, e em particular da ira dos mansos”

(José Saramago, 2014, p. 46).

RESUMO

Esta tese tem como tema a emergência da extrema direita e a atualização da hegemonia de classe no Brasil entre os anos de 2010 e 2022. Essa emergência se deu num contexto de questionamento sobre os regimes políticos, a democracia e a eficácia dos governos, apresentando as condições para que as correntes políticas mais reacionárias se revitalizassem de forma a apresentar suas soluções aos desalentos da crise mundial, atualizando valores e axiomas do fascismo, do colonialismo, do conservadorismo religioso, do tradicionalismo, do imperialismo e do segregacionismo. Nesse sentido, o objetivo desta pesquisa é demonstrar a emergência de uma direita autoritária e reacionária que, de 2010 até 2022, cresceu política e eleitoralmente a partir do deslocamento de setores de centro-direita para esse campo. Trata-se de pesquisa sobre declarações públicas de atores políticos relevantes em relação a políticas pró-mercado, políticas conservadoras e políticas autoritárias. Esses atores foram divididos em três categorias sociais: intelectuais; políticos e dirigentes partidários; e alta burocracia estatal. O deslocamento desses atores foi decisivo para a legitimação das ideias reacionárias e do campo político de extrema direita. Esse deslocamento, assim como seu ponto de partida, é distinto entre cada categoria de atores, sendo muito intenso e comum na adesão às políticas pró-mercado e às políticas tradicionais conservadoras e igualmente relevante em relação às políticas de caráter autoritário. Esse processo de deslocamento e trânsito de setores até então contidos nos parâmetros democráticos e até progressistas foi relevante para a inserção e naturalização do campo reacionário e de extrema direita no sistema político, transformando-o em alternativa ideológica e de governo.

Palavras-chave: hegemonia; cultura política; reacionarismo; extrema direita; conservadorismo.

ABSTRACT

This thesis addresses the emergence of the far-right and the reconfiguration of class hegemony in Brazil between 2010 and 2022. This phenomenon unfolded in a context characterized by the widespread questioning of political regimes, democracy, and the effectiveness of governments, establishing the conditions for the revitalization of the most reactionary forces, which presented their own solutions to the grievances arising from the global crisis. In doing so, they updated the values and axioms of fascism, colonialism, religious conservatism, traditionalism, imperialism, and segregation. In this regard, the objective of this research is to demonstrate the emergence of an authoritarian and reactionary right-wing that, from 2010 to 2022, expanded its political and electoral power through the realignment of center-right sectors toward this sphere. The present study focuses on public statements made by relevant political actors concerning pro-market, conservative, and authoritarian policies. These actors were categorized into three social groups: intellectuals; politicians and party leaders; and high-ranking state bureaucrats. The realignment of these actors was decisive in legitimizing reactionary ideas and the far-right political field. This transition, along with its point of origin, varied significantly among each group of actors. Nevertheless, it was particularly intense and widespread in terms of adherence to pro-market and traditional conservative policies, and equally significant regarding authoritarian policies. This process of realignment and transition by sectors previously situated within democratic and even progressive parameters played a pivotal role in the incorporation and normalization of the reactionary and far-right sphere within the political system, ultimately transforming it into an ideological and governmental alternative.

Keywords: hegemony; political culture; reactionism; far-right; conservatism.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Figura referência para análise da intensidade do deslocamento de posições políticas	135
Figura 2 – Intensidade dos deslocamentos de Miguel Reale Júnior.....	141
Figura 3 – Intensidade dos deslocamentos de Dênis Rosenfield.....	146
Figura 4 – Intensidade dos deslocamentos de Michel Temer.....	153
Figura 5 – Intensidade dos deslocamentos de Sebastião Melo.....	156
Figura 6 – Intensidade dos deslocamentos de Sérgio Etchegoyen	163
Figura 7 – Intensidade dos deslocamentos de Eduardo Villas Bôas	173
Figura 8 – Concentração de incidências do deslocamento dos atores em relação as políticas.	183
Figura 9 – O sentido dos deslocamentos	184

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Brasil: Participação da Indústria de Transformação no PIB (%)	73
Gráfico 2 – Evolução do investimento público no Brasil.....	86

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Quadro referência da análise comparativa.....	134
--	-----

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABIN	Agência Brasileira de Inteligência
AIB	Ação Integralista Brasileira
AMAN	Academia Militar das Agulhas Negras
ANL	Ação Nacional Libertadora
ANC	Assembleia Nacional Constituinte
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BB	Bando do Brasil
CARRIS	Companhia Carris Porto-alegrense
CEF	Caixa Econômica Federal
CNV	Comissão Nacional da Verdade
CPDOC/FGV	Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil/Fundação Getúlio Vargas
PROCEMPA	Companhia de Processamento de Dados de Porto Alegre
DMAE	Departamento Municipal de Água e Esgoto de Porto Alegre
ESG	Escola Superior de Guerra
FHC	Fernando Henrique Cardoso
GSI	Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República
IBAD	Instituto Brasileiro de Ação Democrática
IGVB	Instituto General Villas Bôas
IPES	Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais
MBL	Movimento Brasil Livre
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MD	Ministério da Defesa
NED	National Endowment for Democracy
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
PSDB	Partido da Social-Democracia Brasileira
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PT	Partido dos Trabalhadores
PSC	Partido Social Cristão
PROER	Programa de Reestruturação e Fortalecimento do Sistema Bancário
SGM	Segunda Guerra Mundial
STF	Supremo Tribunal Federal

TFP	Tradição Família e Propriedade
TRF 1	Tribunal Federal Regional da Primeira Região
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
USP	Universidade de São Paulo
WVS	World Values Survey

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	16
2 HEGEMONIA, CULTURA POLÍTICA E A RAZÃO NEOLIBERAL	29
2.1 HEGEMONIA E ESTADO NA FORMAÇÃO DA CULTURA POLÍTICA.....	29
2.2 NEOLIBERALISMO E CULTURA POLÍTICA.....	49
2.3 OS VALORES POLÍTICOS E SEU ENCONTRO COM O REACIONARISMO	55
3 CRISE E MUDANÇA: A REORGANIZAÇÃO DOS BLOCOS.....	62
3.1 BLOCO NO PODER E HEGEMONIA	62
3.2 AS MUDANÇAS NO BLOCO NO PODER E A REPRODUÇÃO DA HEGEMONIA: EMERGÊNCIA E DECLÍNIO DO BLOCO NEOLIBERAL PROGRESSISTA	66
3.3 O BLOCO NO PODER COM LULA E DILMA.....	76
3.4 A EROSÃO DO BLOCO NO PODER LULISTA E A ASCENSÃO DO REACIONARISMO	81
3.5 AS CONDIÇÕES PARA A ATUALIZAÇÃO DO REACIONARISMO	88
4 A DIREITA REACIONÁRIA COMO SUJEITO RELEVANTE	95
4.1 A DIREITA EMERGENTE	95
4.2 A EMERGÊNCIA GLOBAL DA DIREITA REACIONÁRIA.....	99
4.3 A EMERGÊNCIA DA DIREITA REACIONÁRIA NO BRASIL E SEUS ATORES	105
5 CATEGORIAS E POSICIONAMENTOS.....	117
5.1 PRESSUPOSTOS TEÓRICOS PARA A CLASSIFICAÇÃO DOS ATORES	117
5.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	126
6 OS ATORES EM MOVIMENTO	136
6.1 INTELLECTUAIS E FORMADORES DE OPINIÃO	137
6.1.1 Miguel Reale Júnior	137
6.1.2 Denis Rosenfield	142
6.2 POLÍTICOS E DIRIGENTES PARTIDÁRIOS.....	147
6.2.1 Michel Temer.....	147
6.2.2 Sebastião Melo	153
6.3 A ALTA BUROCRACIA ESTATAL.....	156
6.3.1 Sérgio Etchegoyen	157
6.3.2 Eduardo Villas Bôas.....	163
6.4 AS DISTINTAS FORMAS DO DESLOCAMENTO.....	173

7 CONCLUSÃO.....	185
REFERÊNCIAS	199

1 INTRODUÇÃO

“Neste dia de glória para o povo brasileiro, tem um nome que entrará para a história, nesta data, pela forma como conduziu os trabalhos nesta casa. Parabéns presidente Eduardo Cunha. Perderam em meia quatro. Perderam agora em 2016. Pela família e pela inocência das crianças em sala de aula, que o PT nunca teve. Contra o comunismo, pela nossa liberdade, contra o Foro de São Paulo, pela memória do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, o pavor de Dilma Rousseff, pelo Exército de Caxias, pelas nossas Forças Armadas, pelo Brasil acima de tudo e por Deus acima de todos. O meu voto é sim”.¹

Certo sentimento de que as coisas e o mundo estariam “de pernas para o ar” varreu inúmeros círculos de discussão, investigação científica e ativismo político e social a partir da segunda década deste, já intenso e movimentado, século XXI. Esse sentimento de surpresa e estupefação revela-se ora como desídia, ora como ignorância. Efetivamente, muito se tratou o fenômeno da ascensão das ideias e valores reacionários e de extrema direita com desinteresse e, mesmo, subestimação.

Tal percepção levou Mark Sedgwick (2020, p. 15) a sentenciar, tão conciso quanto preciso, que “Muita coisa mudou desde 2003”. Essa afirmação consta no prefácio à edição alemã de *“Contra o mundo moderno: o tradicionalismo e a história secreta do século XX.”* Mark Sedgwick retrata uma impressionante mudança de expectativas nos rumos das culturas políticas e das ideologias hegemônicas, e, por consequência, das relações políticas, no mundo globalizado e instável desta passagem de século. Aquilo que, após a hecatombe e a tragédia da Segunda Grande Guerra Mundial não se imaginava mais ouvir, passou a ser dito em alto e bom som em todas as partes do mundo. Passou a ser, progressivamente, cada vez mais naturalizado e coloquial neste mundo em crise, transformação e, sob vários aspectos, também em regressão.

Valores e termos como xenofobia, racismo, islamofobia, antissemitismo, supremacismo branco, fascismo, nazismo, neofascismo, neonazismo, eliminação, purificação e substituição

¹ Pronunciamento do Deputado Jair Messias Bolsonaro, em sessão plenária da Câmara dos Deputados em 17 de abril de 2016, na qual declara voto favorável à autorização ao Senado Federal para que instale o processo de *impeachment* contra a presidenta Dilma Rousseff. Impeachment é o processo legal que pode remover de seus cargos o presidente da República, o vice-presidente, ministros de Estado e ministros do Supremo Tribunal Federal. No caso do presidente, o impeachment é de responsabilidade do Senado Federal, mas primeiro a Câmara dos Deputados precisa autorizar o início do processo. O termo tem origem no inglês e significa impugnação de mandato (IMPEACHMENT, [20--?]). Esse processo viria a ser concluído em sessão plenária do Senado Federal em 31 de agosto de 2016, pondo fim definitivo ao mandato da presidenta eleita em 26 de outubro de 2014 (BOLSONARO CITA USTRA..., 2016).

étnica, rejeição aos imigrantes, nacionalismo, legislações segregacionistas, regressão democrática, ditadura, intervenção militar, negação da ciência e da modernidade, eliminação dos adversários, anticomunismo – entre outros novos e velhos dogmas – ressurgiram na agenda mundial deste século XXI. Com força e apoio social e empresarial, pretenderam, no que obtiveram sucesso em muitos aspectos e em diferentes intensidades, assumir um status de naturalidade, razoabilidade e, fundamentalmente, superioridade. Para Cas Mudde (2022), o século XXI marca a incorporação da extrema direita, e dos valores reacionários que a acompanham, aos sistemas políticos em vários países, inclusive liderando governos ou compondo coalizões governistas na América do Sul, América Central e do Norte, Europa, África e Ásia. Seus ideais, valores e percepções passaram a circular com naturalidade no debate público, e a direita tradicional, aquela que ocupou posições seculares de centro democrático, vem se aproximando ou mesmo transmutando para as políticas da direita radical, em especial de extrema direita, alimentando a onda de cultuação ao reacionarismo que se espalha pelo mundo.

Muitas projeções, certamente engajadas, afirmavam que a supremacia da razão capitalista jogaria as ideologias ao desuso, ou ao menos aquelas ideologias constituídas ao longo da evolução do capitalismo moderno – um campo conceitual, operacionalizado e desenvolvido de distintas formas, mas que pode ser reduzido a um ponto comum, o de prever uma evolução da sociedade capitalista ao estado de racionalização econômica e estabilização da democracia liberal sobre o fascismo e o comunismo (ANDERSON, 1992). Fundamentalmente uma construção teórica assentada no sentido do adensamento científico e tecnológico, de uma economia de serviços e conhecimento, de caráter tecnocrático, descartando progressivamente o conteúdo emocional e mobilizatório, afetando a eficácia das ideologias a partir da exaustão das paixões (BELL, 1973).

O percurso da história parece não ter confirmado essa suposição. Ao contrário. O que se observa é que a hegemonia neoliberal, incluindo sua supremacia sobre os Estados nacionais na grande maioria do planeta, impôs uma crise de valores e condições concretas de vida e perspectivas. O adensamento tecnológico e a experiência das democracias liberais e, até mesmo, das socialdemocracias, não removeram as mais potencialmente críticas dimensões da economia capitalista, suas crises estruturais e a tendência de concentração de riqueza e renovação da pobreza (ANDERSON, 1992).

Essa crise tem sido respondida de diferentes maneiras. Tais maneiras de responder às crises estão, igualmente, assentadas em diferentes ideologias que oferecem difusas e complexas explicações e soluções aos impasses, sejam eles econômicos, políticos ou mesmo morais e

éticos. O resultado é um mundo em ebulição, com amplo questionamento sobre os regimes políticos, a democracia liberal como regime, a democracia como ideal e a eficácia dos governos, crítica que recaiu indistintamente sobre esquerda e centro-direita. É neste contexto que as correntes políticas mais reacionárias se revitalizaram para apresentar suas soluções aos desalentos da crise mundial. O reacionarismo emergiu resgatando valores do fascismo, do colonialismo, do conservadorismo religioso, do tradicionalismo e do imperialismo. A ideia do fim do conflito entre ideologias, superando o conflito histórico nascido com a Revolução Francesa, entre direita e esquerda e entre classes sociais, dá lugar a uma polarização renascida entre novas esquerdas e novas direitas.

A renovada direita reacionária e a sua missão ideológica de restaurar a ordem tradicional em um mundo moderno em transformação dão nova vitalidade à essa etapa da disputa pelo mundo. A consequência mais abrangente da emergência do reacionarismo e da extrema direita é o aprofundamento da ideologização das relações políticas e das relações sociais. Um programa de restauração dos valores tradicionais, ocidentais e cristãos tornou-se uma explicação razoável e, talvez, uma esperança para amplas parcelas e frações de trabalhadores europeus, norte-americanos e do Sul global acerca da crise continuada do capitalismo (SEDGWICK, 2020). Isso permitiu o que Cas Mudde (2020) caracterizou como integração e normalização dessa direita reacionária ao leque de correntes políticas do sistema democrático liberal. Os ideais reacionários e a extrema direita acabaram por deixar as margens do sistema político e econômico para se incorporar ao cotidiano da política. A identificação como sendo de direita e de extrema direita deixou de ser mero “rótulo” pejorativo e intimidador para ser uma afirmação de princípio e um mecanismo que permite angariar apoios e audiência. Cas Mudde nos chama a atenção à declaração de Steve Bannon, antigo conselheiro de Donald Trump, em uma conferência da extrema direita francesa. Disse Bannon: “Deixem que vos chamem racistas. Deixem que vos chamem xenófobos. Deixem que vos chamem nativistas. Usem-no como uma medalha de honra” (MUDDE, 2020, p. 17).

A audiência, assim como a adesão, às causas reacionárias que a extrema direita tem proposto aumentou no mundo e no Brasil. As novas relações de produção, a escassez de riqueza provocada por sua concentração irrefreável, a modificação veloz das formas de socialização operadas durante os séculos XX e XXI, a desconstituição do mundo multipolar, criaram um ambiente global de desestruturação das relações, que se mostrou favorável à emergência das respostas da extrema direita e de todo tipo de reacionarismo. Em especial, onde o bloco no poder de caráter empresarial-liberal se mostrou incapaz ou desinteressado em manter os direitos sociais das amplas camadas de trabalhadores pobres, emigrados, discriminados, e onde o campo

político de esquerda foi arrastado para baixo pelo desmoronamento das estruturas sindicais e dos partidos que passaram a ser vistos como corresponsáveis pela política tradicional, o espaço ficou aberto para a direita reacionária e extremista se apresentar como alternativa de liderança política.

Essa liderança se robusteceu na medida em que, de um lado, em relação às amplas massas empobrecidas e desestruturadas, essa direita reacionária se apresentou como uma alternativa antissistema, oferecendo uma explicação que coloca os conceitos democráticos e a democracia liberal como responsáveis pela crise de perspectiva em que essas massas empobrecidas estão envoltas. Os direitos sociais, mais precisamente a equalização de direitos entre distintos grupos empobrecidos, passaram a ser considerados a causa e a razão da crise. Os defensores desses direitos, a esquerda, os democratas, os socialistas, os globalistas, enfim, seriam, portanto, os responsáveis.

De outro lado, em relação ao capital financeiro, essa direita reacionária e extremista se apresentou como uma alternativa política que reuniria a devida “coragem” para limpar o entulho restritivo ao livre mercado, que seria resultado de décadas de aquisição de direitos sociais decorrentes do ascenso dos movimentos trabalhistas, movimentos sociais, da luta por direitos humanos e igualdade, dos partidos de esquerda e do bloco de países socialistas. Essa nova onda de ascensão de ideias reacionárias e da extrema direita se assentou também em sua adesão ao capitalismo de modo neoliberal. Em todas as partes do mundo, a extrema direita assimilou vários preceitos da razão neoliberal, como o individualismo radical, a diferença social, a meritocracia, a liberdade de empreendimento, a defesa do mercado financeiro, do capital transnacional. A admissibilidade da extrema direita no sistema político internacional se dá pela adesão desta à razão neoliberal, ou seja, a aceitação da inquestionabilidade das políticas de austeridade, um conjunto de medidas fiscais que possam salvaguardar as relações capitalistas, a partir da combinação do controle do Estado e da hegemonia sobre a opinião pública. A extrema direita e o reacionarismo adquiriram força política e passaram a ser naturalizados à medida que aderiram ao sistema econômico hegemônico (APPADURAI, 2019; MATTEI, 2023).

As explicações para a emergência da direita reacionária devem ser buscadas a partir de uma análise combinada entre os aspectos conjunturais, em especial em manifestações eleitorais, e aspectos macroeconômicos da hegemonia neoliberal. Mas essa convergência foi possível pela prévia de valores políticos conservadores na sociedade brasileira, como no resto no planeta. A existência de procedimentos e normas de consulta democrática não é suficiente para consolidar uma cultura política antiautoritária e que, por si só, seja impermeável à ascensão da extrema

direita e aos valores reacionários. Ao contrário, a inserção da extrema direita na normalidade da democracia e no campo da razão neoliberal, renovou a capacidade do grande capital, de sua fração dirigente, de exercer sua hegemonia na sociedade, uma vez que a existência de procedimentos clássicos da democracia liberal não elimina ou faz superar e desaparecer os valores autoritários e reacionários da cultura política (CASTRO, 1998) – uma das bases sobre as quais a extrema direita e o reacionarismo cresceram e continuam a crescer.

No Brasil, não foram apenas as operações jurídicas, como a prisão do então ex-presidente Lula da Silva no Brasil, favorito nas enquetes de intenção de voto para as eleições de 2018 enquanto não havia sido preso, ou o peso da rejeição ao PT, partido do próprio Lula da Silva, que deram base ao crescimento político e eleitoral da extrema direita e dos conservadores. As explicações repousam também nas modificações econômicas e ideológicas e culturais em curso, substancialmente aceleradas, no Brasil. A análise do fenômeno da emergência do reacionarismo e da extrema direita exige reconhecer e assimilar a perspectiva de que é fundamental à apuração dos fenômenos os aspectos econômicos e sociais, e que estes sejam cotejados com os aspectos políticos (BOITO JÚNIOR, 2018).

Alterações nas correlações de classe e frações de classe, como novos pesos nas participações na economia – por exemplo, os setores empresariais vinculados ao agronegócio – dão visibilidade e potência a novos valores, novas culturas, novas estéticas, novos padrões de consumo e, fundamentalmente, novos pesos políticos. O avanço da adesão popular às religiões evangélicas, em especial às suas frações fundamentalistas, deu amplitude social ao ativismo político de direita e de suas lideranças no sentido das camadas mais pobres dos brasileiros. A precarização da regulamentação do trabalho, igualmente, contribuiu fortemente para alterar as formas e mecanismos da socialização política. Em especial, esse tema permitiu uma mutação na opinião política de pequenos empresários e setores de classe média empregadores de mão de obra, favorecidos pela redução do custo do trabalho e desregulamentação da atividade empresarial, sob o conceito de “liberdade econômica” (SAAD FILHO; MORAIS, 2018; BOITO JÚNIOR, 2018).

Também a fragmentação e pulverização da comunicação pública, através da expansão das redes digitais, alteraram as formas de socialização tradicionais e as relações políticas surgidas a partir da transição do regime autoritário para o regime da Constituição Federal de 1988. As mudanças que se desenrolaram na economia, na sociedade, nas ruas e nas redes digitais acabaram por se refletir nas urnas. Obviamente que a adesão política das grandes empresas de comunicação tradicional acrescentou capacidade e potência a essa mudança da agenda do debate público no Brasil. A agenda de ampliação de direitos sociais e de equidade

foi substituída pela de combate à corrupção, desregulamentação econômica e pela vontade política de pôr fim aos governos de frente progressista, liderados pelo PT (MIGUEL, 2018b).

A intenção de investigar a emergência do reacionarismo e da extrema direita no Brasil, neste recente período entre 2010 e 2022, surgiu da inquietude gerada pela observação do quadro geral de grande instabilidade e variação política e econômica vivido pela sociedade brasileira. Assim como da percepção que, também no Brasil, o fenômeno da emergência de correntes políticas e ideias reacionárias se apresenta com relativa impositividade e muita rapidez. Igualmente, a escolha deste objeto se relaciona com a necessidade de colaborar no preenchimento de lacunas na análise das razões da emergência de posições reacionárias no mundo e no Brasil.

Dentro desse contexto, o problema de pesquisa que esta tese busca enfrentar se expressa na seguinte indagação: quais foram os fatos e acontecimentos que deram condições para que o campo de ideias reacionárias e as posições políticas de extrema direita ampliassem sua potência política no período entre 2010 e 2022?

Este é um período marcado por fortes inflexões nos campos da política, da ideologia, da cultura, da comunicação e da economia. Os intensos conflitos, rápidas modificações na correlação de forças e os novos atores políticos surgidos nesta década justificam o esforço investigativo pela busca de explicações.

Os grandes eventos deste período – notadamente a partir da chegada ao governo de uma aliança de forças políticas lideradas por um partido de viés de centro-esquerda em sucessão a um governo neoliberal, com o processo de interrupção do mandato da presidenta Dilma Rousseff e com a eleição de um candidato de extrema direita em 2018 – materializam a densidade e relevância deste período. O aspecto mais recente é a emergência política e ideológica de um campo reacionário que, se ao longo de todo o século XX sempre existiu e foi presente na conjuntura política brasileira, se mantinha contido e na defensiva pela hegemonia das ideias democráticas própria do período imediatamente posterior ao fim do regime autoritário. Nessa inflexão vivida no século XXI, no entanto, esse campo ascendeu politicamente, tornando-se eleitoralmente relevante e culturalmente influente.

A partir de 2010, o campo político reacionário no Brasil consolidou novo ciclo de expansão através da cooptação de grande parte da base social da direita conservadora tradicional, a partir da convergência entre valores autoritários e conservadores da cultura e da sociedade brasileira e o pensamento neoliberal, em um ambiente de crise econômica global e paradoxos e contradições do sistema democrático. Essa condição é abordada por Wanderley Guilherme dos Santos ao chamar a atenção para o paradoxo da dissolução do apoio e do

contentamento dos setores beneficiados pelas políticas diretamente dirigidas a eles no período dos governos de Lula da Silva e Dilma Rousseff, e também para o que classifica como efeito reverso, o descontentamento que determinados grupos sentem em função de benefícios que outros grupos auferem ou do bem-estar coletivo que as políticas adotadas produzem (SANTOS, 2017).

Este contexto contribuiu para a emergência de uma direita de caráter reacionário, com competitividade e densidade político-eleitoral. Essa convergência foi funcional e decisiva à hegemonia política do bloco de forças dominante para que este pudesse reorganizar os mecanismos de acumulação necessários à manutenção da dominação de classe burguesa (GRAMSCI, 2000, 2014).

O período compreendido entre e durante os anos eleitorais de 2010, 2014, 2018 e 2022 expressa, com desinibição, uma espécie de condensação do debate político, da expressão de valores, da dinâmica da hegemonia e, até mesmo, de sua disputa. Nesse período, um conjunto significativo de ideias e lideranças que se baseiam em conteúdos reacionários e um crescimento político deste bloco político ampliaram seu protagonismo e sua abrangência política. Tomar esse período como recorte metodológico se justifica pelo fato de que o período eleitoral, ou sua proximidade, gera uma densificação de conteúdos que torna representativo e identificável o processo de conflito de classes, conferindo operacionalidade à investigação. Antonio Gramsci (2014) constrói a ideia de que a política é o mecanismo pelo qual a filosofia se relaciona com o senso comum. O processo eleitoral, como um ato normativo da política, nos permite observar, em alguns momentos, manifestações expressivas de todo o contínuo e amplo espectro da hegemonia.

O ano eleitoral de 2010 é o imediatamente anterior à explosão política das manifestações de rua do ano de 2013 e se reveste de importância por organizar a “ordem de batalha” das forças políticas, frações de classe e categorias sociais² para o período. Nesse período, as primeiras manifestações de vulto, críticas aos três governos progressistas do lulismo (Lula da Silva, de 2003 a 2010, e Dilma Rousseff, a partir de 2011) tomaram as ruas a partir de manifestações por novos direitos sociais. O debate sobre o significado de junho de 2013 é amplo e controverso. Não é, porém, o centro deste trabalho. Basta, por ora, reconhecer que aquele processo abriu múltiplas possibilidades (FERNANDES, S., 2019), à esquerda e à direita. É nessa onda crítica

² A caracterização de frações de classe e de categorias sociais é desenvolvida no capítulo 2.

que emergem as manifestações de grupos reacionários que viriam a ter protagonismo ascendente.

Já 2014 é o ano da disputa política que se dá em meio a um processo complexo de desorganização dos antigos alinhamentos políticos e reorganização de tais forças em novos blocos. Em um contexto de avançada crise econômica, em especial a crise fiscal do Governo Dilma Rousseff, que se mostrou determinante para os acontecimentos seguintes, e a crise política de legitimidade, que atravessou os dois anos do mandato de Michel Temer, criaram condições políticas para a emergência de uma candidatura que se posicionasse no campo retórico da antipolítica e da rejeição à elite política (conceito que permitiu diluir as diferenças de posições dos campos políticos a serem derrotados pela extrema direita).

Esse contexto levou ao desenlace conhecido no pleito eleitoral de 2018, com a vitória de um candidato abertamente reacionário para a Presidência da República. As eleições de 2022, em que pese a derrota da candidatura líder do bloco de extrema direita, marcaram a continuidade desse bloco de forças políticas e sociais e, paradoxalmente, seu amadurecimento, em um processo de ascensão da direita reacionária que não cessou.

Entre esses anos eleitorais, as forças políticas e os acontecimentos foram se movimentando e materializando aceleradamente, mas com o mesmo sentido: a emergência das ideias e correntes políticas de direita reacionária no cenário da política brasileira. Tal questão torna-se ainda mais central se considerarmos que o fenômeno da convergência das condições suficientes para a emergência de uma direita de caráter reacionário e de ideologia neoliberal se materializa após um período de governos democráticos com viés progressista, de centro-esquerda (CEPÊDA, 2018).

A hipótese a ser verificada é que a convergência entre um contexto político e social – caracterizado pela presença de elementos conservadores, tendencialmente favoráveis ao autoritarismo, próprios da cultura política da sociedade brasileira –, a crise econômica global do século XXI, que no Brasil se materializou por um aumento da pobreza – com a redução de investimentos públicos – e a deslegitimação da política e da democracia, criou as condições para um forte deslocamento da direita brasileira do conservadorismo tradicional para posições abertamente reacionárias e de extrema direita a partir de 2010, em sentido ascendente e contínuo até 2022, aumentando a capacidade de ação da extrema direita e garantindo a reprodução da hegemonia neoliberal no país.

Às condições objetivas, o conjunto dos valores e da cultura política, se somaram condições subjetivas. Tais condições estão relacionadas a frustrações e inconformidades que se

constituíram, nesse processo, como um fator de ignição do fenômeno da emergência da direita reacionária da condição de ator subsidiário para a de ator relevante da política no período.

Essa emergência política é a expressão também de um crescimento social da direita reacionária brasileira que, a partir do manuseio de um conjunto articulado de premissas, narrativas, mitos, dogmas ideológicos, foi progressivamente ao encontro de parcelas expressivas, e em alguns momentos majoritárias, da opinião pública. Tal processo cumpriu uma função de polo de atração para amplos setores conservadores, que, ao observar a aceitação de assertivas cada vez mais extremadas por parte de setores cada vez maiores da massa de trabalhadores e de setores médios, transitaram de posições de direita tradicional para tais posições reacionárias. Um processo de *formação de preferências* que se materializa no interior da própria relação política, portanto de disputa de poder e hegemonia (MIGUEL, 2018a).

Para a construção de uma explicação abrangente, as investigações precisam considerar o cotejamento do quadro econômico, das inflexões políticas, dos movimentos dos partidos e lideranças, bem como do movimento das entidades associativas empresariais, dos sindicatos de trabalhadores, das *think tanks* neoliberais e das grandes empresas de comunicação de massa. Da mesma forma, para explicarmos o Brasil dessa quadra de século, é preciso levar em consideração a eficiência da utilização de meios de comunicação em redes sociais por internet para a formação da opinião política das várias frações e classes sociais no Brasil.

No entanto, é preciso ir mais a fundo, investigar em outros campos. É preciso mergulhar nas razões mais escondidas e calcificadas na sociedade e nas instituições brasileiras para compreendermos essa emergência do reacionarismo no Brasil. As bases dessa explicação são compostas, para além dos movimentos políticos e comunicacionais, também pelo encontro entre valores conservadores e autoritários da sociedade brasileira (BAQUERO, 2011; CHAUI, 2000; SCHWARCZ, 2019) e o pensamento e a materialidade neoliberal (DELLA PORTA, 2019; DUMÉNIL; LÉVY, 2014; SAAD FILHO; MORAIS, 2018), em um processo de transformação permanente de valores predominantes em função da hegemonia neoliberal, no sentido de uma razão individualista (DARDOT; LAVAL, 2016). Um encontro que não se deu por imposição do fluxo natural das coisas, mas que é, fundamentalmente, uma convergência de fatores produzida pela dominação de classes e configurada pelos aparelhos de hegemonia, construídos e ativos desde bem antes do período da eclosão visível desse ressurgimento reacionário (CASIMIRO, 2018; ROCHA, 2018).

Nesse amplo espectro de possibilidades de pesquisa, recorro a análise sobre o comportamento retórico de intelectuais e de atores protagonistas que expressaram e deram forma à essa emergência. Desta forma, o objetivo geral desta pesquisa é demonstrar a

emergência de uma direita autoritária e reacionária que, a partir de 2010, cresceu política e eleitoralmente alicerçada no deslocamento de setores de centro-direita para esse campo. O sentido da análise é explicar como essa direita reacionária foi capaz de construir capacidade política de influência, renovando a hegemonia política neoliberal da economia capitalista no Brasil – em um contexto em que o modo neoliberal de economia capitalista interagiu com os valores autoritários e com os valores conservadores da sociedade brasileira, em um período de forte crise econômica mundial, aberta em 2008 – para constituir as condições necessárias e suficientes para a atualização do reacionarismo no Brasil e a emergência política de uma extrema direita que afirma aberta e explicitamente tais valores e posicionamentos.

Esse objetivo geral foi desdobrado em quatro objetivos específicos: contribuir com o aprofundamento do conceito de hegemonia de Gramsci, aplicado ao campo da cultura política; descrever os principais elementos do contexto de crise econômica e política; caracterizar as condições pré-existentes para a emergência do reacionarismo e da extrema direita; e analisar a transição de atores relevantes de posições de centro e centro-direita para posições reacionárias e de extrema direita.

A partir do conceito de hegemonia pode-se identificar e explicar várias relações que estão nas bases da construção da cultura política propriamente dita. A partir da identificação da capacidade de direção econômica, mas também política e ideológica, de uma classe sobre outras, o conceito de hegemonia nos permite a compreensão do processo de construção e consolidação dos valores e da cultura política. A hegemonia é o processo através do qual valores específicos de uma classe dominante adquirem capacidade de universalização, por meio da transformação de dogmas e axiomas da condição de particulares em consensuais, ainda que temporária ou circunstancialmente. A hegemonia consiste, também, na ideia de transformação e atualização permanente dos valores pré-existentes entre as classes sociais.

A utilização do conceito de hegemonia no campo da cultura política abre uma perspectiva relevante para entendermos o quadro. Ele permite analisar e compreender o processo de construção da cultura e do comportamento político e seus efeitos sobre as relações políticas e sociais em uma perspectiva de disputa de poder. Ou seja, sobre os processos pelos quais as classes dominantes e sua fração dirigente exercem a hegemonia política em um modelo neoliberal, através da legitimação social derivada dos valores reacionários, conservadores e autoritários, criando as condições possíveis para que essas classes reorganizem o processo de acumulação de capital. A emergência, o ressurgimento e a renovação do reacionarismo, organizado por uma direita extremada, permitiram essa reorganização.

O segundo objetivo específico, caracterizar os principais elementos do contexto de crise, e o terceiro objetivo específico, caracterizar as condições pré-existentes para a emergência do reacionarismo e da extrema direita, nos permitirão compreender o arranjo dos aspectos conjunturais que construíram as condições necessárias para o desenvolvimento do fenômeno. Enquanto o quarto objetivo, caracterizar a transição que atores relevantes realizaram, parcial ou integralmente, de posições de centro e centro-direita para posições reacionárias e de extrema direita, demonstrará a complexidade da dinâmica da emergência do reacionarismo e da extrema direita no Brasil, constituída de múltiplos processos, mas que encontra no deslocamento de setores de centro e centro-direita um dos seus principais contribuintes.

No desenvolvimento da pesquisa, foram percebidas as características da direita reacionária e como interagiram os valores autoritários e os valores conservadores da sociedade brasileira para constituir as condições necessárias e suficientes para sua emergência; foram caracterizados os principais elementos da crise econômica e de acumulação de capital no Brasil no período entre 2010 e 2022, identificando quais as principais medidas políticas de caráter neoliberal tomadas nesse mesmo período pelo Estado brasileiro; analisada a ação dos principais instrumentos de hegemonia, dos intelectuais, da alta burocracia estatal, dos militares de alta patente e das lideranças políticas na formação da direita reacionária, identificando as condições de convergência entre valores autoritários e valores conservadores com os elementos da razão neoliberal que permitiram a culminância do fenômeno de seu crescimento nesse período entre 2010 e a atualidade. Isso permitiu caracterizar, em termos qualitativos, os atores políticos relevantes nesse cenário que realizaram, parcial ou completamente, a transição de posições de centro e centro-direita para posições de extrema direita, e compreender sua influência política no processo de emergência da direita reacionária no período de 2010 até 2022.

Esta tese se desenvolve ao longo de cinco capítulos, além desta introdução e da conclusão, nos quais estão apresentados a hipótese estruturadora, os objetivos, as bases conceituais e a análise da efetivação do deslocamento de posições políticas do centro e da centro-direita para posições de extrema direita, de caráter reacionário.

No capítulo 2, “Hegemonia, cultura política e a razão neoliberal”, estão desenvolvidos os conceitos e marcos teóricos que fundamentam a interpretação e dão sustentação ao desenvolvimento da análise desta tese, partindo dos aspectos de hegemonia, do papel do Estado, e da cultura política em um contexto de dominação neoliberal em todo o globo. O primeiro subcapítulo é dedicado aos aspectos de hegemonia e do aparelho de Estado na formação da cultura política da sociedade brasileira. O segundo aborda a dominação neoliberal em todo o globo e no país. E o terceiro subcapítulo concentra-se na relação entre os valores políticos e a

construção das condições para a emergência do reacionarismo no país. O conceito de hegemonia é a base teórica para a compreensão do papel do Estado na formação da cultura política e de como o neoliberalismo mantém sua dominação sobre a sociedade e outras formas do capitalismo.

No capítulo 3, “Crise e mudança: a reorganização dos blocos”, abordo o contexto de crise econômica e política que emoldura um processo de alteração dos blocos no poder. A alteração das alianças e blocos mostrou-se relevante para o contexto em que surgiram as condições favoráveis à emergência de políticas de caráter reacionário. O conceito de bloco no poder é relevante para a compreensão dos condicionantes do período. O controle da direção política do Estado, o bloco neoliberal progressista, o bloco lulista, as rupturas dos blocos no poder do período FHC e Lula da Silva/Dilma Rousseff, são desenvolvidos para compreendermos o contexto da formação do novo bloco reacionário a partir do *impeachment* de Dilma Rousseff e ascensão de governos de linha reacionária. Descreve-se esses aspectos – a alteração dos blocos no poder ante a crise de acumulação e os impactos na hegemonia política – para compreender o processo pelo qual se amalgamaram e criaram as condições necessárias para a emergência da extrema direita.

O capítulo 4, “A direita reacionária como sujeito relevante”, aborda as condições da emergência política do campo reacionário e da extrema direita no debate público. Trato dos conceitos de direita e de direita reacionária emergente, classe social, fração de classe e categoria social. Tal esforço tem o sentido de desenvolver as explicações sobre a emergência global da direita reacionária, a emergência da direita reacionária no Brasil e como se definem os atores da direita reacionária no Brasil. Nessa seção, verificaremos os conceitos que permitem classificar o reacionarismo e a extrema direita e sua ação política, com o sentido de permitir a compreensão do fenômeno de sua emergência. A contraposição entre direita e esquerda continua a ser válida, pois expressa a valoração e os interesses pela disputa da direção política do Estado, dos governos e da opinião majoritária. Efetivamente, esses conceitos são relevantes como instrumental analítico da realidade. Ao estabelecer distinções quanto às posições que assumem os campos políticos em relação ao exercício do controle sobre o aparelho de Estado e em relação aos aparelhos de hegemonia, nos permitem caracterizar as condições que contribuíram para a emergência do reacionarismo e da extrema direita.

O capítulo 5, “Categorias e posicionamentos”, apresenta os marcos teóricos para a classificação tipológica dos atores, articulando as esferas das relações sociais e as esferas das relações institucionais que formam as características políticas desses atores, com base na noção gramsciana de intelectual orgânico (GRAMSCI, 1988, 2000, 2014). Esse capítulo também

desenvolve os procedimentos metodológicos para essa classificação, a partir da construção das categorias de a) intelectuais e formadores de opinião, b) políticos e dirigentes partidários, e c) alta burocracia estatal, relacionadas a três campos de posições políticas – políticas econômicas pró-mercado, políticas tradicionais conservadoras e políticas de caráter autoritário neofascista. Enfim, a seção é dedicada à identificação dos paradigmas para deslocamento dos atores de posições de centro-direita ou direita conservadora para posições de direita reacionária.

Por sua vez, no capítulo 6, “Os atores em movimento”, os atores sociais são analisados a partir de três categorias: intelectuais e formadores de opinião; políticos e dirigentes partidários; e alta burocracia estatal. Analiso o deslocamento dos atores observando seu contexto, identificando a intensidade desse deslocamento e em relação às categorias utilizadas como parâmetros. Nesse mesmo sentido, nesse capítulo é analisada a ação de lideranças, as quais cumprem papel de intelectuais orgânicos, determinante para a compreensão global do fenômeno do deslocamento de setores da direita tradicional para a extrema direita e de como esse aspecto contribuiu para a emergência desse campo político. Desenvolvo e apresento a metodologia, mais especificamente a classificação dos atores e as categorias de posicionamento. O capítulo é dividido em quatro subcapítulos. Os três primeiros destinados à descrição e qualificação dos atores sociais, e o último, a descrever e caracterizar as distintas formas que esses deslocamentos assumiram.

No conjunto, trata-se de perceber que o deslocamento à extrema direita encontrado em todos os atores analisados se deu, entretanto, de forma distinta em função da posição que cada um ocupava no período hegemônico anterior. Sua capacidade de influência acaba por ser determinante no deslocamento político do centro e da direita tradicional para o campo do reacionarismo. Esse deslocamento se dá tanto no campo da sociedade civil quanto no espaço da sociedade política, ou seja, do Estado. Esse conjunto de deslocamentos de posições foi relevante, em convergência com outros fatores, para a emergência política da extrema direita no país e a materialização desse fenômeno tão impactante quanto compreensível.

2 HEGEMONIA, CULTURA POLÍTICA E A RAZÃO NEOLIBERAL

Neste capítulo, desenvolvo a base conceitual e teórica que fundamenta e estrutura a abordagem desta tese. O primeiro subcapítulo é dedicado aos aspectos de hegemonia e do aparelho de Estado na formação da cultura política da sociedade brasileira. O segundo subcapítulo dedica-se ao impacto do contexto de dominação neoliberal em todo o globo e no país. Por fim, o terceiro subcapítulo concentra-se na relação dos valores políticos e as condições para a emergência do reacionarismo no país. O conceito de hegemonia é a base teórica para a compreensão do papel do Estado na formação da cultura política e de como o neoliberalismo mantém sua dominação sobre a sociedade e outras formas do capitalismo.

2.1 HEGEMONIA E ESTADO NA FORMAÇÃO DA CULTURA POLÍTICA

As relações entre as classes sociais e o processo pelo qual se objetiva a relação de dominação são mediadas pela hegemonia política. A hegemonia é o processo pelo qual se determina uma reforma da consciência e dos métodos de conhecimento “[...] enquanto cria novo terreno ideológico” (GRAMSCI, 2014, p. 320). A ideologia é um processo de organização e racionalização dos valores e da visão de mundo de uma classe ou fração de classe. Trata-se, nos termos de Marilena Chauí (2013), de uma prescrição da hierarquia normativa e valorativa da sociedade capaz de ofertar uma explicação racional para as desigualdades e diferenças sociais.

A ideologia, para estabelecer a condição de supremacia sobre as demais, transformando os valores particulares em valores universais e dominantes, exige o exercício da hegemonia. Essa transformação de valores particulares em universais, apresentados como valores da sociedade, se dá, combinada e simultaneamente, pelo convencimento e pela coerção. Tomadas em conjunto, consenso e coerção, compreendidas como adesão espontânea e imposição externa, assumem uma capacidade sinérgica muito mais eficaz, do que exercidas isoladamente, para estabelecer a adesão social às regras, normas e padrões sociais e institucionais. A coerção é tanto mais efetiva quanto se mostra capaz de assemelhar-se ao modo da persuasão, sendo capaz de forjar o consenso, quando, então, se torna revelação, mas nunca deixa de existir. A coerção apresenta-se como tal para quem a rejeita, para quem a aceita, apresenta-se como naturalidade (GRAMSCI, 2002). A convergência dialética entre convencimento e coerção é o ponto de maior efetividade da hegemonia. Uma relação entre opostos que produzem uma nova síntese.

É o Estado capitalista que garante essa combinação entre os mecanismos coercitivos, ideológicos e políticos para que essas relações se reproduzam continuamente – processo que,

para ter eficácia, precisa ser naturalizado por toda a sociedade, e não somente pelas classes sociais que dele se beneficiam. A forma da produção econômica torna-se aceita e capaz de adaptar a sociedade civil à estrutura econômica a partir do momento abstrato em que os valores e a cultura a legitimam e tornam aceitáveis as relações de dominação e desigualdade. Momento em que a classe dominante exerce a hegemonia sobre as demais classes e sobre as frações. A hegemonia é a base fundamental para a estabilização e desenvolvimento de um determinado modo de produção econômico (GRAMSCI, 2014; SAES, 1994). Esse processo de hegemonia é o que permite transformar a classe ou fração dirigente em dirigente, a partir de sua capacidade de aglutinar outras classes e frações em bloco histórico sob sua liderança. A manutenção e estabilização da forma do modo de produção é essencialmente o objetivo último do Estado. Que o faz pela normatização da ideologia, da articulação entre o convencimento e a coerção. O direito, no Estado capitalista, é o mecanismo pelo qual se processa a aproximação entre a totalidade da classe dominante à sua fração dirigente.

Este problema contém *in nuance* todo o “problema jurídico”, isto é, o problema de assimilar todo o grupo à fração mais avançada do grupo: é um problema de educação das massas, de sua “conformação” segundo as exigências do fim a alcançar. Esta é precisamente a função do direito no Estado e na sociedade; através do “direito”, o Estado torna “homogêneo” o grupo dominante e tende a criar um conformismo social que seja útil à linha de desenvolvimento do grupo dirigente (GRAMSCI, 2016, p. 243).

Nicos Poulantzas (1977), interpretando Marx, considera que, no modo de produção capitalista, a esfera econômica desempenha papel determinante nas relações entre política e ideologia, sem, contudo, estabelecer uma relação de submissão, mas sim de autonomia entre essas esferas. Esta autonomia se dá em função da separação entre produtor e meios de produção. Nesse espaço de separação se estabelece a esfera da política e, com ela, a construção do sujeito social do modo de produção, as classes sociais. As classes sociais agem, no campo da prática política, para transformar ou para conservar a unidade de uma formação social e de um modo de produção. É nesse sentido que, a partir do papel econômico e de sua condição de controladora dos meios de produção, se constitui uma classe. Porém essa condição orgânica não é suficiente para caracterizar uma classe social. A classe é uma relação de conjunto entre relações sociais e relações de produção, sendo o conjunto de relações que se efetiva na esfera da prática política a partir da esfera econômica. “A constituição das classes não diz respeito só ao nível econômico, antes consiste em um efeito do conjunto dos níveis de um modo de produção ou de uma formação social” (POULANTZAS, 1977, p. 67). Em determinados contextos, as classes se apresentam através de frações de classes, seja no sentido de se fundirem a outras classes ou no

sentido de assumirem interesses específicos no escopo dos interesses maiores e mais difusos da classe geral. As frações de classe constituem-se como forças sociais na epistemologia de Poulantzas (1977). Nesse sentido, as classes sociais e frações de classe são fundamentais na esfera da política e da hegemonia, mediadas e informadas pela ideologia na prática política, quando assumem a condição e a capacidade de forças sociais (POULANTZAS, 1977).

Segundo Antônio Gramsci (2014), a ideologia organiza a noção de mundo dos indivíduos, que, através dela, adquirem noção de seu ambiente social e sua posição, inclusive em relação à hierarquia das relações de classe. Porém, não é qualquer tipo de ideologia. Somente o que se conceitua como ideologia historicamente orgânica é capaz de reunir força moral para exercer o papel de organizador da visão de mundo. O filósofo distingue a ideologia orgânica da ideologia arbitrária, que se reduz a um sistema de ideias individuais, enquanto a primeira assume a função de forma de uma cultura histórica. Ou seja, a capacidade de constituir essa ideologia como organizadora de ações que coordenam, intelectual e moralmente, uma ordem. Seja em favor de sua conservação ou de sua superação (GRAMSCI, 2014).

Essa ideia de que a visão de mundo de uma classe é organizada por um conjunto de valores remete ao debate central sobre conteúdos universais e conteúdos particulares. Mais precisamente, como um conteúdo particular angaria força ideológica suficiente para, em dadas condições históricas, ascender à condição de universalidade e formar um bloco histórico que exerça a hegemonia, em seu tempo e contexto, sobre as demais classes e frações de classe. Quando Gramsci (2014) estabelece a questão central da relação entre universal e particular e, especialmente, como o particular ascende à condição de universal, acaba por relacionar a hegemonia à capacidade prática de reformar consciências. Ou seja, a dinâmica que, a despeito de transformações e paradoxos, é capaz de incorporar aspectos da velha consciência e da velha moral ao senso comum e de ser o organizador da ideologia e da interpretação que passa a sintetizar a explicação do mundo – o que confere aos intelectuais o papel de “dirigentes naturais das grandes massas” (GRAMSCI, 2000, p. 158) e retoma a ideia de que destruir valores e interpretações e assimilar outros, passam a ser dimensões paradoxais, porém combináveis através do processo de convencimento e cooptação que ele conceitua como hegemonia. Quando, ao contrário, as condições materiais desaparecem e a fração dirigente perde essa capacidade, o bloco ideológico tende a se desfazer, e a hegemonia política tende a ser substituída por coerção.

Dessa forma, os intelectuais, tomados no sentido gramsciano, são decisivos para o processo político de transformação ou de conservação da ordem e das relações políticas. São os intelectuais que constroem a mediação entre sociedade política, o Estado e sua máquina, com a

sociedade civil, suas classes e frações de classe. Fazem esta mediação, contudo, a partir do grupo social e de sua função na formação econômica. Não são autônomos em relação às classes sociais. Ao contrário, a partir delas transitam entre suas frações de modo a construir uma visão de mundo e uma narração sobre a história que dá universalidade aos valores da classe dominante e da fração dirigente. Passa a ter a condição de intelectual orgânico quando concentra, simultaneamente, a capacidade de ser o difusor da especialidade técnica e a capacidade de dirigir a ação política de uma fração. Esta agregação de capacidades, que estabelece a distinção entre intelectual orgânico e intelectual tradicional (GRAMSCI, 2015; GONÇALVES, 2015; VOZA, 2017; BIANCHI, 2018). Estas capacidades, Gramsci caracteriza como funções organizativas e conectivas. É exatamente o exercício dessas funções, e não meramente o domínio de cultura e informação, que confere a condição orgânica de uma classe ou fração à intelectualidade.

Nesse sentido, hegemonia se relaciona ao processo de criação de uma nova ordem dominante e à sua conseqüente manutenção através da assimilação de elementos da cultura política do velho regime e das demais classes, não dominantes, o que Gramsci (2014) chama de senso comum. Esse vínculo entre o que seria senso comum e os valores intelectuais se dá pela política. Giuseppe Cospito, em Liguri e Voza (2017), chama atenção à essa distinção da hegemonia na prática. Em relação às classes aliadas, ou seja, aquelas com que compartilham interesses em comum ou que compõem um mesmo bloco no poder, a hegemonia se realiza através da capacidade de direção. Já em relação às classes sociais adversas, ou seja, aquelas com as quais desenvolveu contradições e diferentes interesses, a hegemonia se operacionaliza como dominação.

Esse arcabouço conceitual desenvolvido por Gramsci (2014, 2000) para descrever a dimensão de hegemonia, e o lugar que confere à política, nos permite perceber a dimensão, a intensidade e a potencialidade da interferência das ações e ideias sobre a realidade objetiva e a infraestrutura da sociedade. A luta pela hegemonia é realizada no campo da política, e é nesse campo que a ideologia prevalente unifica a economia e a moral em uma dimensão que passa a ser universal e não mais particular. A hegemonia é construída através da grande política, a qual está vinculada “[...] à fundação de novos Estados e à conservação de determinadas estruturas orgânicas econômicos-sociais” (GRAMSCI, 2016, p. 21). Nesse aspecto, o ato de subordinar a pequena política - o que diz respeito ao cotidiano - à grande política é um ato de hegemonia. Ou seja, a capacidade, como também a eficácia obtida, de estabelecer uma convergência entre os valores sociais e morais e os grandes interesses da classe dominante que detêm o controle sobre o Estado, é a própria hegemonia.

A partir dessa relação entre hegemonia e os campos da política, verifica-se que o processo hegemônico não é só a expressão da construção de uma ordem social emergente. Não está relacionado unicamente a processos revolucionários ou de substituição das frações dirigentes. Também pode ter o sentido de buscar obstaculizar e impedir que outra força emerja para criar uma nova hegemonia cultural e política e uma nova ordem social, e altere a liderança dessa hegemonia – assumindo, assim, nesta hipótese, uma dimensão reacionária e regressiva.

O processo de construção e disputa da hegemonia, portanto, é decisivo para a configuração e definição das condições que sejam suficientes, no conjunto, para alterações no quadro político e nas posições dos sujeitos e atores políticos, ou na manutenção da velha ordem. Mas o faz a partir da cultura política da sociedade, que sofre as influências do processo hegemônico. Ou seja, se de um lado pode-se pensar na ideia de criação de ideias originais como papel essencial dos intelectuais no processo de hegemonia (GRAMSCI, 2014), esses valores somente poderão assimilar eficácia em sua socialização se estiverem vinculados e corresponderem aos valores e elemento ideológicos que circulam e compõem o senso comum da sociedade e das frações dominantes. Em outras palavras, se eles forem compreendidos e aceitos.

A cultura política majoritária de uma sociedade expressa as relações de dominação e poder entre as classes sociais de seu modo de produção, ao mesmo tempo que reproduz as condições e requisitos para que essa dominação se reproduza. A hegemonia é o fenômeno através do qual se exerce, pelos mecanismos de convencimento, essa dominação. Como afirma Henrique Carlos de Oliveira de Castro (2007), o conceito de hegemonia é um instrumental fundamental para a compreensão do processo de dominação e formação da ideologia e cultura. Ele acrescenta a ideia da permanente modificação dessa dominação ao incorporar, sob a ideia do consenso, elementos de classes dominantes aos valores não dominantes, que, através das relações de poder político, transformam esses valores em cultura universal e senso comum, ou seja, em uma visão de mundo hegemônica. Sob o conceito de hegemonia, se articulam as ideias de consenso e de coerção, que podem ser exercidas combinadamente. A coerção somente é percebida para os setores que a rejeitam, para os que a aceitam trata-se de consenso. Poderíamos falar de uma capacidade coercitiva dos consensos. Isto é hegemonia. “A coerção só é tal para quem não aceita, não para quem a aceita: se a coerção se desenvolve segundo o desenvolvimento das forças sociais não é coerção, mas “revelação” de verdade cultural obtida como um método acelerado” (GRAMSCI, 2002, p. 250).

A cultura política, no entanto, não apenas expressa as relações de dominação. Ela realimenta tais relações. A cultura política de uma sociedade cria uma espécie de pressão no

sentido da conservação dos valores mais tradicionais daquela sociedade. Mas os valores predominantes dessa cultura se mantêm nessa condição a partir do processo de hegemonia, que torna o exercício de poder um fator de naturalidade e normalidade através da universalização dos valores. A ascensão da direita reacionária de um campo político residual no cenário nacional para um campo influente está relacionada à convergência de sua plataforma política com valores sociais constantes na cultura política brasileira. Não basta que se reduza a cultura política à expressão de atitudes e opiniões, é preciso entender que a cultura se relaciona com o poder político, com a dominação econômica e com a supremacia ideológica. É nesse sentido que podemos concluir que a hegemonia se relaciona com a cultura política pré-existente em uma formação social e econômica, mas não é mera reprodução dela. A hegemonia converge com a cultura para estabelecer uma forma de dominação que a transforma, consolidando aqueles valores que mais convergem com os interesses hegemônicos, ou seja, com os valores e razões particulares que se transformam em universais e, assim, passam a ser naturalizados. A desigualdade, a dominação e a hierarquia passam a ser tomadas como naturais a partir da aceitação dos valores do dominante, por eficácia da hegemonia. A cultura política, portanto, se constitui também a partir das relações de produção e dos modelos de distribuição da renda e riqueza. A cultura política também é moldada pelo modo de produção.

O conceito de hegemonia é pertinente porque *incorpora a dimensão do poder* ao debate da Cultura Política, usualmente não considerada nas análises. Assim, vai além da caracterização e descrição dos fenômenos do comportamento político ou da postulação de determinado tipo de Cultura Política, criando as condições para que se possam explicar as suas origens. (CASTRO, 2007, p. 45, grifos do autor).

Henrique Castro (2014) defende a operacionalização do conceito de hegemonia no campo da cultura política, uma vez que o conceito de hegemonia incorpora o componente da dominação política a um campo teórico que centralmente tem se atido ao debate sobre a estabilidade do sistema democrático liberal. Enfim, um esforço de identificação das regras pelas quais se forma e se mantêm esse sistema político. O fundamental é que o campo da cultura política permite estabelecer uma relação entre os valores e atitudes da sociedade e a organização da sociedade, desde que seja capaz de se falar em um conceito de cultura política que supere a reprodução dos axiomas apriorísticos da supremacia de uma cultura sobre as demais³. Isso

³ Sobre esse debate, consultar Henrique Castro (2007) – “Cultura política, democracia e hegemonia na América Latina” – e Marcelo Baquero e Jussara Prá (1992) – “Cultura política e cidadania no Brasil: uma análise longitudinal”.

superado, permite que essa teoria amplie o centro da análise da Ciência Política das instituições políticas para a população. Porém, é o conceito de hegemonia que permite compreender por que a sociedade tem aquele conjunto de valores e como eles se modificam, deslocando, por sua vez, o centro de análise política da população para as relações de dominação e poder.

A incorporação do conceito de hegemonia às investigações baseadas na cultura política permite identificar as transformações nos valores e comportamentos e amplia o campo de investigação ao inserir, no centro do conjunto das explicações, as relações de poder. Sem o conceito de hegemonia, a interpretação da cultura política cairia em um raciocínio fatalístico sobre monocausalidade, determinada cultura política levaria a determinada forma de sociedade. A dimensão da hegemonia permite identificar as relações paradoxais e dialéticas que rompem a ideia de uma única motivação e explicação. Ela abre a possibilidade teórica de relacionar distintas culturas políticas com diferentes equações sociais em um processo de multicausalidades.

A narrativa que se estabelece como dominante sobre a realidade é um processo social e, principalmente, político. Não resulta exclusivamente da cultura política de determinada sociedade, mas da cultura transformada pelas relações econômicas, pelos instrumentos ideológicos e pelas relações de poder. Por tratar-se de um resultado do poder e da dominação social, é uma construção derivada dos processos materiais da sociedade e da hierarquia entre as classes sociais e suas frações, mas também da capacidade de imposição de um ponto de vista que articula os interesses racionais aos valores e atitudes.

A hegemonia é o exercício da dominação através do uso combinado do consenso e da coerção, os quais se equilibram e se opõem. Trata-se da capacidade de liderar e de impor, através do uso combinado das ideias e da coerção social, força suficiente para transformar e reconstituir valores éticos, políticos e econômicos. O conjunto desses valores precisa ser mais amplo do que o grupo do qual emerge ou pelo qual são representados e exercem poder, cooptando outros grupos para a adesão a esses ideais e valores.

A dinâmica da dominação através do uso combinado entre consenso e coerção precisa ser disfarçada em torno de uma aparência de universalidade, de bem comum. Essa “ilusão” é permanentemente mantida não pelas relações de produção propriamente ditas, mas pela esfera do direito e pelos aparelhos ideológicos, isto é, pela estrutura do Estado capitalista estendido. É no convencimento da sociedade que se constituem as condições de legitimação desse estágio da economia. Tanto mais terá legitimidade quanto for capaz de exercer dominação por meio do consentimento das classes dominadas. Trata-se da forma superior da dominação, a hegemonia.

O exercício ‘normal’ da hegemonia, no terreno tornado clássico do regime parlamentar, caracteriza-se pela combinação da força e do consenso, que se equilibram de modo variado, sem que a força suplante em muito o consenso, mas, ao contrário, tentando fazer com que a força pareça apoiada no consenso da maioria [...]. (GRAMSCI, 2016, p. 96).

Em Gramsci (2014, 2000), o conceito de hegemonia está associado à promessa de um novo Estado, de uma nova cultura. Enfim, é uma luta cultural, uma batalha de ideias e valores, de uma ideia crítica compartilhada por mais de um grupo e que passa a ser consensual, ou majoritária, na sociedade. Para alguns de seus intérpretes, como Marcos Del Roio (2018), a ideia de hegemonia não está restrita ao campo da cultura e da moral apenas, mas se estende para a totalidade do mundo social, portanto diz respeito ao campo das relações de produção e de organização do trabalho. Hegemonia é, nesta concepção e abordagem, a luta pela consolidação de um sistema de valores relacionado à organização da economia.

Por isso falo aqui em hegemonia política, com o sentido de dar a verdadeira valência das relações de hegemonia, superior ao conferido pelo sentido clássico da supremacia ou imposição. A valência conferida pela capacidade de estabelecer a direção política de uma fração sobre outras, convencendo-as da universalidade de suas ideias. A hegemonia política está vinculada às relações culturais e infraestruturais entre sociedade civil e política, entre Estado, classes sociais e suas frações, em uma relação combinada e paradoxal entre consenso e força.

Del Roio (2018) reconhece mais de um sentido na utilização do termo *hegemonia*. Um sentido totalizante, pedagógico, que se vincula diretamente com as condições e relações econômicas e culturais, se estendendo a todos os campos das relações. E outro sentido, histórico, que se vincula à ideia da correlação de forças entre frações e classes sociais e diz respeito à capacidade de um sujeito de exercer a direção política sobre outros.

Se hegemonia é o exercício simultâneo e combinado de direção sobre a própria classe por parte da fração dirigente e, a partir desta, de dominação sobre as classes aliadas, construindo uma visão de mundo e um projeto de Estado comum (GRAMSCI, 2014), pode-se compreender que hegemonia não é a definição da supremacia pela capacidade de força de uma classe sobre outra, mas a capacidade de transitar entre a coerção e o convencimento. Portanto, é exercida entre a sociedade civil e a sociedade política. A hegemonia, assim vista, é política por definição, pois conecta ambas as esferas da sociedade, consolidando os valores de uma única classe em valores de várias classes, e os valores de um bloco de classes em valores nacionais.

Assim, essa concepção de hegemonia significa conceber a luta política como uma luta no campo da cultura, ou seja, no campo da sociedade civil em combinação com o uso dos instrumentos do Estado – como o controle do governo, do parlamento, do sistema de justiça, do

uso da coerção legal, do poder militar e da capacidade política – e dos aparelhos ideológicos privados. Essa combinação é realizada pelos intelectuais que dão materialidade ao processo de hegemonia através da padronização de modelos de vida. São os intelectuais que constroem os modos de intermediação entre as classes sociais dominantes, a partir de cada uma de suas frações, e também em relação ao Estado (GRAMSCI, 2000).

Ao assimilarmos a compreensão de que hegemonia não é o estabelecimento da supremacia exclusivamente pela capacidade de força de uma classe sobre outra, percebemos que a visão de mundo e o projeto de Estado hegemônico transitam para a condição de universalidade. A ideia de Estado deixa de ser meramente aquela que afirma tratar-se de um aparelho repressivo classista para ser um campo do exercício da própria hegemonia da classe dominante, superando a interpretação de que o Estado apenas cumpriria uma função coercitiva em favor de uma única classe.

O Estado, e seu aparato jurídico-burocrático, não é, entretanto, mero reflexo das relações econômicas. É também o campo das relações políticas e dos interesses políticos das classes dominantes. Isso se dá na medida em que exerce a capacidade de organização da sua luta política. O Estado, sob direção da fração de classe hegemônica de um bloco no poder, lança mão de uma autonomia sobre as relações econômicas que o faz capaz de apresentar-se como universal e, a partir disso, incorporar interesses das classes dominadas, transformando esses interesses em direitos individuais para legitimar-se. O Estado efetivamente é um campo central de disputas políticas hegemônicas e contra-hegemônicas. Desse modo, constitui-se em um Estado de classe, ou de um bloco de classes, na exata medida em que combina, dialeticamente, as funções de dominação com as funções de mediação (CODATO; PERISSINOTO, 2011).

As formas concretas de organização do Estado se constituem a partir da relação entre formas políticas e tipos diversos de relações políticas. O Estado moderno é a expressão do surgimento e desenvolvimento de relações capitalistas de produção. Contudo, essa correspondência não é mero reflexo das relações de produção capitalistas. O Estado desenvolvido nas relações capitalistas, além de refletir tais relações, estabelece as condições coercitivas, ideológicas e políticas indispensáveis para que essas relações se reproduzam. Por meio dessas condições é que se torna possível a construção de um conjunto de valores e procedimentos que legitimam o instrumental e o aparelho coercitivo-normativo que sustenta a reprodução de relações de dominação e desigualdade. “É o Estado burguês que cria as condições ideológicas necessárias à reprodução das relações de produção capitalista” (SAES, 1994, p. 50).

O grau da eficácia dessa reprodução das relações de produção é determinado, também pelo processo de legitimação da ordem política, o que implica na estabilidade, ou em sua ausência, do processo de dominação. A legitimação é um atributo que se aplica às esferas da política, principalmente ao Estado e à dominação. Quanto maior for a legitimidade de uma ordem política, maior e mais eficaz será a hegemonia política da fração dirigente e das classes dominantes. A legitimação da ordem política dominante não se estabelece, apenas pela imposição das medidas racionais e pela crença na racionalidade das normas, ao modelo de Max Webber (2000), mas pelo reconhecimento da ordem dominante e dos valores hegemônicos.

Entendo por legitimidade o merecimento do reconhecimento de uma ordem política. A pretensão de legitimidade se relaciona à preservação sociointegrativa de uma identidade normativamente determinada da sociedade. As legitimações servem para resgatar essa pretensão, ou seja, para mostrar de que maneira e por que as instituições existentes (ou recomendadas) são apropriadas para empregar o poder político de modo a realizar os valores constitutivos para a identidade da sociedade. (HABERMAS, 2016, p. 387).

Essa dimensão faz com que o Estado moderno, no exercício da dominação de classe, precise distanciar-se da identidade absoluta com a classe dominante. Justamente esse distanciamento cria o espaço através do qual se estabelecem as contradições, a autonomia e a eventual influência relativa ou parcial das classes dominadas. A regulação dessa dimensão, através do direito burguês e das formas de governo, garante a reprodução do caráter de dominação sob a dinâmica da mediação entre diferentes interesses de frações de classe, blocos no poder e classes sociais, por meio da dinâmica própria da socialização da política.

Essa socialização se dá pela construção da universalidade, ou seja, pela hegemonia. Essa hegemonia é exercida pela vinculação de organismos de classe com o próprio Estado, o que se efetiva uma vez que o Estado se torna ampliado pelos aparelhos de hegemonia. Christinne Buci-Gluckmann (1980) afirma que o conceito de aparelho de hegemonia operacionaliza o conceito de hegemonia, elevada à condição de hegemonia política das classes dominantes. Assim, as instituições e organismos de disputa de visões e políticas, inclusive os intelectuais orgânicos, somente se tornam aparelhos hegemônicos quando a própria classe dominante se unifica em torno de um conjunto global de políticas e modelo econômico.

O aparelho de hegemonia qualifica e precisa a hegemonia, entendida como hegemonia política e cultural das classes dominantes. Conjunto complexo de instituições, ideologias, práticas e agentes (entre os quais os intelectuais), o aparelho de hegemonia só encontra sua unificação através da análise da expansão de uma classe. (BUCI-GLUCKMANN, 1980, p. 70).

É exatamente esse processo de convergência dos aparelhos hegemônicos das classes dominantes com o aparelho de Estado que constrói a ideia de que este, o Estado, é mais amplo do que sua esfera de coerção; trata-se de uma interpretação que abrange a sociedade civil e a sociedade política, combinando sua capacidade de coerção com a capacidade de convencimento. A isto se caracteriza como Estado ampliado. A ação ideológica levada a cabo pelos aparelhos privados de hegemonia incide sobre o Estado no sentido de reorganizá-lo operacionalmente para a nova ordem hegemônica e para a eficácia das ações do Estado. A reforma das consciências e a criação de novo terreno ideológico estão diretamente relacionadas à eficácia do Estado ampliado (GRAMSCI, 2014, 2000).

O Brasil configura um caso de Estado ampliado, nos termos desenvolvidos segundo Flavio Henrique Calheiros Casimiro (2018). A ascensão ideológica e a construção de uma nova hegemonia a partir da transição democrática estão relacionadas à eficácia de um conjunto de entidades e instituições de difusão do pensamento liberal e neoliberal. O recrutamento de intelectuais orgânicos que organizaram a ação dos setores empresariais nesse período da transição do autoritarismo para a democracia, mais especialmente a partir do processo constituinte, configura uma situação nítida de ação de uma intelectualidade orgânica na formação de uma hegemonia. A eficácia de ação garantiu a supremacia de seus valores políticos e ideológicos com o sentido de reformular a estrutura do próprio Estado, mais adaptado à nova hegemonia pós-autoritária e neoliberal ascendente no fim do século XX.

Os setores empresariais, vinculados ao pensamento neoliberal, tiveram alta capacidade de influência na normatização e constituição das instituições estatais no Brasil a partir da abertura do processo de transição política do regime autoritário (1964 a 1985) ao regime democrático. As classes dominantes, sob a direção de sua fração hegemônica, foram capazes de dirigir esse processo de transição.

Esses setores construíram capacidade de, continuamente, se reposicionar no centro do bloco no poder e das variações desse bloco ao longo do período de 1985 aos dias de hoje. Essa capacidade deriva de uma dimensão de duplo sentido: o Estado age para garantir os mecanismos normativos para a manutenção dessa hegemonia enquanto ela própria se desenvolve no campo da sociedade civil e de seus valores. A dinâmica da atualização do reacionarismo no Brasil e sua relação com a dominação da classe hegemônica está ligada à ação dos aparelhos privados de hegemonia sobre o Estado, e deste sobre a sociedade, em um processo que caracteriza o Estado ampliado.

Os valores tradicionais, autoritários e conservadores da sociedade brasileira cumprem um papel determinante na formação das posições políticas ao estabelecerem condicionalidades

para que se exerça uma determinada hegemonia. Mas o exercício efetivo de hegemonia está vinculado à capacidade de convencer o conjunto das classes sociais da superioridade de sua visão de mundo e modelo social, em uma convergência de fatores. Essa convergência, somada à ação política por meio de inúmeros aparelhos privados de hegemonia – ação organizada dessas correntes de pensamento político em um ambiente de regime democrático não igualitário – permitiu a consolidação e renovação da hegemonia política da burguesia através de uma ideologia individualista, autoritária e conservadora. Essa capacidade política de direção da fração principal do bloco no poder é fundamental para dar operacionalidade à hegemonia política. Contudo, a operacionalidade da hegemonia está diretamente relacionada à congruência entre os interesses econômicos da fração dirigente, os interesses das demais frações da classe dominante com a cultura política., o que se concretiza como uma estratégia de dominação.

Os blocos de forças são constituídos por diferentes classes sociais, frações de classe e categorias sociais. Tomando como referência teórica Nicos Poulantzas (1977), considero aqui que tais formações sociais tomam posição distintas quando sua condição econômica extrapola dessa esfera para outras dimensões, tais como a cultura e a política. Em especial, tornam-se distinções autônomas quando passam a existir e ser sujeitos na esfera da política e das relações de poder e de Estado. É nesse sentido que se criam as condições para a construção de frações de classe e categorias sociais como força social e sujeitos políticos. É o que Poulantzas (1977) chama de “efeitos pertinentes”, ou seja, um processo pelo qual uma classe, tomada em seu lugar na estrutura econômica, se reflete no campo das relações políticas, ideológicas e, acrescento, culturais.

As partes de uma ou mais classes assumem papel distinto quando seu interesse econômico se reflete diretamente na esfera da política e nas relações do Estado. Nesse sentido, uma análise das relações políticas deverá, metodologicamente, expressar a distinção das frações sociais e das categorias sociais. Os atores são relevantes na medida em que expressam categorias que se distinguiram ao construir um efeito pertinente nas relações políticas. No caso, a forma específica do reacionarismo que emergiu a partir da movimentação de algumas das frações da classe dominante foi capaz de aglutinar em torno dessa forma determinadas categorias sociais, tais como a burocracia estatal, militares, intelectuais e dirigentes partidários. Essas frações burocráticas conferem uma aparência de universalidade às posições políticas do reacionarismo e das classes dominantes, a partir do mito da neutralidade e da gestão do sistema de justiça. Dessa forma, assumem a dimensão de intelectuais orgânicos que expressam e difundem interesses da grande classe social dominante, naturalizando-os como interesses de todos.

O efeito concreto da emergência econômica de frações das classes dominantes, tais como o agronegócio e o rentismo, permitiu a legitimação de um conjunto de intelectuais orgânicos que deram forma e legitimidade aos interesses dessas frações de classes e às suas expressões no campo da política, da ideologia e dos valores. Enfim, são eles que dão homogeneidade ao bloco no poder, capacidade de hegemonia e unidade ao Estado ampliado (BUCI-GLUCKSMANN, 1980). Fração de classe é um subconjunto no plano da economia que se constitui como sujeito na medida em que se distingue das demais parcelas da classe a que se subordina. Sua relevância está no processo pelo qual se torna protagonista na esfera das relações políticas e de direção da economia. O que está relacionado também à dimensão dos valores culturais, que pode impor pelo convencimento. Seus interesses e programas se materializam na relação entre a sociedade e o Estado. Também, em sentido inverso, são legitimados pela opinião pública, valores sociais e cultura da própria sociedade. Nesse sentido é que se pode considerar que seja no “espaço” do Estado que se organiza a hegemonia do bloco no poder (POULANTZAS, 1980).

Para Nicos Poulantzas (1977), categorias sociais, aqueles conjuntos específicos como a burocracia, militares, influenciadores e os dirigentes partidários, em condições determinadas de uma conjuntura histórica, produzem *efeitos pertinentes* na esfera da política no exercício da representação da classe. Ou seja, o modo concreto pelo qual categorias de intelectuais orgânicos unificam as classes dominantes e o Estado em torno de posições de direita reacionária neste período entre 2010 e 2022, impactando a luta política, torna cada uma dessas categorias sociais a representação da fração de classe dirigente e da classe social hegemônica. Um efeito pertinente na sequência do processo, portanto.

A relação de dominação e subordinação, contudo, não se restringe à ideia de uma relação apenas dual entre uma classe dominante e uma classe dominada. Como uma formação social é constituída por uma superposição de mais de um modo de produção, há a coexistência, no campo da luta de classes, de mais de uma classe ou fração; por conseguinte, de mais de uma classe ou fração dominante. Essa relação específica de dominação conjunta de mais de uma classe ou de fração se dá sob a forma de bloco no poder. Bloco no poder “[...] constitui uma unidade contraditória de classes e frações politicamente dominantes sob a égide da fração hegemônica” (POULANTZAS, 1977, p. 233), que emerge como uma direção política no interior do Estado.

Fruto da existência de contextos e situações em que coexistem mais de um modo de produção na formação social capitalista (ZAVALETA, 2009) mais de uma classe dominante se manifesta, assim como no interior da mesma classe dominante, a burguesia, há mais de uma

fração de classe. As frações, nesse sentido, não se constituem exclusivamente na esfera das relações econômicas, como poderíamos descrever quando nos referimos à burguesia comercial, financeira ou industrial, mas no campo da política, quando se constituem unidades ideológicas, programáticas ou simbólicas.

O fracionamento da burguesia encontra seu fundamento e sua individualização nas relações concretas de produção, mas constitui expressão e forma nas relações políticas da superestrutura e do Estado. Da mesma maneira, o bloco no poder relaciona-se ao nível do político, uma vez que expressa um nível determinado de articulação do conjunto das instâncias e dos níveis da luta de classes, e está, portanto, situado no campo da superestrutura jurídico-política (SAES, 1994; POULANTZAS, 1977).

O bloco no poder, desse modo, está relacionado a uma forma de Estado, a uma forma de regime político e a uma dinâmica de hegemonia e contra-hegemonia. Assim, considerar que o bloco no poder seja uma “repartição” da dominação é um erro, levaria a pensar que não existe, no interior do bloco, uma fração dirigente, hegemônica. Se assim fosse, as classes dominantes perderiam sua autonomia específica, o que não ocorre. Ao contrário, a fração hegemônica amplia sua condição de dominação ao dirigir esse bloco.

O bloco no poder constitui uma unidade contraditória de classes e frações politicamente dominantes sob a égide da fração hegemônica. [...] A própria hegemonia, no interior desse bloco, de uma classe ou fração, não é devida ao acaso: ela tornou-se possível, como veremos, através da unidade própria do poder institucionalizado do Estado capitalista. (POULANTZAS, 1977, p. 233).

É possível observar que o papel de fração hegemônica do bloco no poder se funde com o papel de fração hegemônica e dirigente em relação ao conjunto das classes dominadas. É a condição de hegemonia sobre as classes dominadas que cria as condições – além, é claro, das formas de Estado – para que essa fração se constitua como hegemônica do próprio bloco no poder. Obviamente, se considerarmos possível, como regra, que uma mesma fração tenha ambas as funções e capacidades – a de ser hegemônica no conjunto da sociedade e, simultaneamente, do bloco de poder – é necessário considerarmos também ser possível que, em outros casos, não haja tal simultaneidade. Isso ocorre quando a fração que dirige o bloco no poder não é a mesma que hegemoniza o conjunto da sociedade, ou seja, as classes dominadas. Nesse caso, uma das frações de classe é capaz de impor suas políticas e seus interesses, mas o faz sob o contexto de valores, crenças e ideologias não especificamente suas.

A hegemonia política, portanto, não elimina os conflitos e a luta entre classes e entre frações de classe, mas as organiza no sentido de satisfazer as necessidades políticas da fração

dirigente e do bloco no poder. Os conflitos de classe permanecem ativos sob qualquer que seja a hegemonia; ou seja, a hegemonia é um processo permanente de convencimento, superação da instabilidade e manutenção geral da ordem. Tal concepção significa compreender a luta pela direção política como uma luta permanente no campo da cultura, ou seja, no campo da sociedade civil e não somente na esfera da sociedade política. Porém, não se pode deixar de considerar, teoricamente, que essa luta está combinadamente determinada pelo poder de Estado. Desta forma, a posição na direção do Estado, cuja capacidade hegemônica foi construída e é renovada no campo da sociedade e de seus valores e interesses, condiciona a capacidade de enfrentar essa disputa. Essa disposição é condicionada pelo poder político da fração hegemônica do bloco no poder. Ainda que a hegemonia se dê no campo da sociedade civil, é no poder de Estado que se realiza a estabilização e efetivação dessa hegemonia, através do sistema normativo-coercitivo. Tal estabilização se atinge com a homogeneização e unificação da política do bloco no poder a partir da esfera do Estado, no sentido estrito e no sentido ampliado. Já a sua efetivação ocorre quando, a partir dessa unidade, se distribuem as políticas, os valores e opiniões desse bloco. Hegemonia e exercício da direção política são dimensões distintas, mas que se combinam na efetivação do poder político do Estado quando se materializam as capacidades para a realização dos interesses, seja pela impositividade coercitiva ou pelo consenso.

No espaço político do Estado se negociam políticas que viabilizam a manutenção da hegemonia e a reprodução da capacidade de direção política da fração dirigente, estabilizando as relações através da legitimação social do poder político. Nesse sentido, o Estado não pode ser compreendido apenas como um aparelho coercitivo, mas como um aparelho de organização da disputa geral. Portanto, é uma dimensão clara do campo da política e do papel das instituições estatais na formação da hegemonia e da conservação dinâmica do bloco de forças. No Estado se materializa a direção política, enquanto na esfera da sociedade civil se dá a legitimação e constituição da hegemonia.

As contradições e a busca por legitimação, portanto, são constitutivas da cultura hegemônica. Segundo Eckstein (1966), a hegemonia cultural atinge sua estabilização quando se estabelece uma congruência entre sociedade e governo. Quanto maior for a congruência entre os níveis de autoridade social e política, maior será a legitimidade do bloco no poder e maior será a estabilização de sua hegemonia. Em caso contrário, haverá maior possibilidade de erosão dessa hegemonia e da desestabilização desse bloco. Ou seja, quanto menor a congruência entre tais níveis, menor será a legitimidade do bloco no poder e mais frágil sua hegemonia.

O conceito de hegemonia nos permite, assim, compreender a coexistência e convergência e, até mesmo, a funcionalidade política entre valores autoritários, valores individualistas e valores segregacionistas e privilégios. E, para além, nos permite compreender como os procedimentos democráticos podem atualizar e consolidar valores autoritários, assim como interpretar e explicar a relação desses valores com os próprios valores ideológicos da razão neoliberal, dominante no mundo hoje. Nesse sentido, Castro (2007) salienta que a hegemonia é um resultado histórico da cultura ao mesmo tempo em que é uma operação formadora da cultura, sendo simultaneamente apreensão e construção da realidade.

Com este instrumento, pode-se explicar como se estabelece um processo de convencimento em que as classes subalternizadas combinam valores não igualitários – que legitimam a hierarquia e a diferença social e material – com a ideia da igualdade política formal, segundo a qual os indivíduos seriam nominalmente iguais. Desta forma, explica-se como os valores reacionários constroem as condições para a legitimação da diferença e da superioridade como ideologia. Essa legitimação organiza o contexto para o exercício da dominação, onde o neoliberalismo encontra as condições necessárias para se estabilizar e legitimar.

Esse processo de hegemonia permite atribuir a condição de estruturador da totalidade social aos interesses e valores das classes dominantes. Tal totalidade se expressa em relações materiais concretas no campo da produção econômica, assim como se expressa no campo da política através das relações de poder.

As classes sociais, entretanto, não agem diretamente sobre o campo da política. A existência material das classes sociais, no campo da economia e da estrutura social, as posiciona em relação às capacidades sociais de produzir e distribuir bens e de se apropriar de capitais. Nesses campos são estabelecidas as posições no sistema de apropriação e distribuição do capital e, conseqüentemente, a condição de desigualdade substantiva entre as classes sociais.

Mas o estabelecimento da condição de dominação não é produzido na esfera da economia. Se estabelece na esfera da política, seja ela democrática ou autoritária. A dominação não se estabelece somente pela diferenciação social através da diferenciação econômica, é preciso que essa diferenciação seja transformada em hierarquia e poder políticos. É na esfera do Estado e do sistema político, portanto, que se estabelecem as condições conjuntas de dominação e de subordinação de uma classe a outra, ou de classes a outras classes sociais.

Assim, as relações de dominação são realizadas através do estabelecimento de um Estado legitimado simultaneamente pela força, pelas normas jurídicas e pela cultura política. Essas relações se dão na esfera da política; nesse sentido é necessário que as classes sejam representadas por uma minoria politicamente ativa. Essa representação é realizada pela

combinação da representação subjetiva de classe e a representação simbólica de classe (CODATO; PERISSINOTTO, 2011).

O estabelecimento de quais frações passam a ser dirigentes e quais não, se dá através dos mecanismos das relações políticas e da hegemonia política, em que uma minoria se constitui como representação ativa das classes sociais dominantes através da ocupação das funções intelectuais no comando do governo, no estabelecimento das leis e na reprodução da ideologia. A capacidade de representar os valores da classe dominante e os transformar em valores universais e totalizantes e a capacidade de representar subjetivamente as classes dominantes para materializar os interesses dessa classe e os fazer parecer interesses universais são essenciais à representação ativa na esfera da política.

Nesse sentido, o exercício da dominação política através de um sistema político e um sistema de valores é o que pereniza a desigualdade na esfera da economia. Através da hegemonia, a classe dominante cria as condições de sua reprodução e da legitimação de seu poder político, o que lhe permite manter os mecanismos de apropriação do valor excedente do trabalho, realizando a acumulação de capital. A simples e pura dinâmica econômica seria insuficiente para a reprodução desse mecanismo. Contudo, a simples reprodução indeterminada dessa relação, por si só, seria inviável. Ela se romperia e se desfaria caso as classes sociais não fossem envolvidas em um arcabouço de determinações políticas capazes de construir o convencimento de que há igualdade nesse modo de produção.

Sabemos que o núcleo central das relações econômicas capitalistas é a formação de um modo específico de expropriação do sobretrabalho. O sobretrabalho consiste na troca desigual entre o trabalho e os meios de produção na transformação do trabalho em mercadoria. A força de trabalho assume a forma de mercadoria quando se estabelece a compra e venda dessa força de trabalho, materializada pelo salário. Contudo, a compra e venda está baseada na relação desigual de valor, ou seja, o salário é um valor efetivamente inferior ao valor do trabalho realizado. Como desenvolve Marx (2013, p. 388), “[...] só se chegaria a tal resultado por meio da compreensão do salário do trabalhador abaixo do valor de sua força de trabalho”. Exatamente tal desigualdade, a diferença entre um e outro em favor dos meios de produção, que constitui o sobretrabalho, aquele trabalho não vendido, mas apropriado pelo proprietário dos meios de produção.

Portanto, convencer as classes sociais envolvidas nessa troca desigual da existência dessa igualdade entre aqueles que produzem e aqueles que detêm os meios de produção é fundamental para a manutenção da dominação, o que se dá pela hegemonia. Nesse sentido, é o sistema de normas, os instrumentos de aplicação das normas, os valores culturais, os aparelhos

coercitivos, os códigos ético-morais, a burocracia, entre outros elementos da superestrutura que constroem as condições para a constituição e manutenção do convencimento da existência de igualdade formal entre os indivíduos, em que pese a desigualdade concreta das relações sociais e econômicas.

A ideia de sociedade, no capitalismo, é diretamente relacionada à ideia de Estado e de seu conjunto de instrumentos de coerção e de cooptação. Se as relações econômicas capitalistas concretas “separam” os produtores diretos dos proprietários dos meios de produção, o Estado unifica essas classes através da igualdade formal dos indivíduos. Essa aparente contradição não é resolvida pela estrutura objetiva do processo de trabalho no plano da infraestrutura. É na esfera da superestrutura, no Estado, que se resolve essa condição, estabelecendo a dominação da tendência individualista, neutralizando a tendência da ação coletiva, através da igualdade normativa entre os indivíduos. “A tendência do produtor direto ao isolamento só pode predominar se uma outra esfera, diferente da esfera da produção, neutralizar a tendência oposta. Esse efeito neutralizador provém da esfera do Estado” (SAES, 1994, p. 28).

Assim, não podemos falar de um Estado indeterminado, de um Estado que flutua sobre as relações econômico-sociais. Ao contrário, à formação econômica corresponde um Estado específico, e as condições ideológicas e normativas criadas por esse Estado incidem para manter e reproduzir esse processo de formação econômica específica e essa relação desigual específica entre produtores e proprietários. Assim se define determinado tipo de dominação de classe. O Estado que emerge da formação econômica capitalista e que torna possível sua reprodução é o Estado burguês, aquele que estabelece a dominação burguesa, aquele Estado que emerge com o capitalismo e molda as condições de sua reprodução através da consolidação concreta da dominação de classes sobre outras.

O Estado pode ser qualificado como burguês quando cria as *condições ideológicas* necessárias à reprodução das relações de produção capitalistas. E o faz na medida em que desempenha uma dupla função: a) individualizar os agentes da produção e b) neutralizar, no produtor direto, a tendência à ação coletiva. (SAES, 1994, p. 29).

Individualiza na medida em que transforma o trabalhador, ou produtor direto, nas palavras de Décio Saes (1994), em um sujeito jurídico, sujeito individual com direitos e vontade subjetiva, com quem o proprietário dos meios de produção estabelece um contrato pelo qual o sobretrabalho é extraído continuamente sob o conceito de uma troca igual e livre. E neutraliza a tendência à ação coletiva desses produtores diretos na medida em que dá caráter privado ao

contrato estabelecido. O Estado neutraliza a tendência dos trabalhadores a se unirem em um coletivo antagônico aos proprietários dos meios de produção, a classe social.

Se classe social é a definição de um interesse comum de todos os produtores diretos na superação da troca desigual entre uso da força de trabalho e salário, ou de todos os proprietários dos meios de produção na manutenção dessa desigualdade, o Estado burguês age para impor outra forma ideológica de coletividade, a sociedade de pessoas livres e iguais. A unificação aparente ou formal (jurídico-político) dos produtores diretos na sociedade os individualiza como cidadãos, e nessa medida o Estado burguês torna possível a reprodução contínua do processo de apropriação do sobretrabalho, a mais-valia.

Quanto mais se aprofunda essa relação de individualização e unificação dos indivíduos, ou seja, dos mecanismos de sustentação ideológica concretos de um modo de produção, mais se torna necessário repetir indefinidamente sua legitimação. A legitimação de uma ordem política é essencial para a constituição do Estado moderno. A capacidade de o Estado exercer suas funções normativas está diretamente relacionada à sua capacidade de construir legitimação. Contudo, o Estado não cria a identidade coletiva da sociedade, mas desenvolve mecanismos para impedir sua desintegração. O Estado moderno capitalista organizou a forma na qual os indivíduos se agregam ao processo econômico do modo de produção capitalista e sua estratificação em classes sociais em contradição.

As crises de legitimidade do Estado emergiram com a imposição do modo de produção capitalista e com o estabelecimento do Estado moderno. O que consagra a ideia de que as oposições e divergências de interesse entre as classes são variáveis presentes em todo e qualquer processo de deslegitimação e legitimação de hegemonia. Entretanto, é fundante do Estado a necessidade de amortecer os conflitos econômicos frutos da dinâmica do modo de produção e enquadrá-los no sistema político e moral para permanentemente restaurar e manter a legitimidade da estrutura de classes do modo de produção. Jurgen Habermas (2016) oferece uma base explicativa para essa função legitimadora, mostrando que as instituições e os aparelhos de hegemonia são essenciais para realizar a reprodução dos valores que constituem a identidade da sociedade. Segundo o autor:

Os próprios procedimentos e pressupostos de justificação são, de agora em diante, as razões legitimadoras sobre as quais se funda a validade das legitimações. A ideia de um acordo levado a cabo por todos, mais precisamente por sujeitos considerados livres e iguais, determina o tipo procedimental de legitimidade da modernidade. (HABERMAS, 2016, p. 391).

A suavização da inconformidade social e da oposição sistêmica de classes é outro aspecto relevante para a legitimação de um Estado. A legitimação também está relacionada à capacidade do Estado de deter os efeitos colaterais disfuncionais do processo econômico. A eficácia dessa função determina o grau de legitimação do Estado e de todos os aparelhos de hegemonia e ideologia em seu funcionamento regulador e produtor da hegemonia.

De outra forma, quanto maior a legitimação social de um modo de produção, mais ele se potencializa para radicalizar e aprofundar seu processo de acumulação. Os intelectuais orgânicos, os aparelhos de hegemonia e o Estado e suas instituições avançam em seu processo de universalização da ideologia e valores particulares das classes dominantes. Essa dimensão da legitimação pelo convencimento, a hegemonia por excelência, se torna determinante em processos de transição ou crise.

A incapacidade de construção da igualdade substantiva entre os indivíduos, demonstrada pela economia de mercado, criou as condições éticas e políticas para a contestação da igualdade como forma normativa e valor universal. Nesse contexto, cresceram as adesões e motivações ligadas à restauração da ordem hierárquica tradicional dos privilégios e do *status quo*. Essas adesões se deram em detrimento das ideias que propunham sua modificação no sentido da igualdade substantiva, fundamentalmente a partir da predominância ampla da ideologia do neoliberalismo e suas assertivas maximalistas da superioridade da forma mercado, da competição individual e da retração do Estado em associação com a política regressiva de amplas correntes políticas de extrema direita (SEDGWICK, 2020).

A defesa de direitos coletivos e da igualdade social, assim, deixou de ser um elemento constitutivo de uma utopia democrática e foi desvalorizada em favor de valores ultra-individualistas. Um movimento no quadro da hegemonia cujo sentido é o de autopreservação de frações, classes e grupos que, na dinâmica da crise da economia de mercado, percebiam prejuízos aos seus interesses. Como esse deslocamento é relacional, implica, por óbvio, na perda de direitos econômicos e sociais e posições políticas que haviam sido conquistados pelos setores não hegemônicos, ao longo do processo de desenvolvimento do capitalismo. Conquistas políticas que, fundamentalmente, se deram sob alguns modos de produção e de governo, como o socialista e o social-democrático – arranjos e modelos de governo os quais se viram desmantelados por essa ofensiva hegemônica do neoliberalismo e emergência da liderança de direita reacionária, ocorrida em especial neste século XXI, mas que já era um processo em curso desde a década de 1980. Frustrada a utopia liberal da liberdade e a utopia socialdemocrata da igualdade, eclodiu a intolerância do individualismo em contexto de escassez e insatisfação crescentes sob hegemonia neoliberal (MISHRA, 2019).

Tais mudanças das relações econômicas e das relações políticas são simultaneamente fatores intervenientes e dependentes da cultura política. Modificam a cultura ao modificar as condições materiais de vida e a explicação moral e política que se desenvolvem para lhe dar legitimidade. É nesse sentido que compreender a interferência da ascensão do neoliberalismo à condição de razão hegemônica é importante na compreensão do contexto em que se dá a emergência das ideias reacionárias e de extrema direita. Na próxima seção, exploro a relação entre o neoliberalismo e a cultura política.

2.2 NEOLIBERALISMO E CULTURA POLÍTICA

O modelo neoliberal significa uma evolução da dinâmica do modo de produção capitalista no sentido de um processo continuado de concentração econômica, redução profunda da concorrência, transnacionalização do mercado de consumo e da mão de obra e financeirização sistêmica (BRAGA, 1997), aprofundando a característica da instabilidade econômica em função da volatilidade e financeirização da economia. Isso impõe uma dinâmica de transformação contínua do capitalismo. Nesse sentido, a dinâmica de crises constantes é um fundamento econômico do capitalismo, uma característica permanente de seu desenvolvimento, não sendo uma singularidade do modelo neoliberal.

Os fatores pertinentes a esse padrão de riqueza advém das transformações dos sistemas monetários-financeiros relacionadas às alterações na natureza do dinheiro, do crédito e do patrimônio; das gestões dos bancos centrais sobre a liquidez e as taxas de juros; da emergência das corporações produtivas com finanças que são um objetivo em si mesmo; da circulação internacional ampliada dos capitais sob o regime de taxas de câmbio flexíveis; da interação desses movimentos com as restrições impostas às finanças públicas; da condução das políticas de globalização pela hegemonia dos Estados Unidos. (BRAGA, 1997, p. 198).

A monopolização e a financeirização são dinâmicas tendenciais no modo de produção capitalista. Ou seja, a ampliação do escopo produtivo em uma mesma empresa, combinando ou etapas ou produtos, induz, invariavelmente, à monopolização. A monopolização elimina a ideia originária de livre concorrência entre capitalistas individualizados. Estabelece grandes conglomerados de capitais que criam as condições para determinar a repartição de mercados, o volume da oferta e da escassez de produtos e de capital, a velocidade do desenvolvimento tecnológico e determinam os preços e a distribuição de lucros. Diz Vladimir Lênin (2007), ao descrever a dinâmica paradoxal da produção socializada e da apropriação privada, que a monopolização é exatamente possível porque mantém-se o quadro geral da livre concorrência

formalmente reconhecida, e é nesse quadro de liberdade legal que se estabelecem as condições para a monopolização de fato. A concentração, portanto, é culturalmente legitimada pela retórica geral sobre o capitalismo concorrencial e livre, ainda que seja um paradoxo de fato.

O desenvolvimento do capitalismo chegou a tal ponto que, ainda que a produção de mercadorias continue reinando como antes e que seja considerada a base de toda a economia, na realidade, encontra-se já minada, e os lucros principais vão para os gênios das maquinações financeiras. (LÊNIN, 2007, p. 33).

A fração financeira detém grandes porções de dinheiro que viabilizam a concentração do capital. De intermediárias, as frações financeiras passam a ser as artífices do processo de concentração a partir do provimento de capital ao processo de incorporação e saltos tecnológicos. Essa trajetória monopolizante diz respeito às dimensões econômicas, mas também às relações e dimensões históricas. Ou seja, às condições concretas nas quais se desenvolveram.

Afirma Nancy Fraser (FRASER; JAEGGI, 2020) que o desenvolvimento do capitalismo é fundamentalmente histórico, suas características se formam com o tempo. A concorrência entre capitalistas era o motor próprio do capitalismo do século XIX. Já no século XX, essa dimensão foi alterada no sentido do crescimento da monopolização industrial no capitalismo. Nesse período, o capital financeiro transita de um efetivo papel logístico e auxiliar para, já ao fim do século XX e início do século XXI, ascender a um papel hegemônico no modo de produção capitalista, em sua fase neoliberal.

A noção de capital fictício de Rudolf Hilferding está na base desse campo explicativo que trata da financeirização da economia. A transição do capitalismo no sentido de seu modelo financeirizado cria a dimensão de espaço econômico e lhe dá magnitude (HILFERDING, 1985). O espaço econômico, nesse sentido, não se reduz à ideia de uma comunidade local de trocas desiguais entre produtores e consumidores, mas, tomado nos tempos atuais, diz respeito à eliminação ou, ao menos, à diminuição das barreiras nacionais, à reorganização das normas legais em cada um dos países, à construção da vontade de consumir e dos próprios padrões e valores de consumo. Diz respeito, fundamentalmente, à legitimação política e ideológica desse modelo internacionalizado e concentrado de economia.

O neoliberalismo, assim, não é a simples evolução econômica ou política da teoria liberal. Não se trata de uma incorporação progressiva dos mercados nacionais ao modo capitalista concorrencial, mas de uma transformação evolutiva profunda. Essa transformação não se restringiu ao campo estrito da economia, foi necessária à sua expansão para o campo da

política, do direito, da moral e dos valores sociais para se realizar. Não só um modo de produção se tornou hegemônico no mundo, mas uma forma específica desse modo de produção.

O que está em questão aqui não são somente diferentes “variedades do capitalismo”, que podem existir lado a lado, e sim *momentos históricos*, vinculados um com o outro numa sequência que possui trajetória. [...] Essa sequência também pode ser reconstruída como um processo direcional ou dialético em uma forma prévia se depara com dificuldades ou limites, que são superados ou contornados por sua sucessora, até que esta também encontre um impasse e seja, por sua vez, suplantada. (FRASER; JAEGGI, 2020, p. 29).

Um modo de produção econômico não apenas desconstrói os resquícios normativos e ideológicos de modos anteriores, ou modalidades diferentes desse mesmo modo, ele igualmente constrói novas relações sociais e novos sistemas de valores. Contudo, essa construção não se trata, necessariamente, de algo revolucionário ou inédito. Tampouco de ruptura absoluta. Construir, de um ponto de vista histórico, ganha o significado de reconstruir, readaptar, atualizar, fazer ressurgir relações anteriores e suas narrativas correspondentes, atualizando subjetividades. Deste ponto de vista que podemos compreender que o neoliberalismo do século XXI assume dimensões não somente econômicas, mas de relações globais. Assume uma dimensão total nas relações sociais, organizando a política e a cultura política hegemônica no mundo. Isso porque, segundo a tese de Pierre Dardot e Christian Laval (2016, p. 17): “[...] o neoliberalismo, antes de ser uma ideologia ou uma política econômica, é em primeiro lugar e fundamentalmente uma racionalidade e, como tal, tende a estruturar e organizar não apenas a ação dos governantes, mas até a própria conduta dos governados”.

O modo neoliberal do capitalismo reorganizou o mundo não mais com base no empuxo da inovação tecnológica, mas a partir da unificação política e cultural que é, simultaneamente, sua causa e sua consequência. A supremacia do capital financeiro, não mais como categoria ou setor do capital, mas como o estágio predominante do próprio capitalismo, estabeleceu um novo tipo de capitalismo ao qual correspondem novos valores, novos comportamentos, novas frações de classes sociais e novas relações políticas. Esses valores são a naturalização da desigualdade, da precarização e do primado do princípio da competição absoluta. A singularidade, originalidade nos termos dos autores, da razão neoliberal está, não somente na capacidade de construir novo modelo de acumulação, mas de construir uma nova sociedade, uma sociedade neoliberal e não somente uma economia neoliberal (DARDOT; LAVAL, 2016).

O neoliberalismo é entendido não como uma evolução natural do mundo dos homens livres e dos empreendedores livres, mas antes um modo de controle e hegemonia sobre o Estado, em que a política aplicada, através dos instrumentos do Estado, é voltada para a

supremacia do valor da concorrência e, como consequência, da produção de seu contrário, a concentração e oligopolização. Dentro da premissa de que a concorrência é a principal alavanca da centralização do capital, o neoliberalismo emerge e se consolida a partir da ação do Estado quando consolida procedimentos favoráveis à concorrência radicalizada, em que empresas mais poderosas absorvem o mercado e o capital das menos poderosas, como ocorre com a financeirização da economia, processo amplamente sustentado pelas políticas de Estado e a partir dele. Nesse sentido, o neoliberalismo é uma normatividade garantida pelo Estado que impõe, sob a forma da hegemonia, uma racionalidade que vai além das relações financeiras e econômicas e se expande para o sistema de valores e de relações políticas. O Estado no neoliberalismo não é instrumento, mas estrutura sustentadora desse determinado modo de capitalismo. O neoliberalismo expressa uma descontinuidade do pensamento liberal clássico do Século XIX.

O neoliberalismo, portanto, não é o herdeiro natural do primeiro liberalismo, assim como não seu extravio ou traição. [...] O neoliberalismo não se pergunta mais sobre que tipo de limite dar ao governo político, ao mercado (Adam Smith), aos direitos (John Locke) ou ao cálculo de utilidade (Jeremy Bentham), mas, sim, sobre como fazer do mercado tanto o princípio do governo dos homens como o do governo de si. Considerando uma *racionalidade* governamental, e não uma doutrina mais ou menos heteróclita, o neoliberalismo é precisamente o desenvolvimento da lógica do mercado como lógica normativa generalizada, desde o Estado até o mais íntimo da subjetividade. (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 34).

De um ponto vista programático, ou seja, dos pressupostos que a hegemonia e o Estado devem desenvolver e legitimar, o neoliberalismo é a normatividade que determina que o mercado seja o distribuidor de riqueza e bens, que haja desregulamentação do sistema protetivo sobre o trabalho e da função social da propriedade e concretize a essencial desobstrução tarifária e legal do capital. A liberdade do capital passa a ser garantida pelo Estado a partir de sua capacidade organizativa e coercitiva. O neoliberalismo produz uma racionalidade em que a atividade financeira atrai o capital e a renda da atividade produtiva, sendo essa dinâmica naturalizada pela hegemonia; os mecanismos financeiros de apropriação ampliam a concentração de riqueza e capital (PETRAS, 1997; DOWBOR, 2017).

Disso conclui-se que do neoliberalismo derivam as formas e dispositivos que determinam o modo de hegemonia atual, ou seja, trata-se de um modo capaz de impor uma forma de sociedade e de relações sociais não somente de uma determinada organização econômica. Nesse sentido, o neoliberalismo constitui-se como uma visão de mundo hegemônica, estendendo suas formas e poder às dimensões normativa, ideológica e moral. Em outras palavras, uma racionalidade e uma dinâmica próprias do campo da economia que ascende

ao campo político e ao social, dominando-os e tornando-se os próprios princípios gerais que governam a sociedade.

A razão neoliberal é também uma razão de poder, de Estado portanto. Diferentemente dos fundamentos do liberalismo original, em que o Estado deveria se ater às prerrogativas da manutenção da ordem, o controle do Estado para a efetivação da razão neoliberal é decisivo. O Estado concentra as diferentes forças necessárias para a imposição das normas para a manutenção de seu processo de acumulação em um contexto de crise econômica, e também para convencer os indivíduos a voluntariamente incorporarem-se a essa ordem. O neoliberalismo não é, portanto, a simples materialização evolutiva, econômica ou política, da teoria liberal. Como modo de produção dominante, sua forma de dominação e hegemonia secundariza os pressupostos da liberdade civil radical para assentar-se na ideia da concorrência absoluta. A ação política, por meio do Estado e dos aparelhos privados de hegemonia, é determinante para a legitimação dessa racionalidade. O processo de consolidação do neoliberalismo é, portanto, determinado pelo nível de hegemonia política que as frações de classe dirigentes desse modo de capitalismo desenvolveram.

O neoliberalismo, assim tomado conceitualmente, nos permite analisar sua dimensão política e ideológica, suas redes de convergência e de antagonismos, além da dimensão financeira. Falo, assim, de um modo de organizar politicamente, e não só economicamente, a sociedade e as relações de poder. Contudo, a dimensão econômica está presente na base dessas relações de poder. Segundo Pierre Dardot e Christian Laval (2016), a generalização da concorrência globalizou o risco e a instabilidade econômica, mas tal efeito somente foi possível com base na capacidade impositiva das relações políticas e do poder político. “Foram os Estados e as organizações econômicas mundiais, em estreita convivência com os atores privados, que criaram as regras favoráveis a esse rápido crescimento das finanças de mercado” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 28).

As políticas basilares do neoliberalismo são a proteção do sistema financeiro, a diminuição ou eliminação das normas protetivas sociais e do trabalho, a transferência de empresas públicas para a propriedade privada, o controle da massa monetária e da inflação, a austeridade fiscal e diminuição dos gastos públicos em proteção social. A precarização do trabalho é uma das efetivações materiais desse modelo. O capitalismo, na hegemonia de sua forma neoliberal, ainda que viva uma forte modernização tecnológica, não prescinde de um modelo em que a extração da mais valia absoluta, para além da mais valia relativa, seja seu principal fator de reprodução. Como afirma Décio Saes (1994), o trabalho nunca foi tão mercadoria quanto nessa quadra do desenvolvimento do modo de produção capitalista.

Com a guinada neoliberal, o capitalismo de novo começou a se valer de formas de acúmulo por expropriação – revogando leis que protegem os direitos dos cidadãos e regulando o mercado financeiro, por exemplo – o que Marx, outrora, considerava formas típicas do que chamava de acumulação primitiva. (DELLA PORTA, 2019, p. 62).

Essa racionalidade neoliberal, contudo, não é hegemônica por si. É necessário que haja uma amálgama entre um conjunto amplo de classes e frações de classe que construa um mecanismo político capaz de tornar universal uma razão particular. Nancy Fraser (2018) demonstra que a hegemonia se desenvolve a partir de dois conceitos normativos, o conceito de distribuição e o de reconhecimento. O conceito de distribuição diz respeito à grande forma da produção e da apropriação de riqueza, trata-se aqui da forma neoliberal de distribuição, forma de ratear os bens, serviços e riquezas que possui ou produz, em especial a renda. Está diretamente relacionada à estrutura econômica da sociedade.

O reconhecimento diz respeito à aceitação, por parte das classes sociais, principalmente as classes dominadas, desses mecanismos de distribuição. Diz respeito aos valores do senso de como a sociedade deve atribuir hierarquias e legitimá-las ou não. Analisados em combinação, distribuição e reconhecimento dizem respeito a como as classes sociais se organizam, sob a hegemonia da classe dominante, para reproduzir continuamente o sistema econômico e a dominação política. Alerta Fraser que essa distinção é analítica, pois esses conceitos se interligam empiricamente. Não se pode falar de distribuição sem que ela seja reconhecida culturalmente. Tampouco o reconhecimento pode dispensar sua dimensão institucional e econômica. Fraser opera tais conceitos a partir da esfera da visão de mundo hegemônica, aquilo que para tal visão dominante é justo e, portanto, injusto.

O aspecto distributivo transmite uma visão sobre como a sociedade deve alocar bens divisíveis, especialmente renda. Este aspecto fala sobre a estrutura econômica da sociedade e, ainda que obliquamente, às suas divisões de classe. O reconhecimento expressa um senso de como a sociedade deve atribuir respeito e estima, as marcas morais do deleito de associação e do pertencimento. Focado na estrutura de status da sociedade, este aspecto refere-se às suas hierarquias de status. (FRASER, 2018, p. 45).

Apoio-me nos argumentos anteriores para considerar que o reconhecimento da manutenção dessa distribuição é essencial para a necessária legitimação contínua da conservação do bloco hegemônico. Tais políticas, portanto, precisam se tornar consenso ou maioria política na sociedade para se efetivarem e criar as condições suficientes para orientar políticas de governo e os comportamentos políticos. Contudo, precisam, a despeito de seu sentido antipopular, se tornar popularizadas pela aceitação no senso comum e ganhar grau de

efetividade. Um conjunto expressivo de ações ideológicas e comunicacionais levado a cabo por distintos intelectuais orgânicos transformou políticas de governo em favor da lógica de mercado em políticas naturalizadas e à imagem de competências e inevitabilidade técnica. Tal convergência levou à assunção desse modo de capitalismo à condição de inevitabilidade e superioridade racional (DARDOT; LAVAL, 2016).

Essa forma concreta que o modo de produção desenvolve precisa convergir com o conjunto de valores culturais da sociedade para obter sua legitimação e, dialeticamente, transformá-los em uma visão de mundo. Não basta a imposição dos fatos ou da força para que ele seja aceito pela sociedade e torne-se uma razão hegemônica. É preciso que haja identificação, autoconvencimento, aceitação e naturalização desse modo de organizar a acumulação e a exploração. Esse encontro entre valores, razão neoliberal, passado, história e o reacionarismo é o que desenvolveremos na próxima seção.

2.3 OS VALORES POLÍTICOS E SEU ENCONTRO COM O REACIONARISMO

O vínculo com os valores conservadores e tradicionais não se dá sob a forma de uma reposição da história, mas sob a dinâmica da reconstrução da história, transformando valores históricos em valores míticos, refundando o passado em uma atualidade diferente. Não se trata de retornar ao passado, mas de exercer a hegemonia sobre o presente. O reacionarismo da atualidade não é a simples reprodução, portanto, dos fascismos, autoritarismos e conservadorismo de outrora, mas uma atualização destes pela fusão da razão neoliberal com a atual hegemonia rentista global. O reacionarismo se caracteriza por reagir ao processo civilizatório modernizante. Uma reação ao mundo moderno e suas transformações em busca de uma hierarquia social, sistema político e controle social sobre bases de algum antigo regime. O próprio reacionarismo vai se transformando em relação ao espírito da época. O reacionarismo assimila dimensões anti-iluministas, antiliberais, anticomunistas, antissocial-democratas, anti-igualitárias ou anti-afirmativas, sendo a ponderação entre esses atributos feita pelo ascenso ou descenso de um ou outro campo cultural ou político e os momentos de crise do sistema. A ideia de que a verdade está no passado e não no futuro reaparece nesses ciclos (SEDGWICK, 2020).

Afirma Lilia Moritz Schwarcz (2019), em referência a Ruy Fausto, que se trata de um “novo regressivo”, em que valores do passado são reativados no presente. O sentido reacionário não significa um retorno objetivo ao passado, mas uma reinterpretação desse passado, construído como virtuoso e capaz de sanar os males causados pelas transformações do curso

modernizante da sociedade. Assim, o reacionarismo é um fenômeno e um campo político atual, porque atualizado.

Já a emergência dessa onda de governos conservadores, que inundaram a política contemporânea, não se limita a retomar ao passado, nem funciona como mera reencarnação dos fascismos e populismos perdidos na história da primeira metade do século XX. O certo é que se trata de fenômeno tão moderno como complexo (SCHWARCZ, 2019, p. 228).

Esse passado é reconstruído constantemente, modelado pelas consequências e condições produzidas pelo atrito entre a hegemonia e a resistência a ela. Essa reconstrução se dá pela constante atualização dos valores de uma sociedade, valores que são a expressão da relação entre dominantes e dominados, sendo a base na qual se assenta a hegemonia e na qual podem se assentar novas hegemonias. No entanto, os valores não se reconstroem por si, não “andam” sozinhos, muito menos são produto de geração natural. São as classes dominantes, por meio dos aparelhos ideológicos e do controle do aparelho de Estado, que lhes atualizam à sua imagem e interesses, ainda que as classes dominadas as assimilem nas condições de sua vida material concreta. A assimilação e naturalização da desigualdade, portanto, é um resultado do processo cultural e político de reprodução da hegemonia política das classes dominantes.

A desigualdade, entretanto, não é tomada em seus aspectos econômicos ou em relação ao sistema normativo-estatal de direitos, mas em seu aspecto ideológico, de sistema de valores sociais. Ela é tomada no sentido da existência, legitimada pela hegemonia política de um sistema de valores que consagra a desigualdade entre os indivíduos ou grupos sociais como uma decorrência de uma dinâmica concorrencial invisível, formalmente igualitária, mas que elimina a igualdade substantiva, em um ambiente valorativo que reproduz continuamente a legitimação da desigualdade. Essa ideologia se baseia em uma visão meritocrática da desigualdade a partir da qualificação, posição e salário de cada indivíduo ou grupo social nas relações do Estado e da economia. Esse sistema constitui uma ideologia hegemônica caracterizada por Jessé de Souza como *ideologia do desempenho*, na “[...] medida em que ela não apenas estimula e premia a capacidade de desempenho objetiva, mas legitima o acesso diferencial permanente a chances de vida e apropriação de bens escassos” (SOUZA, 2018, p. 242).

A aceitação da desigualdade é um processo no qual os valores dos dominantes não se tornam universais e interclassistas por imposição meritocrática ou por forças da natureza, mas são naturalizados na cultura política moderna por efeito de sua incorporação ao sistema de

valores dos dominados por decorrência da hegemonia política a que estão submetidos por meio da ação objetiva dos instrumentos de dominação, entre eles o Estado e sua força normativa. A desigualdade social se dá pelo estabelecimento simultâneo de posições de força na base econômica da sociedade, como classe social, e a hierarquia política se estabelece na superestrutura estatal, como fração de classe dirigente. É neste nível que se dá a forma material da implantação da desigualdade como valor social naturalizado: a institucionalização de práticas políticas, incorporadas normativamente ao sistema, como o personalismo, populismo, privatismo e clientelismo. Constrói-se, assim, a convergência para a naturalização da desigualdade. A desigualdade surgiria, desse modo, como uma expressão razoável e aceitável da dinâmica do sistema democrático moderno e da formação econômica capitalista. A narrativa do passado e a capacidade de naturalização da desigualdade tornam-se as chaves para o estabelecimento da hegemonia e da supremacia política.

Os valores da desigualdade e da hierarquia são a base da cultura autoritária e conservadora que embasa, por sua vez, a hegemonia política no Brasil, amalgamada no que Lilian Moritz Schwarz chama de teorias do senso comum. Essa narrativa estaria baseada em quatro grandes pressupostos básicos: o Brasil é um país harmônico e sem conflitos; o brasileiro rejeita hierarquia; a democracia brasileira é plena; e o país é cheio de recursos infindáveis, um verdadeiro paraíso (SCHWARZ, 2019).

No mesmo sentido, Marilena Chauí (2000) afirma que a exuberância da natureza, o povo ordeiro, o país sem preconceitos, hospitaleiro e acolhedor, com oportunidades para quem quer trabalhar, compõem uma “crença generalizada” que concebe o reconhecimento da divisão social e política como um mal a combater, como uma traição ao espírito do brasileiro. Essa dimensão da cultura hierarquizada e autoritária culmina na formatação dos mecanismos dos aparelhos ideológicos privados e estatais que buscam reproduzi-la. “O autoritarismo social que, enquanto ‘cultura senhorial’, naturaliza as desigualdades e exclusões socioeconômicas, vem exprimir-se no modo de funcionamento da política” (CHAUÍ, 2000, p. 93).

Contudo, um processo com essa significância e abrangência não surge em um único episódio, um momento ápice qualquer, como a eleição de Jair Bolsonaro e de grande base de parlamentares de posições reacionárias. Esse episódio, por mais decisivo e relevante que tenha sido, não permite identificar que o pensamento reacionário tenha nascido e surgido, sem ter precedentes ou condições suficiente para irromper de um momento para outro. Esse é um processo maior, mais longo e que se caracteriza pela gradualidade, simultaneidade, coabitação, e não pela ruptura. Todo o período após o fim do regime autoritário de 1964 – da campanha das Diretas Já, do Colégio Eleitoral que indicou José Sarney presidente da República em 1984 e da

Constituição de 1988 – aos dias atuais foi marcado por uma alternância entre políticas macroeconômicas e os arranjos de forças sociais a elas correspondentes, entre blocos sob direção neoliberal ortodoxa e blocos sob direção desenvolvimentista, independentemente de suas matizes, sem, no entanto, que a hegemonia burguesa tenha sido desfeita.

A renovação dos valores reacionários e da direita se dá como resultado de um processo conflitivo de reorganização da dominação burguesa e da hegemonia capitalista no Brasil a partir da substituição do regime autoritário, no início dos anos de 1980. É na disputa pelo modelo de transição para o regime democrático liberal e, nas décadas seguintes, pela forma do Estado e conteúdo de suas políticas, que se dão os condicionantes da construção da hegemonia burguesa neoliberal no Brasil. Essa hegemonia se caracteriza por uma radicalização da apropriação econômica do Estado no plano da economia e pelo desenvolvimento político e ideológico de um pensamento ultrarreacionário. É dessa forma que a burguesia brasileira viabiliza sua reinserção no capitalismo global. Esse processo de reinserção se dá de forma subordinada ao grande capital rentista mundial, mas, no plano nacional e no âmbito da sociedade civil, se legitima com a atualização e ressurgimento do pensamento reacionário e conservador.

Essa legitimação se estabelece pela convergência entre tal pensamento autoritário e reacionário e a hegemonia dos elementos doutrinários neoliberais na sociedade brasileira no período pós-Constituição Federal de 1988. A expressão dessa hegemonia é a constância de altos indicadores de não adesão à ideia de democracia na cultura política dos brasileiros durante a vigência do regime democrático. Com base na onda de 1995 da World Values Survey (WVS)⁴, Henrique Carlos de Oliveira de Castro (2007) afirma que há forte apoio, entre os brasileiros e a população dos demais países latino-americanos ao autoritarismo. Através da agregação de variáveis da WVS de 1995, o autor monta duas escalas para dimensionar a adesão dos entrevistados aos valores não democráticos. A primeira é chamada de “nostalgia da Ditadura”, e a segunda, de “autoritarismo”. Os brasileiros são os segundos e primeiros, respectivamente, entre os latino-americanos que mais respondem afirmativamente a essas variáveis.

Em uma pesquisa dedicada a identificar o nível de adesão da sociedade brasileira ao autoritarismo, os autores Renato Sérgio de Lima, Paulo de Martino Jannuzzi, James

⁴ “World Values Survey (WVS) is a global research project that explores people’s values and beliefs, their stability or change over time and their impact on social and political development of the societies in different countries of the world. [...] Representative national samples of each society are interviewed, using a standardized questionnaire of 300 items that measures support for democracy, tolerance to foreigners and ethnic minorities, support for gender equality, the role of religion and changing levels of religiosity, the impact of globalization, attitudes toward the environment, work, family, politics, national identity, culture, diversity, insecurity, subjective well-being, and etc.” (WVS, c2020).

F. Moura Júnior e Damião S. de Almeida Segundo (2020) concluíram que o autoritarismo é um traço permanente e generalizado entre vários cortes demográficos e sociais da sociedade brasileira, porém com forte incidência sobre as classes dominadas. Os resultados da pesquisa “[...] indicam uma forte adesão às posições autoritárias em todos os estratos sociais, mas ainda mais intensas para segmentos sociais historicamente marginalizados” (LIMA et al., 2020, p. 1).

Esses elementos conservadores e autoritários são fundamentais nesse processo de construção de hegemonia e contra-hegemonia entre classes sociais e frações dessas classes. A transformação de valores reacionários – tais como racismo, sexismo, segregação de classes sociais, fundamentalismo cristão, maximização da ideia de prosperidade – em valores de caráter universal estabeleceu uma ideia de que esses seriam “valores corretos” ou valores nacionais tradicionais. Isso em contraposição aos “valores incorretos” ou exóticos, os quais seriam constituídos por um conjunto de elementos que, paradoxalmente, vinham sendo constituídos como avanços civilizatórios – como auto-organização coletiva, movimentos sociais, liberdade de opinião, igualdade étnica, combate à desigualdade econômica, justiça social com sentido conflitivo com os interesses de acumulação capitalista e que pareciam crescer na aceitação da opinião pública e da sociedade a partir do fim do regime autoritário de 1964.

Esses valores ideológicos mais conservadores e autoritários, clássicos da cultura política brasileira, tenderam a se atualizar, contudo, a partir de seu encontro com valores que fazem parte do ideário neoliberal, como o individualismo radical e a rejeição ao Estado. Esse encontro produziu uma síntese política abertamente contrária às políticas de inclusão social do período lulista (2003 a 2016), assimilando a defesa da eliminação do Estado de bem-estar social e a livre regulação do mercado. Analisando as opiniões dos manifestantes de 2015, Helcimara Telles (2019) conclui que o crescente ativismo e formação de um pensamento à direita se dão pela rejeição às políticas de distribuição de renda aos mais pobres, em uma clara expressão de valores e ideologia.

Para além dessas condições, a profunda crise global de acumulação capitalista, associada à hegemonia burguesa e aos seus aparelhos ideológicos, formou as condições para essa atualização dos valores reacionários na sociedade brasileira. Para o pensamento liberal e para o modelo democrático-liberal em concreto, não há, entretanto, essa universalidade do sujeito, e sim um modelo de sujeito ideológico e classista, que exclui aqueles que não atingem seus requisitos históricos, como riqueza, gênero, raça e até liberdade formal (LOSURDO, 2015). A construção do valor simbólico é, portanto, uma dimensão da dominação de classe, da hegemonia de um bloco de classes sobre outro. Se, no campo da economia, o valor ganha objetividade na capacidade de troca e na taxa de mais valia, é no campo da política e da cultura

que a subjetividade ganha valor, e quem controla os mecanismos de subjetividade possui a capacidade de valorar os comportamentos, a estética, a classe social, a retórica daquilo que Marilena Chauí (2000) caracteriza como semióforos. Em outras palavras, a posse efetiva desses valores e a capacidade recorrente de produzi-los (CHAUÍ, 2000).

Essa exclusão social em um ambiente de hegemonia está na base dos conflitos e reações a tal padrão de dominação, o que dá forma à emergência do radicalismo reacionário na atualidade. Contudo, a cultura autoritária e a cultura conservadora não são, se tomadas isoladamente, suficientes para provocar o fenômeno do ressurgimento e emergência do reacionarismo, ainda que sejam necessárias para tal. A convergência dos valores autoritários e dos valores conservadores com a necessidade do atual estágio de acumulação e desenvolvimento do modo de produção capitalista é que se torna suficiente para fazer eclodir esse ressurgimento. Fatores que isoladamente são necessários, mas que somente em conjunto se tornam suficientes para darem curso a esse processo. A convergência entre cultura conservadora e autoritária, pensamento neoliberal e crise global criaram as condições necessárias e suficientes para a emergência do fenômeno da emergência do pensamento reacionário e da extrema direita e seu grande ativismo político.

O pensamento conservador e autoritário já reunia bases orgânicas em centros intelectuais de formulação e difusão. Assim como encontrava identidade com elementos ativos da cultura política brasileira, suficientes para atingir a tamanha capacidade de circulação e de convencimento observada no período. Contudo, é o encontro com o pensamento neoliberal que dá base ideológica e legitimidade social para a constituição de um bloco de forças e um campo ideológico reorganizado em torno de uma agenda e um programa que caracterizam esse ressurgimento e essa atualização.

Um dos aspectos contextuais para essa convergência é descrito por Castro (1998), que afirma que o próprio surgimento e desenvolvimento do capitalismo no Brasil, como em toda a América Latina, não resulta de um processo de emergência dos valores liberais democráticos. A modernidade capitalista resultaria não de seu caráter revolucionário adquirido em sua história antiabsolutista, mas de um processo fortemente exógeno e, nos termos de Antonio Gramsci (2014), passivo.

Esse aspecto conservador e reacionário – não derivado de um processo de características e potencial revolucionário – do pensamento liberal e capitalista já havia sido desenvolvido em uma das obras fundantes da área de Ciências Sociais brasileira. Em *Raízes do Brasil*, Sérgio Buarque de Holanda (2014) desenvolveu os argumentos acerca da desconexão entre a modernidade capitalista, no plano da economia, e o arcaísmo pré-capitalista, no campo da

ideologia e valores da elite brasileira. Descrevendo o caráter exógeno da modernização capitalista no Brasil, Holanda apontou a desconexão entre a modernização própria do capitalismo e a sobrevivência de uma cultura política hegemônica conservadora e arcaica, e entre essa e o sistema político democrático liberal.

A democracia no Brasil foi sempre um lamentável mal-entendido. Uma aristocracia rural e semifeudal importou-a e tratou de acomodá-la, onde fosse possível, aos seus direitos ou privilégios, os mesmos privilégios que tinham sido, no Velho Mundo, o alvo da luta da burguesia contra os aristocratas. E assim, puderam incorporar à situação tradicional, ao menos como fachada ou decoração externa, alguns lemas que pareciam os mais acertados e eram exaltados nos livros e discursos. (HOLANDA, 2014, p. 192).

Argumento que, de outro modo, Henrique Carlos de Oliveira de Castro (1998) desenvolveu e trouxe para a atualidade no mesmo artigo já citado, no qual aborda o paradoxo da relação entre a aceitação da democracia, como forma e procedimento, com uma cultura política não democrática e autoritária. O autor demonstra haver uma relação causal entre formação social-histórica e valores culturais e ideológicos dessa mesma sociedade na formação de sua cultura política. Nesse sentido, tornam-se relevantes as demonstrações de que há bases para a relação entre autoritarismo e neoliberalismo, tema que será desenvolvido no próximo capítulo da tese.

3 CRISE E MUDANÇA: A REORGANIZAÇÃO DOS BLOCOS

Neste capítulo abordo o contexto de crise econômica e política que emoldura um processo de alteração dos blocos no poder. A alteração das alianças e blocos mostrou-se relevante para o contexto em que surgiram as condições favoráveis para a emergência de políticas de caráter reacionário.

3.1 BLOCO NO PODER E HEGEMONIA

Tratar o neoliberalismo como razão e não somente como uma etapa evolutiva e linear da economia capitalista, como construída teoricamente por Dardot e Laval (2016), diz respeito ao reconhecimento da condição hegemônica do neoliberalismo como visão de mundo e domínio político. Trata-se da elevação do neoliberalismo à condição de hegemonia cultural no mundo. Em outras palavras, não apenas uma imposição normativa ou uma ideologia, mas uma visão total de mundo.

À hegemonia, ou seja, à ascensão da visão particularista de uma classe à condição de visão universal de várias classes, por meio da incorporação dos valores dominantes ao senso comum dos dominados, corresponde um bloco de forças hegemônico, um bloco histórico. Esse bloco efetiva-se como um bloco no poder, nos termos de Poulantzas (1977). Trata-se de uma convergência e aliança de classes sociais e frações distintas entre si, sob a liderança moral e a direção política da classe econômica dominante. Novamente, aqui me amparo em Antonio Gramsci (2014, p. 283), que define a hegemonia “[...] como forma necessária do bloco histórico concreto”, quando classes e frações se articulam ao próprio Estado para socializar um determinado sistema de valores e um determinado sistema econômico. A hegemonia se realiza no campo da cultura e da sociedade, mas também se operacionaliza no campo da política, ou seja, no espaço da ação e das práticas políticas de direção do Estado, em todas as suas esferas, como governo, parlamento, justiça e suas políticas.

Neste sentido, o conceito de bloco no poder relaciona-se ao nível político, recobre o campo das práticas políticas, na medida em que este campo concentra em si, e reflete, a articulação do conjunto das instâncias e dos níveis de luta de classes de um estágio determinado. O conceito de bloco no poder assume aqui uma função análoga à do conceito de forma de Estado no que respeita à superestrutura jurídica-política. (POULANTZAS, 1977, p. 229).

A hegemonia, portanto, e seu correspondente bloco histórico podem se desagregar e com isso constituir novo bloco e nova hegemonia. O crescimento geométrico da dominação econômica da fração rentista na economia da atualidade (DOWBOR, 2017; DARDOT; LAVAL, 2016) está na base de uma alteração no bloco histórico que sustenta a hegemonia do capitalismo no sentido de sua dimensão neoliberal (BOITO JÚNIOR, 2018; IANONI, 2018). Esse bloco histórico toma materialidade objetiva quando atinge a condição de direção política das classes dominantes, através dos controles dos aparelhos de hegemonia e ideologia e, também, do controle do Estado – quando, então, passa a ser um bloco no poder que dá a sustentação e direção à hegemonia. Ou seja, o bloco no poder é a aliança pluralista de mais de uma classe ou fração das classes dominantes e seus aliados, que se efetiva na relação e dominação sobre o Estado capitalista. O bloco no poder é o campo das práticas políticas das classes e frações de classe dominantes que permite constituir e administrar a coexistência de interesses, por vezes contraditórios, regulados pelo poder político da fração hegemônica. O Estado, portanto, não é um elemento extrínseco à hegemonia, ela é constituída pelo próprio poder político concentrado no aparato de Estado. O bloco no poder, assim, é a materialidade do bloco histórico e da hegemonia que lhe dá contornos.

A própria hegemonia, no interior desse bloco, de uma classe ou fração, não é devida ao acaso: ela tornou-se possível, como veremos, através da unidade própria do poder institucionalizado do Estado capitalista. Esta, correspondendo à unidade particular das classes ou frações dominantes, isto é, estando em relação com o fenômeno do bloco no poder, faz precisamente com que as relações entre as classes ou frações dominantes não possam consistir, como acontecia em outros tipos de Estado, em uma repartição do poder de Estado – igualdade de poder daquelas. (POULANTZAS, 1977, p. 234).

Analisando a política estadunidense do período Ronald Reagan, entre 1981 e 1989, e no período Donald Trump, entre 2017 e 2020, Nancy Fraser (2018) descreve a confrontação de dois blocos sociais e políticos que se alternaram politicamente como direção do bloco hegemônico neoliberal e do bloco no poder, simultaneamente. Desse esforço descritivo sobre o que chama de lacuna de hegemonia (FRASER, 2018), retiramos a construção de dois conceitos muito relevantes para pensar o Brasil contemporâneo: neoliberalismo progressista e neoliberalismo ultrarreacionário.

O bloco *neoliberal progressista* reuniu a fração financeira monopolista. Essa fração se mostrou interessada em desenvolver um mecanismo de distribuição que gerasse maior concentração de riqueza por meio da ação do Estado na viabilização de uma economia regressiva. Sua política é fortemente concentracionista e monopolista, baseada na financeirização, no desmantelamento das barreiras e proteções para a livre circulação do capital,

assim como na desregulamentação dos bancos, na desindustrialização e na precarização e desvalorização do trabalho. O que garantiu o reconhecimento e a legitimação dessa política tão regressiva às classes trabalhadoras foi a assimilação de várias dimensões políticas, de caráter modernizante, incluyente e democrático, como os direitos civis, o multiculturalismo e as plataformas identitárias em gestação em um mundo que incorporava novas democracias na América Latina e vivia um processo de descolonização na África. Igualmente relevante, esse bloco precisava avançar sobre o colapso dos regimes socialistas do Leste Europeu e, para tanto, precisava afirmar a superioridade da forma democrática-liberal em contraponto ao modelo articulado pelo mundo socialista em plena Guerra Fria. Em especial, a retórica democrática e liberal progressista foi chave nessa estratégia. Isso permitiu a associação ao bloco hegemônico, de forma subordinada, de vários setores não rentistas da economia mundial, incluindo jovens precarizados e desempregados, bem como trabalhadores, especialmente aqueles pertencentes aos setores médios da classe trabalhadora.

A esse neoliberalismo progressista, Fraser (2018) contrapõe a construção de um novo bloco, denominado por ela de neoliberalismo ultrarreacionário. Suas características incluem o aprofundamento da concentração de riqueza e poder do capital rentista. Esse bloco reacionário aprofundou a tendência de concentração econômica e política, sendo marcado, globalmente, pelo aprofundamento dos cortes em políticas de distribuição de renda, proteção social e assistência. No plano político, restabeleceu a secundarização e até supressão de protagonismo e espaço político dos setores não rentistas e de políticas progressistas e liberais clássicas no campo do reconhecimento e da legitimação política. A política de legitimação através da incorporação de novas demandas foi substituída por uma baseada, em certa medida, na restauração do supremacismo racial e religioso e no nacionalismo impregnado de anticomunismo. Contudo, a legitimação política do neoliberalismo reacionário se baseou em um forte privilegiamento da elite financeira mais tradicional. A defesa da igualdade formal entre os indivíduos é, essencialmente, a base da legitimação desse bloco neoliberal progressista.

Calhou, desse modo, aos ‘Novos Democratas’ contribuir com o ingrediente essencial: uma política progressista de reconhecimento. Recorrendo às forças progressistas da sociedade civil, eles difundiram um *ethos* de reconhecimento superficialmente igualitário e emancipatório. (FRASER, 2018, p. 47).

Nenhum desses blocos históricos, entretanto, foi capaz de superar a crise política que envolve a economia capitalista neoliberal. Seja com preponderância progressista ou sob a direção reacionária, a marcha forçada da concentração econômica não foi obstruída. Ao

contrário, ambas as vertentes trataram de impulsioná-la, ora incorporando retóricas de igualdade e reduzindo-a ao conceito de mérito e oportunidades individuais, ora incorporando retóricas reacionárias de restabelecimento de privilégios. Em nenhum caso a hegemonia neoliberal deixou de avançar na financeirização e monopolização do capital e no aumento da expropriação do valor do trabalho.

As frações hegemônicas tendem a ter maior capacidade de manter os privilégios nas políticas estatais e, para tanto, podem, em um período de crise, modificar o bloco no poder de forma a manter sua hegemonia. Essas passagens tendem a consolidar aquilo que Nicos Poulantzas (1977) caracterizou por crise de hegemonia, considerando-se ainda que o fracionamento da classe dominante pode se dar não somente no campo da infraestrutura da sociedade, mas formar-se também no campo da prática política, agudizando ainda mais essa ideia de crise e de conflito político. Poulantzas (1977) distingue duas dimensões relevantes: na primeira delas, a hegemonia é exercida sobre as classes dominadas e, com isso, assume sua condição de universalidade; na segunda delas, a hegemonia é exercida por uma fração sobre as demais frações inseridas no bloco. O autor alerta que, via de regra, essas duas dimensões são exercidas simultaneamente pela mesma fração, mas que essa concentração de dupla função depende das circunstâncias conjunturais e que, portanto, a dissociação entre essas duas dimensões pode ocorrer, cabendo a diferentes frações da classe dominante a hegemonia sobre o conjunto da sociedade, ou povo, e sobre o bloco no poder. Essa convivência entre as contradições dos interesses das distintas frações do bloco, sem desconsiderar a possibilidade histórica de uma alteração completa da hegemonia, estabelece as condições para a desestabilização do arranjo hegemônico, em especial naquelas situações em que a condição de fração hegemônica global não coincide com a condição de hegemônica do bloco no poder. Esse paradoxo pode gerar a crise de hegemonia.

A dinâmica concentradora e a força política da fração hegemônica puseram em conflito esse conjunto distinto de frações do capital. A abertura comercial, a desregulamentação financeira, as privatizações de ativos estatais e a política de superávit financeiro na gestão fiscal do Estado, garantiram altas taxas de lucro ao capital internacionalizado, aumentaram a dependência da burguesia interna ao desproteger seus mercados cativos, aumentar o custo do dinheiro e não contar com grandes programas de investimento estatal. Isso não expressou rompimento com o modelo e a razão neoliberal, mas criou áreas de atrito no que diz respeito às margens de lucro e crescimento de capital entre as frações financeiro-internacionalizadas e as frações internas. O papel unificador do Estado, a unidade ideológica e a interdependência econômica deram limites a esses conflitos, sempre restritos às escolhas por políticas e

estratégias estatais sem, em nenhum momento, pôr em xeque o modelo econômico e a hegemonia política.

Esse aspecto do papel unificador do Estado explica a sistemática reaglutinação das frações a partir do controle do espaço estatal ampliado. Tal aspecto unificador nos dá elementos para compreender a constante presença das mesmas frações burguesas, ainda que não todas, em diferentes blocos no poder. Isso se deu durante os períodos dos governos neoliberais progressistas de Fernando Henrique Cardoso, dos governos neodesenvolvimentistas de Lula da Silva e Dilma Rousseff e dos governos neoliberais reacionários de Michel Temer e Jair Bolsonaro. Nesses governos, em graus e papéis dirigentes diferentes, todas as frações de classe da burguesia compuseram tais blocos no poder. Tal aspecto baseado em contradições, mas não em rupturas entre blocos no poder e entre seus componentes, nos permite estabelecer a ideia de deslocamentos políticos.

Desta forma, podemos falar de uma hegemonia ampla exercida pelos setores rentistas e financeiros e que exerceu simultaneamente a hegemonia estrita, sobre o bloco no poder, desde o fim da Ditadura Militar no Brasil, em 1985. Como se havia referido, essa hegemonia estrita, contudo, teve um período de interstício, com a hegemonia do bloco no poder, durante os governos de centro-esquerda, entre 2003 e 2016, sendo exercida por uma fração distinta, sem que isso tenha significado o rompimento com a hegemonia ampla (BOITO JÚNIOR, 2018).

3.2 AS MUDANÇAS NO BLOCO NO PODER E A REPRODUÇÃO DA HEGEMONIA: EMERGÊNCIA E DECLÍNIO DO BLOCO NEOLIBERAL PROGRESSISTA

O Brasil viveu, da transição do regime autoritário de 1984 até a atualidade, um processo de desenvolvimento irregular, porém constante, de hegemonia política burguesa-liberal. Nesse processo, a própria batalha continuada pela reinserção no capitalismo global estava em jogo para as classes dominantes brasileiras. Fazer referência a uma hegemonia de classe não significa dizer que não haja conflitos. Ao contrário, os conflitos de classe dão base à ideia de hegemonia, de um sujeito social exercendo supremacia sobre seu diferente no processo político e econômico, tanto na esfera da grande classe à qual pertence quanto em relação às classes diferentes, subordinadas e dominadas. Os conflitos internos às classes sociais organizam e desorganizam as alianças e frentes entre as classes e frações de classes. A existência e longevidade de uma hegemonia de valores burgueses não quer dizer que não tenha havido alternâncias e impasses entre suas frações (BOITO JÚNIOR, 2018).

As crises econômica e de produtividade, com hiperinflação e estagnação, que marcam o estertor do regime autoritário de 1964, criaram as condições para uma rearticulação das frações dirigentes do empresariado brasileiro em direção ao ideário e às políticas neoliberais. Essa aglutinação resultou na formação do bloco de classes que culminou com a formação dos governos FHC e de seu predecessor Fernando Collor, assentados nas políticas de estabilização monetária, altas taxas de juros, privatizações de empresas estatais, desregulamentação do mercado e integração internacional ao capital financeiro global. Tais políticas derivaram do papel dirigente cumprido na formação desse bloco no poder pelo capital rentista associado (BERRINGER, 2015; CASIMIRO, 2018).

Essa caracterização operacional nos permite enquadrar o bloco no poder desde o fim do regime autoritário, em 1985, até o final do período Fernando Henrique Cardoso, em 2002, como um bloco *neoliberal progressista*. Tal bloco esteve assentado nas políticas de estabilização monetária, de altas taxas de juros, de privatizações de empresas estatais, de desregulamentação do mercado e de integração internacional ao capital financeiro global, com um programa democrático e liberal clássico – no sentido da adesão formal e prática às liberdades individuais – o que se revelou como um mecanismo de reconhecimento e legitimidade do regime.

A construção do bloco no poder nos períodos de governos neoliberais, liderados por Fernando Henrique Cardoso, deve ser entendida em um contexto de reorganização das frações burguesas após um longo período desenvolvimentista iniciado em 1930. O estertor desse período desenvolvimentista converge com o declínio e o fim do regime autoritário de 1964. A estratégia desenvolvimentista foi decisiva para potencializar uma então nascente burguesia interna, que se estruturou em torno dos novos arranjos econômicos abertos a partir de investimentos diretos do Estado, tais como o petrolífero, metalúrgico, comunicações e infraestrutura. Também a política de abertura de novas relações externas, para além do eixo americano, foi decisiva para a consolidação dessa nova fração, a burguesia interna.

A partir do fim da década de 1970, o bloco autoritário-desenvolvimentista, sob o regime autoritário de 1964, iniciou um processo de crise política e erosão de sua legitimidade devido ao esgotamento da acumulação de capital pela estratégia econômica baseada na industrialização pela substituição de importações. A nova fração burguesa interna, já robustecida economicamente, desejava dar um salto em seu processo de acumulação de capital, e o modelo neoliberal de controle do Estado tonou-se essencial para que a burguesia pudesse avançar sobre o espaço econômico ocupado diretamente pelo Estado através das empresas estatais e dos monopólios legais. A transição política do regime autoritário-desenvolvimentista para um regime democrático-liberal tornou-se a estratégia chave para a construção de um novo bloco no

poder, excluindo os setores estatais e burocráticos e incorporando, já na direção, a nova fração rentista associada ao capital internacional (BERRINGER, 2015; DREIFUSS, 1981; SANTOS, 2006).

Essa transição não se restringe à troca de um governo militar por um governo civil, o que de fato ocorreu a partir de 1985. A remodelação do novo bloco no poder demorou mais tempo para ocorrer. Ainda durante o Governo Sarney, as tensões entre a burguesia interna, muito vinculada à indústria, e a burguesia associada ao capital financeiro internacional, com a participação das empresas estatais, ainda era latente. Os debates na Assembleia Constituinte, nos anos de 1987 e 1988, foram decisivos para estabelecer um consenso entre as várias frações da burguesia em torno da normatização de um programa de caráter neoliberal, e permitiu consolidar a transição não somente de regime político, como também de estratégia econômica. A transformação ocorrida na grande conjuntura mundial e a erosão do bloco no poder do regime autoritário de 1964 aglutinaram, em torno da liderança política da fração rentista internacionalizada, o novo bloco de poder emergente no início da década de 1990.

A adesão empresarial brasileira ao programa globalizante ou neoliberal, implementado em ritmo próprio, segundo correlações de forças cambiantes entre as diversas frações do empresariado, expressava um salto em direção a novo patamar de concentração de capitais, com a participação de capitais estrangeiros, exigindo rearranjos no interior da classe dominante brasileira e resultando em aprofundamento do predomínio do capital monetário, associando estreitamente os interesses de todos os setores monopolistas: industriais urbanos ou rurais fabris ou de serviços; comerciais; bancários e financeiros não bancários, que tiveram enorme crescimento na década. (FONTES, 2010, p. 258).

Essa transformação perdurou, por motivos e modos distintos, durante o período Collor de Mello e Itamar Franco. Com esse bloco de forças na direção política, as contradições entre as frações da burguesia tensionaram a estabilidade hegemônica de tal bloco. O *impeachment* de Fernando Collor, ocorrido em 1992, foi uma expressão política dessas contradições de interesses no interior do bloco dominante. O Governo Fernando Collor não teve capacidade política para estabilizar um bloco de sustentação política em função de confrontos pela direção, principalmente, da política econômica, os quais se davam entre setores locais empresariais e frações mais internacionalizadas (SALLUM JÚNIOR, 2015).

Esta situação serviu como fator decisivo para a rearticulação desse bloco hegemônico em torno dos conceitos da estabilidade e da modernização do capitalismo no Brasil, que resultaram na estabilização do Governo Fernando Henrique Cardoso (BERRINGER, 2015). Os governos de Fernando Henrique Cardoso (o primeiro de 1994 a 1998, e o segundo na sequência imediata, de 1999 a 2002) são as primeiras experiências de estabilização política pós-regime

autoritário de 1964. Marcam, do ponto de vista macropolítico e econômico, uma inversão definitiva do modelo de industrialização, por meio da substituição e dos conceitos autárquicos de desenvolvimento econômico desenvolvidos desde antes do regime de 1964 e mantidos em toda a sua duração, em especial no Governo Ernesto Geisel. Esse período marca o início da forte hegemonia de políticas de financeirização da economia e sua integração efetiva ao sistema mundial neoliberal, que permanece até os dias de hoje.

Somente a partir deste último período, pareceu haver um desfecho político que dá início ao desenho derradeiro do novo bloco no poder no período FHC. Nesse período, as âncoras políticas consolidadas no texto constitucional de 1988 e os paradigmas teóricos, desenvolvidos por um amplo espectro de intelectuais orgânicos, se consolidam e convergem em uma visão de reforma do Estado que cria as condições conjuntas para a estabilização de um bloco neoliberal no poder (CASIMIRO, 2018). A equação surgida em 1994 com a eleição de Fernando Henrique Cardoso para a Presidência da República, após anos de embate entre modelos de desenvolvimento desde a Assembleia Nacional Constituinte de 1988, estabeleceu uma frente política que agregou empresários, trabalhadores e setores médios, e cuja força dirigente era o setor vinculado ao sistema financeiro internacional.

As altas taxas de juros praticadas no Brasil, o programa de privatizações, a abertura comercial ao mercado mundial e um conjunto de medidas de desregulamentações financeiras e trabalhistas deram as bases materiais para os ganhos de acumulação desse setor financeiro e rentista, dirigente desse bloco político (BERRINGER, 2015). Entre os anos de 1990 e 2002, predominaram, na coalizão hegemônica no Brasil, as medidas e políticas de caráter neoliberal centradas no mercado, nas privatizações, na abertura comercial e na liberalização dos fluxos financeiros, conforme demonstra Eli Diniz (2010, p. 106):

Quanto a este último aspecto, os anos 1990 representaram um importante ponto de inflexão na trajetória do capitalismo brasileiro. É nesta década que podemos efetivamente identificar um corte com o nacional-desenvolvimentismo. Este momento caracterizou-se, como é sabido, pela execução das reformas orientadas para o mercado. Do ponto de vista ideológico, observou-se a articulação de um consenso entre os empresários em torno da postura neoliberal de questionamento do modelo econômico consagrado nas décadas anteriores. Questionavam, sobretudo, o teor estatista da estratégia desenvolvimentista. Persistiu, porém, um amplo desacordo quanto aos aspectos mais específicos do novo modelo calcado no mercado, notadamente quanto à forma e ao ritmo de implementação dos itens da nova agenda, como a privatização e a liberalização comercial.

O período democrático liberal, da transição do regime autoritário para o regime não autoritário, entre 1984 e 1988, até a atualidade, foi caracterizado pela instituição de procedimentos e prerrogativas de caráter democrático-formal. Essa forma de Estado permitiu

que se restabelecesse uma disputa de hegemonia em um contexto de reorganização da dominação burguesa no Brasil, a partir de uma nova normatização dessa dominação, não mais como autoritarismo e exclusão dos trabalhadores do pacto hegemônico, mas através da liberdade formal e de mecanismos de inclusão dos trabalhadores no pacto, normatizando a dominação por consentimento. Contudo, a atualização da forma do Estado sob um regime democrático permitiu a construção de movimentos e alternativas materiais de caráter não liberais, a visibilidade de valores igualitaristas, de certo potencial contra-hegemônico, insuficientes, porém, para alterar a hegemonia neoliberal.

Nesse período, sem a operação coercitiva de classe nos termos institucionais próprios de um regime autoritário, mas com a organização normativa da dominação consensualizada, duas dimensões foram observáveis. De um lado, um crescimento de movimentos e organizações da classe trabalhadora e de setores não vinculados a classes dominantes e, de outro, aumento de governos locais, subnacionais e nacionais que tomaram medidas de compensação de distribuição de renda que resultaram em restrita diminuição da pobreza. Segundo Marta Arretche (2015), a partir de uma nova estratégia de investigação, é possível demonstrar que, sob o regime democrático, houve uma diminuição da desigualdade a partir da oferta de políticas sociais aos mais pobres e ao meio rural, com descentralização territorial, ainda que a desigualdade se mantenha alta. “No Brasil, sob a democracia, diminuiu sensivelmente a desigualdade de renda entre os mais ricos e os extremamente mais pobres, muito embora seu grau seja muito alto” (ARRETCHE, 2015, p. 426). Enfim, a abertura de espaço institucional aos interesses dos trabalhadores e a relativa diminuição da desigualdade não sublimam as relações econômicas da dominação; ao contrário, lhe dão legitimidade e capacidade simbólica, normativa e cultural de reprodução. “Portanto, longe de ocuparem esferas separadas, injustiça econômica e injustiça cultural normalmente estão imbricadas, dialeticamente, reforçando-se mutuamente. [...] O resultado é frequentemente um ciclo vicioso de subordinação cultural e econômica” (FRASER, 2001, p. 251).

Foi nesse contexto e regime institucional democrático-liberal que a burguesia empreendeu um processo de reconfiguração e alternância de sua fração dirigente e reconstrução de sua hegemonia política e cultural. Enquanto as organizações populares se ampliavam e o pluripartidarismo se estabeleceu, e com ele os partidos de esquerda nasceram ou se institucionalizaram, também o pensamento de caráter neoliberal ganhou espaço e dinamismo para estabelecer um processo de convencimento da sociedade sobre a supremacia dos modelos neoliberais de sociedade, de economia e de governo (CASIMIRO, 2018).

Esse período foi marcado por forte movimentação estratégica das classes sociais e frações de classes sociais no Brasil, sem, no entanto, alterar o caráter fundamental da hegemonia política. A partir da transição de regime, o pensamento neoliberal passou por um processo de reorganização com base no ativismo de uma aliança entre empresários e intelectuais, que passaram a sustentar o pensamento neoliberal e outras variantes liberais a partir de organizações de difusão de pensamento. Esse momento da política, simultaneamente, abriu espaço para a ação de intelectuais, ativistas e partidos com viés de esquerda e para as correntes de pensamento de viés neoliberal, articuladas em organizações de disputa de hegemonia, favoráveis à economia de mercado em superação do pensamento que seria conservador e estatista (CASIMIRO, 2018).

A consolidação do bloco neoliberal do poder se dá a partir da constituição do Plano Real no último ano do Governo Itamar Franco, em 1994, tendo Fernando Henrique Cardoso, ministro da Fazenda, se transformado em seu sucessor por conta das eleições que venceu no final daquele ano. O Plano Real teve como sentido a contenção da hiperinflação e estabeleceu as reformas necessárias para implantação das políticas de superávit financeiro, reservas para pagamento dos serviços financeiros das dívidas e abertura às empresas privadas, nacionais e internacionais – em especial estas –, de mercados reservados ao Estado.

Essa política de estabilização monetária e abertura de mercado – com juros altos, câmbio fixo e superávit primário – consolidou a direção política da fração financeira internacionalizada da burguesia no novo bloco no poder e o próprio bloco, a partir da posse de Fernando Henrique Cardoso. A estabilização e a abertura de novos mercados foram decisivas para atrair a quase totalidade das frações da burguesia no bloco. O programa de privatizações de empresas estatais atraiu para o centro econômico, mas também político, grandes fundos internacionais de investimento. No Brasil, tal reorganização da hegemonia se refletiu na constituição do bloco no poder que sustentou o período do Governo Fernando Henrique Cardoso, de 1994 a 2002. Os dois governos de Fernando Henrique Cardoso foram implementando, progressivamente, políticas decorrentes da hegemonia da fração rentista, organizada pelos aparelhos privados do capital financeiro (CASIMIRO, 2018).

A concentração econômica posta em prática gerou tensões entre as diferentes frações da burguesia, mas não as afastou do novo bloco no poder. Já em seu segundo mandato, Fernando Henrique Cardoso estabeleceu novas medidas econômicas que permitiram às frações locais e periféricas da burguesia participar do processo de aquisição de ações das empresas privatizadas, porém de forma secundária. Antes, ainda no primeiro mandato, havia isentado de impostos os lucros e dividendos das grandes aplicações financeiras. Cresceu nesse período uma nova fração vinculada aos serviços fortemente privatizados e abertos ao setor privado, tais como saúde,

educação, tecnologia e comunicações. A abertura comercial, através de novas políticas alfandegárias, está na base de dissensos que esse bloco enfrentou num primeiro momento, mas permitiu um ganho aos setores primários exportadores, como o agronegócio e a mineração (DINIZ, 2010; DOWBOR, 2017; OREIRO; FEIJÓ, 2010).

Ao par desses arranjos econômicos, a forte capacidade de setores populares tencionarem e questionarem essas políticas estabeleceu uma necessidade ideológica e racional de manter a unidade em torno dessa política neoliberal, implantada pela fração dirigente do bloco. A crise no bloco veio adiante. O Programa de Reestruturação e Fortalecimento do Sistema Bancário (Proer) deu contornos definitivos e materiais ao papel dirigente dessa fração financeira internacionalizada sobre o bloco no poder.

O avanço desse programa neoliberal gerou, progressivamente, fortes tensões entre a fração dirigente e as frações secundárias no interior do bloco no poder. As políticas de concentração, abertura comercial, juros altos e contenção dos investimentos estatais impactaram em muito os demais setores da burguesia, menos internacionalizados. A economia foi fortemente desnacionalizada e sofreu uma acentuação da desindustrialização.

A abertura comercial por via da redução das tarifas aduaneiras e das alíquotas de importação, combinada com a sobrevalorização cambial, foi responsável pelo aumento das importações, pelo agravamento da concentração da riqueza e da propriedade, pela desindustrialização e desnacionalização da economia brasileira. (BERRINGER, 2015, p. 94).

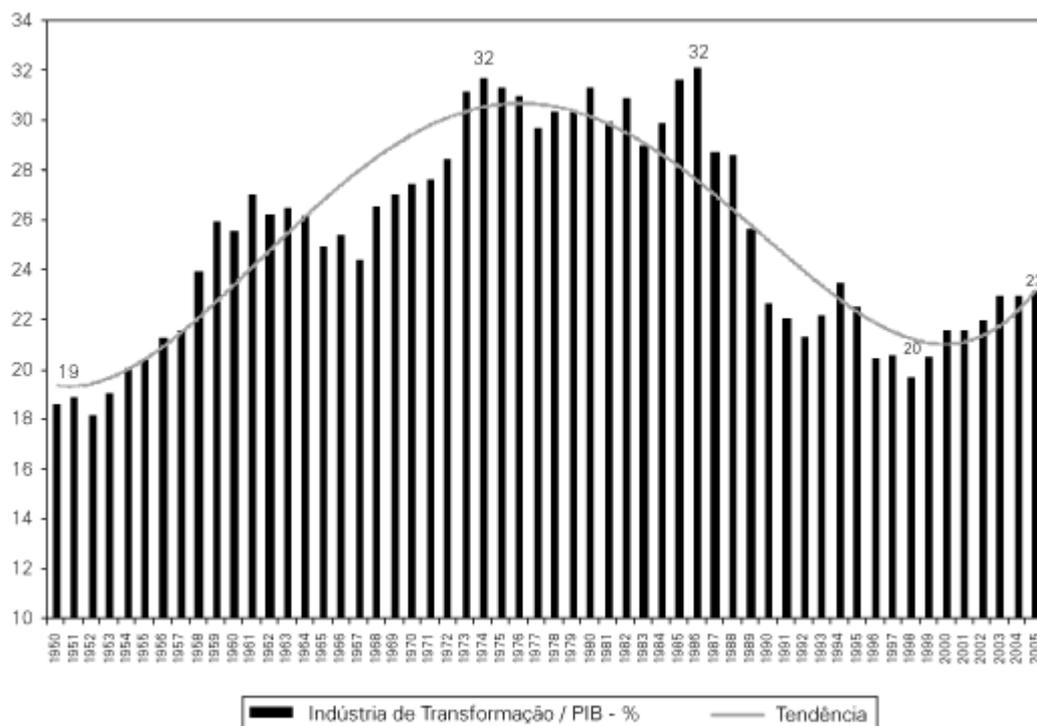
No entanto, as políticas monetaristas constantemente puseram em contradição os setores financeiros com os setores industriais não internacionalizados da burguesia. As privatizações de empresas estatais, a remoção das barreiras protecionistas e a força econômica das empresas do setor financeiro aliado a grandes empresas internacionais, progressivamente, aprofundaram as contradições com os setores empresariais sem acesso a essas fontes de acumulação de capital e ampliação de lucros.

Entre tantas mudanças políticas na disposição das forças sociais, uma parte muito relevante da burguesia brasileira percebeu que a política de subordinação ao regime internacional liderado pelas grandes potências, traço permanente do capitalismo brasileiro e predominante durante a década de 1990, transformou a economia brasileira em uma economia compradora e totalmente dependente. Essa política acabou por favorecer, quase que exclusivamente, a burguesia financeira e uma fração da burguesia brasileira que era diretamente subordinada ao regime econômico internacional e à supremacia estadunidense. Esse período foi marcado por um processo combinado de desindustrialização e desnacionalização da indústria.

A mudança mais marcante no plano produtivo foi a desnacionalização do setor industrial, que em muitos casos se somou à desindustrialização. A economia brasileira passou por uma profunda reestruturação, aumentando o peso do capital internacional em comparação ao capital nacional. Não apenas pelas privatizações das empresas estatais, mas também em função das fusões e aquisições de plantas brasileiras pelos grupos internacionais, aumentando a participação das empresas estrangeiras na economia nacional. (BERRINGER, 2015, p. 94).

Em seu trabalho, Eli Diniz (2010) descreve os setores nacionais da burguesia que estavam sendo afetados negativamente por essa política do período FHC em favor dos setores e empresas multinacionais: a indústria de bens de capital, de autopeças e produtos eletrônicos e a indústria têxtil. Efetivamente, tratou-se de um processo acelerado de desnacionalização e perda de espaço destes setores indústrias. A burguesia industrial viu seu peso diminuir e, conseqüentemente, sua taxa de acumulação de riqueza. Isso fica demonstrado pela participação econômica descendente da indústria no desempenho do PIB nacional geral durante a década de 1990 (Figura 1). “Mas, a mudança mais marcante no plano produtivo foi a desnacionalização do setor industrial, que em muitos casos se somou à desindustrialização” (BERRINGER, 2015, p. 94).

Gráfico 1 – Brasil: Participação da Indústria de Transformação no PIB (%)



Fonte: Oreiro e Feijó (2010).

Esta reestruturação produziu certa insatisfação, implicando o surgimento de condições favoráveis a uma nova alteração no bloco hegemônico no Brasil. A transição da década de 1990 para a década de 2000 foi marcada pela erosão do bloco de forças que se formava em torno das políticas de estabilidade econômica, desregulamentação do mercado e da produção e pela aproximação subordinada com as economias capitalistas centrais, europeias e, notadamente, estadunidense. Houve efetivamente uma ruptura entre os setores da burguesia brasileira em torno do consenso que sustentou o bloco neoliberal e suas transformações.

Os últimos anos da década de 1990 revelam algumas mudanças em relação à situação até aqui descrita. Em primeiro lugar, deve-se ressaltar que este momento representou o fim do ciclo das reformas liberais. Em segundo lugar, do ponto de vista da configuração das forças políticas, surgiram fortes indícios de uma ruptura do consenso em que se sustentou o primeiro mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso, baseado na prioridade absoluta da meta da estabilização econômica e disciplina fiscal. (DINIZ, 2010, p. 110).

Do ponto de vista das classes populares e setores médios, da mesma forma, a política do equilíbrio fiscal acabou por erodir o valor dos salários e diminuir os postos de trabalho, fazendo com que os setores dessas classes que tinham proximidade ou davam apoio a esse bloco se vissem obrigados a dele se afastar. Essa mesma política de priorização do equilíbrio fiscal incapacitou o Estado para implementar um plano de investimentos públicos, tanto em infraestrutura quanto em serviços. Como nos demonstra Diniz (2010), o ponto culminante dessa redução drástica do investimento estatal foram as crises energéticas de 2000 e 2001. A crise cambial de 1999, que retraiu os investimentos internacionais no Brasil, acabou por criar um quadro conjuntural de grande recessão, o que, efetivamente, corroeu a aliança desse bloco social e as condições para que a fração dirigente continuasse mantendo a estabilidade dessa hegemonia. A soma desses elementos acabou por dilapidar os apoios a esse programa.

Nesse sentido, ao longo do segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso (1999 a 2002), a unidade e coesão do bloco no poder foi se deteriorando. As frações menos internacionalizadas iniciaram um processo de crítica e obstrução às políticas mais aprofundadamente liberalizantes e internacionalizantes do governo federal. Esses setores passaram a advogar em favor de mais políticas protetivas às empresas locais, o que significou uma ascendente contraposição às políticas neoliberais mais ortodoxas, levadas a cabo pelo governo de então.

Esse bloco no poder foi perdendo coesão política e programática à medida que as políticas desenvolvidas, em especial durante o segundo governo de Fernando Henrique Cardoso, de 1999 a 2002, entraram em uma espiral recessiva em função da profundidade da

abertura econômica, da desindustrialização acelerada, da crise cambial e do alto custo das atividades financeiras. Grande parte das frações que compuseram o bloco no poder que sustentou os dois governos consecutivos de Fernando Henrique Cardoso, iniciaram um deslocamento para a formação de um novo bloco, agora em torno de políticas mais protecionistas às burguesias locais e baseadas no crescimento da capacidade de consumo do mercado interno (BERRINGER, 2015; DINIZ, 2010).

A erosão do bloco no poder, sob direção da fração financeira e que sustentou FHC, significou, na mesma velocidade, mas em sentido inverso, a formação de uma frente multiclassista que veio a se transformar em um novo bloco no poder com a vitória de Luís Inácio Lula da Silva nas eleições presidenciais de 2002. A candidatura presidencial de Lula da Silva tornou-se, naquele momento, a síntese politicamente mais assertiva e mais viável eleitoralmente da contraposição à política econômica neoliberal ortodoxa aplicada pelos governos de Fernando Henrique Cardoso. Essa viabilidade não estava assentada na oposição diamétrica que o novo bloco no poder poderia estabelecer em relação ao anterior, mas exatamente da capacidade de fazer com que frações de classe componentes do bloco anterior transitassem para uma nova coalização político-econômica para formar o novo bloco no poder. Desigual, diferente, deslocado, porém não antagônico.

A transição de um bloco no poder para outro, do bloco neoliberal para o bloco no Governo Lula, não se deu sob a dimensão de uma substituição total das frações componentes. O novo bloco no poder, de característica neodesenvolvimentista (BOITO JÚNIOR, 2012a), abrigou, ao lado de setores das classes trabalhadoras, grande parte das frações das classes dominantes que compunham o bloco no poder durante os governos Fernando Henrique Cardoso. Armando Boito Júnior (2012a) caracteriza esse modelo como neodesenvolvimentismo pelas seguintes comparações ao desenvolvimentismo clássico do século XX: 1) o novo desenvolvimentismo está diretamente relacionado à hegemonia do capital financeiro e não significa uma ruptura com ela; 2) está assentado na especialização regressiva da economia e não na sua expansão generalizada; 3) seu desenvolvimento é direcionado ao mercado internacional e não à substituição das importações como o desenvolvimentismo anterior. Contudo, encontra como centralidade comum a ideia de um programa de inversões de recursos estatais em setores econômicos controlados pelo capital local, como o agronegócio e infraestrutura, e elevação da capacidade de consumo da classe trabalhadora.

3.3 O BLOCO NO PODER COM LULA E DILMA

A candidatura de Lula da Silva às eleições presidenciais de 2002 expressou, no plano político-eleitoral, a constituição de novo bloco de forças sociais que reuniu as classes trabalhadoras e a burguesia não internacionalizada, crítica ao programa de estabilização e incorporação subordinada às economias centrais. Esse bloco se formou em torno das ideias da retomada dos investimentos estatais em infraestrutura, busca de novos focos prioritários para as relações comerciais e econômicas internacionais – com prioridade de uma maior integração com os países do Mercosul e obstrução à integração ao Alca – e diminuição da taxa de juros, comprometendo-se, entretanto, com a estabilidade monetária e o controle do déficit público como garantia da liquidez da dívida (LULA DA SILVA, 2002).

A crise produzida ao longo da década de 1990, resultado das políticas derivadas do “Consenso de Washington” (OREIRO; FEIJÓ, 2010), e, dialeticamente, os resultados disfuncionais das políticas consensualizadas pelo bloco de forças monetarista do período de 1995 a 2002, criaram as condições objetivas para um deslocamento de setores da burguesia no sentido da construção de um novo bloco de poder no Brasil, em aliança com as classes trabalhadoras em busca de um novo ciclo de crescimento econômico que gerasse um aumento da acumulação de capital nos setores da burguesia secundarizados no período anterior e ganhos salariais e sociais à classe trabalhadora, igualmente contidos e diminuídos no período anterior.

O período que se inicia com a posse de Lula da Silva em seu primeiro governo, em 2003, modifica parcialmente esse bloco no poder. Parcialmente, porém significativamente. Sem que a burguesia internacionalizada perdesse sua relevância, o ingresso de frações de trabalhadores, de setores da burguesia local e o maior espaço à agroburguesia modificaram o centro gravitacional da política do bloco. Esse bloco transformado adotou medidas desenvolvimentistas, aprofundou a retórica democrática e ampliou o processo de transferência de renda para os setores mais empobrecidos da sociedade (BOITO JÚNIOR, 2018; IANONI, 2018; SINGER, 2012).

Os setores menos vinculados ao processo importador e comprador e menos internacionalizados foram os setores da burguesia que produziram esse deslocamento político em direção a um novo bloco de forças. São eles setores predominantemente de capital nacional vinculado à produção. Também o setor empresarial agrário se deslocou, em contradição com a política levada a cabo nos anos 1990. Em especial, as movimentações dos governos Lula da Silva na “Rodada Doha” de negociação de preços e barreiras alfandegárias serviram para, dentro dessa política de defesa da economia nacional, aglutinar esse bloco de forças. As classes

trabalhadoras, igualmente, encontraram nessa política possibilidades maiores de ganhos materiais, seja pela estratégia de investimentos públicos e de crédito ao consumo, seja pelas medidas de caráter desenvolvimentista que estabeleceram uma perspectiva concreta de aumento dos postos de trabalho e do valor do trabalho (BOITO JÚNIOR, 2012a, 2012b).

Esse bloco produziu uma redefinição prática do papel do Estado. Se no consenso hegemônico neoliberal o Estado cumpre um papel facilitador, orientado para a liberalização dos mercados, desregulamentação da economia e retração dos investimentos sociais (PUREZA, 2012), nessa inflexão política ocorrida no Brasil, o Estado deveria cumprir o papel construtor de áreas autônomas, onde se pudesse estabelecer uma estratégia econômica autóctone, colocando as condições para a edificação de um mercado cativo à burguesia brasileira não internacionalizada e, aos trabalhadores, aumento do emprego e do valor do trabalho, com maior proteção. Esse bloco permitiu a intervenção do Estado na economia em função do aumento do crédito ao consumo, pela oferta de subsídios à sua internacionalização, pela ampliação dos investimentos estatais e pela ampliação de mercados externos para sua atuação (BERRINGER, 2015).

Ainda que com distinções entre si, o período dos governos petistas de Lula da Silva e Dilma Rousseff é caracterizado por Tatiana Berringer (2015) e por Armando Boito Júnior (2018) como neodesenvolvimentista, aprofundando a dimensão progressista sem, entretanto, romper a hegemonia neoliberal. Ainda que a direção do bloco no poder nos governos petistas coubesse a uma fração burguesa – a grande burguesia interna-, a hegemonia política do modo de produção ainda se manteve neoliberal, uma vez que não houve uma ruptura com a fração internacionalizada, deslocada do centro político que ocupava no período anterior.

A burguesia financeira internacionalizada é caracterizada por Boito Júnior (2012a, 2018) e Berringer (2015) como aquela fração vinculada aos investimentos financeiros e que atua de modo associado ao mercado global. Trata-se de conglomerados que associam diferentes atividades econômicas, como indústrias, bancos, fundos de investimento e serviços principalmente financeiros, sob seu comando. Seu controle é volátil, através do mercado de ações, e comporta-se como um demandante associado ao capital internacional. Transita entre setores conforme se movimenta o mercado financeiro, e seu principal ativo se dá pela conservação da forma dinheiro. Seus investimentos transitam conforme se abrem novas possibilidades de concentração de capital, como foi o caso do processo de privatização de estatais ocorrido no Brasil na década de 1990. Essa fração demanda políticas econômicas neoliberais extremas.

Igualmente a partir de Boito Júnior (2012a, 2018) e Berringer (2015), nos referimos à burguesia interna como aquela que assume uma posição secundária na relação global com a grande burguesia financeira. Efetivamente integrada pela globalização, suas relações são subordinadas à grande burguesia globalizada, porém ocupam posição dependente. Constituída por capital local, foi internacionalizada através da dinâmica transnacional do mercado de capitais e pela necessidade de oferta de bens, serviços e capitais ao grande negócio financeiro internacionalizado, assumindo uma função logística subordinada. Essa fração necessita da ação indutora do Estado na economia para colocar no mercado capital de investimento que garanta tanto infraestrutura quanto consumo para realizar seu processo de acumulação de capital.

Nesse sentido, as grandes políticas de crescimento do período dos governos de centro-esquerda foram essenciais para o aumento da acumulação privada de capital e para seu crescimento na capacidade de influenciar a arena política. Esse setor foi diretamente beneficiado pela intervenção do Estado, sob governo lulista, na economia, a partir do aumento de crédito, da ampliação de investimentos e pela expansão das relações comerciais e internacionalização dessa fração capitalista (BERRINGER, 2015). Contudo, considerando que as políticas neoliberais radicalizadas não são, para essa fração interna, uma contradição, ela rapidamente transitou e se deslocou para compor-se no centro desse novo bloco no poder, de caráter rentista e reacionário.

A burguesia interna teve papel determinante no bloco no poder dos governos do ciclo lulista, mas não deixou de compor a grande aliança classista que sustentava o bloco no poder durante o período de Fernando Henrique Cardoso no governo. Compõem essa fração setores industriais, setores da construção civil e infraestrutura, empresas agrícolas e empresas comerciais cujo controle ainda estava sob capitalistas locais e que se sentiam vulneráveis em relação à abertura total da economia brasileira. O que nos permite considerá-los contidos em uma mesma fração de classe é sua condição não incorporada ao capital global, o que marca algumas diferenças de interesses com a burguesia internacionalizada, mas não uma contradição fundamental. Ainda que essas diferenças sejam, essencialmente, materializadas no plano da política econômica, foi no plano da política que se distinguiram de outros setores mais internacionalizados da burguesia, uma vez que, nos períodos lulistas, esse setor teve mais relevância política e esteve no centro das decisões desse campo, diferentemente do período imediatamente anterior, de Fernando Henrique Cardoso (BOITO JÚNIOR, 2012a).

Um período político caracterizado por mudanças parciais e não lineares, com mudanças de orientação política em relação ao período anterior, se abre com o governo de Lula da Silva, a partir de 2003, até o período de Dilma Rousseff, de 2011 até meados de 2016. Contudo, as

mudanças de políticas não se deram somente em relação ao governo de Fernando Henrique Cardosos, mas também em relação ao próprio governo petista.

No campo da macroeconomia, não só podemos distinguir as mudanças de orientação política entre um bloco no poder e outro, ou seja, entre o período FHC e o período Lula-Dilma, como podemos observar mudanças de orientação política no interior de cada bloco, ou seja, durante cada um dos governos. Armando Boito Júnior (2012a) afirma que as frações da burguesia interna transitaram de uma posição lateral nos governos Fernando Henrique Cardoso para uma posição central nos Governos Lula da Silva e Dilma Rousseff. Movimento que está na base da inclinação desenvolvimentista da política de Lula. Já Tatiana Berringer (2015) considera que as mudanças foram mais relevantes, passando o país a ter mais margem de manobra no cenário internacional em função das inflexões internas promovidas por Lula em relação a FHC.

As bases desse novo bloco foram estabelecidas na *Carta aos brasileiros*, documento político lançado pelo Partido dos Trabalhadores em junho de 2002 às vésperas das eleições. Esse documento garantiu a manutenção das posições econômicas para vários setores da burguesia local, lançou as bases de uma aliança multiclassista entre uma burguesia local e setores da classe trabalhadora (LULA DA SILVA, 2006). Efetivamente, algumas das bases programáticas daquele documento tornaram-se políticas concretas do período dos governos de Lula e Dilma.

Na *Carta aos brasileiros*, a candidatura de Lula da Silva à Presidência da República, em 2002, estabeleceu as garantias às várias e distintas frações da burguesia, em especial local, de que os contratos, conceito propositalmente genérico, seriam respeitados e garantidos. Estabeleceu-se formalmente o compromisso com a premissa econômica da preservação do superávit financeiro das finanças federais, o câmbio flutuante e o regime de metas de inflação, como pactuação com as frações financeiras da burguesia. Já como ponto de contato com as frações industrial e agroempresarial da burguesia, as bases programáticas desse bloco estavam maturadas: novo modelo econômico com ampla discussão nacional; crescimento com estabilidade econômica; combate à inflação com geração de empregos; valorização simultânea do agronegócio empresarial e da agricultura familiar de pequeno e médio porte; reformas que desonerassem a produção e políticas industriais com estímulo às atividades produtivas a partir de grandes cadeias de produção com maior capacidade de emprego; política externa voltada a promover os interesses comerciais e remover obstáculos impostos pelos países ricos; e vasta coalizão interclasses para a sustentação desse modelo. Essas medidas foram sendo

implementadas sempre a partir de tensões e mediações com as distintas frações da burguesia, como também no interior do próprio governo (LIMA; FONSECA, 2021).

Os Governos Lula da Silva (2003 a 2010) e Dilma Rousseff (2011 a 2016) estabeleceram medidas que expressaram, incluindo sua própria composição, essa coalizão interclasses. Tais políticas constituíram um quadro de ações que pretendeu iniciar um processo de reversão da dinâmica até então estabelecida e consolidar as bases políticas desse *bloco* de forças. Tal *bloco* foi composto pela grande burguesia interna, formada pela burguesia industrial de manufaturados, burguesia da indústria de construção civil e burguesia agrária exportadora, em aliança de interesses com a classe trabalhadora.

Esse bloco se constituiu em torno de um programa de financiamento das empresas nacionais em fase de internacionalização, de proteção ao mercado interno, de conquista de novos mercados e de aumento do poder aquisitivo das classes trabalhadoras, além da ampliação dos investimentos estatais em infraestrutura e nas políticas sociais (BERRINGER, 2015). A retomada da força da indústria esteve no centro dessa estratégia devido às premissas, muito aceitas no campo nacionalista e desenvolvimentista, de que a industrialização é o principal fator gerador de crescimento econômico nas economias capitalistas (OREIRO; FEIJÓ, 2010).

Acenando ao outro extremo do campo de classes e frações alinhadas nesse novo bloco, as políticas de geração de empregos, de incentivo ao agronegócio e de proteção à indústria local, de infraestrutura, de transformação e de bens de consumo, estabeleceram as bases dessa coalizão para a sustentação desse modelo, associando setores da classe trabalhadora, os setores excluídos do emprego formal e a grande burguesia interna. Compunham essa política um forte estímulo à indústria da infraestrutura e construção civil e uma política externa voltada a promover os interesses comerciais e industriais da burguesia local e remover obstáculos e impostos pelos países ricos, ao mesmo tempo em que houve controle da inflação.

O pacto do novo bloco no poder do período lulista – Governos Lula da Silva e Dilma Rousseff, de 2003 a 2016 – reorientou parte das políticas do Estado brasileiro da estratégia de integração profunda ao mercado internacional para o sentido de concessões distributivistas à classe trabalhadora e de sua participação, ainda que subordinada, nesse bloco reorganizado. Como, também, uma maior participação da burguesia interna na divisão dos investimentos públicos estatais (BERRINGER, 2015; BOITO JÚNIOR, 2018).

A composição ampla, multiclassista dos Governos Lula da Silva permitiu uma elevação de seu nível de apoio na sociedade. O ascenso do apoio político e eleitoral ao presidente Lula da Silva chegou ao ponto de permitir que ele viesse a indicar e, posteriormente, eleger sua sucessora Dilma Rousseff à Presidência da República (2011 a 2016). Esse período de Dilma

Rousseff é ainda mais translúcido no que diz respeito às reorientações políticas e econômicas do período de governos a que André Singer (2012) chamou de lulismo e chamando atenção aos aspectos contraditórios e paradoxais.

Esse período de governos de centro-esquerda expressa a formação de um bloco no poder caracterizado por Berringer (2015) de neodesenvolvimentista. Esse bloco neodesenvolvimentista efetivou uma desaceleração das políticas neoliberais e uma ampliação dos mecanismos de reivindicação e protagonismo dos setores populares, conquistando, em cooperação com os governos do período, um conjunto expressivo de políticas distributivistas e populares. O arranjo proposto pelo governo desse bloco, a diminuição das desigualdades sociais a partir da ação do Estado, mas sem abrir um processo de ruptura com a ordem econômica e social, não suportou a forte crise econômica aberta globalmente em 2008. Tampouco suportou a cisão política derivada dessa crise e da disputa pela renda pública a partir de 2014 (SINGER, 2012).

Assim como houve diferenças relevantes entre o primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso e o segundo, notadamente a política econômica ortodoxa dos primeiros três anos de governo de Lula da Silva, de 2003 a 2005, foi substituída por políticas heterodoxas a partir de então, as quais foram novamente modificadas em 2015, já no segundo governo de Dilma Rousseff, no sentido da aplicação de políticas econômicas e monetárias contencionistas dos investimentos, de alta dos juros e redução do crescimento como forma de contenção da inflação (SICSÚ, 2019; FONSECA; AREND; GUERRERO, 2018; BASTOS, 2017). A crise política ampliou-se a partir desse quadro.

3.4 A EROÇÃO DO BLOCO NO PODER LULISTA E A ASCENSÃO DO REACIONARISMO

A partir do período aberto com o *impeachment* de Dilma Rousseff, em 2016, se organiza um novo bloco no poder muito próximo do que Nancy Fraser (2018) chama de *neoliberalismo ultrarreacionário*. Um bloco que reorganiza as várias frações da burguesia no Brasil em um programa de aprofundamento das políticas rentistas, controle do déficit orçamentário, aprofundamento das reformas do sistema de proteção social e maior associação internacional à política dos Estados Unidos.

O bloco neodesenvolvimentista foi desfeito por um conjunto convergente de situações. Entre elas, uma das mais relevantes foi o forte deslocamento dos setores burgueses que o compunham para compor o novo bloco neoliberal reacionário que veio a se consolidar, com

frações da burguesia que estavam excluídas do bloco lulista. Armando Boito Júnior (2012a, 2012b) afirma que a burguesia interna era efetivamente a fração de classe hegemônica no bloco de poder lulista. Contudo, mesmo reconhecendo que em um bloco no poder possa haver uma estável situação quanto à sua direção e hegemonia, os diferentes interesses das classes e frações movimentam-se diferentemente frente às crises.

Importantes fatores construíram a unidade das frações da burguesia, sob a hegemonia do capital financeiro, no modelo neoliberal. Essa unidade se deu pelo papel do Estado na promoção de políticas de ampliação da acumulação de capital – como a revisão dos sistemas protetivos do trabalho, as diferentes “reformas trabalhistas” que se acumularam ao longo das décadas de 1990 e retomadas agora na década de 2010 – e pela internacionalização da economia, que abriu novos mercados e novos negócios.

O governo de Jair Bolsonaro, que se inicia em 2019, aprofundou e consolidou esse novo bloco. Esse bloco reacionário buscou legitimação a partir da atração de algumas parcelas dos trabalhadores por meio da difusão de ideias anti-iluministas, tradicionalistas, sexistas e fundamentalistas religiosas, antissistema. Uma articulação de ideias e retóricas reacionárias de amplo espectro. Esse programa foi reorganizado e implementado a partir da ampliação do controle sobre o Estado efetivada nos governos Michel Temer (2016 a 2018) e Jair Bolsonaro (2019 a 2022). Esse novo bloco no poder, em especial durante o Governo Michel Temer, efetivou amplas reformas regressivas do ponto de vista dos direitos sociais, permitindo maiores condições para o capital especulativo e mais liberdade às empresas de espoliação, como agronegócio e mineração predatórios. Efetivamente podemos caracterizar esse bloco no poder como *neoliberalismo reacionário*.

Essa reorganização e transição de várias frações das classes dominantes de um programa neoliberal progressista para um programa neoliberal reacionário tem bases na crise da economia mundial, mas também nos conflitos políticos do cenário doméstico. O período dos governos petistas de centro-esquerda, entre 2003 e 2015, se constituiu numa espécie de interlúdio entre esses dois blocos no poder – o bloco que Tatiana Berringer (2015) caracteriza como internacionalizado, que controlou o governo durante o período de Fernando Henrique Cardoso, entre 1995 e 2002, e o bloco que, baseado em Nancy Fraser (2018), caracterizo como reacionário, que controlou o governo entre 2016 e 2022.

Desde a década de 1970, a economia capitalista vive uma crise econômica prolongada e estrutural, derivada da efetivação da tendência monopolista da dinâmica neoliberal. A crise de 2008 é a culminância não retilínea, um novo capítulo, dessa crise estrutural provocada por essa dinâmica concentracionista e monopolista, mas “administrada” e controlada pela

hegemonia do capital rentista (DUMÉNIL; LÉVY, 2014; FONTES, 2010). As crises econômicas estruturais do capitalismo não atingem a todos da mesma forma. Em verdade, não se pode falar nem mesmo em crise como um fenômeno universal. Ela não é resultado da natureza das coisas, mas dos interesses de quem controla a economia e o fluxo dos capitais em uma dinâmica cada vez mais monopolista. Portanto, a crise de crescimento econômico é uma crise de distribuição do capital entre as classes dominantes e entre essas e as classes dominadas. Essa crise é, conseqüentemente, sempre uma crise do modelo de poder e hegemonia, que se desconstitui ou se renova. “A crise mundial é uma crise geral da ‘governabilidade neoliberal’, isto é, de um modo de governo das economias e das sociedades baseado na generalização do mercado e da concorrência” (DUMÉNIL; LÉVY, 2014, p. 27).

A partir de 2008, o processo de crescimento da economia brasileira, baseada no aumento da capacidade de consumo das classes trabalhadoras e investimento Estatal, foi afetado pela crise financeira internacional, atingindo uma imobilização em 2013, resultado de “[...] uma ofensiva do sistema financeiro, que essencialmente intensificou o desvio dos recursos das atividades produtivas para as atividades especulativas” (DOWBOR, 2018, p. 229). Essa nova etapa da crise profunda de acumulação do capital ocorrida no mundo a partir de 2008, mas que no Brasil toma dimensões mais dramáticas a partir de 2013, impulsionou a burguesia brasileira local ao rompimento do pacto do período lulista, estabelecendo as condições para seu fim (BOITO JÚNIOR, 2018; IANONI, 2018; SINGER, 2012). O rompimento desse pacto consistiu, essencialmente, na necessidade de ampliar o processo de acumulação de capital em um quadro de escassez desse capital. A acumulação privada de capital econômico viu-se impelida a eliminar a concorrência pela renda pública com os mais pobres e, primordialmente, a diminuir o custo do trabalho para viabilizar a manutenção de sua taxa de lucro. Dessa forma, a superação e desconstituição desse pacto consistiu em romper a estratégia levada a cabo pelo bloco neodesenvolvimentista do período lulista de investimento estatal, demanda por emprego e incentivo à industrialização. Tal pacto foi substituído por um novo pacto, materializado forçosamente por um novo bloco no poder. Esse pacto teve caráter restaurativo, repondo a direção política neoliberal, o bloco no poder e um programa dirigido pelo setor da burguesia brasileira mais integrado ao mercado internacional de capitais (BOITO JÚNIOR, 2018).

Essas movimentações entre blocos não se dão sob a dinâmica de rupturas, mas de transições e flexibilizações de conceitos e programas políticos econômicos que, por sua vez, transitam nas esferas dos distintos blocos no poder. Segundo Flavio Henrique Calheiro Casimiro (2018), desde os anos iniciais da década de 1980, uma rede de intelectuais, singulares e coletivos, vem atuando no campo político e ideológico para transformar esses interesses em

consenso na sociedade brasileira e naturalizar esses valores por meio da mediação entre frações das classes dominantes, difusão de opiniões e institucionalização da ação no interior do Estado (CASIMIRO, 2018).

A constante, nesse processo político desde a redemocratização do Brasil é a hegemonia neoliberal e a capacidade dirigente da fração financeira. Essa hegemonia estabeleceu forte capacidade de construção de coalizões políticas capazes de determinar políticas estruturais de governos e arranjos e reformas de Estado que consolidaram essa dominação de forma objetiva. Essa relação entre o bloco de forças no poder e a hegemonia estabeleceu as bases, sempre condicionada à conjuntura e aos aspectos globais da política e da economia, e as condições para o ressurgimento dessa direita de caráter reacionário e aliada ao neoliberalismo. A profunda crise econômica e a necessidade de manter a acumulação em patamares que permitissem a reprodução dessa dominação estabeleceram a necessidade de um novo bloco no poder e um novo discurso ideológico para a estabilização e continuidade dessa hegemonia. A revitalização do pensamento reacionário foi condição chave para a estabilização da hegemonia burguesa de caráter neoliberal.

Já as mudanças regressivas, sobretudo desde 2016, tem a ver com a virada conservadora que alavancou, de modo coalizado, a volta radical às políticas orientadas ao mercado. As relações de acomodação, competição e conflito entre dois campos de coalização, inseridos no processo político, são peças-chaves para entender os resultados dos governos Lula e Dilma e a deposição presidencial de 2016. (IANONI, 2018, p. 5-6).

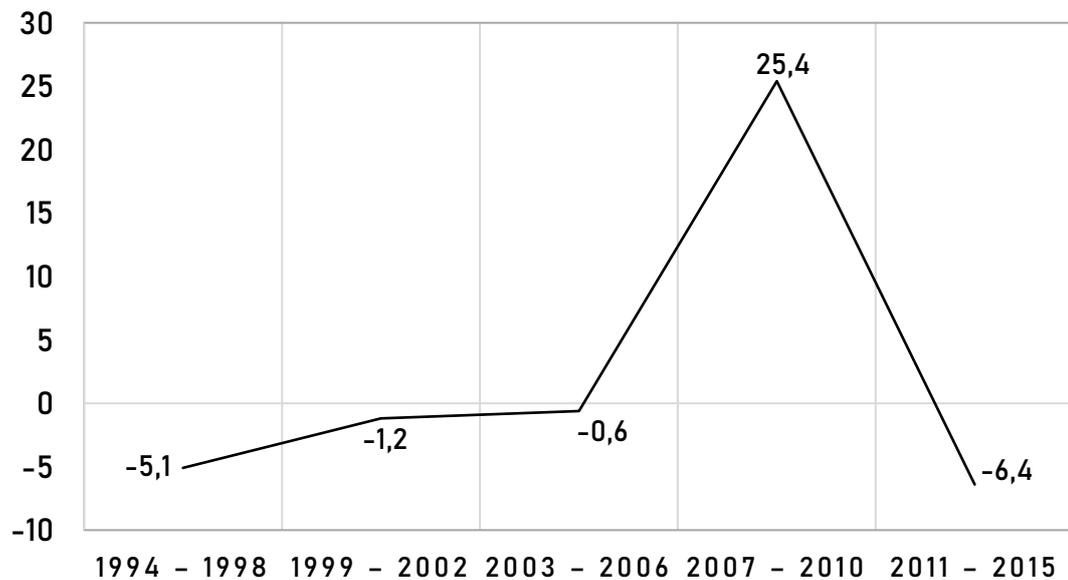
Ainda que uma hegemonia burguesa neodesenvolvimentista e uma hegemonia neoliberal não signifiquem uma contraposição absoluta, mas um processo de negociação e de transição concertada entre suas frações componentes, efetivamente sempre há uma alteração de fração dirigente, mesmo que parcial, e, principalmente, uma alteração de programa, políticas e classes incluídas. Notadamente, o traço distintivo e singular do bloco no poder neodesenvolvimentista era a presença de frações da classe trabalhadora – o que refletia diretamente na oferta de políticas macroeconômicas e na destinação de recursos públicos estatais em seu favor. A composição do bloco no poder, mais exatamente a participação no bloco de poder, tem uma relação direta com a política macroeconômica, com os investimentos e alocação de recursos estatais. Portanto, pode-se afirmar que a participação no bloco de poder está diretamente relacionada com benefícios diretos que cada classe ou fração de classe poderá acumular.

As políticas sociais postas em prática no Brasil durante a década de 2010 ampliaram os gastos públicos e resultaram em um aumento da capacidade de consumo e compra dos trabalhadores, como também um aumento do nível de emprego. Em decorrência, frente à crise econômica global, à queda geral dos preços mundiais e mercados globais e ao valor consolidado do trabalho, é presumível considerarmos que, também no Brasil, a partir de 2011, instalou-se forte tensão sobre as taxas de lucro das grandes empresas brasileiras, gerando pressões políticas do setor financeiro por ajustes fiscais nos gastos estatais (IANONI, 2018).

Essa composição ampla do bloco no poder e a manutenção da hegemonia econômica das frações internacionalizadas estabeleceram o espaço no qual poderia se movimentar tal bloco. As políticas de valorização da produção e da renda dos trabalhadores permitiram, durante um período, a estabilização e o equilíbrio entre essas várias frações, com taxas positivas de crescimento econômico. Os fatores exógenos da economia foram, entretanto, determinantes na crise que dá fim à essa coalizão político-econômica. A crise econômica mundial, em especial a partir de 2014, pressionou a política de juros, derrubou os valores das exportações de *commodities*, em especial agrícolas, o que impôs uma forte crise fiscal do Estado e a retração dos investimentos públicos. A política monetária aplicada acabou por tornar ineficientes as políticas desenvolvimentistas, em especial no primeiro Governo Dilma Rousseff. Marcus Ianoni (2018) considera que a disputa pelos recursos, progressivamente escassos nesse período, impôs um aumento da pressão sobre o governo em relação à política macroeconômica de Dilma Rousseff, o que levou ao desfazimento do bloco no poder e de sua base política, inclusive sua base parlamentar no Congresso Nacional. Gilberto Maringoni (2017) afirma que as políticas que garantem a presença de setores burgueses no bloco de poder são, fundamentalmente, as isenções tributárias e a política de juros do Banco Central.

A forte crise econômica e a correlata crise fiscal do Governo Dilma Rousseff diminuíram o PIB, e, de forma constante e acelerada ao longo do ano de 2014 até 2016, a política de investimentos estatais e de proteção social viu seu orçamento diminuir e a economia geral definhar por força dessa diminuição. A consequência foi o crescimento do descontentamento social, tanto entre trabalhadores quanto entre as frações da burguesia. Maringoni (2017) apresenta um elucidador gráfico sobre a queda dos investimentos estatais no fim do período de governos federais entre Lula da Silva e Dilma Rousseff. O autor compara os dados sobre os investimentos públicos entre 1994 e 2015, por cada um dos períodos de governo, e os apresenta da seguinte forma:

Gráfico 2 – Evolução do investimento público no Brasil



Fonte: Rodrigo Orair (2016. In: MARINGONI, 2017, p. 47).

Não à toa, o único período em que o crescimento do PIB industrial foi positivo em todo esse período foi o que coincide com a taxa positiva de investimentos estatais, entre 2007 e 2010. Diz Armando Boito Júnior (2018, p. 213) que “[...] até há pouco, a unidade da frente neodesenvolvimentista vinha prevalecendo claramente sobre os seus conflitos internos. Na crise, essa unidade se encontra minada”. A crise econômica do período foi fator nitidamente determinante na crise da unidade do bloco no poder durante os períodos lulistas no governo. Contudo, Boito argumenta que não foi apenas a crise econômica que criou as condições para a decomposição do bloco no poder. Um esforço de aprofundamento das políticas desenvolvimentistas realizadas no primeiro biênio do Governo Dilma Rousseff (2011 e 2012) com base na redução da taxa Selic de juros, incentivo ao capital produtivo e contenção dos juros de mercado, criou descontentamento na fração financeira internacionalizada e em suas frações associadas (BOITO JÚNIOR, 2018). Essa fração abriu um processo de desestabilização do bloco no poder a partir de sua força social, econômica e política, de seu controle de aparelhos privados de ideologia, de aparelhos estatais e de pressões internacionais. A crise econômica fez o restante do trabalho. O não atendimento de interesses, a diminuição de recursos, o estreitamento do crédito, entre outros aspectos criou as condições para que as demais frações das classes dominantes que compunham o bloco no poder do período lulista realizassem um deslocamento para um novo bloco em formação, de caráter abertamente neoliberal. “A ofensiva neoliberal restauradora iniciou-se antes das manifestações de junho de 2013 e, ao contrário

destas últimas, sempre teve clareza política e forças suficiente para eleger como alvo a conquista do poder governamental” (BOITO JÚNIOR, 2018, p. 218).

Augusto Buonicore (2017) também considera que o aprofundamento das políticas neodesenvolvimentistas no período Dilma Rousseff criou as condições para um forte conflito com o setor bancário e a consequente erosão do bloco no poder do período lulista. Através dos bancos estatais federais, o Governo Dilma operou a diminuição da taxa de juros básica ao mesmo tempo em que aprofundou políticas voltadas aos setores mais locais da burguesia, como os de infraestrutura, construções pesadas, petróleo e gás. A reação do setor financeiro foi contundente, e o governo recebeu um forte conjunto de críticas que acabaram por impactar os investimentos privados, o que resultou na continuidade da crise econômica. O resultado político acabou sendo uma cisão com o capital bancário, sem que as demais frações da burguesia se sentissem alentadas pelas políticas anticrise levadas a cabo pelos Ministérios do Planejamento e da Fazenda. O quadro da derrocada do bloco neodesenvolvimentista estava configurado.

Conforme se configurava uma linha mais desenvolvimentista – em oposição ao rentismo –, a guerra midiática contra o governo se tornou mais agressiva. Ele era bombardeado sistematicamente com críticas provenientes das áreas econômicas vinculadas ao capital financeiro. [...] Essas declarações ajudaram a criar um clima de desconfiança entre os investidores e contribuíam para o aumento das dificuldades econômicas. (BUONICORE, 2017, p. 132).

A manutenção da crise econômica, os resultados fragilizados das políticas anticrise do governo e a ampliação das ações oposicionistas em várias frentes acabaram por consolidar uma forte crise de legitimidade política e corroer o bloco no poder. As pautas da flexibilização das regras trabalhistas, aumento das imunidades tributárias e diminuição da intervenção do Estado na economia organizam a debandada do bloco lulista e a formação de uma aliança que poria fim ao período lulista, com o *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, já em 2016.

O desfazimento do bloco no poder do período lulista (2003 a 2016) estabeleceu, efetivamente, um novo rearranjo de classes e frações de classes. O bloco no poder constituído a partir e no interior do processo político de *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff significou a reunificação da burguesia brasileira sob a direção da fração financeira internacionalizada, substituindo a fração local da burguesia nessa condição. Mais uma vez, as pesquisas de Boito nos oferecem evidências. Afirma Boito Júnior (2018) que as políticas de desnacionalização do setor de petróleo e gás demonstram a posição dirigente da fração internacionalizada e que as concessões do bloco lulista aos trabalhadores se tornaram “um preço alto de demais” em tempos de crise. Em sentido convergente, Marcus Ianoni afirma que as

políticas de ajuste fiscal implementadas ou propostas no início de 2015 produziram efeitos contrários aos esperados e aprofundaram a crise econômica, o que favoreceu a “[...] alteração na balança de poder e no conteúdo decisório do Estado” (IANONI, 2018, p. 154). Sua hipótese de trabalho é de que a opção por medidas ortodoxas monetaristas para enfrentar a crise econômica do período estabeleceu as condições para a crise política que veio a resultar no rompimento da coalização política que sustentava o governo, e, progressivamente, as frações da burguesia local que estavam no núcleo do bloco no poder lulista foram dele se afastando.

A crise política que levou ao *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff em 31 de agosto de 2016 e à ascensão do pensamento reacionário na opinião pública, entretanto, não se deu como fato social ou político isolado. Trata-se do resultado de um longo processo de acumulação e desenvolvimento de condições necessárias desenvolvidas até que se tornassem suficientes para a materialização do fenômeno.

3.5 AS CONDIÇÕES PARA A ATUALIZAÇÃO DO REACIONARISMO

Ainda que a presença política, mas também ideológica, do reacionarismo e da extrema direita seja uma constante na história brasileira e, efetivamente, nunca tenha deixado de existir e agir – em especial, desde a transição do regime autoritário, em 1984, para a atualidade – é entre o ano de 2013 e os dias atuais que se dá o ápice do ativismo e importância desse campo político no Brasil. Ainda que sempre presente, esse ativismo reacionário nem sempre foi tão efetivo quanto da década de 2010 para cá. A afirmação de que esse processo se trata de uma atualização do ideário de direita é, antes de tudo, um reconhecimento de que os valores e as premissas reacionários e autoritários nunca desapareceram do campo da luta política e, tampouco, do campo ideológico. Igualmente, nunca deixaram de existir no campo da cultura política dos brasileiros, de forte tradição autoritária e conservadora, como descreve Lilia Moritz Schwarcz (2019). Ou seja, esses valores conservadores e autoritários sempre estiveram presentes e ativos na esfera da sociedade, e deles se fortalecem as posições reacionárias.

O modelo de economia periférica, próprio da América Latina de modo geral, mas do Brasil em específico, criou uma condição de dependência permanente que inviabilizou as condições para o desenvolvimento de um capitalismo competitivo. “Os países da América Latina não conseguiram conciliar desenvolvimento capitalista autônomo com uma ordem capitalista competitiva relativamente equilibrada e um Estado democrático” (FERNANDES, F., 2019, p. 83).

O autoritarismo foi, portanto, uma forma de normatização da sociedade brasileira e de estabilização de sua hierarquia e de sua reprodução (FERNANDES, F., 1981, 2019). Esse aspecto estrutural e basilar da sociedade brasileira e de seu modo de produção econômica é determinante para a formação de ambientes favoráveis à livre circulação e evolução dos valores e posições políticas conservadoras e reacionárias. Ainda que tenham refluído em períodos determinados de acenso dos valores progressistas e democráticos, tais como o que se dá logo após o fim do regime autoritário de 1964, esses valores são uma constante na sociedade civil e na sociedade política. Em períodos e ciclos de crise próprios do modo de desenvolvimento capitalista, esses valores ampliam sua audiência entre a sociedade.

Cada peculiar período hegemônico dirigido por distintos, mas não excludentes, blocos de forças e frações dominantes, como os analisados anteriormente, produziu um distinto e correspondente conjunto de valores políticos que constituiu sua relação real de representação – o que Antonio Gramsci chamou de “ideologia historicamente orgânica” (GRAMSCI, 2014, p. 237). Ideologia historicamente orgânica é aquela ideologia que organiza as relações no interior da sociedade civil e aglutina opinião e debate público em torno de valores culturais, além de visões históricas, narrativas políticas e até interpretações científicas, como absoluta necessidade de dar coerência e lógica aos atos, políticas, estética, além da própria composição do bloco de forças no poder.

Durante o período de hegemonia neoliberal progressista, sob o governo de Fernando Henrique Cardoso, entre 1995 e 2002, predominaram os conceitos de modernização da economia, incorporação global, competitividade, meritocracia, democracia liberal e eficiência estatal. Eles eram os fundamentos que deram coerência à narrativa globalizadora do bloco neoliberal progressista. Já nas explicações do bloco de forças hegemônico no período Lula da Silva – Dilma Rousseff, entre 2003 e 2016, predominaram os conceitos de desenvolvimento nacional, justiça social, igualdade e autonomia na narrativa desenvolvimentista e distributivista, de apoio à burguesia interna e aos trabalhadores organizados, o que unificava politicamente esse bloco progressista de escopo classista amplo.

Essas explicações políticas correspondiam a valores sociais aceitos pela sociedade, ainda que de forma flutuante, fluída e instável. O “esforço” político chave para esses blocos de forças era, portanto, organizar a opinião pública coerentemente com seus programas políticos e econômicos. Da eficácia permanente desse esforço de organização e direção da opinião pública, se forma, se mantém e se reproduz adaptando a legitimação social e a hegemonia necessária a cada bloco para que se mantenha no poder.

Já o conjunto de frações de classe que se organizou como bloco no poder a partir do Governo Michel Temer, de 2016 a 2018, e do governo de Jair Bolsonaro, entre 2019 e 2022, é a expressão de um forte deslocamento de frações de classe que compunham o bloco no poder nos governos progressistas. Diferentes frações da burguesia se deslocaram e se uniram em torno de um programa de alteração das políticas gerais do Estado brasileiro no sentido de duras medidas recessivas de ampliação dos ganhos sobre o trabalho, tais como cortes no orçamento social e a reforma trabalhista, planejados e efetivamente implementados pelo bloco no poder após a queda do lulismo, em 2016, com a deposição de Dilma Rousseff da Presidência da República. Setores como o agronegócio e a pequena burguesia tiveram protagonismo ampliado nesse bloco, que ainda manteve em sua composição a burguesia diretamente relacionada com o rentismo e o mercado financeiro. A efetiva hegemonia se manteve nas mãos desse setor, que controlou diretamente os setores monetários e econômicos do governo, tais como o Ministério da Economia e o Banco Central. Isso se expressou na intenção declarada, nem sempre consumada por razões circunstanciais, de manutenção do programa de privatizações de empresas estatais, concessões de serviços estatais, a política de paridade de preços internacionais dos derivados de petróleo, implementada através da Petrobrás, desindexação e redução do valor do salário-mínimo e das obrigações orçamentárias, aprofundando a política de austeridade fiscal. Em resumo, uma política econômica de caráter ortodoxo-liberal (OREIRO; PAULA, 2019).

Esse novo bloco no poder precisou constituir um novo discurso social legitimador capaz de gerar apoio e consentimento da sociedade à sua implementação. Essa virada foi fundamentalmente uma alteração da aliança dirigente com um novo bloco no poder. Tal bloco constituiu uma nova plataforma econômica e novas medidas de governo, todas de valorização do mercado. A crise de emprego, de paralisia econômica e de insegurança passou a ser relacionada com assertivas tais como a destruição da família, o comunismo, o inimigo venezuelano, a ditadura cubana, o homossexualismo, o excesso de liberdade e falta de ordem, a doutrinação ideológica na escola e nas universidades, os direitos humanos que não protegem o cidadão de bem, o excesso de garantias penais, o serviço público ineficiente, imposto como roubo, o exagero de direitos fundamentais, a Constituição Federal, o regime democrático, as drogas, a liberalidade sexual, entre outros elementos discursivos de forte componente ofensivo, radicalizado e ideologizado (MESSEMBERG, 2019b; ROCHA, 2018).

Entretanto, a simples convergência entre o ideário conservador, dos valores autoritários seculares da sociedade brasileira, com o pensamento neoliberal não seria suficiente para explicar essa atualização de uma ideologia e movimento político reacionário, ainda que sua

existência seja necessária para tal. Essa convergência precisou encontrar um quadro global propício para sua fermentação. A crise do bloco social-democrata e de suas políticas compensatórias e de proteção social, das experiências desenvolvimentistas e seu modelo de crescimento e industrialização a partir da direção do Estado e, sobremaneira, a derrocada do bloco dos Estados socialistas, especialmente da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URRS), significaram um novo ciclo de expansão e crise do capitalismo e das relações sociais. A emergência de um bloco de hegemonia neoliberal impôs a abertura de mercado e eliminação de recursos protetivos das classes trabalhadoras, permitindo um novo fôlego ao processo de acumulação de capital, além do abrupto enfraquecimento da capacidade de contraposição política e ideológica ao bloco hegemônico e dirigente do capitalismo financeiro monopolista.

Ao analisar o deslocamento discursivo das manifestações sociais no Brasil entre 2013 e 2015, Céli Regina Jardim Pinto (2019) identifica que, no interior dessas manifestações, estava emergindo um novo sujeito tendencialmente de direita. Em sentido convergente, Helcimara Telles (2019) também identifica a emergência dessa direita, tanto moderada quanto radical, mais ativa e unificada em torno de um programa contrário às políticas de inclusão dos mais pobres, porém, ainda de forma fragmentada e difusa. O processo de *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, em 2016, torna-se o processo que unifica e faz convergir as condições adequadas para a conformação de uma direita reacionária com capacidade de influenciar a opinião política de amplos setores sociais, como setores médios, de emprego privado e público, e frações de trabalhadores em condição precária e em precarização, em torno de uma mudança de bloco no poder.

A eleição presidencial de 2018 foi um momento-chave para a revitalização do pensamento reacionário e a emergência de uma direita reacionária organizada no Brasil, com ofensividade, pautas regressivas, força eleitoral e forte adesão ao ideário neoliberal anti-estatista. Seu ápice vem a se dar com a eleição de Jair Bolsonaro presidente, em 2018, criando as condições suficientes para organizar essa convergência política e ideológica. Em seus sucessivos mandatos como deputado federal, desde 1994, Jair Bolsonaro desenvolveu uma forte e constante pauta conservadora e autoritária, mas é somente nesse contexto eleitoral de 2018 que Bolsonaro assume os postulados neoliberais (LACERDA, 2019).

Convergem nesse novo bloco no poder e em sua base social os postulados conservadores, autoritários e neoliberais, marcados pelo militarismo, punitivismo e inflexibilidade penal e policial; anticomunismo e antipetismo; alinhamento internacional com os países líderes desse bloco, como Estados Unidos e Israel; adesão ao cristianismo conservador e aos valores morais da família tradicional, combate à “ideologia de gênero”; nacionalismo de

direita; alinhamento com as premissas do neoliberalismo, como desregulamentação do trabalho e privatizações e aproximação com a burguesia do mercado financeiro; uma forte rejeição ao Iluminismo, ao liberalismo político e à modernidade, portanto, às premissas da democracia parlamentar (LACERDA, 2019).

O novo bloco amplia a hegemonia da grande burguesia financeira internacionalizada, o que se revela na manutenção dos grandes conceitos macroeconômicos monetaristas – como a preservação do superávit, a proteção dos lucros financeiros e a manutenção pactuada de juros agradáveis a essa fração – e nas reformas trabalhista e previdenciária, que reorganizaram o custo do trabalho.

No Governo Bolsonaro, várias frações da burguesia se unificam em torno de medidas de aprofundamento da política neoliberal que havia sido implementada no governo anterior. Várias expressões de organizações empresariais passam a compor diretamente a direção dos órgãos estatais envolvidos na política macroeconômica do Governo Bolsonaro na gestão do ministro Paulo Guedes, ele próprio uma expressão da burguesia envolvida no sistema financeiro. Flavio Henrique Calheiros Casimiro (2020) descreve a presença de lideranças de opinião vinculadas a organizações empresariais, com influência direta nas políticas de privatizações, redução de garantias trabalhistas, políticas de aumento da precarização do trabalho e liberalização da atividade empresarial.

Uma das características relevantes dessas lideranças é que elas emergem de organizações ultra-neoliberais e empresariais diretamente vinculadas ao debate teórico e ideológico, constituindo-se como intelectuais orgânicos das frações hegemônicas das classes dominantes. São essas próprias organizações que passam a ocupar as agências do Estado que eram tidas por essa fração como estratégicas na política macroeconômica e reestruturação do Estado. A estratégia “conservadora e truculenta”, na classificação de Casimiro (2020), materializou a razão política e econômica para a convergência entre essa emergente burguesia financeira e ultra-neoliberal local com os setores ruralistas e o grande capital internacionalizado. “Esse arranjo emergente e performático de segmentos da burguesia brasileira encontra no discurso moralista e antiprogressista de extrema direita o veículo para acessar outros estratos de classe a partir de soluções simplistas e reducionistas” (CASIMIRO, 2020, p. 151).

Contudo, durante grande parte desse período entre a transição de regime e a atualidade, de 1984 ao ano de 2018, especialmente até os primeiros anos do século XXI, a ideia de ser conservador, de direita ou defensor do autoritarismo estava contida por certa supremacia de valores democráticos. Contida, mas não superada. Já neste século XXI, esse quadro se modifica.

No que seria o auge do período lulista, defrontada com certa vantagem política das ideias mais à esquerda, é que a direita reacionária inicia seu processo de emergência política.

A partir da redemocratização se dizer de direita passou a ser algo desconfortável. [...] A vergonha em se afirmar de direita, não dizia respeito apenas aos políticos, mas também se estendeu a seus ideólogos, simpatizantes e eleitores. Foi apenas em meio auge do Lulismo, entre 2006 e 2010, a partir da atuação de membros de contra-públicos digitais, formados especialmente a partir da rede social Orkut, que aos poucos tal vergonha começou a se dissipar. (ROCHA, 2018, p. 111).

Nas eleições presidenciais de 2018, Jair Bolsonaro expressamente defendeu uma agenda reacionária, de direita, com fortes conteúdos autoritários e conservadores (LACERDA, 2019). Sua vitória no pleito expressou uma implosão efetiva do arranjo político do equilíbrio conflitivo entre PSDB e PT, que tornava o discurso de extrema direita e do reacionarismo secundários e, em certa medida, fora dos parâmetros prevaletentes (CODATO; BERLATTO; BOLOGNESI, 2018).

Conforme se tem argumentado, tal desenlace político, que levou a um novo desenho nos blocos políticos e no bloco no poder no Brasil, deve ser compreendido dentro de um processo de reconstrução e atualização dos valores reacionários, sempre vivos na cultura política brasileira. Não apenas o candidato eleito expressou e difundiu essa agenda e discurso reacionário, mas um conjunto de organizações políticas e empresariais, veículos de comunicação, partidos, parlamentares, organizações religiosas e outros aparelhos privados de hegemonia se constituíram como ativistas desse programa e dessa retórica reacionária.

Dar concretude, com evidências, a essa convergência entre valores conservadores, autoritários e neoliberais no Brasil é fundamental para a compreensão de um fenômeno de tamanha relevância. Tal relevância é constituída por ser esse um processo mundial de crescimento desse conservadorismo e autoritarismo de novo tipo. Em um artigo acerca da construção discursiva desse novo conservadorismo nos Estados Unidos a partir da construção da candidatura à presidente de Donald Trump, Moira Weigel, ao estranhar essa convergência entre a defesa do pensamento liberal e o pensamento autoritário, demonstra a atualidade e materialidade dessa congruência.

[...] ocorria uma estranha convergência. Enquanto Chait⁵ e seus colegas liberais denunciavam o politicamente correto, Donald Trump e seus seguidores faziam a

⁵ CHAIT, Jonathan. Not a very PC thing to say. *New York*, Jan. 27, 2015.

mesma coisa. Chait dizia que a esquerda estava “deturpando o liberalismo” e se designava o defensor do centro liberal; Trump dizia que a mídia liberal tinha “manipulado” o sistema. Os adversários do politicamente correto sempre se disseram inimigos do autoritarismo. Na verdade, o antiPC pavimentou o caminho para o autoritarismo populista que hoje se espalha por toda parte. (WEIGEL, 2018).

Essa convergência está na base do giro político dado no continente sul-americano, com a ascensão e eleição de alguns governos de viés de direita e centro-direita, com programas econômicos ortodoxos de aprofundamento das medidas neoliberais pró-mercado. Esse giro tem sido foco sistemático dos debates e estudos sobre esse movimento de renovação da direita e da extrema direita (GEISELBERGER, 2019; NACHTWEY, 2019; OMINAMI, 2017; SANTOS, 2018).

4 A DIREITA REACIONÁRIA COMO SUJEITO RELEVANTE

Neste capítulo abordo as condições da emergência política do campo reacionário e da extrema direita no debate público global e, em especial, no Brasil. O capítulo desenvolve um conjunto de conceitos que permitem classificar o reacionarismo e a extrema direita e sua ação política com o sentido de permitir a compreensão do fenômeno de sua emergência. O conceito de direita é bastante relevante para uma precisa descrição dos fenômenos e das relações políticas e de poder. A contraposição entre direita e esquerda continua a ser válida, pois expressa a valoração e os interesses na disputa da direção política do Estado, dos governos e da opinião majoritária. Efetivamente, esses conceitos são relevantes como instrumental analítico da realidade. Nos permitem estabelecer distinções em relação às posições que assumem os campos políticos no exercício do controle sobre o aparelho de Estado e sobre os aparelhos de hegemonia.

4.1 A DIREITA EMERGENTE

A ideia de uma nova emergência da direita, do conservadorismo e do autoritarismo é um tema recorrente tanto no espectro das investigações científicas quanto no espectro do debate público. Assim sendo é objeto de análise de vários autores. Há um reconhecimento majoritário nos debates em ambos os espectros, que a direita global se modificou e ampliou sua audiência nos meios intelectuais e nos meios da política. Em especial, as ideias e correntes políticas mais extremadas e radicalizadas ganharam espaço e conheceram uma emergência em seu protagonismo.

Norberto Bobbio (2001) considera que a direita esteja sendo “amplamente revalorizada” como uma ação contraposta à ideia de esquerda, capaz de atrair sujeitos que se situavam no espaço intermediário entre elas. Bobbio aceita que, em que pese todas as mitigações e modificações históricas havidas no desenvolvimento do pensamento e das organizações de esquerda e direita, ainda o traço fundante da direita é a aceitação da desigualdade como elemento natural, enquanto que para a esquerda o traço fundante seja a igualdade. O que significa dizer que são valores contrapostos e que a comparação binária e relacional continua sendo relevante para a definição dos conceitos.

Esquerda e direita indicam programas contrapostos com relação a diversos problemas cuja solução pertence habitualmente à ação política, contrastes não só de ideias, mas também de interesses e de valorações a respeito da direção a ser seguida pela

sociedade, contrastes que existem em toda a sociedade e que não vejo como possam simplesmente desaparecer. (BOBBIO, 2001, p. 51).

Débora Messemberg (2019b) concebe que a direita tem como axiomas centrais a aceitação da desigualdade como própria da humanidade, como um processo fundamental para o desenvolvimento, e a tradição e a conservação das regras sociais e hierárquicas. Com base em Norberto Bobbio, estabelece a vinculação da direita aos primados do sagrado, a intolerância à diversidade, o culto da segurança, o anticomunismo e a ligação com classes dominantes da sociedade. Considera que esse a partir das manifestações de 2015, vem à tona no Brasil um ativismo político, tantos em manifestações de ruas como em manifestações através das redes digitais, que expôs conteúdos de perfil conservador, autoritário e tradicional e uma exacerbação dos posicionamentos neofascistas.

As manifestações que levaram centenas de milhares de pessoas às ruas nas principais cidades brasileiras, durante os meses de março, abril e agosto de 2015, trouxeram à luz o ativismo de certos tipos de atores sociais, que há décadas não participavam de forma tão intensa da arena pública. (MESSEMBERG, 2019b, p. 175).

Helcimara Telles (2019) sintetiza o conceito de direita a partir da articulação da defesa da liberdade de mercado, de um mercado sem regulação, do não intervencionismo do Estado na economia, e da redução do Estado de bem-estar e de suas políticas de inclusão social. A direita, segundo a autora, contesta a cobrança de impostos, defende a propriedade privada como fundamento social e maior controle estatal no comportamento social.

Já Arjun Appadurai (2019) problematiza a crise da democracia liberal e sua substituição por uma espécie de autoritarismo, a partir do que ele chama de “guinada global à direita”, que caminha no sentido da valorização da coerção e repressão. Seria essa ascensão autoritária uma proposta de refutação de conceitos inclusivos e paciosos desenvolvidos pelas democracias pós-guerra e tornou a intolerância em relação à racionalidade do sistema democrático uma agenda relevante. Afirma o autor que: “Mas as eleições de hoje transformaram-se em uma via de *saída*’ da democracia em si, em vez de ser um meio de corrigir e debater a política democraticamente” (APPADURAI, 2019, p. 28).

Ampliando o conceito, Marina Basso Lacerda (2019) estabelece uma simetria e equivalência, porém mantém a distinção entre neoconservadorismo e nova direita. A nova direita, para ela, se articula em torno da defesa da família tradicional, do anticomunismo, do militarismo e de valores de mercado, em diferentes nuances. Diz a autora que:

Diferente de outras articulações conservadoras, o eixo de gravidade do neoconservadorismo norte americano – e do novo conservadorismo brasileiro – é a atuação da direita cristã baseada na ideia de que a família – e não o Estado – é a resposta para toda a ordem de disfunções sociais. (LACERDA, 2019, p. 18).

Segundo essa compreensão, o novo conservadorismo e, por conseguinte, a nova direita, se distinguem de outras expressões desse campo pela sua adesão aos axiomas dos valores de mercado, em parte liberais, mas em sua maioria expressos pela razão neoliberal. A rejeição ao Estado, assim, estabelece a distensão entre essa tipologia de conservadorismo e outras formas de conservadorismo marcadamente nacionalistas. A base do movimento intelectual que viria a dar a base política para essa nova direita, neoconservadora, veio a ser o libertarismo econômico, o tradicionalismo moral e o anticomunismo. A evolução do pensamento neoconservador se deu no sentido do polo à direita do espectro político, desenvolvendo uma progressiva desconfiança e restrição em relação à democracia (LACERDA, 2019).

O trabalho de Marina Basso Lacerda adota o conceito situacional, ou posicional, de Samuel Huntington⁶ para caracterizar o conservadorismo. Segundo essa concepção, o conceito de conservadorismo seria relacional, decorrente de necessidades históricas específicas, de um processo de reação intelectualmente elaborado e sistemático em relação à mudança. O neoconservadorismo emergente, segundo seu conceito, no Brasil e no mundo se opõe a um contexto específico: a emergência de governos e opiniões que sustentam políticas sociais inclusivas de bem-estar social, que exigem regulação e intervenção estatal, e políticas afirmativas raciais e identitárias. “O neoconservadorismo, portanto, é um ideário conservador e de direita e sua peculiaridade reside na centralidade que atribui às questões relativas a famílias, à sexualidade e à reprodução e aos valores cristãos” (LACERDA, 2019, p. 29).

O neoconservadorismo se aproximaria do neoliberalismo nas políticas econômicas. Mas, diferentemente de algumas escolas liberais, tais como o libertarismo e o anarcocapitalismo, em relação aos temas da política, da moral e dos costumes, o neoconservadorismo professa uma forte intervenção na vida privada. No favorecimento da família como agente socializador, ao aceitar a censura a críticas em relação a dogmas religiosos-fundamentalistas, assim como ao defender a flexibilização do caráter laico do Estado, entre outros aspectos, a nova expressão do conservadorismo se distancia de alguns princípios basilares do liberalismo.

⁶ HUNTINGTON, Samuel. Conservatism as an ideology. *The American Political Science Review*, v. 51, p. 454-473, 1957.

Para compreendermos essa distinção relevante, o conceito de neoconservador é muito oportuno. Diferentemente da visão racionalista e individualista do pensamento liberal, como expressa de forma aprofundada Robert Nozick (1991, p. 357),

O Estado mínimo trata-nos como indivíduos invioláveis, que não podem ser usados de certas maneiras por outros meios, ferramentas, instrumentos ou recursos. Trata-nos como pessoas que tem direitos individuais, com a dignidade que isto pressupõe. Tratando-nos com respeito ao acatar nossos direitos, ele nos permite, individualmente ou em conjunto com aqueles que escolhemos, determinar nosso tipo de vida, atingir nossos fins e nossas concepções de nós mesmos, na medida em que somos capazes disso, auxiliados pela cooperação voluntária de outros indivíduos possuidores da mesma dignidade.

A visão neoconservadora alia tais premissas a valores localizados no pensamento pré-iluminista, mais de acordo com a cultura política aristocrática. Essa direita emergente, que se radicaliza à medida que se desenvolve, constrói uma articulação de significados entre o conservadorismo clássico, tais como anticomunismo e fundamentalismo cristão, e o ultraliberalismo, tais como a adesão à razão neoliberal, aceitação da direção do capital financeiro e dos valores de mercado. O neoconservadorismo é, fundamentalmente, uma aliança em antítese ao que Nancy Fraser (2019) chamou de “neoliberalismo progressista”, fundamentado em uma aliança de movimentos sociais por direitos de minorias e identitários com setores modernos da burguesia, vinculados ao conhecimento e aos serviços. Os axiomas liberais superados pela emergência do neoliberalismo não são antagônicos ao autoritarismo, ao contrário, deram base para sua revitalização (FRASER, 2019; MISHRA, 2019). A solidificação dos ideais do ultra individualismo e da criação da riqueza privada no neoliberalismo suplantaram o ideal clássico da igualdade, ainda que interpretado em seu sentido normativo. Essa nova direita reacionária amalgamou uma plataforma ideológica entre o privatismo, o conservadorismo moral e o fascismo político.

Como abordado anteriormente, a convergência entre esses sentidos autoritários e a razão neoliberal atinge um tratamento conceitual e teórico em Nancy Fraser (2018, 2019), que a nomeia como neoliberalismo ultrarreacionário. Para Fraser, o neoliberalismo ultrarreacionário é uma resposta ao processo de desindustrialização e financeirização acelerada, posta em prática pelos anos de hegemonia da aliança neoliberal e liberalismo progressista, que teve por consequência uma forte crise do emprego e da economia. A hegemonia neoliberal buscou sua legitimação nas pautas liberais emancipacionistas e progressistas e, com base nessa legitimidade, estabeleceu o domínio do capital financeiro sobre o capital produtivo, especialmente o industrial. “Nessa união, forças progressistas se juntam efetivamente com as

forças do capitalismo cognitivo, sobretudo a financeirização. Por mais que tenha sido involuntário, as primeiras emprestaram seu carisma às últimas” (FRASER, 2019, p. 78-79).

Contudo, é na recusa à evolução das ideias, em certa medida iluministas, em certa medida social-democratas, que a direita assume uma dimensão crucial para entendermos sua atualidade, a ideia de recusa, da reação ao mundo moderno. Igualmente Albert Hirschman (2019) aborda essa dimensão. Para ele a direita e o conservadorismo se movimentam a partir do esforço reativo em relação às ideias de igualdade e redução das diferenças sociais. A direita cresce na medida em que propõe a recusa às conquistas da modernidade. O que lhe confere o caráter reacionário que lhe é tão distintivo neste processo de emergência de uma direita extremada.

4.2 A EMERGÊNCIA GLOBAL DA DIREITA REACIONÁRIA

O fenômeno da emergência da extrema direita e dos valores reacionários é global. Em 2020, grandes países capitalistas com regime político liberal democrático eram, e alguns deles continuam sendo governados por frações, líderes, partidos ou blocos de extrema direita, e de diferentes tipologias de políticas reacionárias. Entre eles podemos destacar o Brasil, Índia, Estados Unidos, Hungria e Polônia. Não só a emergência da direita reacionária é global como é longa, se estendendo ao longo dos últimos 100 anos. Michele Prado (2021) constituiu uma linha do tempo da extrema direita global, classificando os momentos de ascenso em ondas, cuja primeira teria se dado no início do século XX, e a quarta e mais recente a partir de 2000.

Quando me envolvi pela primeira com política antifascista nos idos de 2010, era inconcebível que apenas uma década depois mais de 19, bilhão de pessoas viveriam em países com governos com inclinações fascistas. Em 2020, esses países incluíam três das cinco nações mais populosas do mundo [...]. (MULHALL, 2022, p. 19).

Podemos falar em uma primeira onda do início do século até 1945. Foi marcada pela reação aos movimentos de esquerda e aos elementos do Estado social, tanto na Europa quanto na América. A segunda onda reorganizou a extrema direita e o reacionarismo em geral a partir do fim da Segunda Grande Guerra Mundial, entre os anos de 1955 e 1980, no contexto da chamada Guerra Fria, ainda que este elemento já estivesse presente como fator contributivo na primeira onda. Segundo Prado (2021), a extrema direita, nessa fase, se reposiciona não mais a partir dos conceitos principais do fascismo clássico do período anterior, mas na refutação dos

modelos de “Welfare State”⁷ e do liberalismo democrático. Uma terceira onda se forma na década de 1990, já sob o contexto do desmoronamento da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, a URSS, e de unificação da República Federal da Alemanha e da República Democrática Alemã. Nessa onda, mantém-se o processo crítico em relação ao sistema democrático liberal, fundamentalmente a partir das crises desses sistemas no Leste Europeu.

A quarta onda de ofensiva da extrema direita se dá a seguir, a partir dos primeiros anos do século XXI. A plataforma da direita reacionária da atualidade incorpora o combate aos imigrantes, a defesa do emprego para os nacionais legítimos e uma investida muito agressiva sobre os novos direitos civis conquistados por diferentes segmentos sociais na vigência da democracia liberal. Entre eles a igualdade racial, o direito à união homoafetiva e direitos sociais básicos (PRADO, 2021).

Essa quarta onda de emergência da direita reacionária tem em comum com as demais a contestação aos sistemas liberais-democráticos, com fortes críticas aos sistemas eleitorais e aos sistemas de promoção da igualdade. Mas, paradoxalmente, ao lado de um forte componente antiliberal no campo da política e do comportamento, agrega componentes vinculados ao liberalismo radical e ao neoliberalismo no campo da ideologia e da economia. Os governos e partidos da direita reacionária, na atualidade, se articulam decisivamente às macropolíticas neoliberais, tais como controle sobre a influência do Estado na economia, desconstituição do Estado social e transferências dessas atribuições às empresas privadas, assim como redução da regulação e controle sobre a economia e sobre o trabalho. Também incorporaram as ideias de liberdade e indivíduo a partir das concepções liberais. Algo muito distante, portanto, da direita reacionária clássica das primeiras duas ondas, na classificação acima. Michele Prado avança no mesmo sentido:

No lugar dos abertamente neonazistas, temos profissionais de mídia, filósofos, historiadores e produtores de conteúdos digitais. Em comum, os diversos grupos de *far-right* visam minar as democracias liberais e seus pilares desde dentro, interferindo em eleições livres e justas (as eleições nos EUA em 2020 e a recusa do então presidente Donald Trump em aceitar o resultado, além de sua interferência em vários estados através da coação de vários membros do Partido Republicano, por exemplo), alimentando a desconfiança dos cidadãos no sistema de freios e contrapesos, atacando a liberdade de imprensa, instituindo uma única religião como expressão máxima de

⁷ Segundo Glória Regonini (2007, p. 416), em seu verbete “Estado do Bem-estar” encontrado no *Dicionário de política*, de Norberto Bobbio, Nicola Matteucci e Gianfranco Pasquino, o Estado social emerge como forma de igualdade social através da extensão de medidas estatais de proteção social, tais como saúde, educação, previdência e garantia de renda mínima, tornando-se uma distinção material do Estado liberal. Regonini afirma também que o Estado social avançou com a participação política ampliada dos sindicatos de trabalhadores no que a autora chama de atualidade em uma sociedade industrializada e urbanizada.

todo um povo (a Índia com Narendra Modi e o nacionalismo hindu é um exemplo didático, além do Brasil com o governo Bolsonaro que instituiu como *slogan* a expressão “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos) e promovendo sistemáticas críticas aos limites legais impostos aos governantes dentro da democracia liberal. (PRADO, 2021, p. 79).

A autora investe seus argumentos na ideia de que a extrema direita tem como elemento fundante e contínuo, em suas diferentes manifestações, a refutação dos conceitos liberais. Em outros autores, há fortes demonstrações disso. Benjamim Teitelbaun (2020) faz uma importante investigação, um trabalho entre a etnografia e o jornalismo investigativo, em suas próprias palavras, sobre a relação dessas correntes de pensamento com o tradicionalismo. Nesse campo, da doutrina, da ideologia e dos valores de mundo, torna-se evidente a rejeição teórica e política aos valores liberais, tomados como valores da modernidade. Os pressupostos do tradicionalismo são a refutação da modernidade, do Iluminismo e do materialismo. Exatamente elementos relevantes, mas não únicos, do pensamento liberal. Para Teitelbaun (2020), o tradicionalismo é elitista e hierárquico, porém sua etnografia identifica um forte elemento doutrinário e retórico antissistema nos intelectuais tradicionalistas acompanhados – paradoxo que amplia as áreas de oposição ao pensamento liberal e à ideia de democracia.

Também Cas Mudde (2022, 2020) desenvolve uma periodização da evolução da extrema direita. Essa periodização inicia a partir do fim da Segunda Guerra Mundial e do desabamento da extrema direita clássica do entreguerras. Nesse período entre guerras (1918 a 1945), emerge uma extrema direita antiliberal, que se constituiu a partir de uma forte crítica às transformações profundas vividas pelo mundo. Em especial, uma forte rejeição à desordem constituída pela ascensão do capitalismo moderno e do comunismo, igualmente ascendente nessa primeira metade do século XX. A tragédia da Segunda Guerra Mundial (SGM) pôs fim a esse período.

A partir desse ciclo histórico, Mudde identifica o que ele chama de quatro ondas de ativismo de extrema direita. A primeira onda do ressurgimento da extrema direita se dá imediatamente após a SGM, entre 1945 e 1955. Nesse período, a extrema direita é residual e isolada, marginalizada do sistema político hegemônico pela centro-direita. A segunda onda, entre 1956 e 1960, é marcadamente antisocial-democrata, aproxima-se do tradicionalismo e do conservadorismo católico e rejeita o liberalismo econômico. Essa extrema direita desenvolve noções fundantes para a extrema direita deste século XXI, abdica da noção de racismo biológico e desenvolve as noções de “grande substituição” e “extinção cultural”, nas quais se verificam renovações e atualizações do xenofobismo que baseia a política anti-imigração da atualidade. A terceira onda se dá entre 1980 e 2000. Esse período coincide com a crise do modelo

keynesiano de gestão da economia capitalista e a ascensão do neoliberalismo. A extrema direita desse período ganha espaço através do combate às pautas e agendas da nova esquerda, tais como preservação ambiental, feminismo e antirracismo.

A quarta e derradeira onda dessa periodização proposta se dá a partir de 2001, ou seja, é a onda da extrema direita do século XXI. Neste ciclo, a grande singularidade é que a extrema direita deixa de ser um movimento de ascensão esporádica e circunstancial, uma certa “patologia” do sistema político, para ser um movimento sistêmico. Cresce a partir de sua aproximação e da aglutinação do conservadorismo tradicional e sua adesão ao neoliberalismo. O que a faz aproximar-se dos conceitos do fascismo clássico, religioso e reacionário, distintamente das feições modernizadoras de determinadas correntes fascistas, especialmente do nazismo clássico.

Percebemos que a dimensão reacionária da extrema direita não recebe apenas o contributo das teorias e correntes tradicionalistas. Neste sentido temos a contribuição de Jeffrey Herf (1993), ao aprofundar a investigação da relação entre o pensamento e a ideologia nazista, se depara com o paradoxo de um reacionarismo modernista, em que a ideologia reacionária converge com uma cultura de modernidade e tecnologia industrial moderna. Essa convergência é racionalizada, porém, em um discurso anti-iluminista e iliberal, segundo o autor. À este paradigma, chamou de modernismo reacionário. Ainda assim, em nenhum momento essa vertente do reacionarismo abjurou o capitalismo ou a sociedade industrial. Contudo esta não é a principal marca desta extrema direita do Século XXI.

O sentido geral do conceito de reacionarismo envolve um paradoxo: a combinação entre as ideias e comportamentos que buscam inverter o sentido evolutivo da igualdade e da superação de ordens sociais tradicionais (BIANCHI, 2007) e a aceitação, ou a não refutação, da tecnologia e modernização do capitalismo (HERF, 1993). Percebemos esse paradoxo em efeitos práticos, quando se manifesta a rejeição ao pensamento científico ao mesmo tempo em que a aceitação dos resultados, produtos e efeitos desse pensamento científico. O paradoxo, contudo, não ilide que o axioma que reúne sob si todas as correntes da moderna extrema direita seja sua rejeição ao sentido da modernidade e a superação das ordens sociais anteriores, trazidas nas ideias da modernidade. Apesar de suas diferenças, o que dá unidade a essas correntes políticas, e de pensamento, é sua dimensão reacionária.

O fascismo e o neoconservadorismo são traços fundantes dessa emergência de uma extrema direita reacionária na atualidade. Essas correntes reacionárias se aproximam decisivamente da razão prática e hegemônica do pensamento ultraliberal, o neoliberalismo. Marina Basso Lacerda (2019) demonstra que o libertarismo econômico, o tradicionalismo

moral e o anticomunismo estão na base dessa ascensão da direita reacionária, tanto como movimento intelectual quanto político. O crescimento dos movimentos democráticos e da pressão por direitos trabalhistas e serviços públicos de interesse social acabaram por justificar um maior distanciamento de algumas dimensões políticas da democracia liberal no posicionamento dos intelectuais e correntes conservadoras de vários cortes. O crescimento de dimensões social-democratas, consentidas ou conquistadas, no sistema democrático liberal foi identificado como aproximação com o comunismo e rompimento com os valores tradicionais do conservadorismo. Isso, no entanto, não produz qualquer tipo de rompimento com o pensamento liberal. Ainda que Jeffrey Herf (1993) afirme que o centro da ideologia do nazismo, objeto específico de sua análise, mas que me permito expandir para o conjunto da direita reacionária, não era a defesa do capitalismo, mas o racismo biológico, ele próprio permite considerar a adesão do reacionarismo ao capitalismo ao dizer que: “A identificação dos judeus com a circulação e as finanças significava que o antisemitismo deixaria intocadas as relações de classe e de propriedade existentes na esfera da produção” (HERF, 1993, p. 255).

A superioridade econômica do neoliberalismo no mundo a partir da década de 1990 criou as condições para a restauração das alianças entre várias correntes teóricas da direita, do conservadorismo, do fascismo em uma dimensão reacionária nos campos da ideologia e da política e da teoria liberal radicalizada no campo da economia. As necessidades de acumulação do neoliberalismo e do capital financeiro encontraram no pensamento reacionário e liberal radical sustentação teórica e, nas correntes de extrema direita, disposição política para remover um conjunto de direitos e dispositivos políticos e normativos que encareciam o custo do trabalho, entre eles governos de centro-esquerda. Para além disso, a ultra financeirização da economia sob a razão e hegemonia neoliberal dispensou, diferentemente do início do século XX, os vínculos dessa nova direita reacionária com a ideia de modernização industrial – o que abriu caminho político e teórico para transformar o enfrentamento aos direitos trabalhistas, que forma fundamentais para a expansão da oferta de mão de obra, tão necessário aos modelos desenvolvimentistas de capitalismo, neste início do século XXI.

A obstrução dos direitos dos não empresários, dos trabalhadores em especial, está na base da emergência da direita reacionária neste século XXI. O anticomunismo se transforma em antiesquerda e antidemocracia, visto que estas ou promovem ou consentem o crescimento dos direitos das grandes populações de trabalhadores e de frações populares, o que coloca em risco a acumulação de capital e a hierarquia social. Para Umberto Eco (2018), o fascismo não é uma ideologia monolítica, mas sim um conjunto de ideias políticas e filosóficas. Porém, em nenhuma de suas variantes o fascismo foi anticapitalista: “[...] o partido fascista nasceu

proclamando sua nova ordem revolucionária, mas era financiado pelos proprietários rurais mais conservadores, que esperavam uma contra revolução” (ECO, 2018, p. 35). Modernamente, ele ressurgiu vinculado ao neoliberalismo a partir de relações políticas concretas e a partir de teorias ultraliberais. Diz Lincon Secco (2021, p. 107) que “[...] não se pode pronunciar a palavra fascismo e esconder o termo capitalismo”.

Sejam correntes neofascistas, neoconservadoras, ultraliberais ou tradicionalistas, o fenômeno é que se unificam em um grande campo de direita reacionária a partir de um conjunto de princípios que transitam entre os campos doutrinários e políticos, que assim podem ser descritos. Um dos elementos mais impactantes na formação ideológica desse campo é um histórico anticomunismo que se ampliou para tornar-se uma rejeição, também, ao que se pode vincular a movimentos social-democratas ou sindicais-associativos. O princípio do anticomunismo transitou, em um contexto pós-Guerra Fria, de forma muito objetiva, para uma política generalista antiesquerda e antitrabalhista. No caso brasileiro, o anticomunismo está vinculado a um permanente e longo processo de combate político levado a cabo pelos intelectuais orgânicos conservadores, incluindo-se fortemente os militares. Referindo-se a Rodrigo Parro Sá Motta, Fábio Victor (2022) considera que o anticomunismo teve, no Brasil, sua elevação à condição de política e princípio na reação à insurgência organizada pela Aliança Nacional Libertadora (ANL) e pelo jovem Partido Comunista do Brasil (PCB) em 1935⁸.

A rejeição à democracia, igualmente, se transformou de uma abominação de conjunto ao sistema democrático, de fundamentos antiliberais, para materializar-se como um enfeitamento parcial e dirigido aos excessos e efeitos indesejados sobre a estrutura hierárquica da sociedade. Isso permitiu instrumentalizar alguns princípios básicos da democracia, como liberdade e direito de opinião, contra ela própria. Nesse caso, a defesa da liberdade, na discursiva da direita reacionária, passou a ter o sentido de diminuir os controles morais e éticos sobre eventuais atitudes que, anteriormente, receberiam desprezo por ferir um comportamento considerado democrático.

Também a defesa da tradição e da hierarquia, assentada na cultura política, no senso comum dominante e nos valores tradicionais, constitui uma atitude de repulsa ou

⁸ Chamado de “Intentona Comunista”, o episódio foi uma revolta organizada contra o governo de Getúlio Vargas pelos comunistas da Ação Nacional Libertadora (ANL) e com supervisão política da direção da Internacional Comunista. O governo Vargas tratou de contê-la e debelá-la com a força do Exército Brasileiro, decretando estado de sítio e condenando milhares de militares e civis em tribunais de segurança nacional, criados na esteira da repressão ao movimento de oposição. Fábio Victor (2022) considera que o Brasil, durante o século XX, foi ponta de lança na construção do anticomunismo.

distanciamento da modernidade e do Iluminismo como fundamento de uma sociedade racional baseada em direitos e liberdades civis. Outro elemento é a busca por homogeneizar a sociedade em torno uma mesma ideia de religião, de um único sistema moral, de valores e comportamentos. Uma rejeição à ideia de pluralidade e de mudança, tratando-se de uma visão de restauração da ordem e dos valores, nunca de modernizá-los. Em comum, essas correntes políticas defendem uma ideia de minimização do Estado, restringindo-o à gestão da política econômica, que deve estar baseada na liberdade individual de empreender, de competir e destruir o rival. Nesse sentido, os direitos coletivos, como os trabalhistas, e determinados comportamentos são vistos como agressões a esse modelo de sociedade. Por um lado, porque aumentam a obstrução à liberdade de mercado e, de outro, porque significam a subversão da ordem social tradicional (CASIMIRO, 2018; LACERDA, 2019; ROCHA, 2018; SCHWARCZ, 2019).

Desta forma, diferentemente do que afirma Michele Prado (2021), a extrema direita da atualidade não confronta globalmente o conceito de democracia e os sistemas democráticos liberais. Realiza tais enfrentamentos, parcialmente, naqueles aspectos que se possam caracterizar como excessos de direitos, em uma clara adesão ao Estado mínimo e às políticas neoliberais. No próximo subcapítulo, exploraremos a emergência da direita reacionária no Brasil.

4.3 A EMERGÊNCIA DA DIREITA REACIONÁRIA NO BRASIL E SEUS ATORES

A direita reacionária readquiriu relevante protagonismo político a partir de 2013. Contudo, não se pode afirmar que é uma direita reacionária nascente ou novíssima. Trata-se de uma direita já presente no cenário da disputa política e ideológica e que, com menos ou mais eficácia e amplitude, sempre esteve ativa na política brasileira do século XX para cá. A distinção se dá porque, por razões e contextos distintos, a direita apresenta maior ou menor capacidade articulatória de seus pressupostos e significantes com outros significantes presentes no senso comum ou próprios de outras correntes ideológicas (TELLES, 2019; SCHWARCZ, 2019).

A cultura política autoritária, recriada no regime autoritário burocrático-militar, manteve vivos e animados ambientes políticos que permitiram a sobrevivência ativa do pensamento reacionário de direita desde o fim da Ditadura, em 1985. A frágil transição do regime militar para a democracia manteve redutos de direita reacionária nas Forças Armadas e nas forças policiais.

O que se destaca a partir do ano de 2013 é que a direita reacionária, que até então mantinha uma postura de baixa intensidade na participação política, abrandando sua retórica em proximidade da direita tradicional, transitou a uma conduta de alta intensidade na atividade política. A direita reacionária brasileira foi capaz de, em especial com o período de crise política aberta a partir de 2013, articular-se com potentes bandeiras e significados, tais como o combate à corrupção e à ineficiência estatal, por exemplo, para ascender à condição de protagonista relevante na formação da opinião pública e da política. Em especial, tais bandeiras ampliaram a conexão da extrema direita com os setores médios, tanto de trabalhadores quanto de empresários, o que expandiu a capacidade de interlocução e a audiência deste setor.

É nesse contexto que a emergência de uma direita reacionária no Brasil se materializa. Em um processo acumulativo e progressivo, mas com um ponto que se pode identificar como um momento em que essa ascensão toma um vulto relevante, um momento de variação ascendente. Os episódios das manifestações políticas de 2013 e 2015 são marcos no ressurgimento e conformação do ativismo de direita e sua elevação a protagonista da política, chegando ao ponto da eleição de um presidente da República assumidamente de direita reacionária.

Bolsonaro é o político brasileiro de ultradireita que se tornou mais conhecido em âmbito nacional. Em dois temas de sua agenda (conservadorismo no campo dos costumes e política dura de combate à criminalidade) ele não se diferencia de outros políticos conservadores brasileiros. Mas em um tema ele é praticamente solitário: elogio à ditadura militar (que ele não reconhece como sendo uma ditadura). (NICOLAU, 2020, p. 10).

Esse período das manifestações de 2013 expressa a confluência de um conjunto difuso de críticas e contrariedade que foram se unificando na rejeição ao Governo Dilma, em primeiro plano, mas que foram transitando para uma crítica ao petismo e à esquerda. Frente à crise econômica, a direita reacionária viu sua narrativa e discurso convergirem para com um conjunto de natureza igualmente conservadora. O resultado foi a construção da ideia e assertiva de que as lideranças políticas e governos de centro-esquerda seriam os responsáveis diretos pela deterioração da economia de vida em geral, com a progressiva erosão da unidade do bloco no poder, mais especificamente sua direção política (LACERDA, 2019; MESSEMBERG, 2019a).

É necessário, contudo, reconhecer a grande diversidade política e ideológica dos manifestantes daquele período e a indeterminação programática prévia dessas manifestações. Não se pode caracterizar todos os grupos participantes como de direita. Tampouco todas as bandeiras daquelas manifestações eram à direita.

Falar em multidões é admitir que junho de 2013 foi competitivo e tanto a esquerda quanto a direita, em suas várias expressões, estavam em disputa para capturá-lo e (des)politizá-lo para seus próprios projetos. Essa diversidade nos momentos de multidão, especialmente os elementos despolitizados, indica como junho trouxe mais do que uma simples crise de representação à nossa atenção. (FERNANDES, S., 2019, p. 93).

Contudo, o fato relevante de o governo do período em que a crise eclode ser de centro-esquerda é determinante para que a política da direita se tornasse hegemônica a partir daquele momento e nos períodos imediatamente seguintes. Também para que a direita reacionária viesse a encontrar condições favoráveis para sua emergência, a partir de queda vertiginosa do Governo Dilma e a assunção de um governo instável e claudicante da direita conservadora tradicional, com Michel Temer, entre 2016 e 2018.

Os anos entre 2013 e 2015, marcados pela erosão das condições econômicas no Brasil, com queda dos investimentos públicos e retração da capacidade de consumo da maioria da população brasileira, foram decisivos para criar uma situação favorável à perda de apoio político do governo Dilma. A deterioração da capacidade de consumo dos assalariados, chamados em algum momento de “classe C” e a insatisfação com o Governo Dilma, foram amplamente explorados pela oposição de direita ao seu governo (ALMEIDA, 2022).

Esse momento político, ainda hoje à espera de interpretações conclusivas, é crítico e expressivo de um processo de crise de um bloco político e antecede a constituição do novo bloco no poder. Tratava-se de uma batalha que buscava, à direita, substituir o bloco no poder até então e, à esquerda, radicalizá-lo. Ao centro, espremido, ficou o núcleo dirigente do Governo Dilma, tentando mantê-lo, sem perceber que já havia desmoronado. O fato é que a base de apoio à Dilma diminuiu na esfera da política institucional e a aprovação da opinião pública foi erodindo. Em especial setores médios, da burocracia estatal, frações gerenciais das empresas e pequena burguesia, como proprietários de médios negócios se movimentaram no sentido de demonstrar o descontentamento. A situação tratou de produzir a ponte com os trabalhadores mais pobres (ALMEIDA, 2022; NICOLAU, 2020; PINHEIRO-MACHADO; SCALCO, 2018). Os sentimentos de frustração, de humilhação, desordem, construção de culpados, sempre estiveram na base das condições que permitiram a emergência de intelectuais e blocos de extrema direita, sejam fascistas, neofascistas, conservadores, neoconservadores, tradicionalistas de várias tipologias, tanto na Europa ou América do início do Século XX ou na atualidade (ECO, 2018; KONDER, 2009).

Blocos, campos e organizações de extrema direita sempre foram presentes e relevantes na história do Brasil capitalista, assim como de toda a América Latina. Organizações sociais de caráter reacionário, não partidárias, como a Tradição, Família e Propriedade (TFP) ou com caráter partidário ou protopartidário, como a Ação Integralista Brasileira (AIB), surgiram na cena política do Brasil do século XX e XXI. Em contexto de transformação social, econômica e política, com a constituição de um novo Bloco no Poder, a partir da insurgência de 1930, emergiram novos intelectuais e atores políticos, vinculadas às novas frações de classe em ascensão política, como os setores médios e a burguesia industrial (DREIFUSS, 1981). O lema Deus, Pátria e Família, presente no manifesto de fundação da AIB (GONÇALVES; CALDEIRA: 2020), é onipresente em várias situações manifestações onde partidos, associações e lideranças políticas reacionárias e de extrema direita se apresentam. A defesa da ordem, da sociedade hierárquica, da ideia de Deus, dos “valores cristãos” e da família tradicional se somam à adesão ao modelo de capitalismo hegemônico com fatores transcendentais no ideário da extrema direita brasileira. Tanto no período entre 1930 e 1964, quanto de 1985 para a atualidade, multiplicaram-se organizações e iniciativas de extrema direita de vários matizes, como integralistas, fascistas, nazistas, cristãos conservadores, militaristas, entre tantos, com ou sem o prefixo *neo*. Nesse sentido, a extrema direita e o reacionarismo são uma constante na política brasileira. Ora como mimetismo do fascismo internacional ou europeu, em especial, ora como uma dimensão autárquica nacional (TRINDADE, 2016).

O ideal integralista, nascido em um mundo de grandes transformações e conflitos, se apresenta em uma atualidade marcada pelo ressurgimento da intolerância [...]. Passado quase um século do Manifesto de Outubro, a mensagem antidemocrática, de inspiração fascista e autoritária, se mostra, infelizmente, cada vez mais atual no Brasil. (GONÇALVES; CALDEIRA NETO, 2020, p. 200)

Posto o contexto, com a crise econômica e seus culpados, o progressismo, a democracia e os novos direitos sociais, criaram-se as condições suficientes para a emergência da articulação entre as frações financeiras hegemônicas e o pensamento reacionário, de direita. Esse novo bloco, unindo as frações rentistas, a grande burguesia local e a burguesia agrária, se unificou em torno de um programa de maior intervenção estatal para garantir maiores transferências de capital para as parcelas mais ricas, por meio do aprofundamento da política de austeridade e da eliminação das políticas protetivas e de seguridade social, tais como a legislação trabalhista e o sistema de previdência.

As condições conjunturais não seriam suficientes por si para impulsionar esse ciclo de ascensão do reacionarismo e da extrema direita. Seria necessário agir, ocupar o espaço que se

abri em um contexto de crise e questionamento generalizado sobre o sistema político e a própria política. A extrema direita passou a disputar o espaço das ideias, da filosofia, da ideologia, da visão de mundo. Surgiram neste momento vários intelectuais dispostos a defender a ideia de ser direita. Filmes, produtoras, editoras, revistas, think tanks, seminários, blogs, canais em redes digitais, sites, entre várias iniciativas intelectuais, passaram a veicular conceitos e opiniões que deram certa unidade ao emergente campo reacionário. Oferecendo uma racionalidade importante em um momento em que a fração hegemônica do capital procurava uma solução política para seus interesses.

A direita reacionária ofereceu a esse novo bloco disposição para ação de modo a garantir que a manutenção de estruturas injustas de distribuição de riqueza fosse tomada por natural. Essa dimensão programática criou o espaço no qual essa direita reacionária se legitimou e cresceu. Contudo, a renovação da hegemonia política exigiu a construção de uma narrativa que magnetizasse, em torno dessas frações, um conjunto expressivo de classes não dominantes, tais como os trabalhadores industriais e formais, assim como os setores proletários médios do setor moderno dos serviços e da burocracia estatal. A associação aos valores tradicionais, antimodernos, antiemancipacionistas e autoritários ofereceu uma interpretação global à crise, ao desemprego, às confrontações e instabilidades, suficiente para estabelecer as condições políticas e ideológicas para a renovação dessa hegemonia e a emergência desse bloco neoliberal reacionário.

A convergência entre os valores conservadores e autoritários da sociedade brasileira e o pensamento neoliberal é a base das razões pelas quais a direita brasileira de caráter reacionário tornou-se politicamente predominante no campo da direita conservadora brasileira. Juntamente à constante presença de atores políticos reacionários e de extrema direita na política brasileira – tais como partidos, organizações doutrinárias, empresários, jornalistas, parlamentares, intelectuais, influenciadores de redes sociais – o contexto de convergência referido acima criou as condições favoráveis para que um conjunto de atores políticos de centro-direita transitasse de posições limitadas pelas condicionantes da democracia liberal para posições abertamente reacionárias.

O papel decisivo dos intelectuais orgânicos neoliberais na construção dessa convergência, a qual forma a hegemonia, é qualificadamente investigado por Flavio Henrique Calheiros Casimiro. Na investigação, fica descrito o papel relevante desses “intelectuais coletivos”, organizações doutrinárias, que mais modernamente passaram a ser conhecidas como *think tanks*, difundindo valores ideológicos, posicionamentos políticos neoliberais e programas e conceitos de governo e gestão pública.

Outrossim, atuando como sustentáculos para a construção da hegemonia burguesa, podemos destacar a atuação de importantes entidades empresariais que buscaram universalizar seus interesses de classe como consenso. Essa atuação política e ideológica foi conscientemente organizada e executada a partir dos anos 1980, por empresários e seus aparelhos difusores do liberalismo, investindo capital material e simbólico da defesa e atualização de sua posição no conjunto das lutas de classe. Destacamos, portanto, nesse processo, a atuação doutrinária desses intelectuais coletivos da burguesia brasileira, em seu objetivo de produção do consenso e naturalização dos pressupostos do capital, formando/educando novos quadros de intelectuais orgânicos, costurando ou mediando conflitos interburgueses e ampliando e capitalizando a difusão de seus valores para outros espaços estratégicos para além de seu próprio alcance institucional. (CASIMIRO, 2018, p. 259).

Em um processo meticulosamente articulado entre relações internacionais e processos de formação intelectual, a direita neoliberal investiu na difusão ideológica das premissas ultraliberais e anticomunistas. Esse processo se deu através da tradução e publicação de grandes ícones do pensamento neoliberal, na presença constante de intelectuais de renome acadêmico internacional em fóruns de debates, no apoio logístico vultoso de grandes empresários brasileiros e de fundos internacionais de promoção do pensamento neoliberal. Também investimentos internacionais garantiram a ampliação e eficácia das atividades de disputa ideológica com capacidade hegemônica dessas organizações e intelectuais orgânicos. Fundos estatais estadunidenses, tais como o National Endowment for Democracy (NED), e fundos reunidos por entidades empresariais estadunidenses, tais como o United States Chamber of Commerce, financiaram atividades de difusão do pensamento neoliberal e sua própria implementação por agências do Estado (CASIMIRO, 2018).

Essa associação do pensamento liberal, em sentido amplo, com setores de direita encontra tradição na história da política brasileira. René Armando Dreifuss (1981) demonstra como a aliança entre o pensamento empresarial-liberal e o pensamento reacionário, notadamente entre militares, convergiram para a construção de um bloco no poder que ele caracteriza como multinacional e associado. Tal bloco pôs fim ao período getulista com a intervenção política, militar e empresarial de 1964, instituindo um regime autoritário, e hegemonizou a política brasileira por duas décadas, interferindo fortemente na própria transição para o novo regime aberto com o colégio eleitoral de 1984 e consagrado a partir da Constituição Federal de 1988. Para a construção dessa aliança, a ação de intelectuais coletivos das classes dominantes foi decisiva.

Entre tantas contribuições científicas de Dreifuss, a que nos parece diretamente adensar o entendimento sobre esse processo de convergência é sua ideia de que processos políticos não se resumem a eventos, ainda que sejam compostos por eles. Diz Dreifuss (1981, p. 361), sobre

o movimento golpista de 1964 que derrubou o Governo Jânio Quadros e que serve de paradigma ao tema: “[...] a queda do governo ocorreu como culminância de um movimento civil-militar e não como um golpe das Forças Armadas contra João Goulart”.

Essa assertiva tanto nos oferece pistas para consolidar a premissa de que tratamos de processos complexos ao analisar os fenômenos políticos, quanto para compreendermos que estes se constituem por resultado de uma associação entre diferentes sujeitos sociais e diferentes atores políticos, os quais são operados e organizados pelos intelectuais orgânicos que os representam e lhes dirigem. Outra relevante contribuição é a de tornar nítido que o regime autoritário civil-militar de 1964 se constituiu como um novo bloco no poder, associando o empresariado, seus intelectuais orgânicos e as lideranças políticas conservadoras e de direita. Dreifuss (1981, p. 482) demonstra que o processo de deposição forçada do Governo João Goulart era o “[...] estabelecimento de um novo bloco de poder”.

Da mesma forma que o reacionarismo mais tipicamente de extrema direita, o liberalismo no Brasil é tanto antigo quanto vinculado ao autoritarismo e à ideia de uma sociedade altamente hierarquizada. Contudo, a evolução do liberalismo clássico para a visão neoliberal aprofundou essa vinculação a modelos autoritários de política. A construção política da atualidade do neoliberalismo se deu pela percepção mais autoritária do liberalismo, o que garantiu uma linha de continuidade do pensamento liberal mais tradicional no Brasil e uma vinculação orgânica com o pensamento conservador (GROS, 2003; HOLANDA, 2014). O papel da disputa intelectual, portanto, tornou-se central.

Destacamos, portanto, nesse processo, a atuação doutrinária desses intelectuais coletivos da burguesia brasileira, em seu objetivo de produção do conhecimento e naturalização dos pressupostos do capital, formando/educando novos quadros de intelectuais orgânicos, costurando ou mediando conflitos inter burgueses e ampliando e capilarizando a difusão de seus valores para outros espaços estratégicos para além de seu próprio alcance institucional. (CASIMIRO, 2018, p. 260).

No que se refere aos deslocamentos do pensamento de direita, também as lideranças de opinião tiveram grande papel nessa convergência com o pensamento neoliberal. Os princípios e axiomas reacionários e de extrema direita não são novidade na política brasileira. Não podem ser considerados exóticos ou estranhos no campo da cultura política dos brasileiros. Tanto durante o regime autoritário de 1964 quanto durante o regime democrático de 1988, em especial com seu modelo prático que dá forma ao exercício da hegemonia – o presidencialismo de

coalizão⁹ –, o pensamento da direita reacionária e dos intelectuais orgânicos de direita sempre foi relevante no embate político. Ainda que não tenham desenvolvido capacidade hegemônica ou tenham assumido posições dirigentes e de liderança no período, sua participação política sempre foi constante e ativa. Suas posições, durante as décadas de 1980, 1990 e 2000, tiveram menor audiência entre a burguesia, a pequena burguesia e mesmo entre os trabalhadores, do que auferem neste século XXI. Mas isso não significa que eram inexistentes ou irrelevantes.

O papel protagonista entre os trabalhadores estava colocado no ascenso dos movimentos sindical e social e no Partido dos Trabalhadores e sua principal liderança política, Lula da Silva. Já entre as diversas frações da burguesia, o pensamento econômico neoliberal desenvolveu ampla liderança ideológica associado a uma ideia liberal-democrática, expressa principalmente pelo Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB e sua liderança principal, Fernando Henrique Cardoso. Esse período marca uma forte inserção do pensamento de direita liberal no interior das agências do Estado brasileiro, em um exercício intenso de hegemonia que podemos considerar típico. Segundo Casimiro (2018, p. 459), “A violência não era mais suficiente para

⁹ No senso comum, coalizção assumiu um sentido de uma aliança política baseada em negociação entre parlamentares, bancadas ou partidos políticos. Trata-se de um sentido mais negativo, quase no âmbito da moral, do que no sentido racional, algo sintetizado na ideia do “toma-lá-dá-cá”. Esse sentido não está inteiramente desprovido de materialidade ou base na realidade da política brasileira, em um modelo que se estabeleceu de fato em conjunto com o próprio sistema democrático representativo brasileiro e que se aprofundou a partir do que Sergio Abranches (2018) chama de “Terceira República”. Conforme Abranches, a coalizção entre sujeitos políticos está relacionada a acordos de governabilidade. Materialmente, é a coabitação de diferentes partidos ou representantes de bancadas parlamentares em um mesmo governo a fim de que esse governo obtenha sustentabilidade ou maioria parlamentar. O sentido central deste conceito é que a base da governabilidade do Executivo repousa na articulação de uma coalizção entre parlamento e Executivo. Essa articulação tem por objetivo a estabilidade do governo para desenvolver suas políticas, em especial em um modelo multipartidário, que amplifica potências de crise e instabilidade política. A qualidade e extensão da coalizção está relacionada aos acordos de repartição de espaços de governo e a proximidades programáticas entres os participantes da coalizção. Neste modelo de presidencialismo de coalizção, a estabilidade política do governo está relacionada à capacidade de manutenção dos acordos, impedindo a fuga de partidos ou parlamentares. Sergio Abranches estabelece uma relação direta entre o que ele chama de partido mediano e a agenda do governo – um conceito de convergência em que o Executivo teria que se mover no sentido das políticas “médias” realmente existentes no parlamento. Esta convergência assume dimensões de interdependência entre Executivo e Legislativo, em especial a partir do fato de que a Constituição Federal de 1988 ampliou as prerrogativas e instrumentos legais e políticos do parlamento – o que criou essa relação de dependência. O Executivo necessita de maioria parlamentar para obter o consentimento normativo e político do parlamento para dar seguimento aos seus programas e projetos, enquanto o parlamento necessita dos recursos financeiros que estão concentrados no Executivo. As bases dessa coalizção, a interdependência normativa e material, contudo, não estabelecem unidades estáveis e programáticas, o que pode explicar as instabilidades políticas comuns nesse período recente. O autor verifica uma relação direta entre estabilidade e instabilidade com o conteúdo dos acordos para a coalizção: quando, em momentos de “predominância programática”, aqueles em que há convergência entre a agenda majoritária na sociedade e a do governo, a coalizção como parlamento tende a ser estável; ao contrário, quando a coalizção está assentada predominantemente em relações clientelistas, sua estabilidade tende a diminuir (ABRANCHES, 2018).

conter a luta de classes, e a burguesia brasileira foi obrigada a apreender e se organizar com os procedimentos propriamente hegemônicos”.

Ocorre que, com a crise econômica global e conjuntural que levou a uma crise desse modelo no Brasil, os setores de direita reacionária tiveram maior audiência no espectro do debate público, um fenômeno mundial e não somente brasileiro. As posições mais técnicas e margeadas pelo pensamento liberal democrático dessa fração de direita hegemônica entraram em colapso no que diz respeito à sua eficácia política em relação à capacidade de enfrentamento da ascensão dos direitos sociais e da esquerda, que tão bem passou a manusear o modelo democrático realmente existente no Brasil. O período hegemônico neoliberal seguinte ao regime autoritário civil-militar impôs a esses setores de direita reacionária uma situação de fragmentação e divisão, mas efetivamente nunca de desaparecimento. A partir de 2016, essa direita democrática liberal é rapidamente substituída pela liderança de setores reacionários.

A crise aberta a partir de 2013 e que se estende até a equação da deposição da presidenta Dilma, em 2016, tornou-se um processo catalizador para reunificar um campo conservador sob a perspectiva da oportunidade de construção de um novo bloco no poder, o qual se efetiva sob o exercício de governo do aparelho de Estado a partir da vitória eleitoral de Jair Bolsonaro em 2018. A direita reacionária cresceu no ciclo desse processo. Um processo paradoxal, de grandes insurgências e levantes de teor democrático, mas que, em várias partes do globo, foi disputado, tanto do ponto de vista político quanto retórico, entre esquerda e direita reacionária, com muitos desenlaces favoráveis à esta última. Um ciclo competitivo à direita e à esquerda, nas palavras de Sabrina Fernandes (2019), como já havia referido.

A emergência política da direita reacionária no Brasil está vinculada a um conjunto de episódios que devem ser analisados como processo e, em especial, como um processo conflitivo entre classes e entre campos políticos. Não é isoladamente que este ou aquele episódio – pinçado entre os protestos de rua de 2013, a disputa eleitoral de 2014, o questionamento dos resultados eleitorais de 2014, a crise fiscal e econômica aguda de 2015, o *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, a prisão do então ex-presidente Lula da Silva em abril de 2018 e a eleição do candidato Jair Bolsonaro, em outubro do mesmo ano – dá curso à emergência da direita reacionária no País. É a soma, o conjunto desses fenômenos e suas inter-relações que cria o ambiente e permite a explicação e a compreensão desse ascenso político. A direita reacionária assume protagonismo político e, também, eleitoral. O que se torna uma certa singularidade dessa emergência.

Na vizinhança, talvez, apenas o Chile tenha tido a experiência de uma extrema direita de peso eleitoral que permaneceu organizada após o fim da ditadura militar. No Brasil esse eleitorado andou disperso por mais de trinta anos. Flertou, por exemplo, com candidaturas presidenciais como a de Enéas Carneiro em 1989 e 1994. Mas só ganhou cara, organicidade e o próprio poder federal com Bolsonaro. Em países como a França, a Espanha, a Grécia ou a Alemanha, depois de estabelecida ou reestabelecida a democracia, a extrema direita demorou décadas para se tornar relevante, levou décadas para se normalizar, levou décadas para aprender a manter as aparências democráticas. No Brasil, bastaram alguns anos de autodestruição política desde 2014. De um só golpe, Bolsonaro organizou e normalizou a extrema direita e ganhou a eleição presidencial. (NOBRE, 2022, p. 12)

Tanto Sabrina Fernandes (2019) quanto Marcos Nobre (2022) salientam os aspectos globais inter-relacionados dos protestos e a liderança e sentido em disputa desse período relevante em 2013. Vistos, entretanto, em uma correlação com os eventos sucedâneos, percebemos que seu sentido foi definido efetivamente pelo processo de conjunto e menos pelas vontades racionais em disputa tomadas singularmente em cada um daqueles eventos. Não é possível entender cada um dos episódios, incluindo-se os protestos de junho de 2013 e a Operação Lava Jato, por exemplo, isoladamente. Cada episódio é fortemente condicionado pelos episódios anteriores e, fundamentalmente em sentido inverso, dão os contornos dominantes à narrativa e a direção a esses mesmos eventos passados.

Para Nobre (2022, p. 29), “[...] junho e o ciclo global a que pertence trouxeram clareza política ao significado do modelo neoliberal, após a crise econômica global iniciada em 2007-8”. Essa é uma assertiva parcialmente aceitável. Se grande parte das convulsões sociais havidas em 2013 pelo mundo expuseram os limites das políticas de reconhecimento de direitos individuais próprios dos governos neoliberais e do próprio sistema representativo, não foram as plataformas de radicalização da democracia e de alternativas econômicas pós-neoliberais que hegemonizaram as saídas desses processos de convulsão social. Ao contrário, em várias partes mundo, foram as alternativas de extrema direita, de conceitos e doutrinas reacionárias, com programas antidemocráticos e regressivos quanto aos direitos sociais e civis, que emergiram como iniciativa política, conquistaram governos de diferentes formas – o que se deu, em muitos dos casos, com apoio popular ou maioria eleitoral. Exatamente como foi o caso do Brasil.

A emergência do reacionarismo está relacionada a esse conjunto de crises contínuas e à sua capacidade de apresentar uma retórica doutrinária, que se tornou progressivamente hegemônica nesse período. Não se trata de um processo de pura ruptura e ineditismo de variáveis, mas um processo de revitalização e restauração da base histórica, política, econômica e cultural, sobre a qual constrói-se uma explicação através da articulação entre memória e esquecimento, da escolha sobre o que deve ser resgatado e o que deve ser superado e eliminado retoricamente. “[...] em países de tradição autoritária, a crise é capaz de fazer reviver e de

renovar histórias de mais longo curso, de desrespeito às leis, descrença nas instituições e que sinalizam saídas dogmáticas e que se apresentam como as salvadoras da pátria” (SCHWARCZ, 2019, p. 232).

Em trabalho publicado em 2014, quando realiza análise comparada sobre valores políticos no Brasil, Argentina e Chile, Henrique Carlos de Oliveira de Castro (2014, p. 113) apresenta dados indicando que 31,5% dos brasileiros acreditavam que o regime autoritário seria melhor para seu país. Castro conclui que os valores da cultura política dos brasileiros são congruentes com o individualismo próprio do neoliberalismo e com a tradição de exclusão da sociedade. O próprio autor destaca que esses dados devem ser interpretados à luz da conclusão de que há, ou havia, uma hegemonia do pensamento liberal democrático no Brasil, ao menos naquele período analisado.

Em sentido convergente, Marcelo Baquero (2011) afirma que a prevalência de fatores individualistas favorece uma cultura política não democrática. Avança para afirmar que as desigualdades sociais favorecem uma hostilidade à política que deriva em uma deslegitimação social da política e em repúdio à democracia. Elementos que parecem ter favorecido a emergência da direita reacionária nesta última década, ao menos no caso do Brasil.

Os fortes elementos autoritários e conservadores da cultura política da sociedade brasileira e a necessidade de manutenção de altas taxas de lucro em meio à crise econômica global do século XXI se combinam para criar as condições para um forte deslocamento da direita brasileira no sentido de posições extremadas, tipo “linha-dura”. Ou seja, do conservadorismo tradicional para posições abertamente reacionárias e antidemocráticas a partir de 2010 e em sentido ascendente até 2018, garantindo a reprodução da dominação neoliberal no país.

Marcos Nobre (2022) adjetiva esse campo de explicações – a que relaciona crise econômica, autoritarismo social e ideologia neoliberal – como regressão fascista. Mark Sedgwick (2020) descreve o fortalecimento de ideias antimodernas que avançam em sua capacidade de influência ante a crise do neoliberalismo. Benjamin Teitelbaun (2020) se refere a uma resistência tão radical ao moderno que parece difícil que ela possa se manter nos limites da democracia contemporânea. Heinrich Geiselberger (2019) classifica esse processo de retirada de direitos e emergência de discurso de ódio como “a grande regressão”. O que há de comum entre esses diferentes enfoques é a ideia de que se trata de uma construção política e ideológica baseada na defesa do retrocesso em relação a premissas e conquistas democráticas e de diminuição de desigualdades sociais materializadas na contemporaneidade, a partir da

Segunda Grande Guerra Mundial nos países centrais do capitalismo e do fim dos regimes autoritários nos anos 1970 e 1980 na América Latina.

Nesse contexto, podemos considerar que os valores ideológicos da direita reacionária – autoritários, individualistas e anti-igualitaristas – criaram melhores condições para a manutenção dos interesses da grande burguesia internacional no país em um período de forte crise econômica. A emergência da direita reacionária foi decisiva para a reorganização dos mecanismos de acumulação de capital necessários à reprodução da dominação do bloco de forças hegemônico no Brasil no período aberto com a Constituição Federal de 1988, ainda que com as devidas mudanças de frações dirigentes.

A materialização desse fenômeno se deu pelo deslocamento do campo da direita tradicional em sentido da extrema direita. Historicamente conservadora, a direita havia se posicionado majoritariamente em posições de centro democrático desde o fim do regime autoritário, muito em decorrência das condicionantes constituídas a partir do modelo de transição pactuado entre o regime autoritário e o sistema democrático. Contudo, essa direita em transição nunca abdicou de posições reacionárias e autoritárias, constituindo um processo de mobilidade política muito relevante como resposta à crise do período. Essa transição solidificou a condição política dirigente da fração de extrema direita, de caráter reacionário, baseada na hegemonia neoliberal.

A relação entre a emergência e ascensão do reacionarismo e a reprodução da hegemonia neoliberal toma forma e legitimidade com a constituição progressiva de um novo bloco no poder a partir do episódio do *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, em 2016, e da eleição de Jair Bolsonaro em 2018. Esse novo bloco no poder, cuja hegemonia política é da fração internacionalizada da burguesia brasileira, tem em seu núcleo dirigente uma relevante participação de setores de direita tradicional e de direita reacionária, decisiva para o desfecho eleitoral em 2018 e as devidas decorrências das decisões, atos e composição do governo eleito. Na próxima seção, é desenvolvida a metodologia para interpretação dos deslocamentos políticos de atores sociais representativos.

5 CATEGORIAS E POSICIONAMENTOS

Neste capítulo são apresentados os marcos teóricos para a classificação tipológica dos atores, articulando as esferas das relações sociais e as das relações institucionais que formam as características políticas desses atores, com base na noção gramsciana de intelectual orgânico (GRAMSCI, 1988, 2000, 2014). Também, este capítulo desenvolve os procedimentos metodológicos para essa classificação, a partir da construção das categorias de intelectuais e formadores de opinião; políticos e dirigentes partidários; alta burocracia estatal, relacionada a três campos de posições políticas – políticas econômicas pró-mercado, políticas tradicionais conservadoras e políticas de caráter autoritário neofascista.

5.1 PRESSUPOSTOS TEÓRICOS PARA A CLASSIFICAÇÃO DOS ATORES

Durante a década de 2010, houve um crescimento político, em sentido amplo, da direita no Brasil. Essa é a premissa da qual partem Adriano Codatto, Fábila Berlatto e Bruno Bolognesi (2018) em um artigo em que propõem uma nova abordagem para a caracterização dos atores políticos da direita brasileira. Em decorrência dessa proposta, os autores produziram um esforço metodológico destinado a investigar o fenômeno, tomado como premissa, da ampliação da influência política da direita brasileira.

Nesse sentido, estabelecem uma classificação tipológica que busca compreender as nuances entre as frações da direita brasileira. Classificam a direita brasileira em cinco categorizações: político tradicional de direita, político nova direita popular, político de direita populista, político de direita neoliberal e político de direita libertária. A tipologia proposta considera algumas dimensões analíticas teóricas estabelecidas preliminarmente: a origem social, os valores ideológicos e a visão econômica. Tal classificação e organização dos tipos de direita busca possibilitar a identificação do que seriam os elementos característicos de uma velha e uma nova direita. Não, contudo, sem alertar as dificuldades advindas da operacionalização dessa classificação: “Apesar de ter pretensões explicativas, a lista de tipos aqui proposta ambiciona, em primeiro lugar, apresentar e diferenciar algumas espécies existentes nessa mesma família política por meio de alguns casos definitivos do fenômeno” (CODATTO; BERLATTO; BOLOGNESI, 2018, p. 872).

Tais conceitos são relevantes para permitir categorizar e descrever os objetos e fenômenos da investigação em curso. Por meio dos conceitos, relacionamos a teoria que dá coerência à análise e dá efetividade ao cotejamento entre os conceitos normativos, tomados

aprioristicamente, com a realidade empírica encontrada, o que permite o desenvolvimento da pesquisa científica. Essa relação entre teoria e o objeto empírico é constituída por meio dos conceitos operacionais, construindo a caracterização específica e excludente dos fatos observáveis para determinado contexto analítico (BARTOLINI, 1988).

Para Armando Boito Júnior (2020), há três forças sociais políticas que sustentam a hegemonia do capital internacional e da fração burguesa integrada. Esses três grupos políticos cumpriram papel decisivo nas transformações políticas da década de 2010 no sentido do aumento do peso político da extrema direita. Seriam eles os fascistas, os militares e os liberais conservadores. Para o autor, essa conformação se consolida a partir do processo de *impeachment* contra a presidenta Dilma Rousseff em 2016, em especial com relação aos militares. Contudo, reconhece que o conjunto dos episódios, inclusive aqueles anteriores à deposição de Dilma, convergiu para romper o bloco no poder que sustentou o período de governo de Lula da Silva e Dilma Rousseff e tornou perceptível essa transição para setores da direita. O autor desenvolve seus argumentos ressaltando o impacto do movimento da direita liberal a partir do movimento extremado protagonizado pelo candidato derrotado nas eleições presidenciais de 2014, Aécio Neves, do PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira – que não reconheceu a vitória de Dilma Rousseff do PT, posicionamento que orientou um contexto de perda de legitimidade política crescente do governo.

A contribuição de ambas as interpretações e proposições metodológicas é relevante. No desenvolvimento feito por Codatto, Berlatto e Bolognesi (2018), a conceituação se estabelece a partir de uma interpretação da ação dos atores com base em seu posicionamento institucional. Em última análise, o resultado da ação no campo do Estado. Armando Boito Júnior (2020) amplia a análise e a proposta metodológica para o espectro dos movimentos das frações de classes sociais, identificando a relação causal e dependente entre os interesses e movimentos das direções das frações de classe e as opções, no campo da política, dos atores sociais. No curso concentracionista e internacionalizado da economia, Boito percebe a relação entre as mudanças no peso de cada classe social e fração de classe na divisão internacional do trabalho e no curso do aprofundamento da financeirização global da economia e da manifestação política de seus interlocutores ou representantes.

Contudo, essas importantes abordagens precisam ser complementadas por uma análise que identifique qual mecanismo permite que se desenvolva a relação cotidiana entre posicionamentos políticos e relações e posicionamentos sociais. Para além disso, que identifique como se constroem as convergências de posicionamentos que permitem que determinado campo de políticas, no caso conservadoras, autoritárias e pró-mercado, se torne

relevante ou até predominante. O conceito de hegemonia de Antônio Gramsci (2014), nesse sentido, nos permite explicar essa dinâmica que relaciona duas esferas distintas: a da economia e a da política. Não bastariam as regras e a coerção para a manutenção de uma determinada ordem, é preciso que importantes sujeitos se convençam, e convençam outros, da superioridade ética e intelectual de um determinado campo político e modelo de exploração econômica. É nesse contexto que se desenvolve uma possível explicação da emergência de ideias reacionárias e de seus protagonistas à extrema direita, a partir dos deslocamentos de setores de direita tradicional e do centro democrático, que em outro período hegemônico aceitavam e compartilhavam ideias iluministas e democráticas, para o campo reacionário de extrema direita, sobre uma plataforma que une políticas econômicas pró-mercado, políticas tradicionais conservadoras e políticas de caráter autoritário.

No artigo “A nova direita brasileira: uma análise da dinâmica partidária e eleitoral do campo conservador”, Codatto, Bolognesi e Roeder (2015) estabelecem algumas bases para a caracterização de tipologias da direita brasileira, classificadas em político tradicional de direita, político nova direita popular, político de direita populista, político de direita neoliberal e político de direita libertária, como referido anteriormente. O artigo afirma que a nova direita, na América Latina e no Brasil, se constitui a partir de um processo de adaptação à situação política, compondo um programa político conservador tradicional com elementos trazidos do campo democrático da política, notadamente no período de predominância de governos democráticos, neoliberais ou de esquerda.

Em resumo, a nova direita na América Latina é a uma postura política que conserva elementos da velha direita: o capitalismo como modelo econômico e preceitos morais tradicionais; entretanto, essa direita ideologicamente renovada reconhece e aceita as vantagens políticas das políticas sociais implementadas pela esquerda na região, ao mesmo tempo que procura se desvincular da memória dos regimes ditatoriais militares apoiados pelos partidos da velha direita. (CODATO; BOLOGNESI; ROEDER, 2015, p. 121).

Contudo, a dinâmica mais recente do quadro político parece questionar certos aspectos desses modelos de caracterização. Essa classificação da direita em dois conjuntos, uma “nova” e uma “velha” – a primeira defensora das políticas neoliberais de mercado e da democracia, e a segunda mais ligada aos regimes autoritários, às aristocracias tradicionais e às políticas centralizadoras do Estado, do século XX (CODATO; BOLOGNESI; ROEDER, 2015) – não parece dar conta do fenômeno atual da emergência de uma direita reacionária, neoliberal e autoritária.

A direita que emerge nesse período expressa, de forma ascendente, valores e posições autoritárias e reivindica os objetivos do regime militar autoritário de 1964, assimilando os pressupostos neoliberais na política econômica, mas descartando alguns dos paradigmas liberais no campo do sistema político. Também se aproxima de alguns axiomas do fascismo clássico da primeira metade do século XX (PARIS, 1970); contudo, se distingue nos aspectos de suas alianças e seu nacionalismo (BOITO JÚNIOR, 2020).

Assim, a interpretação do crescimento da direita deve ter seu escopo ampliado. O crescimento de novas lideranças abertamente reacionárias está diretamente relacionado ao deslocamento de vários líderes, grupos e partidos de direita tradicional e de centro democrático para posições mais francamente reacionárias e extremadas quanto às dimensões políticas e ideológicas. Além do crescimento da aceitação de novas lideranças intelectuais e políticas tipicamente de direita reacionária, a adesão de lideranças de direita conservadora tradicionais a essas posições permitiu ao campo político de extrema direita e à sua plataforma reacionária se apresentarem, de forma eficaz e competente, para assumir a liderança política de um amplo campo de direita, em oposição ao progressismo. Evidentemente, essas lideranças foram atraídas para essas posições em função da maior aceitação na opinião pública dos valores políticos da direita reacionária, em uma conjuntura de rejeição aos partidos políticos hegemônicos desde a redemocratização até este período de 2013 para a atualidade.

Trata-se aqui de reconhecer que houve um processo de direção intelectual e moral, nos termos de Gramsci (2015), exercida pela vanguarda da extrema direita, que consolidou e unificou um campo reacionário. Essa direção intelectual aglutinou diversos setores, intelectuais, políticos e lideranças de opinião, em pautas dentro do espectro conservador e, também, reacionário. A força dessa direção intelectual e moral foi tão ativa que se tornou um tipo de coerção, a coerção política. A centro-direita se viu na contingência de se submeter à política reacionária da extrema direita, sob pena de se ver penalizada pela perda de base eleitoral, apoio empresarial e rejeição ativa por parte da base mais fundamentalista. Foi no campo da sociedade civil que a extrema direita angariou força suficiente para ocupar cada vez mais posições no aparelho de Estado.

Um grupo social pode e, aliás, deve ser dirigente antes de conquistar o poder governamental (esta é uma das condições fundamentais para a própria conquista do poder); depois, quando exerce o poder e mesmo se o mantém fortemente nas mãos, torna-se dominante, mas deve continuar a ser também “dirigente”. (GRAMSCI, 2015, p. 62-63).

Essa capacidade dirigente ficou mais destacada no contexto de crise social e econômica vivido no Brasil na década de 2010. Nesse contexto, a capacidade de direção da extrema direita fez sentido. Primeiro para cima, em direção ao capital financeiro e ao empresariado, mostrando disposição política de impor as reformas pró-mercado que a centro-direita teve dificuldades de realizar. E, em segundo, para baixo, oferecendo um conjunto retórico explicativo que pareceu coerente e coeso para uma grande parte da população pobre e trabalhadora como explicação para as dificuldades cotidianas que vivenciavam. Essa é essencialmente uma capacidade de exercer hegemonia a partir da liderança intelectual e moral. A extrema direita a exerceu, efetivamente, primeiro no campo da sociedade civil e, desta, para a sociedade política.

Há, entretanto, para compreender melhor os acontecimentos, que se analisar aspectos que não são diretamente expressões das ações desse campo reacionário, mas contribuíram para sua eficácia. Essa ascensão se deu em um contexto em que seu principal antagonista, o campo de esquerda – aquele compreendido como defensor de ideias desenvolvimentistas, de extensão de direitos sociais e de igualitarismos – diminuiu sua participação em defrontações no campo dos valores, da cultura e da ideologia.

A hegemonia, quando Estado e sociedade convergem, restringiu o espaço de manobra e desenvolvimento das ideias não vinculadas às políticas de mercado. Nesse sentido, o campo político de esquerda, tanto no governo quanto fora dele, não foi capaz de disputar valores, se atentando e limitando ao processo de aceitação da opinião pública. Porém, esta foi hegemonizada por valores conservadores e pró-mercado, o que faz com que, em nome da factibilidade de suas ideias, suas políticas recuem da confrontação de valores e de ideologias. Utilizo aqui o que Camilo Negri conceitua como restrição de abrangência, ou seja, um limite determinado pela hegemonia para impedir que ela própria, ou sua base econômica, seja contraditada ou erodida. A restrição de abrangência das ideias contrárias às políticas pró-mercado, seja ela autodeterminada ou imposta, abriu caminho para a emergência da extrema direita, disposta a aprofundar as reformas neoliberais em maior intensidade que a centro-direita.

A hegemonia, porém, apresenta como resultado político, na democracia, a restrição de abrangência de conteúdos ideológicos. Assim, além do voto, regra que representa o princípio liberal do direito individual natural, age sobre a democracia um mecanismo ideológico que impede a consolidação de proposta econômica contrária ao modelo liberal. Neste sentido, as barreiras são valorativas e dirigidas aos programas que se opõem ao capitalismo, especialmente na sua base de direito natural individual à propriedade privada desigual. (NEGRI, 2009, p. 214).

Assim, para o campo reacionário, a conquista do governo foi uma consequência política. A partir dessa posição, a extrema direita passou a exercer pressão coercitiva e influência

intelectual simultaneamente. Essa perspectiva dupla, nos termos de Antonio Gramsci (2016), manteve e ampliou sua capacidade de amalgamar cada vez mais a centro-direita para posições sob sua direção.

A ideia de direção política é deveras importante para a compreensão do crescimento do campo reacionário. Tanto na medida em que significa um aumento da robustez programática e de base social do emergente campo político, quanto porque a transformação de antigos dirigentes do campo de centro-direita ou direita moderada para a extrema direita significaram o enfraquecimento político deste primeiro, estabelecendo uma espécie de abertura de caminho para o surgimento de uma nova direção política para o grande campo de direita no Brasil. Nesse sentido, “[...] a direção política se tornou um aspecto da função de domínio, uma vez que a absorção das elites dos grupos inimigos leva à decapitação destes e à sua aniquilação por um período frequentemente muito longo” (GRAMSCI, 2015, p. 63).

A direção política conduz a própria coerção do Estado, mas é no campo da sociedade civil que cresce em dinamismo e atuação. Essa direção política é capaz de modificar a maioria das opiniões em uma sociedade democrática, de comunicação e opinião de massa. Desloca setores, lideranças, no sentido do aumento da capacidade política da fração de classe, classe ou bloco de classes que ora representa, ora dirige. As lideranças são representativas desses movimentos de convencimento e imposição, ao mesmo tempo em que são seus “engenheiros” ou construtores. São o que Gramsci (2000) classifica como intelectuais orgânicos. Nascem do interior de grupos sociais para lhe darem “homogeneidade e consciência da própria função” (GRAMSCI, 2000, p. 15). Tanto podem ser novos intelectuais que emergem com a ascensão política de seu grupo social ou antigos e pré-existentes intelectuais que se transformam com as mudanças sociais que seu próprio grupo cria ou sofre, ao que Gramsci (2015) chama de transformismo. Na esfera da política, podem apresentar um conjunto explicativo que se pretenda universal e exercer a capacidade dirigente.

O que caracteriza a condição de intelectual orgânico não é exclusivamente o que ele faz, mas o que faz a partir de um determinado lugar nas relações sociais. Ou seja, a partir de seu ponto como formulador de ideias ou políticas e legitimador de valores, qual resultado produz para aquele grupo social. Assim, identifico o deslocamento de intelectuais, políticos e burocratas no sentido das políticas de interesse das classes dominantes – de mercado, de valores conservadores e de diminuição da democracia. O essencial aqui não é se o ator tem capacidade de ser um intelectual, mas se ele exerce tal função na sociedade. A isso se conceitua com intelectual orgânico.

O erro metodológico mais difundido, ao que me parece, é ter buscado esses critérios de distinção no que é intrínseco às atividades intelectuais, em vez de buscá-las no conjunto do sistema de relações sociais no qual essas atividades (e, portanto, nos grupos que as personificam) se encontram no conjunto geral das relações sociais. (GRAMSCI, 2000, p. 18).

A formação dos intelectuais, seja em sua criação ou cooptação, somente ocorre nas relações sociais em concreto. Portanto, relacionada ao contexto político e econômico, mas mediada pelos aparelhos ideológicos e pelo próprio Estado. O Estado de classe (SAES, 1994) e suas relações autoritárias (FERNANDES F., 2019; SANTOS, 1978), em um contexto de crise política e econômica (SAAD FILHO; MORAIS, 2018), criaram as condições para o processo não somente de formação de intelectuais orgânicos próprios da extrema direita, mas permitiram, ou mesmo induziram, o trânsito de intelectuais orgânicos clássicos, de centro-direita democrática, para posições de extrema direita reacionária. É nesse contexto que se pode compreender o trânsito de posições, a partir de uma baliza metodológica com base nas relações sociais. O trânsito de posições desses intelectuais orgânicos é relativo e circunstancial, dependente de condições suficientes desejáveis para tal.

Essa opção metodológica nos permite superar qualquer ideia de que a dinâmica da luta política é mero espelho das relações econômicas. É o conjunto das relações sociais que cria as condições para as relações de poder, incluindo principalmente controle sobre o Estado. Contudo, o papel dos intelectuais orgânicos é decisivo para a dinâmica das mudanças políticas e de hegemonia, ao formar uma ideologia orgânica capaz de organizar e universalizar os valores e as opiniões.

Esse modelo se afirmava no terreno da interpretação histórica, ou seja, no estudo que fez das causas da revolução e também no esboço de uma mecânica da revolução, ou seja, dos diversos momentos de articulação das forças sociais antagonistas no interior do próprio processo revolucionário, momentos esses que seriam sintetizados na fórmula marxiana da revolução permanente. (BIANCHI, 2018, p. 111).

A emergência do reacionarismo estabeleceu um processo de magnetização de vários setores conservadores democráticos em torno das posições mais à direita. Fenômeno esse que já havia sido captado por Fernando Rosas (2023) ao analisar os processos de ascensão do fascismo nos países europeus periféricos. Em sua investigação, identificou que em nenhum caso em que o movimento fascista tenha conquistado ou ocupado o poder, o logrou sem a adesão das elites conservadoras ao bloco fascista, incluindo-se aí o conservadorismo liberal. O autor constrói um relevante problema de pesquisa: o que, dentre os predicados e características da extrema direita, mais exatamente do fascismo, foi conveniente para as elites capitalistas? Ao

desenvolver a tese que efetivamente responde a essa questão, identifica que a disposição para esse deslocamento repousa na possibilidade de uso dos métodos extralegais e radicalizados para atingir a eficácia na execução de políticas de ampliação da exploração da classe trabalhadora (ROSAS, 2023).

Esses movimentos e deslocamentos se expressaram através de indivíduos que exercem papel de liderança intelectual, moral ou, ainda, econômica, que empreenderam um reposicionamento em temas decisivos como economia, cultura política e a democracia. Esses atores exerceram ação objetiva em favor desse deslocamento, dando direção política ao manusear politicamente e comunicacionalmente elementos que se apresentavam no contexto político e que eram potencialmente corrosivos ao equilíbrio institucional, tais como crise econômica, frustração de expectativas de crescimento pessoal, sentimentos sociais de insegurança e de desordem, consolidação da pauta de corrupção, entre outros. Esse deslocamento convergiu com um contexto de crescimento mundial das posições de extrema direita, o que potencializou a emergências dessas posições no Brasil deste século XXI.

Esses atores cumprem um papel decisivo para legitimar aquilo que, em período de ascensão das ideias democráticas e igualitaristas, era tratado como inaceitável ou além do aceitável. Ao operar para tornar ordinário o extraordinário, nos campos do debate político, do enfrentamento das ideias e da implementação de políticas econômicas antidistributivistas, esses atores políticos trataram de investir na defesa de ideias que se colocaram na fronteira até mesmo da legalidade e da aceitabilidade da sociedade. Termos como privilégios, empreendedorismo, tradição, conservação, privatização, liberdade individual, mérito pessoal, competição, ordem, pátria, família, Deus, passaram a ser coloquiais no vocabulário social e político brasileiro, em detrimento de termos como democracia, direitos, conquistas, comunidade, sindicatos, igualdade e outros valores que haviam ascendido com o fim do regime autoritários de 1964. Esse é o trabalho dos intelectuais orgânicos, o de construir uma nova hegemonia.

Nos termos desenvolvidos por Giuseppe Cospito, quando escreve o verbete “Hegemonia” no *Dicionário Gramsciano* (LIGUORI; VOZA, 2017), Antonio Gramsci teria se referido a esses protagonistas e ativistas como agentes da influência hegemônica, os intelectuais orgânicos ou vanguarda de sua própria classe. Enfim, aqueles que expressam os movimentos de sua fração de classe social ao mesmo tempo que a concretizam. O que passamos a chamar de atores sociais. Também Nicos Poulantzas (1977) abordou a importância dos atores sociais, que caracteriza como conjuntos que se distinguem de suas grandes classes sociais e frações de classes e tornam-se relevantes em sua ação de intermediação. Ou seja, a condição de um ator está relacionada ao lugar de direção que ocupa nas diferentes esferas da dinâmica social, em especial nas estruturas

de poder político. Enfim, em relação ao próprio Estado. Para Poulantzas (1977), esses atores se aglutinam em distintos conjuntos que ele conceitua com categorias sociais. Essas categorias se efetivam a partir do papel que passam a exercer em relação às esferas não econômicas, como o Estado e a ideologia, esferas sobre as quais passam a exercer influência com potencial ou manifestação hegemônica.

Por categorias sociais, podemos entender, particularmente, conjuntos sociais com efeitos pertinentes cujo traço distintivo repousa na relação específica e sobredeterminante com outras estruturas além das econômicas: é nomeadamente o caso da burocracia nas suas relações com o Estado, e dos intelectuais nas suas relações com o ideológico. (POULANTZAS, 1977, p. 81).

Esses atores não estabelecem um novo conhecimento, não criam, portanto, uma nova situação, mas são capazes de organizar e dar racionalidade à situação. Passam a oferecer uma explicação que uniformiza e socializa os sentimentos críticos individuais sobre as dificuldades do mundo. Esses atores passam a se identificar com a situação externa e, ao dar-lhe racionalidade discursiva, a transformam em uma condição universal e, assim, aceitável política e moralmente. Essa condição, quando atingida e suficiente, confere eficácia ao papel dos atores sociais e indivíduos, que, por sua vez, passam a conferir, mas também a refletir, potência à construção de uma nova hegemonia no campo das ideias políticas. A partir do momento em que obtenham capacidade de fortalecer ou até criar consenso em torno da direção de uma classe ou fração. Com isso, se tornam organizadores desse pensamento, ou seja, intelectuais orgânicos desses grupos ou frações (GRAMSCI, 2000, 2014, 2015, 2016).

Em resumo, os atores são sujeitos de opinião que, desde diferentes pontos de partida, sejam estes o aparelho de Estado ou a própria sociedade, simultaneamente refletem e produzem o agendamento de pautas relevantes na disputa política. Expressam distintas, mas coabitáveis, racionalidades, como também a sobrevivência política no aspecto de manutenção de sua liderança e de construção de ambientes mais favoráveis às suas opiniões e perfil (HOWLETT; RAMESH; PERL, 2013). Interferem parcial ou totalmente nos rumos das políticas e da opinião pública, mas não o fazem isoladamente. Seus atos possuem contexto, coletividade, classes sociais, posições econômicas e institucionais e formulam suas interferências referenciando-se e sendo atingidos por outros sujeitos e atores, pelas normas institucionais e pelos valores sociais (DI GIOVANNI, 2018).

Os atores, nesse sentido, compõem a capacidade de realizar e efetivar, no campo da política e da disputa de hegemonia, as ideias, na medida em que encontram condições sociais suficientes para que seus novos posicionamentos reflitam positivamente sobre a mudança, mas

o fazem de forma orgânica em relação à hegemonia e ao Estado, e mesmo em relação ao partido dessa nova hegemonia, quando se transformam em direção desse movimento. Vale destacar que Antonio Gramsci (1988) sustenta que cada grupo ou fração busca constituir intelectuais que cumpram o papel de homogeneização e consciência, mas esses intelectuais podem ser buscados em intelectuais já constituídos e que defendiam um ordenamento político anterior, que possam estabelecer uma “continuidade histórica” (GRAMSCI, 1988, p. 5)

No próximo subcapítulo, apresento as categorias de atores sociais baseadas nesses pressupostos, assim como descrevo a trilha metodológica utilizada e percorrida para entender como atores sociais tão simbólicos realizam o deslocamento de posições políticas.

5.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A diversidade dos fenômenos sociais nas sociedades complexas, como a contemporânea, exige que a investigação se adapte e até mesmo se especialize para compreendê-los (MARCONI; LAKATOS, 2023). A sistematização de conhecimentos exige esse esforço de obter rigor metodológico, mas também o esforço e rigor metodológico requerem uma abordagem crítica. Leite (2008) relativiza e coloca termos históricos à ideia do rigor científico; diz ele que ciência é uma “forma hegemônica de construção da realidade” (LEITE, 2008, p. 87) – portanto, coloca termos contextuais à metodologia e a considera uma opção racional, nunca a única possibilidade.

Esses elementos contribuem para entendermos as dificuldades e armadilhas encontradas em torno da busca de explicações para o fenômeno da emergência do reacionarismo e de seu protagonista político, a extrema direita. Assim como outros objetos das disciplinas humanas e sociais, há múltiplas causas, fatores e relações concorrendo ou convergindo entre si para o desenvolvimento do mesmo fenômeno, transformado em objeto da análise. Dentro do fenômeno *emergência do reacionarismo*, elejo o deslocamento de setores de direita e centro para as posições reacionárias de extrema direita como um dos centros da explicação sobre o tema. Uma dimensão relevante, talvez singular, nos acontecimentos e na ascensão desse campo político no Brasil.

Mas verifica-se, principalmente, que as ciências sociais não podem se contentar com os métodos científicos usuais, visando evidenciar o que está escondido, em sentido quase físico do termo: elas devem se proporcionar os meios de descobrir aquilo que está bem a vista (PIRES, 2014a, p. 52).

Os procedimentos metodológicos aqui desenvolvidos tem esta preocupação: oferecer ferramentas para identificar, a partir de uma abordagem qualitativa, esse deslocamento no crescimento da extrema direita. O foco no deslocamento de posições, portanto, significa uma observação e uma interpretação das relações entre os fenômenos. Desse ponto de vista, falamos em contribuições para a emergência do fenômeno. A investigação, baseada em metodologias qualitativas, busca compreender os acontecimentos sociais complexos, inclusive suas relações de poder, e não produzir uma extrapolação empírica replicável em qualquer situação. Compreender o fenômeno e não os episódios é o sentido da análise qualitativa. “Não se buscam mais as causas absolutas ou a natureza íntima das coisas; procura-se compreender as relações entre elas, assim como as explicações dos acontecimentos, através da observação científica aliado ao raciocínio” (MARCONI; LAKATOS, 2023, p. 80).

Parte-se do procedimento e esforço de agrupar recursos para desenvolver o trabalho de classificação de posicionamentos de atores sociais que empreenderam um deslocamento político em suas ideias, assim como da intensidade desse deslocamento e de seu contexto (LEITE, 2008). Das premissas do método hipotético-dedutivo, busca-se a construção de uma hipótese de explicação antecipada para um problema de pesquisa. A construção parte de um postulado como modelo de interpretação do objeto estudado, gerando a hipótese, os conceitos e as evidências. Já do método dialético, traz-se a premissa de que estamos tratando de processos e não fenômenos estáticos. Os fenômenos recortados para a investigação não dão início ou concluem o processo maior em que se encontram, mas nos oferecem novos contornos e características, sendo, contudo, suficientemente relevantes para o conhecimento geral do processo (MARCONI; LAKATOS, 2023).

Trata-se de um recurso metodológico para relacionar um conjunto de causas a um conjunto de efeitos, sem, contudo, reduzir-se a uma única relação de causa e efeito, ou monocausalidade e sem, tampouco, estabelecer uma extrapolação quantitativa. O desenvolvimento do trabalho levou à construção de tipologias abstratas desses atores em deslocamento e transição de posições, com base em critérios e parâmetros. Nesse sentido, afirma-se que: “Quando se emprega a palavra critérios, implica-se em geral que o propósito da análise é a elaboração de tipologias formais abstratas” (WRIGHT, 1981, p. 58).

Esses critérios nos permitiram comparar os movimentos e posicionamentos dos atores. Portanto, selecionar atores que apresentavam certo grau de similaridade entre si foi fundamental para permitir a comparação e a construção de modos de deslocamento. A possibilidade de comparação é metodologicamente essencial para a identificação das diferenças e semelhanças entre seus movimentos e posicionamentos, o que permitiu interpretar as intensidades de

deslocamento em relação a cada campo de política. Esse critério de seleção dos atores e a comparação entre seus movimentos, tornaram possível identificar as distintas motivações dos fenômenos, assim como identificar as características e condições que os produziram. A generalização que se fez possível com a análise dos posicionamentos desses atores selecionados, está baseada nas características essenciais desse movimento de deslocamento, o que Álvaro Pires (2014b) chama de “indução analítica”, permitindo a construção de uma tipologia com capacidade de extrapolação e generalização, sem, entretanto, ser exaustiva.

A indução analítica, ao contrário, procura em um caso concreto (ou em um pequeno número de casos) as características que lhe (ou lhes) são essenciais (ou as propriedades constitutivas) e as generaliza, presumindo que, por serem essenciais, elas devam se aplicar a outros casos similares. (PIRES, 2014b, p. 192).

São as inter-relações entre vários aspectos contributivos que convergem para a ocorrência do fenômeno de uma nova emergência política de posições e lideranças, na esfera das ideias, reacionárias e de extrema direita. De forma paradigmática, Jeffrey Herf (1993) enfrentou a dimensão paradoxal da realidade ao investigar um processo que apresentou, simultaneamente, dimensões reacionárias e modernistas, como o fenômeno da ascensão ao poder do nazifascismo. O autor concluiu que “A sociologia política que seja interpretativa e histórica é necessariamente um empreendimento pluralista. Os acontecimentos não podem ser reduzidos a qualquer variável ou fator únicos” (HERF, 1993, p. 241).

Operacionalmente, esta investigação procedeu à articulação de diferentes dimensões analíticas, estabelecendo parâmetros teóricos que permitiram identificar esse deslocamento de posições. Para isso, foi estabelecida a caracterização dos sujeitos sociais relevantes e dos atores individuais representativos desses sujeitos, estabelecendo um comparativo de suas principais manifestações políticas em uma linha do tempo ao longo do período que se organiza entre os anos eleitorais de 2010, 2014, 2018 e 2022. A partir da contribuição das dimensões posicionais de Armando Boito Júnior (2020) e das categorizações de dimensão social, dimensão ideológica, dimensão política e dimensão econômica propostas por Codatto, Berlatto e Bolognesi (2018), utilizo o arcabouço explicativo de Antonio Gramsci (2000, 2014, 2015, 2016) com relação ao conceito de hegemonia para agrupar as principais tipologias de lideranças políticas e intelectuais em categorias empíricas quanto à sua extração social e papel político.

Nesse sentido, organizo os atores políticos representativos dessa direita emergente em três categorias empíricas – intelectuais e formadores de opinião; políticos e dirigentes partidários; alta burocracia estatal – e os relaciono a três campos de posições políticas – políticas

econômicas pró-mercado; políticas tradicionais conservadoras; políticas de caráter autoritário neofascista (Quadro 1). Esses três campos de posições políticas se amparam em aglutinação encontrada na literatura que relaciona ideias e posições de direita a manifestações positivas às Forças Armadas, ao livre mercado na economia, políticas de incentivos fiscais, ortodoxia na política fiscal, limitação de direitos sociais e defesa de regimes autoritários (TAROUCO; MADEIRA, 2013).

Este Quadro (1) é demonstrativo desse cotejamento no qual é estabelecida uma graduação de intensidade para o deslocamento de cada um dos atores em relação aos campos de posições políticas analisados. Esse processo de síntese busca definir, analiticamente, as intensidades dos deslocamentos de posições políticas da centro-direita ou de direita tradicional para a extrema direita. Busca-se estabelecer o grau desse deslocamento, se intenso, se moderado ou, mesmo, se não foi identificado analiticamente o deslocamento efetivo ou relevante de posição do ator em relação a cada um daqueles campos de políticas descritos. Para demonstrar este deslocamento me apoio na Figura 1. Trata-se de construir uma análise com a intenção de identificar qualitativamente a pertinência da relação do problema com a tese construída e desenvolvida (LAPERRIÈRE, 2014). Ou seja, identificar, em relação ao contexto político de emergência de posições políticas reacionárias e de extrema direita, as diferentes intensidades de deslocamento político, construindo as tipologias dos atores e das contribuições à emergência do reacionarismo.

O intento é demonstrar a emergência de uma direita autoritária e reacionária que, a partir de 2010, cresceu política e eleitoralmente com base no deslocamento de setores de centro-direita para esse campo, dentro de um contexto de ascensão geral das ideias reacionárias. A escolha dos atores sociais e políticos se relaciona à condição de verificação e confirmação de suas posições, ou seja, à sua importância política no cenário do período e se é possível identificar seus posicionamentos públicos no período selecionado. As posições são expressões de opinião específicas, por mais amplo que seja seu tema ou abrangência. São intencionalidades objetivas em relação ao fato-objeto, ou seja, tem a intenção de interferir, difundir ou compartilhar fatos sociais, seja no âmbito que for – política, sociedade, cultura, economia, entre outros (LEITE, 2008).

Para isso, inicialmente, seleciono atores que se vincularam publicamente a posições ao centro político e centro-direita, que se colocaram dentro do escopo das ideias democráticas e, posteriormente, veicularam posições públicas à direita das originais, ou mesmo de extrema direita, em relação às categorias de políticas escolhidas para permitir a identificação desse deslocamento. As fontes para coletar o material são, exclusivamente, as declarações e

expressões públicas, tomadas de entrevistas a veículos de comunicação, depoimentos, publicações de texto ou artigo, manifestações em redes digitais e medidas administrativas concretas sob responsabilidade institucional do ator. Isso em função de que um dos aspectos fundamentais no processo de entendimento do deslocamento de posições é, justamente, seus efeitos sobre a conjuntura e a opinião pública, como alterações no arcabouço de leis, na esfera da organização estatal, com efeito na economia política e com capacidade de legitimação social.

A relação entre o conjunto de atores e as categorias analíticas é analisada pelo cruzamento dos posicionamentos públicos tomados no período compreendido entre os anos eleitorais de 2010, 2014, 2018 e 2022, sem prejuízo de manifestações que eventualmente tenham se dado fora desse período, desde que imprescindíveis para retratar o posicionamento do ator. As categorias de atores sociais construídas com base em tais premissas metodológicas têm as seguintes descrições:

a. *Intelectuais e formadores de opinião.*

São aqueles que demonstram capacidade de construção de explicações e de justificativas de atitudes comportamentais, sociais e políticas. Atuam no campo da cultura, das academias de ensino e pesquisa, da opinião política, da comunicação e jornalismo, das redes digitais. São apresentadores de programas nacionais de televisão, influenciadores de redes sociais, escritores, jornalistas, professores, advogados e pesquisadores. Trata-se daqueles que, independentemente de já serem capazes de influenciar em outro contexto e outra ordem de forças sociais, passaram a desempenhar a função de formuladores dos símbolos e das sínteses políticas que conferem, para os grupos sociais – classes e frações de classes –, racionalidade e causalidades aos fenômenos, cumprindo papel na formação e construção da opinião pública (GRAMSCI, 2014, 1988). Atuaram, nesse período analisado, entre 2010 e 2022, influenciando, desde fora do aparelho de Estado, a opinião pública em relação a temas da política, do comportamento e da economia. Atuaram, portanto, no campo da opinião, da cultura e cumpriram o papel de legitimação das opiniões expostas.

b. *Políticos e dirigentes partidários.*

São aqueles atores que exercem sua capacidade de influenciar a partir do sistema político e, portanto, a partir do interior do aparelho de Estado. Sua legitimidade é constituída pelo sistema político e, a partir dela, constituem sua potência de influenciar a opinião pública. Essa categoria conceitual diz respeito a presidentes e dirigentes nacionais de partidos políticos, candidatos à Presidência da República, deputados federais e estaduais, líderes de bancadas no

Congresso Nacional, mandatários do Poder Executivo, independentemente de esferas, que tenham repercussão nacional. Documentos oficiais de partidos, eventualmente, serão tomados como referência para os posicionamentos dos respectivos presidentes. A análise da trajetória dos líderes de partido tem sentido pelo papel normativo que os partidos e suas bancadas parlamentares cumprem no sistema político brasileiro (CINTRA et al., 2015). Os partidos políticos se constituem em um tipo específico de intelectual orgânico a representar as categorias sociais, porém o fazem com força normativa e não somente persuasiva. Sua legitimidade está assentada, portanto, no sistema político, no processo de trocas e veiculação de interesse, mas também na capacidade de organizar as opiniões e interesses dos grupos sociais (GRAMSCI, 1988).

c. *Alta burocracia estatal.*

Essa categoria é composta por funcionários, empregados e agentes públicos que compõem as carreiras do núcleo estratégico ou carreiras típicas de gestão governamental, estabelecidos nas principais instituições coercitivas estatais, como os ministros dos tribunais superiores, procuradores dos ministérios públicos, auditoria, diplomacia, advocacia, agências reguladoras e oficiais gerais das Forças Armadas brasileiras. São agentes estatais que ocupam altos postos burocráticos de direção. Seu papel é decisivo em função daquilo a que Nicos Poulantzas (1977) se refere como uma capacidade de agir relativa ao aparelho de Estado. Trata-se da dinâmica pela qual a burocracia do Estado, a partir de uma certa autonomia relativa, exerce funções em favor das classes que detêm o poder de Estado, assumindo a condição de categoria de força social a depender de determinadas conjunturas, quando se somam as condições para exercer o protagonismo político, ainda que subordinado aos interesses das classes dominantes. É aquilo que na literatura tem-se descrito como a politização da burocracia, constituindo capacidade de influência política tanto no interior do aparelho de Estado, formulando políticas, como em relação à opinião pública, influenciando a formação de interpretações a partir de sua legitimidade técnica. O caráter técnico da atuação da burocracia estatal não a aparta da política, ao contrário, a investe de legitimidade política (LOUREIRO; OLIVIERI; MARTES, 2010).

Os atores foram escolhidos em função de sua expressividade nessa relação de deslocamento e não de representatividade. Os atores que qualifico como intelectuais exerceram sua influência e deslocamento no campo da sociedade civil. Já os políticos e dirigentes partidários e aqueles qualificados como alta burocracia, fizeram esse deslocamento no espaço da sociedade política, ou seja, do Estado.

Os atores selecionados para a análise na categoria *Intelectuais e formadores de opinião*, foram: Miguel Reale Júnior – jurista autor do pedido de *impeachment* de Dilma – e Dênis Rosenfield – professor de Filosofia e colunista na imprensa. Na categoria *Políticos e dirigentes partidários*, selecionei: Michel Temer – ex-presidente da República e do PMDB – e Sebastião Melo – prefeito de Porto Alegre. Na categoria *Alta burocracia estatal*, utilizei os posicionamentos de Sérgio Westphalen Etchegoyen – general de Exército e ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional do governo de Michel Temer – e Eduardo Dias da Costa Villas Bôas – general de Exército, comandante-geral do Exército Brasileiro durante os governos de Dilma Rousseff e Michel Temer.

A análise posiciona cada grupo de sujeitos políticos aqui definido em relações a quatro categorias de políticas, definidas com base em políticas desenvolvidas pela direita. Pressupondo que esse posicionamento não é homogêneo, sequer na relação entre cada ator e cada categoria analítica de políticas, são múltiplas e distintas as intensidades de transição de posições políticas, analisadas como tendência e representação. A transição de posição será relacionada a três campos de políticas.

a. *Políticas econômicas pró-mercado.*

São aqui caracterizadas em relação a debates decisivos que envolvem políticas de diminuição do valor do trabalho – como a flexibilização das leis trabalhistas –, maior liberdade de movimento do capital e da renda financeira e, também, de proteção ao grande patrimônio e fortuna. Tradicionalmente, refere-se, na cultura liberal, à uma ideia negativa do Estado, à ideia da ausência e da contenção do Estado. Contudo, o desenvolvimento concreto do modo de produção capitalista tem demonstrado que há uma prática positiva do Estado liberal, o Estado que intervém para garantir a dinâmica concentradora do mercado e que se manifesta por meio de políticas e ações estatais que organizam e determinam o fluxo da acumulação de capital. É sobre essas manifestações concretas positivas que iremos estabelecer este conceito (DARDOT; LAVAL, 2016). Assim, identifico o trânsito de posições de centro no sentido de posições de direita a partir do deslocamento de posicionamentos em defesa de uma política econômica que permitisse a distribuição cooperativa entre empresas estatais e regulação estatal e empresas privadas para uma economia de predominância absoluta de empresas privadas, com a mínima participação do Estado. Também a defesa da ampliação das políticas de diminuição e renúncia fiscal e de diminuição da regulação do mercado, inclusive na legislação ambiental.

b. *Políticas tradicionais conservadoras.*

Estão relacionadas a questões de costumes e remetem a posições de caráter racista, sexista e religioso fundamentalista. São caracterizadas por meio de manifestações de simpatia e defesa da propriedade privada, da família patriarcal – tradicional, do conceito genérico de tradição, da fusão entre Estado e religião e defesa e simpatia pela estrutura hierarquizada de sociedade, do antifeminismo e da liberdade moral. No campo do debate sobre segurança, posicionam-se pelo apoio a políticas penais punitivistas e liberação do porte de armas. Há uma forte rejeição aos princípios dos direitos humanos e um ativismo radicalizado contra organizações e entidades de direitos humanos e de defesa de pautas como igualdade étnica e de gênero. Relacionam política à legitimação religiosa e seus preceitos. Há uma forte difusão de uma cultura militarista e policial, com fortes repercussões negativas sobre procedimentos técnicos tanto no processo judicial quanto no âmbito investigativo. As políticas tradicionais conservadoras se aproximam da defesa da punição sumária e da estigmatização classista e étnico do crime. A pauta anticomunista também é relevante nesse campo do conservadorismo, tendo se adaptado à atualidade numa versão antipetista. Contudo, a denúncia contra os Estados comunistas, tais como Cuba ou China, continua mobilizando esse campo de valores e comportamentos (LACERDA, 2019).

c. *Políticas de caráter autoritário e de extrema direita.*

São aquelas que dão concretude ou que difundem e propagam a ideia de supressão das liberdades individuais e sociais fundamentais por meio da imposição de um único sistema de valores e da restrição aos mecanismos de interferência e manifestação política (SANTOS, 1978). São caracterizadas por manifestações de simpatia a ditaduras e ao regime autoritário de 1964, o que é bastante consolidado na literatura quando se trata de estabelecer uma definição de posições políticas com relação ao Brasil (TAROUCA; MADEIRA, 2013). Também se caracterizam pela defesa do aumento da repressão e coerção policial-militar, pela apologia e demonstrações de simpatia à tortura e à censura. Partem, ainda, da premissa de que a ideia de fascismo é “[...] simultaneamente: experiência, conceito e representação” (PARADA, 2008, p. 8) e de que o fascismo, ou as ideias fascistas, são históricas, ou seja, se constituem ideologicamente “[...] de acordo com a tradição cultural na qual se inscrevem” (FALCON, 2008, p. 21). Reunimos nesse campo manifestações e atitudes, ainda que fragmentadas, que apontam para grandes axiomas do que se conhece por fascismo (ECO, 2018; FALCON, 2008). São elas manifestações de apoio a opiniões eugenistas, a manifestações contrárias a imigrantes e estrangeiros, manifestações de cunho racista e homofóbico, a negação de formas laicas e

científicas de conhecimento e da modernidade, a repulsa aos desacordos e aos divergentes, o discurso abertamente antiesquerda, em quaisquer de suas variantes, marxista, humanista ou socialdemocrata, tanto no plano nacional quanto internacional.

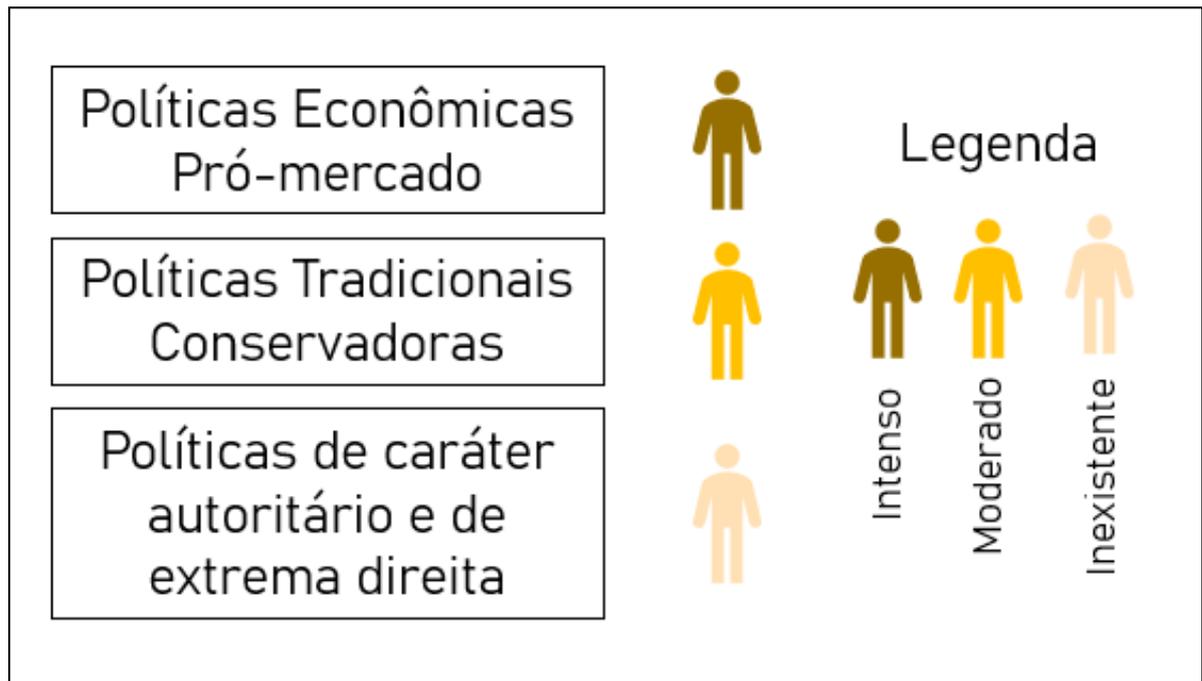
É possível visualizar o modelo de operacionalização dos posicionamentos dos atores em relação às políticas através do modelo expresso no Quadro 1. Já o modelo de operacionalização da intensidade do deslocamento de posições políticas pode ser visualizada na Figura 1.

Quadro 1 – Quadro referência da análise comparativa

	<i>Políticas Econômicas Pró-Mercado</i>	<i>Políticas Tradicionais Conservadoras</i>	<i>Políticas de Caráter Autoritário e de Extrema direita</i>
Período	2010 - 2022	2010 - 2022	2010 - 2022
<i>Intelectuais Formadores de Opinião</i>	[Informação]	[Informação]	[Informação]
<i>Políticos e Dirigentes Partidários</i>	[Informação]	[Informação]	[Informação]
<i>Alta Burocracia Estatal</i>	[Informação]	[Informação]	[Informação]

Fonte: Elaborado pelo autor.

Figura 1 – Figura referência para análise da intensidade do deslocamento de posições políticas



Fonte: Elaborado pelo autor.

A principal técnica implementada foi a análise de fontes bibliográficas, tanto no que diz respeito ao fundamento teórico quanto no que diz respeito aos aspectos empíricos. Também foi realizada pesquisa documental, abrangendo artigos, postagens e redes sociais, entrevistas e pronunciamentos de intelectuais e formadores de opinião, políticos e dirigentes partidários e alta burocracia estatal, em busca da caracterização concreta do posicionamento dos intelectuais orgânicos.

No processo de desenvolvimento da investigação, buscou-se a hierarquização das ações de descrever, compreender, explicar, além de qualificar a relação entre os aspectos globais e específicos, ou locais, do objeto, sempre reconhecendo que as condições explicativas vão sendo relacionadas e definidas quanto à sua contribuição para o fenômeno a ser explicado.

Na próxima seção, desenvolvemos a apresentação dos atores selecionados para a análise. Eles estão organizados a partir das três categorias de atores, e a análise os relaciona aos três campos de políticas. Seus posicionamentos estão identificados a partir da intensidade do deslocamento, se intenso, moderado ou inexistente.

6 OS ATORES EM MOVIMENTO

Neste capítulo, apresento os atores políticos relevantes selecionados para a análise a partir de cada categoria listada anteriormente e os descrevo. Analiso o deslocamento observando seu contexto e identificando a intensidade desse deslocamento em relação às pautas políticas utilizadas como parâmetro: políticas econômicas pró-mercado; políticas tradicionais conservadoras; e políticas de caráter autoritário e de extrema direita. Essa abordagem busca descrever e compreender as características principais desse deslocamento de posições, que resultou, em convergência com outros fatores, na emergência política do reacionarismo e da extrema direita no país.

Verifica-se neste capítulo que os movimentos políticos que passam a ter significância mais geral são feitos através de um processo de construção de vínculos políticos entre a realidade e a necessidade racional dos movimentos políticos e as condições e contexto nos quais se realizam. Tais movimentos também não se realizam sem que haja uma elite que construa uma coerência narrativa e explicativa para a alteração de posições e condutas. É preciso que haja capacidade de interpretação e análise da situação para retirar dela as melhores possibilidades para os objetivos do setor, do grupo ou fração a qual o intérprete e liderança estão vinculados. Faz-se um intelectual aquele que compreende o contexto em que está envolvido.

Portanto, analisa-se aqui também a ação de lideranças que cumprem papel de intelectuais orgânicos, o que é determinante para a compreensão global do fenômeno do deslocamento de setores da direita tradicional para a extrema direita e como isso contribuiu para a emergência deste campo político. Assim, neste capítulo, apresento e desenvolvo a metodologia desta pesquisa, mais especificamente a classificação dos atores e as categorias de posicionamento.

O capítulo é dividido em quatro subcapítulos. Os três primeiros, destinados à descrição e qualificação dos atores sociais. O primeiro subcapítulo é dedicado à categoria social dos intelectuais e formadores de opinião. O segundo, aos políticos e dirigentes partidários, e o terceiro, à alta burocracia estatal. O subcapítulo quatro se dedica a descrever e caracterizar as distintas formas que esses deslocamentos assumiram. Trata-se de perceber que o deslocamento à extrema direita encontrado em todos os atores analisados se deu de forma distinta em função da posição que cada um ocupava no período hegemônico anterior, o que Gramsci (1988) conceitua como situação preexistente.

6.1 INTELLECTUAIS E FORMADORES DE OPINIÃO

Nesta seção, abordo o comportamento manifesto de dois atores relevantes, que se enquadram na categoria de intelectuais e formadores de opinião: Miguel Reale Júnior e Denis Rosenfield. Sua atuação se dá no campo do debate de ideias, portanto, em uma esfera de abstração e interpretação da realidade. O impacto de seu deslocamento se dá sob a forma da legitimação dos conceitos, axiomas e políticas que contribuíram para as condições favoráveis à emergência do pensamento reacionário e de extrema direita no Brasil.

6.1.1 Miguel Reale Júnior¹⁰

Miguel Reale Júnior é um intelectual da área das Ciências Jurídicas que esteve no centro dos grandes acontecimentos da política brasileira moderna. Foi membro do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) entre 1979 e 1983. Nesse período, participou de atividades em defesa da redemocratização do país.

De 1983 a 1984 foi secretário de Segurança Pública do estado de São Paulo no governo de Franco Montoro (1983-1987). Durante as discussões sobre a montagem ministerial do governo de Tancredo Neves, eleito pelo Colégio Eleitoral em 1985, teve seu nome sugerido para o Ministério da Justiça, contudo, o convite não chegou a ser efetivado. Durante a Assembleia Nacional Constituinte, assessorou Ulysses Guimarães, então presidente da Assembleia Nacional Constituinte – ANC. Filiou-se ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) em 1990, no qual manteve-se até 2017¹¹, sendo vice-presidente do Diretório Estadual do PSDB, em São Paulo.

Em 1992, foi um dos redatores do pedido de *impeachment* que resultou no afastamento de Fernando Collor da Presidência da República, em 29 de setembro. Em 1998, presidiu a comissão encarregada da análise de responsabilidade do Estado em face dos mortos e desaparecidos políticos durante o regime militar, instalada durante o primeiro Governo Fernando Henrique Cardoso (1995-1999). Entre abril e julho de 2002, no estertor do segundo governo de Fernando Henrique Cardoso, foi ministro da Justiça.

¹⁰ Reale Júnior (c2009).

¹¹ Desfilou-se do PSDB em junho de 2017 após decidir manter seu apoio ao governo Michel Temer.

Em março de 2006, defendeu o pedido de *impeachment* do presidente Lula da Silva por crime de responsabilidade. A ideia do *impeachment* foi descartada. Voltou à cena política em 2015, no início do segundo mandato de Dilma Rousseff, quando começaram as primeiras discussões sobre a possibilidade de *impeachment* da presidenta. Consultado a dar um parecer técnico acerca do assunto, chegou a afirmar que a presidenta só poderia ser alvo de *impeachment* por algo ocorrido a partir de seu segundo mandato. Em dezembro (PASSARINHO, 2015), o presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB/RJ), acolheu o pedido protocolado em outubro, elaborado por ele, Eduardo Cunha, em conjunto com Janaína Paschoal e Hélio Bicudo e subscrito por três líderes de movimentos da extrema direita que articularam as manifestações ocorridas em várias cidades do país, Kim Kataguiri do *Movimento Brasil Livre (MBL)*, Rogério Chequer do *Vem pra Rua* e Carla Zambelli Salgado do *Movimento Contra a Corrupção*. Kim Kataguiri e Carla Zambelli vieram a ser eleitos deputados federais, Janaína Paschoal, deputada estadual, e Rogério Chequer concorreu à governador do estado de São Paulo nas eleições de 2018. Todos com plataformas políticas reacionárias e em apoio ao Governo Bolsonaro.

Em pronunciamento em audiência pública da comissão que analisaria o pedido de *impeachment*, Miguel Reale Júnior afirmou que as “pedaladas fiscais” – que consistiam no atraso de pagamento ao Banco do Brasil por subsídios agrícolas referentes ao Plano Safra – configuravam crime grave por esconderem o déficit fiscal e transformarem despesa em superávit primário. Segundo o jurista, a União contraiu empréstimos com instituições que ela mesma controlava – como Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) – o que seria proibido pela Lei de Responsabilidade Fiscal. As “pedaladas fiscais”, iniciadas em 2014, continuaram em 2015.

Na apresentação do pedido de *impeachment* contra Dilma Rousseff no Senado Federal, Miguel Reale Júnior fez um desagravo às vítimas torturadas pelo coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra durante o regime autoritário de 1964, homenageado pelo então deputado Jair Bolsonaro (PSC/RJ) durante a sessão que autorizou a abertura do processo de *impeachment*. Reale fez uma aberta defesa do processo de *impeachment*, em torno da ideia de sua legitimidade e que este se justificaria pela crise que o país estava enfrentando na época. As acusações que deram causa ao *impeachment* de Dilma Rousseff foram consideradas, mais tarde, como ineptas pelo Tribunal Regional Federal da Primeira Região. O TRF-1 confirmou o arquivamento do processo de improbidade administrativa contra a ex-presidenta (PEDALADAS FISCAIS..., 2023).

Esses acontecimentos nos permitem reconhecer a presença dos pressupostos e bases dos fundamentos do pensamento democrático liberal clássico em grande parte das manifestações de Miguel Reale Júnior. A defesa dos direitos humanos e do constitucionalismo são fortes evidências dessa adesão teórica. Contudo, seguindo e construindo o pensamento que se tornaria majoritário no debate público, Miguel Reale Júnior deslocou-se para posições que o aproximaram de elementos autoritários, ultraneoliberais e conservadores.

No campo da democracia, não há demonstração de que tenha havido um deslocamento político de posições de centro, fundamentalmente liberais do ponto de vista da teoria política, para posições de extrema direita de forma ampla. Ou seja, não há um deslocamento de suas posições que possa ser considerado uma contribuição, de conjunto, à propagação das ideias de supressão das liberdades individuais e sociais fundamentais por meio da imposição de um único sistema de valores. Contudo, passou a colaborar com movimentos cujo objetivo questiona a democracia, entendida como um processo de progressivo envolvimento da sociedade na tomada de decisões e formulação de políticas, superando os conceitos que se restrinjam aos aspectos procedimentais apenas. Em uma manifestação para um sítio na *internet* que aborda temas de interesse da burguesia agroexportadora¹², Miguel Reale Júnior se contrapõe a uma iniciativa do Governo Dilma Roussef que criava a Política Nacional de Participação Social e o Sistema Nacional de Participação Social (BRASIL, 2014). Textualmente, diz Reale Júnior:

É uma democracia pior que a Venezuela, uma balbúrdia, um caldeirão. É mais grave do que os governos bolivarianos da América do Sul, porque esse decreto reconhece que movimentos não institucionalizados têm o poder de estabelecer metas e interferências na administração pública. Qualquer um pode criar um organismo para ter interferência. (PT ARMA O GOLPE..., 2014).

O jurista se refere ao fato de que o Decreto 8.243, em seu inciso I do artigo 2º, traz uma definição de sociedade civil que compreende "[...] os movimentos sociais institucionalizados ou não institucionalizados" (BRASIL, 2014). Nesse sentido, Reale Júnior se associa a um axioma clássico do reacionarismo, o anticomunismo, mais exatamente em sua versão sul-americana contemporânea, de estigmatização da política desenvolvida pelo campo de esquerda hegemônico há décadas na Venezuela, chamado de chavismo ou bolivarianismo. A matéria

¹² Nesse sítio podemos observar a veiculação de informações e abordagens nitidamente de caráter político de extrema direita, vinculado ao setor dos empresários rurais (PT ARMA O GOLPE..., 2014). Esse setor compôs um bloco no poder durante os anos de 2003 a 2014 (Governos Lula da Silva e Dilma Rousseff), se deslocando para o rompimento e a oposição a partir da crise de 2015 (BOITO JÚNIOR, 2018). Suas posições evoluem para conceitos radicalizados antipetistas e, até, antidemocráticos.

ainda informa que havia um movimento para desconstituir a política e o sistema de participação. Efetivamente, sua extinção veio a ocorrer em 2019, por iniciativa do governo de Jair Bolsonaro (BRASIL, 2019b).

Em que pese seu envolvimento efetivo com movimentos nitidamente relacionados à democracia, Reale Júnior demonstra concordar com um argumento que se opõe às dimensões mais substantivas, para além dos aspectos processualísticos da democracia. Ainda que, sob alguns aspectos, o pensamento liberal se limite a compreender a democracia a partir da existência de critérios institucionais e formais, é aceitável para o pensamento liberal clássico que a participação social seja um elemento essencial para caracterizar sua existência (DAHL, 2001).

No bojo do crescimento das manifestações em apoio à Operação Lava Jato e à prisão do então ex-presidente Lula da Silva, Reale Júnior se posicionou no mesmo sentido que o emergente campo reacionário, convergindo no sentido de que o tema da corrupção na atividade política fosse construído, na opinião pública, como um tema nevrálgico. Em matéria publica no *Portal SI*, em 04 de abril de 2018, Miguel Reale Júnior sintetiza a gravidade e centralidade que confere à pauta política que hegemonizou a direita conservadora e a extrema direita no período: “[...] é um momento crucial. O País conseguiu romper com o vetor da corrupção. O povo percebeu que precisa quebrar com o que vem sendo sofridamente realizado no Brasil” (MANIFESTAÇÕES..., 2018). No contexto em que se apresentam as manifestações de Reale Júnior, efetivamente constituem-se como um adensamento do conjunto de argumentos antidemocráticos, legitimando-os.

No campo das políticas econômicas, Reale Júnior igualmente transita para a defesa das reformas de caráter favorável ao mercado, tais como a reforma na legislação trabalhista, que flexibiliza o sistema de proteção dos trabalhadores, diminuindo o que o setor empresarial chama de custo do trabalho. No que diz respeito à reforma do sistema de previdência social, se manifestou favorável às mudanças que resultaram em diminuição dos benefícios e garantias do trabalhador no momento de sua aposentadoria (LEWGOY, 2017). Esse trânsito, pela potencialidade, características e profundidade das mudanças (mudanças as quais ele empenha seu apoio), é efetivamente intenso. Suas manifestações se dão no sentido de aproveitar o contexto favorável à aprovação e efetivação dessas reformas, em especial a ampliação do apoio na opinião pública. Esse ambiente permitiu a simbiose entre a pauta de reformas pró-mercado e a emergência da extrema direita.

No campo das políticas tradicionais conservadoras, não se verifica a ocorrência de manifestações pela defesa do aumento da repressão e coerção policial-militar ou apologia a

“guerra ao crime”, apologia e demonstrações de simpatia à tortura e à censura ou manifestações e apoio a opiniões eugenistas, contrárias a imigrantes e estrangeiros, manifestações de cunho racista e homofóbicas, ou negação de formas laicas e científicas de conhecimento e da modernidade. Reale Júnior se mantém no campo das ideias iluministas modernas no que diz respeito ao comportamento e valores. Não há deslocamento nesse campo.

Na figura 2, apresentada a seguir, é possível visualizar a síntese dos deslocamentos desse ator. Com um intenso deslocamento no que diz respeito às políticas econômicas pró-mercado e moderado. Já no que diz respeito às políticas de caráter autoritário e de extrema direita houve um deslocamento relevante e significativo.

Figura 2 – Intensidade dos deslocamentos de Miguel Reale Júnior



Fonte: Elaborado pelo autor.

Esse ator social assume um comportamento e um posicionamento público que, sem empreender um deslocamento total e radical, participa e colabora com o deslocamento que a centro-direita, o centro liberal e a direita tradicional fazem em direção às políticas, narrativas, táticas e lideranças da extrema direita. Efetivamente, suas manifestações e sua legitimidade intelectual colaboram com a emergência da extrema direita no Brasil.

6.1.2 Denis Rosenfield

O traço biográfico estruturante da carreira e da atuação pública de Denis Rosenfield é sua condição de professor titular da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, na qual ingressou em 1982 e da qual se aposentou em 2016. Rosenfield é doutor em Filosofia pela Université Paris 1. Segundo o Instituto Millenium (ROSENFELD, c2023), Rosenfield é articulista dos jornais *O Estado de S. Paulo* e *O Globo* e editor da revista *Filosofia Política*. É consultor de análise política para empresas, grupos financeiros, associações empresariais e partidos políticos e autor de importantes obras nas Ciências Humanas e Filosofia. Já o site Escavador (ROSENFELD, 2023), conhecido site que reúne informações biográficas e acadêmicas, informa que o professor Dênis Rosenfield tem experiência na área de Filosofia, atuando principalmente nos seguintes temas: democracia, política, coisa pública, público e ética.

Em seu trabalho sobre definição de democracia, Rosenfield (1984) demonstra seu otimismo sobre a modernidade liberal e demonstra tolerância com os paradigmas de negação institucional, sem se opor à ideia de ruptura como forma de transição de um regime para outro. Diz ele: “A revolução [se referindo à Revolução Francesa de 1789] é uma experiência de destruição da hierarquia social, política e religiosa vigentes e a sua substituição por uma sociedade baseada na igualdade dos cidadãos” (ROSENFELD, 1984, p. 18). Prossegue ele caracterizando a Revolução Francesa como uma transformação de um regime aristocrático para um regime de liberdade para todos. Mais adiante, entretanto, Rosenfield (1984) se distancia do axioma tipicamente liberal e afirma a existência de um sujeito classista, no caso, o operariado, portanto coletivo e não atomizado em indivíduos, na conquista do direito ao voto e na construção de um novo regime, este de liberdade. Uma premissa clássica da democracia.

Como elemento indispensável do conceito de democracia, Rosenfield (1984) considera que a inexistência de consulta popular nas políticas de Estado afeta a qualidade da democracia. Considera que, mesmo com a presença de instituições representativas, como o Poder Legislativo ou câmaras de representantes, as grandes políticas, notadamente as políticas econômicas, fiscais e monetárias, precisam passar pela auditagem e referendo da sociedade. Rosenfield desenvolve uma crítica ao conceito de autonomia do Banco Central, ou seja, da autoridade monetária, e de sua impermeabilização em relação ao processo político e democrático.

A política fiscal, econômica e financeira permanece, sob a forma de um poder esotérico e do controle de informações – como vemos quotidianamente num país como o nosso – fora dos processos democráticos de tomadas de decisões e é executada à margem do controle legislativo. (ROSENFELD, 1984, p. 28).

A democracia liberal, para Rosenfield (1984), está vinculada diretamente, por uma relação dependente da economia de mercado. A democracia surge a partir da modernidade, mais exatamente com a Revolução Industrial¹³, que estabeleceu novas relações sociais e econômicas, principalmente a partir do desenvolvimento da economia de mercado. A autorregulação do mercado acabou por criar as condições para a autonomia e liberdade do indivíduo, pondo por terra o antigo regime aristocrático. Em seu lugar, processualmente, erigiu-se um sistema de voto e a democracia liberal. Nesse sentido, gerou valores universais, ou seja, valores que se estendem formalmente a todos os indivíduos, agora transformados em livres e autônomos em relação à lei. Contudo, Rosenfield reconhece que, com a dinâmica concentracionista do mercado, a democracia restringiu-se aos aspectos procedimentais normativos, pois voltada a proteger a acumulação de riqueza em detrimento de melhores condições de vida à maioria. Ele avança sobre esse tema considerando que, quando os excluídos obtêm avanços de bem-estar social, o fazem por resultado das lutas sociais, possíveis em um ambiente democrático, mas que, paradoxalmente, as lutas não emergem em função dele. Um paradoxo que ele caracteriza como divórcio.

A fragilidade das instituições democráticas reside na necessidade de uma unidade entre a ação e a palavra que deve ser constantemente reposta. Todo o divórcio entre a ação e a palavra, ou ainda entre a “Constituição” e a “ação política”, conduz a uma situação onde a palavra torna-se surda, a “Constituição” supérflua e a ação violenta. (ROSENFELD, 1984, p. 61).

Sua ideia de que democracia se caracteriza, além de por seus procedimentos e garantias normativas, por um processo mobilizatório de conquistas substantivas e, inclusive, por processos revolucionários, sofre uma significativa reorientação. Em artigo ao jornal *O Globo* publicado pelo Instituto Millenium, Rosenfield (2014) faz uma vinculação direta entre reivindicação social e crime. Com esse paradigma, desenvolve a ideia de que processos

¹³ Eric J. Hobsbawn considera a Revolução Industrial gêmea da Revolução Francesa. Essa simultaneidade criou as condições para a construção da indústria capitalista moderna e da sociedade burguesa, o que consolidou e desenvolveu o capitalismo liberal burguês. A Revolução Industrial criou um modo de produção capaz de “[...] multiplicação rápida, constante e, até o presente, ilimitada, de homens, mercadorias e serviços” (HOBSBAWN, 2011, p. 59).

mobilizatórios afrontam a institucionalidade democrática, uma vez que podem afrontar as premissas do arranjo fiscal e da supremacia da propriedade, tornadas base da política monetária para a economia hegemonzada pelo neoliberalismo.

No Brasil, desenvolveu-se uma extrema complacência com a insegurança, física e jurídica, com os crimes em geral, ainda mais quando estes se apresentam com uma roupagem social. Crimes “sociais”, de certa maneira, não seriam crimes, mas atos de “resistência”, ou seja, lá que outra bobagem for. O problema maior com tal tipo de complacência reside em que as instituições são progressivamente enfraquecidas, como se elas tivessem de conviver com atos que as desestabilizam e a reduzem, muitas vezes, a um mero ato de encenação. Instituições que convivem com “movimentos sociais” e outros que as desrespeitam são instituições fadadas a serem coadjuvantes de um jogo que as ultrapassa. (ROSENFELD, 2014).

A partir de um determinado momento, que expressa um ponto de deslocamento, Rosenfield produziu uma separação política, que implica em um trânsito teórico, entre direitos sociais e democracia. Resume, nesse sentido, a democracia a duas ideias centrais: primeiro à ideia liberal clássica da supremacia do direito individual à propriedade; segundo, à ideia neoliberal de que a democracia somente pode existir em uma economia de mercado, mesmo que essa sociedade de mercado passe progressivamente a eliminá-lo em função do processo de concentração monopolista.

Em entrevista ao jornal *Valor Econômico*, Dênis Rosenfield define sua posição política e ideológica como liberal e, ao mesmo tempo, revela o que imagina que viria ser, do ponto de vista político, o governo do presidente Jair Bolsonaro. Diz ele: “Eu, como um liberal, acredito que seria (liberal). Mas terminaram fazendo um governo absolutamente corporativo. Inventaram uma reforma trabalhista que nem precisava e as privatizações foram pífiyas” (ROSENFELD, 2022). Não se observa um processo crítico em relação às condutas e narrativas desdemocratizantes de Jair Bolsonaro durante seu governo. Sua decepção com esse governo se dá no campo das políticas pró-mercado. Acredita Rosenfield que o grave erro de Bolsonaro foi o ter sido pouco, ou nada, liberal.

Em outro campo, o das políticas tradicionais conservadoras, Rosenfield investe em um deslocamento intenso, diferentemente do reconhecimento teórico que faz da ação política da sociedade como um paradigma da modernidade, relacionando a ação política de movimentos sociais com o crime e com políticas antidemocráticas (ROSENFELD, 1984). Identifica-se com um axioma clássico do conservadorismo, que busca criminalizar os movimentos sociais e associá-los à desordem, ruptura da lei e quebra de valores tradicionais. Um reposicionamento para o campo dos axiomas mais recorrentes do conservadorismo brasileiro, que funde o medo da mudança, anticomunismo e defesa intransigente da propriedade privada.

Tratamento diferente teve o MTST, que nada mais é do que o braço urbano do MST, cujo objetivo, declarado em todos os seus textos e manifestos, consiste na supressão da economia de mercado, do direito de propriedade e do próprio estado democrático de direito. Tem como finalidade subverter a democracia por meios democráticos, instaurando entre nós um Estado “bolivariano”, sendo Cuba e Venezuela os seus exemplos. Cartilhas para crianças, por exemplo, exibem fotos de Che Guevara em todas as suas páginas. (ROSENFELD, 2014).

Avança Rosenfield para uma narrativa que se identifica com um componente relevante na formação da opinião pública, que é o sentimento de medo e terror cultural, projetando uma sociedade determinada pela anomia, com invasões generalizadas de propriedades. Ele afirma que se pronuncia uma situação grave em decorrência da postura leniente do então governo da presidenta Dilma com a situação: “A situação é extremamente perigosa, pois ela nada mais é do que o prenúncio de novas invasões nas cidades brasileiras, que certamente se multiplicarão após a Copa e no próximo ano. As portas foram abertas a novas invasões, agora em áreas urbanas” (ROSENFELD, 2014).

Já em entrevista publicada no mesmo ano, Rosenfield (TAMBOSI, 2014) transitava para essa conduta de denúncia da esquerda, com base em assertivas que buscam predizer determinadas condutas negativas. Conjectura ele, especificamente sobre a caracterização que faz sobre o Grupo Hamas, se estariam setores da esquerda também caminhando para a *ignomínia* do terrorismo, em conjunto com setores da “mídia” e da diplomacia brasileira. Sua adesão à narrativa de rejeição ideológica à esquerda aparece novamente em entrevista publicada pela *Folha de São Paulo* dia 21 de outubro de 2018 (ALMEIDA, 2018). Nesse depoimento, publicado entre o primeiro turno, ocorrido em 07 de outubro, e o segundo, ocorrido em 28 de outubro, das eleições presidenciais, quando indagado se Jair Bolsonaro teria alguma característica ideológica ou política de extrema direita, Rosenfield não identifica nenhum axioma que o aproxime desse campo político. Afirma que “Ele [Bolsonaro] respeita todas as regras eleitorais, prega a liberdade de expressão, defende a independência dos Poderes. Cadê o fascismo?” (ALMEIDA, 2018). Bolsonaro, para Rosenfield, se enquadra em uma posição de conservadorismo tradicional, circunstanciado e delimitado por um sistema democrático, sólido em sua apreciação. Em sentido contrário, identifica no PT uma postura antidemocrática. As evidências seriam os elogios a ditadores e o vínculo com o MST, que seria um grupo paramilitar (ALMEIDA, 2018). A denúncia política da esquerda passou a ser uma constante em seus posicionamentos desse período.

As interpretações e opiniões de Denis Rosenfield sobre democracia, economia e política tornadas públicas indicam um sentido que colabora com a construção de um ambiente político

e de cultura política que favoreceu a emergência do reacionarismo e da extrema direita no Brasil. Partido de uma posição maximalista sobre a democracia (ROSENFELD, 1984), Rosenfield se desloca para uma visão neoliberal da democracia. Retira de seu conceito de democracia a ideia de mobilização e luta por direitos sociais e maximaliza os axiomas da propriedade privada e da economia de mercado como requisitos essenciais e suficientes para a caracterização da democracia.

No campo da cultura política, incorporou-se ao discurso conservador em vários aspectos e de extrema direita em outros, animando os espectros anticomunistas e desenvolvendo argumentos para a consolidação de pré-noções negativas sobre o campo de esquerda, notadamente sobre movimentos sociais e o Partido dos Trabalhadores. Enfim, no campo das políticas econômicas pró-mercado e políticas tradicionais conservadoras, desenvolveu um deslocamento intenso para posições reacionárias e conservadoras radicais e no sentido da extrema direita do espectro político. Já no campo das políticas de caráter autoritário e de extrema direita, fez um deslocamento parcial, de grau moderado. Essas informações estão representadas na Figura 3, que expressa um deslocamento intenso nas políticas econômicas pró-mercado e tradicionais conservadoras e um deslocamento que podemos classificar como moderado no que diz respeito às políticas de caráter autoritário e de extrema direita.

Figura 3 – Intensidade dos deslocamentos de Dênis Rosenfield



Fonte: Elaborado pelo autor.

Ainda que se posicionando entre deslocamentos moderados e, principalmente, intensos, este ator demonstrou um deslocamento relevante e, razoavelmente, homogêneo entre as

diferentes políticas analisadas. Efetivamente, seu comportamento expressa uma tipologia expressiva no que diz respeito ao deslocamento de posições de direita tradicional e de centro político para posições de extrema direita. A contribuição à emergência da extrema direita se dá através da naturalização e legitimação social das posições deste campo.

6.2 POLÍTICOS E DIRIGENTES PARTIDÁRIOS

Nesta seção, abordo o comportamento manifesto de dois atores relevantes que se enquadram na categoria de políticos e dirigentes partidários: Michel Temer e Sebastião Melo. Sua atuação se dá no campo da implementação direta de políticas que favoreceram o estabelecimento de condições necessárias para a emergência do pensamento reacionário e de extrema direita no Brasil. Portanto, em uma esfera de concretização material da realidade. O impacto de seu deslocamento se dá sob a forma de objetivação dos conceitos, axiomas e políticas que para tal emergência. Ou seja, este deslocamento se materializa de forma direta e explícita, a partir de atos e manifestações, em favor de posições a extrema direita e de caráter reacionário.

6.2.1 Michel Temer

Michel Temer (PMDB/MDB) foi eleito vice-presidente da República em chapa com Dilma Rousseff (PT), eleita presidenta da República nas eleições de 2010, e reeleito, pela mesma chapa, em 2014. Por três ocasiões venceu as eleições e exerceu a presidência da Câmara dos Deputados (1997-1999, 1999-2001 e 2009-2010). Foi eleito presidente do PMDB em 11 de setembro de 2001 e reeleito outras cinco vezes sucessivamente, exercendo a presidência de seu partido de 2004 a 2016, ininterruptamente. Michel Temer assumiu a Presidência da República em 31 de agosto de 2016, após o Senado Federal aprovar o processo de *impeachment* e afastar a presidenta Dilma Rousseff do cargo, ao que deve somar-se um período interino de 111 dias, anterior à decisão final do Senado Federal (BRASIL, 2016).

Essa breve síntese dos cargos públicos é suficiente para expressar e sustentar a importância, no contexto brasileiro, do protagonismo de Michel Temer. De nome completo Michel Miguel Elias Temer Lulia, Temer é paulista de Tietê (SP), nascido no dia 23 de setembro de 1940, filho de Miguel Elias Temer Lulia e de Marchi Barbar Lulia. Tornou-se bacharel em Direito pela Universidade de São Paulo (USP).

Foi nomeado, em 1983, procurador-geral do estado de São Paulo, no governo de Franco Montoro (1983-1987). Em 1984, foi nomeado secretário estadual de Segurança Pública. Em 16 de março de 1987, assumiu o mandato de Deputado Federal, pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Segundo o FGV CPDOC (TEMER, c2009), em suas votações como deputado constituinte:

[...] opôs-se à pena de morte, à limitação do direito de propriedade privada, à estabilidade no emprego, à remuneração 50% superior para o trabalho extra, à jornada semanal de 40 horas, ao turno ininterrupto de seis horas, à estatização do sistema financeiro, à limitação dos encargos da dívida externa e à desapropriação da propriedade produtiva. Votou a favor do rompimento de relações diplomáticas com países com política de discriminação racial, do mandato de segurança coletivo, da legalização do aborto, da unicidade sindical, da soberania popular, do presidencialismo, do mandato de cinco anos para o presidente José Sarney e da anistia aos micros e pequenos empresários. (TEMER, c2009).

A partir de 1994, elegeu-se sucessivamente à Câmara dos Deputados, tendo exercido sua presidência por três mandatos. Foi vice-presidente da República de 2011 a 2016, ano em que foi alçado à condição de Presidente da República, por decorrência do *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff (TEMER, 2020). Considerando sua trajetória e as reformas econômicas e políticas implementadas em sua curta e inesperada gestão, não tenho dúvida de seu peso político nos desdobramentos que o envolveram e sucederam.

Em depoimento a Denis Rosenfield (TEMER, 2020) realizado durante o segundo semestre de 2018, o ex-presidente Michel Temer faz um balanço de sua atuação na Presidência da República. Busca, ele próprio, construir uma síntese do que considera a sua contribuição política. Preocupa-se em afirmar uma imagem de uma liderança política comprometida com a estrutura institucional e a Constituição. Assume uma retórica também comprometida com as instituições democráticas. Fala em democracia plena, democracia participativa, sempre buscando referências estabelecidas no texto constitucional. O esforço por demonstrar apego às normas constitucionais fica evidente quando questionado sobre ter sido tratado como “golpista” ao assumir a Presidência em 2016, em decorrência do *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff. Temer considera que sua assunção esteve legitimada pela Constituição Federal, o que tonaria descabida tal caracterização.

Muitas vezes, quando se olha o texto Constitucional, dá-se uma interpretação dissonante daquilo que está no texto, seja com uma interpretação literal, seja com uma interpretação sistêmica. Cumpro sempre a Constituição com o ardor e a convicção de que assim que você fornece estabilidade às instituições e a sociedade. (TEMER, 2020, p. 75).

O ex-presidente segue um percurso político bastante paradigmático no período. A centro-direita, mesmo de caráter democrático, contribuiu para o adensamento das posições mais radicalizadas de direita. Líder de um partido de centro democrático, Michel Temer exerceu seu ativismo político e elegeu-se sucessivamente sempre se posicionando genericamente no campo da democracia. São constantes suas referências ao período da Assembleia Constituinte, ao líder do PMDB nesse período, Ulysses Guimarães, ou mesmo a defesa da manutenção da ordem da Constituição Federal de 1988. Em evento de 2018, convocado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) para registrar os 30 anos da promulgação da Constituição Federal, o então presidente, por força do *impeachment* da presidenta eleita, já naquele momento percebeu a virada na política brasileira. Diz ele, textualmente:

Quando a Corte Constitucional se reúne para fazer uma homenagem à Constituição de 1988, isto tem muito significado, diferentemente do que se apenas o Executivo ou o Legislativo fizessem essa homenagem, porque a palavra de referência, de amparo, de aval que a Corte Suprema dá é importantíssima neste momento histórico conturbado, em que muitos desejam uma nova ordem constitucional (PRESIDENTE MICHEL TEMER..., 2018).

Nesse mesmo pronunciamento, o então presidente fez referência às ideias básicas que, segundo a sua interpretação, sustentariam a Constituição Federal e a democracia no país, os direitos sociais e individuais, a liberdade de informação e imprensa, e o papel do STF na defesa do texto constitucional. Ideias básicas que caracterizariam uma posição de centro democrático no espectro político. A narrativa que busca legitimar sua posição no contexto, se mantém no momento de sustentar a constitucionalidade de sua ascensão ao cargo de presidente da República, refutando a tese do golpe institucional que o cercava, reafirmando mais uma vez sua opção pela ideia democrática.

Aliás, eu costumo dizer que o Poder não é nosso, eu tenho um poder que é um Poder constituído, ou seja, eu sou o Presidente da República porque o povo elegeu o Presidente e o vice, eu sou constituído pela vontade popular e pela Constituição, assim como os Deputados e os Senadores. O poder originário continua sendo o povo, que exerce a sua liberdade de escolha, decidindo-se por esta representação. E se o povo quer essa representação, não há outra solução, diz você. (TEMER, 2020, p. 23).

Michel Temer contribuiu à ascensão política da extrema direita não se contrapondo à democracia ou refutando seus aspectos normativos e institucionais, abertamente. Seu contributo se deu em dois campos que não são relacionados diretamente aos aspectos da ideologia ou dos valores e costumes sociais, tal e qual outros atores sociais de centro-direita. Foi o seu protagonismo no *impeachment* da presidenta Dilma, que ampliou o sentimento antipetista já

existente na sociedade brasileira, e sua política de implementação de reformas de sentido pró-mercado que somaram ao contexto que permitiu à extrema direita ampliar a sua influência política.

O governo presidido por Michel Temer foi decisivo para alterar determinados fundamentos normativos das relações econômicas que produziram um grande impacto na dinâmica financeira e econômica do país. As reformas constitucionais de iniciativa de Temer foram favoráveis às propostas do empresariado brasileiro, tais como políticas de abertura de mercado nos setores de óleo e gás (BOITO JÚNIOR, 2018). Ainda que a radicalização do caráter neoliberal do Estado brasileiro venha desde as reformas legais do governo de Fernando Collor, foi no período de Temer que elas ganharam força constitucional e legal. O Governo Temer tutelou as reformas liberalizantes e fiscais conservadoras em detrimento das dimensões social-protetivas consagradas na Constituição de 1988. Essa política ampliou a hegemonia neoliberal sobre a economia, política e o Estado brasileiros (SAAD FILHO; MORAIS, 2018).

Foram medidas caracterizáveis como pró-mercado, assentadas em políticas que intencionaram maior flexibilidade nas relações trabalhistas, ajustes fiscais para garantir compromissos financeiros e modificações na estrutura administrativa. Políticas que implicaram uma diminuição do comprometimento do orçamento da União com despesas previdenciárias e com gastos de pessoal, além de desregulamentar a atividade econômica, chamada pelo eufemismo de “melhor ambiente de negócios”, e diminuir o custo dos direitos sociais e trabalhistas para o mercado (BOITO JÚNIOR, 2018; TEIXEIRA et al., 2017). “Da própria Constituição, emerge a ideia da responsabilidade fiscal, tendo eu logo pensado: nós precisamos controlar os gastos públicos; pensei também, já com a equipe econômica formada, precisamos estabelecer o ‘teto dos gastos públicos’” (TEMER, 2020, p. 11).

Assim efetivamente o fez. A Emenda Constitucional 55/2016, estabelecendo o teto de gastos, aprovada em dezembro de 2016, determina que o governo federal, o Congresso Nacional, Ministério Público e Poder Judiciário ficam limitados a gastar em um ano o mesmo valor aplicado no ano anterior acrescido da correção pela inflação. A consequência é o congelamento dos investimentos em política social. Contudo, ficaram excluídos desse teto os gastos com a dívida pública, que continuaram a crescer (DOWBOR, 2017). Da mesma forma, a reforma da Consolidação das Leis do Trabalho, alterada em mais de 100 pontos, estabeleceu a prevalência de convenções e acordos coletivos sobre leis em diversos aspectos, a flexibilização da jornada e regime de trabalho, e alterou processos judiciais em desfavor dos trabalhadores. A consequência foi uma redução do custo do trabalho como estratégia para garantir a fluidez do mercado (TEIXEIRA et al., 2017).

Essas medidas foram interpretadas pelo próprio Temer como um ponto de contato com o programa e compromissos apresentados pelo então candidato de extrema direita à sua sucessão, eleito em 2018. Em sua entrevista a Denis Rosenfield, Temer demonstra otimismo em relação ao fato de os interlocutores do governo eleito de Bolsonaro indicarem a continuação de seu programa de reformas, sobretudo na área econômica. Diz o próprio Temer a respeito:

Eu espero, digamos assim, que o Governo Bolsonaro prossiga na linha reformista que nós adotamos. Veja que em dois anos e pouco nós fizemos muito em termos de mudanças em nosso país; e tudo indica pelas palavras dos membros da equipe que ele está montando, que haverá uma continuidade daquilo que nós fizemos. (TEMER, 2020, p. 191).

O processo de *impeachment* da presidenta Dilma foi um ponto de virada decisivo nesse processo de emergência do campo reacionário e da extrema direita, uma vez que abriu caminho à eleição à Presidência da República de Jair Bolsonaro, em 2018. O curto governo de Michel Temer (2016 a 2018) funcionou como uma transição de hegemonia política e de efetivação do novo bloco no poder, contribuindo para o fenômeno da emergência da extrema direita a partir da construção de uma narrativa de que a situação deixada pelo governo anterior era de grande crise, de um país desarrumado (TEMER, 2020).

O *impeachment* foi viabilizado a partir da virada de posição na maioria da Câmara de Deputados, antes articulada na base de sustentação do governo. A estratégia de legitimação política dessa movimentação foi baseada na caracterização dada aos governos sob a liderança de Lula e Dilma, dados como corruptos, responsáveis por “quebrar” as finanças públicas e empurrar o Brasil para uma crise econômica. Isso criou as condições suficientes para que o discurso conservador, antiesquerda – em sua versão antipetista – e populista da extrema direita aumentasse a sua aceitação entre os pequenos empresários, o agronegócio, o empresariado de grande porte, ainda que não tivesse conquistado amplo apoio entre a base da sociedade (SAAD FILHO; MORAES, 2018).

Especificamente, naquele contexto, o programa de reformas pró-mercado do Governo Temer concedeu à extrema direita uma conexão entre sua política reacionária e o campo neoliberal, tornando-se uma alternativa às frações da burguesia vinculadas e dependentes do capital rentista. O que significou a construção de uma superação da hegemonia da centro-direita sobre o campo conservador. Temer liderou a cooperação do centro, sob liderança do peemedebismo, com a extrema direita a partir da abertura de pontos de contato desta com a elite econômica. Por fim, esse centro peemedebista foi tragado pela ascensão da extrema direita. “O peemedebismo do governo Bolsonaro é o peemedebismo levado ao limite: aponta para nada

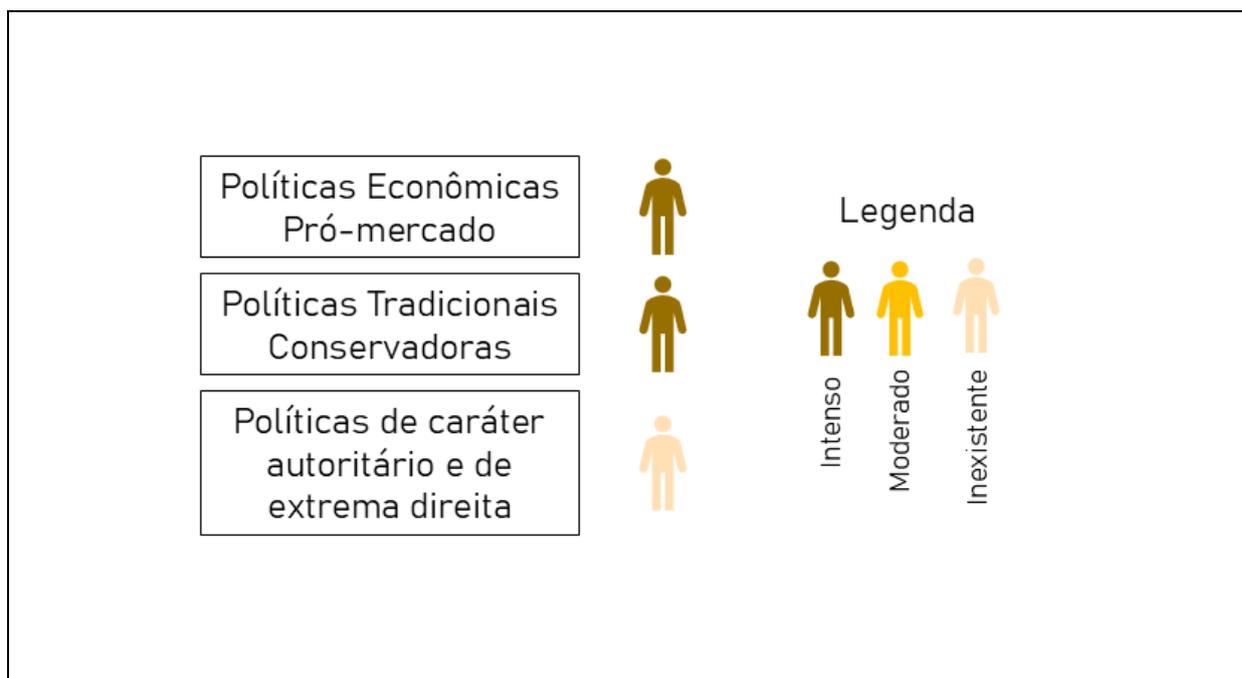
menos do que o fim do próprio conservadorismo democrático que o conceito de peemedebismo procurou circunscrever” (NOBRE, 2022, p. 189). Efetivamente, a composição do processo de *impeachment* juntamente às reformas de 2016, 2017 e 2018 foi decisiva para a construção das condições para a ascensão da extrema direita e dos valores reacionários no país. Temer demonstra sua adesão à candidatura de Jair Bolsonaro com objetividade.

Olha, o Bolsonaro, catalisa, digamos assim, uma parte da insurgência nacional, não é verdade? Eu acho que é isto que ele faz. Ele foi meu colega na Câmara dos Deputados, sempre manteve uma relação cordial comigo, sendo eu o Presidente da Câmara, uma relação cordialíssima. Não tenho nenhuma objeção à conduta pessoal e política dele e acho que ele, volto a dizer, catalisa a insatisfação nacional; as pessoas querem outro tipo de atividade administrativa, política, especialmente na área de segurança pública. (TEMER, 2020, p. 96).

As reformas constitucionais no sentido do controle fiscal e flexibilização da legislação trabalhista, as ações políticas extinguindo órgãos e descontinuando programas, como, por exemplo, nas áreas de direitos humanos, mulheres e LGBTQIA+, levadas a cabo por Michel Temer, na Presidência da República, contribuíram para a narrativa conservadora e reacionária, ainda que não tenha adotado nenhuma política que, formalmente, retirasse ou eliminasse, de maneira aberta, algum procedimento do sistema político democrático ou do sistema eleitoral.

A Figura 4, a seguir, representa o deslocamento político feito por Michel Temer. Em relação às políticas de caráter autoritário e de extrema direita suas manifestações são tímidas e moderadas, não questionando frontalmente o regime democrático. Contudo, seu deslocamento no que diz respeito às políticas econômicas pró-mercado e às políticas tradicionais conservadoras, são intensos.

Figura 4 – Intensidade dos deslocamentos de Michel Temer



Fonte: Elaborado pelo autor.

A capacidade reunida por Michel Temer desde sua posição de chefe de Governo e de Estado foram decisivos para o impacto de seu deslocamento em sentido às políticas reacionárias. A partir de manifestações políticas e medidas concretas de governo, em especial no que diz respeito às políticas pró-mercado e às políticas conservadoras, Temer produz um deslocamento de posições intenso, ainda que tenha mantido, retoricamente, suas posições tradicionais sobre democracia e autoritarismo, sem ter se declarado ao agido contrariamente à Constituição Federal no que diz respeito à democracia.

6.2.2 Sebastião Melo

Sebastião Melo é uma liderança política cuja trajetória também perpassa o período de crescimento das posições de direita reacionária no país. Sua atuação e escolhas são muito características de lideranças políticas que se deslocam política e ideologicamente do centro para a direita. Melo nasceu em Piracanjuba, estado de Goiás. Em 1978 mudou-se para Porto Alegre. Teve uma trajetória clássica de um jovem de baixa renda, com empregos de menor remuneração. Formou-se em Direito em 1988 pela Unisinos e passou a trabalhar como advogado e, em seguida, tornou-se conselheiro estadual da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), subseção do Rio Grande do Sul (SCHMITT, 2020; PREFEITO..., 2023).

Filiado ao MDB – tornado PMDB em 1981 e, novamente, renomeado como MDB em 2018 (APROVADA..., 2018) – desde 1978, ano de sua chegada a Porto Alegre. Sebastião Melo tem uma trajetória classicamente de oposição legal ao regime autoritário de 1964, tendo sido presidente do Diretório Municipal do PMDB – hoje MDB – em Porto Alegre na década de 1990. Foi candidato a vereador não eleito por algumas vezes, tendo sido eleito vereador, pela primeira vez, em 2000, com mandatos sucessivos até 2012, quando foi eleito vice-prefeito. Já em 2018, foi eleito deputado estadual no Rio Grande do Sul.

Sua trajetória política é principalmente vinculada à esfera da política na cidade de Porto Alegre. Essa trajetória o credenciou a concorrer à Prefeitura de Porto Alegre, e o fez em duas ocasiões. Na primeira, em 2016, chegou ao segundo turno, mas foi derrotado por Nelson Marchezan Júnior, do PSDB (MARCHEZAN..., 2016). Foi vitorioso na segunda tentativa, em 2020. Nessas eleições, Sebastião Melo foi eleito no segundo turno com 54,6% dos votos válidos, vencendo Manoela D'Ávila, candidata de uma coligação de partidos de esquerda, sendo ela própria filiada ao PCdoB (ELEIÇÕES 2020..., 2020).

Efetivamente, a condição de prefeito de capital ampliou a repercussão de suas manifestações e atitudes, tornado suas posições relevantes para o cenário político nacional. Melo firmou, em sua trajetória inicial, uma identidade com posições democráticas e de centro, seguindo a tradição das primeiras décadas do MDB/PMDB. Sebastião Melo é um ator da categoria de políticos e dirigentes partidários representativo deste trânsito de setores de centro e de centro-direita no sentido de posições de direita reacionária. Suas duas candidaturas¹⁴ à prefeito de Porto Alegre – a primeira, na qual foi derrotado, em 2016, e a segunda, na qual foi eleito, em 2020 – expressam com nitidez esse deslocamento.

No campo das políticas econômicas pró-mercado, Melo fez assertivas divergentes: no sentido político do centro para a direita e, em alguns casos, de posições de direita mais extrema. Em outubro de 2016, já como candidato em segundo turno, Melo afirmou sua contrariedade à privatização da empresa municipal de transporte público, a centenária Companhia Carris Porto-Alegrense. Como pode ser conhecido em matéria na imprensa de Porto Alegre (MENEGHETTI, 2016), Melo, no esforço de obter o apoio político dos eleitores do campo de centro para a esquerda, declarou que tinha "identidade de lutas" com a esquerda, pois vinha do

¹⁴ Houve uma terceira candidatura de Sebastião Melo, em 2024, na qual foi reeleito Prefeito de Porto Alegre. Os conteúdos expressos nessa eleição não são aqui referidos pois ficam fora do período de tempo analisado nesta pesquisa. Contudo, pode-se verificar que Sebastião Melo mantém abertamente este sentido de deslocamento político em sentido do centro para a extrema a direita.

"velho MDB", partido que fazia oposição à Ditadura Militar. Fez parte também de seu movimento político naquela eleição, o compromisso de obstaculizar o processo de privatização de empresas públicas ou serviços públicos municipais, como o Departamento Municipal de Água e Esgoto (DMAE), a Companhia de Processamento de Dados (Procempa), além da própria Companhia Carris Porto-Alegrense (Carris), de transporte coletivo.

Em 2021, já no exercício do governo municipal, Melo adotou uma posição abertamente alinhada às políticas pró-mercado, sancionando lei que autoriza a venda da Companhia Carris Porto-Alegrense. Naquela oportunidade, declarou que a desestatização seria decisiva para melhorar o serviço de transporte (BAZANI, 2021).

No campo das políticas tradicionais conservadoras, também é possível identificar o mesmo deslocamento. Em matérias veiculadas em jornais (GALHARDO, 2016), deu-se publicidade a um compromisso que Sebastião Melo assumiu com a candidata do PCdoB, Manuela D'Ávila, com o objetivo de obter seu apoio no segundo turno das eleições de 2016. Segundo o informado, o compromisso giraria em torno da rejeição do projeto *Escola sem Partido* (KICIS, 2019). Já na condição de prefeito, Sebastião Melo lançou mão de medidas parciais em convergência com elementos relevantes que estão na base política do movimento de defesa do projeto *Escola sem Partido*, tais como o ensino e as escolas cívico-militares e o veto à linguagem neutra nas escolas do município de Porto Alegre (VENAGLIA, 2020; MELLO VETA..., 2022). Uma aberta adesão a um ícone das políticas que dão identidade ao campo reacionário.

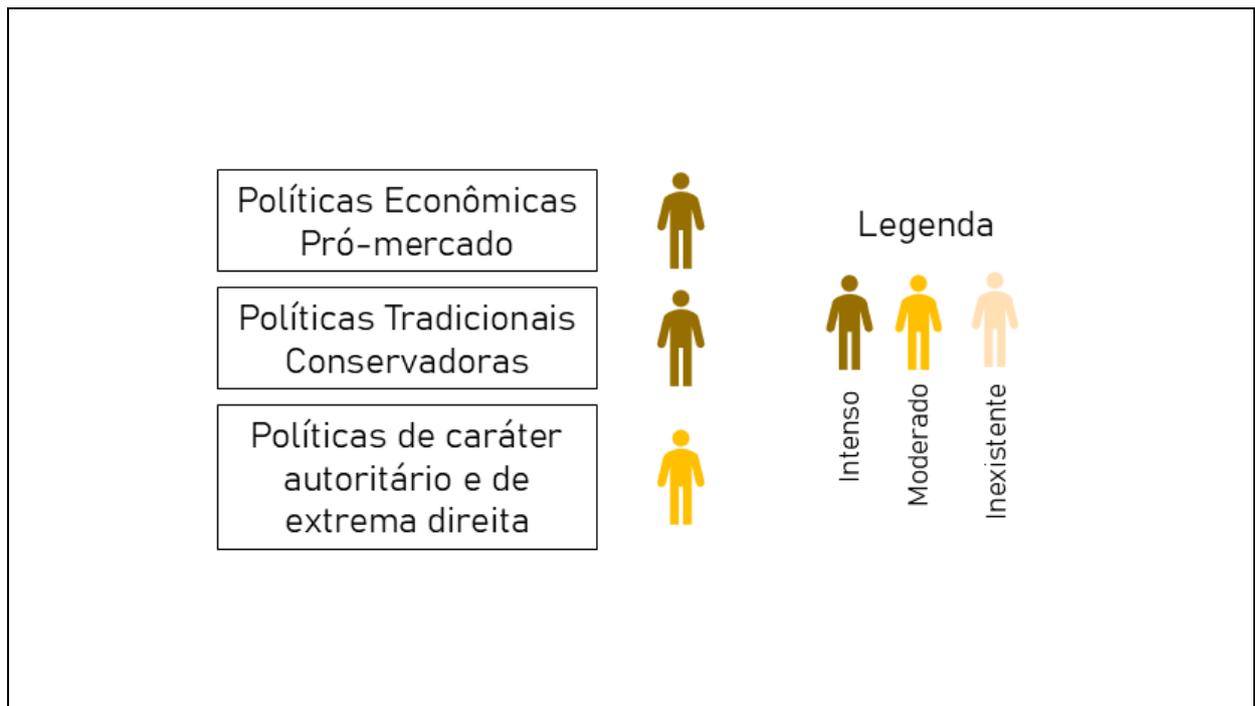
No campo das políticas democráticas, contudo, Sebastião Melo manteve o compromisso com o histórico processo de participação direta da sociedade na formação do orçamento do município. A manutenção desse processo de participação dos cidadãos na definição de obras e serviços, conhecido mundialmente como Orçamento Participativo de Porto Alegre (FEDOZZI, 1999), foi tema publicamente defendido por Sebastião Melo nas eleições de 2016. Durante sua campanha em 2020, esse não foi um tema central, não tendo destaque em suas manifestações durante o processo eleitoral. Independentemente de qualquer análise sobre a qualidade desse processo, Sebastião Melo efetivamente não alterou sua conduta pública sobre temas relacionadas à democracia.

Contudo, é representativo desse seu deslocamento o fato de, nas eleições estaduais e nacionais de 2022, ter declarado apoio aos candidatos da extrema direita, Jair Bolsonaro para presidente e Onyx Lorenzoni à governador. Esse posicionamento é tão mais contundente e expressivo quando se considera que seu partido havia indicado um candidato à vice-governador

na chapa PSDB/MDB nesta mesma eleição – chapa que se posicionou no centro democrático nessa disputa (MELO DECLARA..., 2022).

Na Figura 5, apresentada a seguir, é possível visualizar o deslocamento substantivo feito pelo ator: intenso no que diz respeito às políticas econômicas pró-mercado e tradicionais conservadoras e moderado nas políticas de caráter autoritário e de extrema direita.

Figura 5 – Intensidade dos deslocamentos de Sebastião Melo



Fonte: Elaborado pelo autor.

Sebastião Melo é um ator que tipifica o deslocamento do centro político e da direita tradicional para posições de extrema direita e reacionária. Em relação aos campos de políticas analisadas, realiza um deslocamento homogêneo em sentido convergente com posições de extrema direita se pronunciando e tomando medidas administrativas concretas em todos os campos de políticas.

6.3 A ALTA BUROCRACIA ESTATAL

Nesta seção, abordo o comportamento manifesto de dois atores relevantes que se enquadram na categoria de alta burocracia estatal: Sérgio Etchegoyen e Eduardo Villas Bôas. Generais de Exército, o mais alto cargo do Exército Brasileiro, sua atuação se dá no campo da imposição e força do papel do aparelho de Estado, de modo a favorecer o estabelecimento de

condições necessárias para a emergência do pensamento reacionário e de extrema direita no Brasil. O impacto de seu deslocamento se dá sob a forma de imposição dos conceitos, axiomas e políticas do reacionarismo; portanto, em uma esfera de garantia material das condições políticas para tal emergência. Contudo, a evolução desse deslocamento não se dá de uma posição de centro para a extrema direita, mas de posições de silêncio e discrição para posições enunciadas e manifestas que contribuíram para essa emergência.

6.3.1 Sérgio Etchegoyen

Filho, sobrinho e neto de generais do Exército Brasileiro, Sérgio Westphalen Etchegoyen (c2009) nasceu em Cruz Alta, Rio Grande do Sul, no dia 1º de fevereiro de 1952. Seu pai, Leo Guedes Etchegoyen, general de Exército, tornou-se personagem importante no regime autoritário e, décadas depois, na crise de relação entre militares e a Comissão Nacional da Verdade instituída pela presidenta Dilma Rousseff.

Sérgio Etchegoyen seguiu a carreira militar, tal e qual seus ancestrais, e, igualmente, atingiu o posto de general. Esteve envolvido nas relações políticas de governo, ocupando cargos na gestão do Ministério da Defesa. Ainda que em cargos relativos a temas militares e assuntos de defesa, as posições estratégicas e com autoridade decisória que ocupou nas Forças Armadas e no Ministério da Defesa o fez se envolver efetivamente no largo mundo das relações políticas. Foi assessor especial do ministro de Estado da Defesa e chefe do Núcleo de Implantação da Estratégia Nacional de Defesa de 2009 a 2011, cujo objetivo seria traçar as diretrizes para a defesa terrestre, aérea e marítima do país. Em dezembro de 2012, assumiu a chefia do Departamento-Geral do Pessoal. Ocupou cargos em missões internacionais e na gestão de projetos militares.

Em 2014, após a divulgação do relatório das conclusões da Comissão Nacional da Verdade (CNV), que investigou fatos ocorridos durante o regime autoritário, como referido anteriormente, Sérgio Etchegoyen foi o primeiro oficial de alta patente a se manifestar negativamente sobre o assunto (GENERAL CHAMA..., 2014). A justificativa dada por Etchegoyen para sua manifestação foi a inclusão do nome de seu pai, general Leo Guedes Etchegoyen, morto em 2003, na lista de 377 agentes do Estado considerados responsáveis por violações de direitos humanos durante a Ditadura Militar. Etchegoyen assinou uma nota em 11 de dezembro daquele ano, em conjunto com a sua família, repudiando o relatório e classificando o trabalho da comissão de "leviano" (VICTOR, 2022).

Diz a nota de repúdio ao trabalho da CNV publicada por Etchegoyen: “Ao investirem contra um cidadão já falecido, sem qualquer possibilidade de defesa, instituíram a covardia como norma e a perversidade como técnica acusatória” (VICTOR, 2022, p. 22). Uma imensa ironia em se tratando de um regime autoritário que, sabidamente, torturou e matou sem chances de defesa.

Esse movimento lhe conferiu relevante protagonismo político entre os militares envolvidos na defesa política do regime autoritário. A iniciativa da nota pública o alçou à condição de liderança política do pensamento militar e da defesa do legado do regime autoritário (COMISSÃO..., 2014).

É certo que o conjunto de oficiais-generais das três Forças Armadas se opunha à instalação de qualquer organismo ou comissão de trabalho que viesse a pôr na agenda do país as graves violações de direitos humanos cometidas no regime autoritário por agentes do Estado. Nesse sentido, a reação de Etchegoyen não foi exatamente uma surpresa. Contudo, a obstrução permanente aos trabalhos da Comissão Nacional da Verdade ou a outras iniciativas semelhantes sempre se deu através da pressão de altos quadros militares sobre quadros dos governos democráticos de forma reservada e sigilosa, ou através dos clubes militares formados por oficiais na reserva ou aposentados. O que chamou atenção nesse episódio é o fato de que não são comuns declarações públicas, fora da proteção do círculo de outros oficiais-generais, emitidas por oficiais na ativa, componentes do Comando-Geral.

A movimentação de bastidores do general Etchegoyen lhe permitiu ocupar cargos importantes na hierarquia do Alto-Comando do Exército durante o Governo Dilma Roussef e gestão de Jaques Wagner no Ministério da Defesa (MD). De diálogo em diálogo com autoridades do Ministério da Defesa e apadrinhado pelo general Villas Bôas e sob desconfiança de setores do governo, foi nomeado, em março de 2015, chefe do Estado Maior do Exército. Nesse período, consolidou uma colaboração intelectual e política com o general Villas Bôas, nomeado comandante do Exército em 5 de fevereiro de 2015 (VICTOR, 2022).

Essa habilidade de movimentar-se entre as esferas da política e da caserna, constituída nas esferas da alta administração militar aonde não se chega exclusivamente pelo posto, permitiu que ele transitasse com facilidade do alto escalão do Exército Brasileiro para postos relevantes no governo interino de Michel Temer (13 de maio a 30 de agosto de 2016). Nesse período de interinidade, o presidente Temer recriou o Gabinete de Segurança Institucional (GSI) e, em 12 de maio de 2016, nomeou o general Etchegoyen para o cargo de ministro-chefe desse gabinete. No GSI foi reimplantada a Agência Brasileira de Inteligência (Abin), reestruturando todo o setor de inteligência e lhe conferindo novos sentidos institucionais,

ampliando sua capacidade de ação e abrangência política. Foi esse o período de maior protagonismo público – relacionado diretamente ao maior cargo, sob o ponto de vista institucional – de Etchegoyen em sua trajetória. Sua gestão no GSI se estendeu até dezembro de 2018, fim do mandato de Temer na Presidência da República, tornado efetivo a partir de 31 de agosto de 2016.

Na condição de ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional durante o governo de Michel Temer (2016 a 2018), Etchegoyen foi peça chave nas decisões que acabaram por consumir e abrir o caminho para o ressurgimento dos militares na política brasileira. A retomada do nível equivalente de Ministério, conferido por Michel Temer ao GSI, fortaleceu a capacidade dos oficiais gerais de influenciar a política brasileira. Em conjunto com outros altos oficiais, em especial com Villas Bôas, comandante do Exército, os militares foram capazes de se constituir como um elemento de impugnação política em relação aos movimentos pela memória e da justiça em relação ao Regime Autoritários de 1964, da viabilização da candidatura do então ex-presidente Lula da Silva e de consolidação das posições dos militares na política. Essa geração de oficiais gerais da qual faz parte Etchegoyen e a qual liderou, rompeu a estratégia de silêncio e cautela que as Forças Armadas haviam consolidado desde o fim do regime autoritário, em 1985 (PINTO, 2021).

Junto com lideranças civis de recorte centrista, que possuíam larga trajetória na luta democrática contra o regime autoritário de 1964, tais como Raul Jungmann, ministro da Defesa, e Moreira Franco, secretário-geral da Presidência da República, Sérgio Etchegoyen foi protagonista na defesa da intervenção federal na segurança pública do estado do Rio de Janeiro em 16 de fevereiro de 2018 (BRASIL, 2018) e igualmente no convencimento do presidente Michel Temer a nomear, de forma inédita até então¹⁵, um militar para o cargo de ministro da Defesa. A ampliação do espaço político para os oficiais-gerais das Forças Armadas durante o Governo Michel Temer foi efetiva, e o general Sérgio Etchegoyen foi decisivo para essa nova situação (VICTOR, 2022).

Dois temas passaram a ser abordados publicamente pelo general Etchegoyen a partir de sua posição no debate público. A adesão ao projeto de privatização da Petrobrás e a defesa da Operação Lava Jato. Essas abordagens, no contexto em que se deram, o aproximaram do bloco político hegemônico pela extrema direita e pelo pensamento reacionário. Os argumentos

¹⁵ O Ministério da Defesa foi criado em junho de 1999, no segundo governo de Fernando Henrique Cardoso. O objetivo da criação do ministério seria a subordinação das Forças Armadas à Constituição Federal e ao poder civil. De junho de 1999 até fevereiro de 2018, foram 10 os ministros da Defesa; nenhum militar (BRASIL, 1999).

proferidos por Etchegoyen, um oficial-general do Alto Comando do Exército, deram a ideia de que a alta cúpula dos oficiais brasileiros efetivamente apoiava as teses fundamentais da emergência reacionária.

Segundo o que está publicado em matéria no portal do Instituto Humanitas Unisinos (SCHREIBER; FRANCO, 2018), Etchegoyen afirmou que “A preocupação com a soberania nacional é o começo do discurso que levou ao nosso déficit de infraestrutura. As privatizações não ameaçam a soberania nacional, e abordar a questão por esse ponto sempre acaba travando os projetos”.

No que diz respeito às políticas pró-mercado, Etchegoyen efetivamente passou a se posicionar em defesa de políticas tipicamente neoliberais, como privatizações e concessões de serviços públicos à iniciativa privada. Emoldurado nos conceitos gerais do Governo Michel Temer, de quem foi ministro, assumiu uma conduta de abandono de uma premissa clássica dos militares, que deveriam se manter na esfera da técnica, fora da política, a despeito da politização efetivamente exercida pelos militares na história da República (SILVA, 2023; CARVALHO, 2019).

Outro tema que passou a ser constante na agenda do general Sérgio Etchegoyen, conforme já mencionado, foi a Operação Lava Jato. Etchegoyen publicou, no dia 25 de maio de 2021, artigo em que criticava decisões do Supremo Tribunal Federal, que, a partir daquele ponto, inflexionava no sentido da deslegitimação dos resultados da operação. Segundo ele,

[...] mais uma vez o STF sacode o Brasil com decisões que aprofundam a insegurança jurídica, criam vácuos legais que nenhum daqueles magistrados vai resolver, desestabilizam o universo político e obrigam o país a retroceder muitos passos no penoso esforço pela moralidade. (ETCHEGOYEN, 2021).

Nesse artigo, Etchegoyen se posiciona claramente no espectro das principais assertivas de extrema direita no país, pautando a corrupção como o grande tema para o país e a vinculado organicamente à esquerda brasileira. Afirma Etchegoyen (2021): “[...] a sentença do tribunal das urnas não permite recurso e chicanas, ainda, e é lá que essa porção organicamente corrupta da esquerda deve ser enxotada definitivamente da política [...]”.

O general-ministro Etchegoyen adere manifestamente à defesa de uma situação que combinava a interrupção de um mandato presidencial eleito com uma operação judicial que, em todo o seu desenrolar, suscitou dúvidas quanto à sua subscrição aos aspectos eminentemente técnicos, constitucionais e legais do devido processo legal (KERCHE; MARONA, 2022; PRONER; RICOBOM, 2017; RODRIGUES, 2020). Essa adesão demonstra que, no campo das

políticas de caráter autoritário, Etchegoyen também contribuiu para a construção de condições suficientes para a emergência do pensamento reacionário no país.

Em relação às posições abertamente democráticas, de rejeição à violação de direitos humanos e respeitadoras do devido processo legal, Etchegoyen, como a grande maioria do generalato, adota a premissa clássica do “grande mudo”, a instituição que permanece calada em relação às questões da ordem política. Já em relação à rejeição a políticas democráticas, a rejeição ao campo de esquerda, conhecido como anticomunismo e antipetismo, e à mobilização social, esses mesmos altos oficiais, no geral, e Etchegoyen, em particular, adotam a conduta do “Exército falante” (CARVALHO, 2019).

São efetivamente inexistentes as demonstrações públicas de vinculação política ou mesmo ideológica do general Sérgio Etchegoyen às ideias progressistas, constitucionalistas ou mesmo democráticas. Sequer se encontrou referências públicas a algum grau de revisão ou distanciamento das versões hegemônicas circulantes nas Forças Armadas brasileiras, mais exatamente no Exército, sobre o golpe militar de 1964, ou sobre o regime autoritário que o seguiu. Ou, ainda, sobre as ocorrências de tortura e assassinatos, ou agressões aos direitos humanos de pessoas custodiadas pelos órgãos de repressão do Estado brasileiro. O axioma retórico do grande mudo se materializa apenas quando se trata de defender a democracia.

A versão das Forças Armadas está baseada na afirmação de que o golpe de março de 1964 foi uma reação a uma iminente subversão comunista, e que teria sido legitimada pelo clamor popular em defesa dos valores nacionais. O Exército sustenta que não há evidências ou comprovações de que tenham ocorrido mortes em dependências militares, “[...] tendo em vista que os registros operacionais e da atividade de inteligência da época foram destruídos em virtude de determinação legal” – tal declaração foi feita pelo Serviço de Comunicação Social do Exército em 17 de outubro de 2008 (D’ARAÚJO, 2010, p. 137). Mais adiante, essa nota acabou por ser retificada, mas a interpretação já havia sido externada.

A posição de Etchegoyen segue o mesmo padrão da maioria dos oficiais gerais sob um regime democrático, marcada pela discricção ou o silêncio. Uma espécie de postura absenteísta em relação à política, característica principal da postura desse setor desde o fim do regime autoritário e posse do governo de transição de José Sarney, em 1985, até a crise política de 2016. Isso levou Maria Celina D’Araújo (2010, p. 173) a concluir que “[...] os militares defendem interesses da corporação, querem tratamento diferenciado nas políticas sociais e salariais e silêncio sobre o passado, mas não explicitam projetos de poder”.

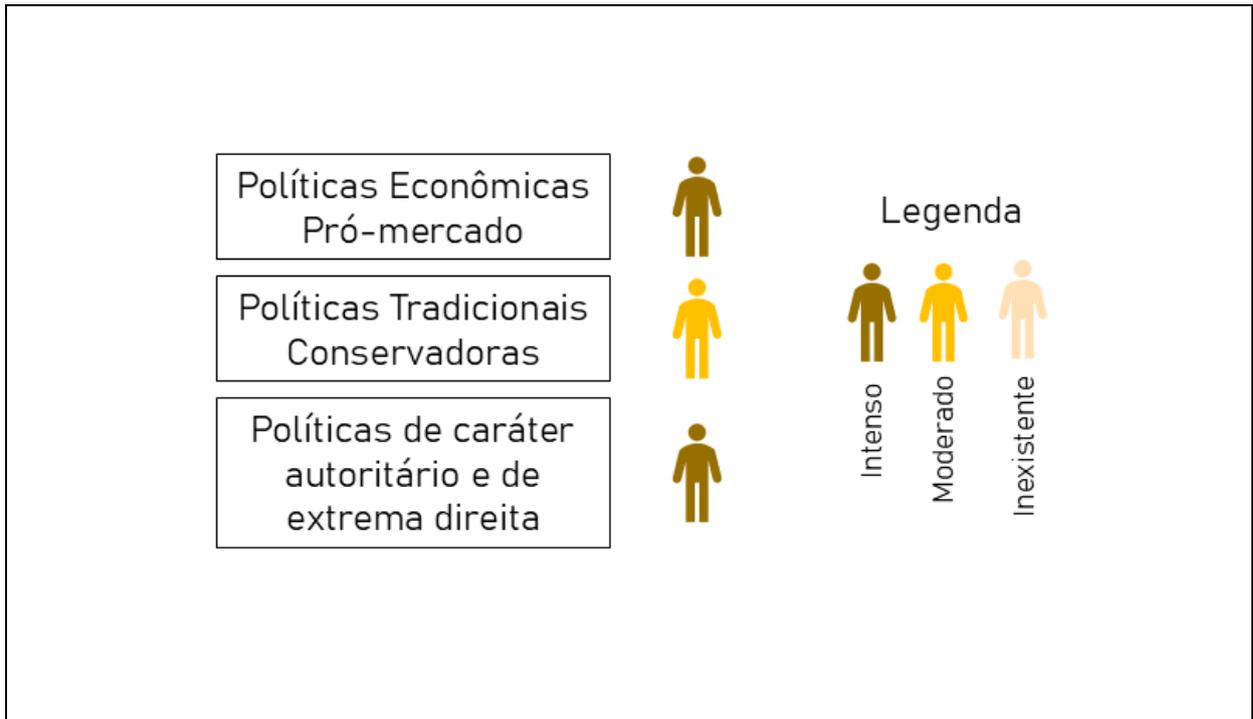
Tudo mudou a partir de 2016, e Etchegoyen, seguindo a força dos tempos, mudou junto. Assim como outros militares, restabeleceu certa normalidade prática, anterior a 1964, de

participar, opinar e interferir na política brasileira. Nesse período, multiplicaram-se as manifestações de oficiais generais, notadamente do Exército Brasileiro, sobre a política e as relações com o governo. Muitos desses oficiais, em postos de comando designados pela Presidência da República, como Eduardo Villas Bôas, comandante do Exército, e Hamilton Mourão, comandante militar do Sul, passaram a expressar projetos de poder de forte impacto autoritário e conservador, em convergência com a ascensão da direita reacionária no país. Para além de uma simples convergência, as posições novamente ativas da cúpula militar – defendendo a imagem da Ditadura Militar e do regime burocrático autoritário (DREIFUSS, 1981), aderindo a um programa econômico neoliberal de políticas pró-mercado, com adesão ao discurso lavatista de combate à corrupção e confrontando abertamente a esquerda – legitimaram e fortaleceram a emergência da extrema direita reacionária. O papel de Etchegoyen e dos demais comandantes militares se tornou decisivo para a consolidação de uma maioria na opinião pública.

Acerca de temas relacionados ao campo das políticas tradicionais conservadoras, o general Etchegoyen expressa uma visão de mundo conservadora, em defesa da tradição da visão militar, tendo sido citado por Villas Bôas (CASTRO, 2021) como um amigo com quem compartilha visões de mundo tradicionalistas e conservadoras. No campo das políticas autoritárias e neoliberais, o general Etchegoyen efetivamente realizou um deslocamento político no sentido do campo reacionário e de extrema direita.

Na Figura 6 podemos visualizar que o deslocamento deste ator é intenso e com grau relevante de homogeneidade. Nos campos das políticas econômicas pró-mercado e de caráter autoritário e de extrema direita é marcadamente aberto e intenso, e moderado em suas manifestações no que se enquadra como políticas tradicionais conservadoras.

Figura 6 – Intensidade dos deslocamentos de Sérgio Etchegoyen



Fonte: Elaborado pelo autor.

Esse deslocamento, contudo, é distinto do padrão de intelectuais e políticos. Enquanto estes, por força de sua posição social e no tabuleiro institucional, expressam o deslocamento por posições manifestas, Etchegoyen o faz através de um sistema de manifestação-ocultação, onde conforme as circunstâncias os militares expressam ou silenciam acerca de suas posições políticas. Ou seja, este ator realiza um descolamento de uma posição oculta, na qual em momento algum expressa a defesa da democracia ou de posições progressistas, para a manifestação expressa em favor de posições reacionárias, principalmente nos aspectos da ideia autoritária das Forças Armadas com guardiãs da lei, como no derradeiro movimento de contestação do relatório da Comissão da Verdade (GENERAL CHAMA..., 2014).

6.3.2 Eduardo Villas Bôas

Eduardo Dias da Costa Villas Bôas nasceu em Cruz Alta, no Rio Grande do Sul, em 1951. Ingressou na Escola Preparatória de Cadetes do Exército em 1967. Chegou à condição de oficial-general em 2003, assumindo o posto de general de brigada, de general de divisão, em 2008, e, em 2011, chegou ao posto máximo da carreira de general do Exército. A partir dessa posição hierarquia, a mais alta do Exército Brasileiro, ocupou postos estratégicos nas relações políticas e militares, tais como comandante militar da Amazônia, de 2011 a 2014, e,

s sucessivamente, de Operações Terrestres, de 2014 a 2015, e de comandante do Exército Brasileiro, entre 2015 e 2019.

Sua chegada ao cargo de comandante do Exército, como que a encenar outros fatos relevantes ocorridos na história sul-americana, se deu por ato da presidenta Dilma Rousseff (DILMA..., 2015a, 2015b). Nesse cargo se manteve até 11 de janeiro de 2019, data a partir da qual assumiu a assessoria do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, no governo de Jair Bolsonaro. Exonerou-se desse posto, a pedido, em junho de 2022 (CRAVO; GULLINO, 2022). Nessa altura dos acontecimentos, Villas Bôas já estava avançadamente afetado por uma doença degenerativa diagnosticada como esclerose lateral amiotrófica (IGVB, c2024), o que lhe retirou grande parte das capacidades para se manter na atividade, ainda que já sendo oficial da reserva.

Na entrevista que o general Eduardo Villas Bôas concedeu à Celso Castro (2021), cujo expressivo subtítulo é “conversa com o Comandante”, manifesta – não em um único ponto, mas ao longo de todo o depoimento – uma visão de mundo estruturada pela ideologia e pelos valores predominantes nas Forças Armadas, demonstrando os contingenciamentos produzidos pelos valores e dimensões culturais e sociológicos que cercam a vida militar, em decorrência do próprio modelo institucional que as formata. Filho de militares, inserido na dinâmica militar a partir da infância em função de seu pai, desde os quinze anos de idade Villas Bôas se inseriu no mundo militar a partir do ingresso no sistema de ensino do Exército, de onde saiu oficial de infantaria em 1973, quando concluiu a AMAN – Academia Militar das Agulhas Negras.

Ao longo da entrevista, Villas Bôas reflete a dimensão totalizante que assumem as Forças Armadas. A transcendentalidade de sua missão, a família e a esposa como acessórios e complementação de suas obrigações, a inviolabilidade do compromisso corporativo firmado entre oficiais, transformam o mundo militar em um mundo completo, absoluto, onde camaradas enfrentam o mundo e suas mazelas unidos e solidários. “A academia é uma forja de amigos. Amigos para a vida inteira. Amigos que nossos filhos chamam de tios”, afirma Villas Bôas (CASTRO, 2021, p. 39). A visão de mundo é comum, e, em comum, há a luta anticomunista, a defesa da “revolução de 1964”, a principalidade da ideia de pátria, a superioridade ética, a proteção de seus colegas, em especial oficiais, uma visão de família, de homem e de mulher, e, de modo determinante, o distanciamento do mundo civil, que seria o mundo dos interesses e não dos ideais.

São essas abnegadas que, seguindo os maridos, são encontradas onde houver uma unidade do Exército, desde as grandes cidades até os pelotões especiais de fronteira, movidas tão somente pelo dom de servir, pela dedicação à família e pelo amor ao país.

Também o General Etchegoyen lindamente se expressou sobre elas, em uma alocução em homenagem aos generais recém-promovidos: esposas: quantas vezes forma flagradas vibrando em nossas simples, mas solenes formaturas, cantando nossas canções, bradando nossas saudações, incorporando por amor o entusiasmo típico dos soldados por vocação. Quanto conforto e solidariedade distribuíram, secundando-os em seus deveres de chefes, como verdadeiros anjos que, com doce coragem e suave determinação, dão vida ao que chamamos de família militar. (CASTRO, 2021, p. 62-63).

O Exército é idealizado como um condensador de virtudes morais, éticas e ideológicas basilares para um ideal de sociedade. Isso molda sua trajetória e condiciona e hierarquiza suas atitudes quando, na condição de comandante do Exército, Eduardo Villas Bôas atravessou alguns dos episódios mais relevantes do último período da política brasileira. Esteve no posto de comandante nos meses finais do mandato da presidenta Dilma Rousseff, no período em que durou o processo de sua deposição, e durante os dois anos de governo de Michel Temer. Desse posto, acompanhou e vivenciou ativamente o processo de julgamento e prisão do então ex-presidente Lula da Silva e, igualmente, as eleições de 2018.

Dessa visão de mundo e de seus posicionamentos, o general busca a legitimidade de sua atuação. Inclusive em momentos críticos e densos, como o episódio dos tuítes que publicou em 03 de abril de 2018, véspera do julgamento, pelo Supremo Tribunal Federal, do pedido de *habeas corpus*¹⁶ solicitado pela defesa do então ex-presidente Lula da Silva. O que significou a primeira intervenção política, aberta e incontroversa, de impacto das Forças Armadas desde o fim do regime autoritário de 1964. Rompendo com a narrativa do “grande mudo”, esse ato direto materializou nada mais nada menos do que o reingresso dos militares no campo da política (CASTRO, 2021; VICTOR, 2022).

Em sua trajetória, notadamente de oficial-general, quando, por força da legitimidade e capacidades de seu posto e cargos, pôde estabelecer relações políticas e institucionais externas às relações militares, Villas Bôas buscou construir uma imagem de defensor da ordem e das tradições das Forças Armadas e do Exército Brasileiro. Em especial, Villas Bôas se preocupou em estabelecer a imagem de militar neutro, técnico, preocupado com as instituições. Há referências de que Villas Bôas tenha sido considerado por políticos e acadêmicos como um militar equilibrado e até democrata (VICTOR, 2022). Especialmente durante o período das

¹⁶ *Habeas Corpus* é uma ação existente na experiência jurídica brasileira para proteção da liberdade de locomoção dos indivíduos, isto é, serve para fazer parar ou prevenir qualquer restrição ilegal ao direito de ir e vir livremente: na prática, é usado para soltura de pessoas presas ilegalmente ou para prevenir uma possível prisão ilegal (ARAÚJO, 2017).

eleições de 2018, suas declarações foram interpretadas como uma tentativa de preservar a ordem e o funcionamento das instituições democráticas. Sua postura pública, portanto, parece ser mais voltada para uma defesa retórica da ordem e da segurança, o que pode incluir intervenções pontuais para proteger essas instituições.

Em entrevista a Celso Castro (2021), ao falar sobre sua trajetória pessoal, militar e sua percepção sobre a política, o general Villas Bôas faz várias referências ao papel das Forças Armadas no contexto político do Brasil, especialmente em relação ao período da Ditadura Militar. Ele adota uma visão de que a intervenção militar de 1964 foi uma resposta a uma ameaça percebida à ordem e à estabilidade institucional, alinhada à narrativa tradicional de muitos militares brasileiros (CASTRO, 2021).

Villas Bôas desenvolveu um acervo de argumentação no sentido de posicionar-se como um líder militar equilibrado. Demonstra uma visão institucionalista, defendendo a “coesão da Força” e exaltando a estabilidade proporcionada pelo Exército em momentos de crise política, como no *impeachment* de Dilma Rousseff. Na sua visão, defende o papel do Exército como guardião da ordem pública. Essa estabilidade se dá, por certo, dentro dos limites de uma ordem hegemônica, voltada à proteção dos interesses da classe dominante, sem questionar a natureza dessa ordem ou mesmo convicto de sua imperiosidade.

O desenvolvimento narrativo sobre a ausência de interferência política das Forças Armadas durante os governos pós-redemocratização, assim como a crítica à intenção do PT de modificar os currículos militares, sugere uma defesa de uma concepção de Estado que preserva as Forças Armadas como um poder interveniente na política, moderador no jargão constitucional. Uma Força Armada para garantir os interesses das elites, portanto. A confiança nas Forças Armadas como instituição, e o distanciamento de qualquer agenda reformista ou de mudanças estruturais nas instituições militares, podem ser interpretados como um posicionamento que preserva o *status quo*¹⁷ e limita as possibilidades de transformação social profunda.

A própria forma como o general Villas Bôas aborda certos temas reflete um compromisso com a manutenção de uma ordem política que serve à perpetuação do poder da burguesia e das elites. A neutralidade do Exército durante o processo de *impeachment* de Dilma Rousseff, por exemplo, é apresentada como uma defesa da legalidade constitucional. Esse esforço de manter protagonismo se transfere das funções ativas da carreira militar e de sua

¹⁷ “Estado atual de algo ou estado anterior a uma alteração” (STATUS QUO, c2025).

atuação nos governos de Michel Temer e Jair Bolsonaro para uma *think tank*¹⁸ cujo sentido era de organizar seu campo de influência através da manutenção de debates acerca de um projeto de políticas.

O Instituto General Villas Bôas (IGVB) foi inspirado pelo desejo de se lançar um olhar sobre a história do Brasil e do seu povo, buscando caminhos que contribuam para o nosso crescimento como Nação e para o alcance das aspirações mais profundas e mais caras ao País. “*Após intensas reflexões, decorrentes da minha vivência pessoal e profissional, decidi retribuir, por meio do IGVB, todo o conhecimento e acesso que tive a oportunidade de adquirir em todos esses anos*”, registra o General Villas Bôas. (IGVB, c2024).

No campo das políticas econômicas pró-mercado, não há menção relevante direta de Villas Bôas. Esse não é, entre suas opções em relação à agenda de intervenções, um tema tornado prioritário. Contudo, há movimentos diretos de aproximação e relação orgânica com setores empresariais, nos quais tornou pública sua orientação favorável às medidas de caráter liberalizantes e flexibilizadoras na economia. Em nenhum desses movimentos de aproximação há qualquer crítica às políticas pró-mercado, tais como juros altos, privatizações, contenção fiscal e outras. Mesmo quando sua ação tem por foco a defesa da Ditadura Militar de 64, não há qualquer referência a polêmicas acerca da estratégia desenvolvimentista do regime autoritário e das políticas neoliberais dos governos do regime democrático. Essa aproximação se dá na base da garantia das condições necessárias para o desenvolvimento das reformas flexibilizantes.

Villas Bôas recebeu, em 2018, a Medalha da Ordem do Mérito Industrial da Confederação Nacional da Indústria (CNI) como “[...] reconhecimento da indústria a brasileiros ilustres, que tenham contribuído para o fortalecimento do setor e para o desenvolvimento do país” (COMANDANTE..., 2018). A indicação para a honraria partiu da Federação das Indústrias do Estado do Amazonas, entidade empresarial da qual Villas Bôas se aproximou quando esteve à frente do Comando Militar da Amazônia. A manifestação do presidente da CNI, Robson Braga de Andrade, a respeito de Villas Bôas expressou a função institucional que, ao entender do empresariado, deve cumprir o Exército Brasileiro. Essa declaração converge com a imagem que Villas Bôas trabalhou para projetar.

¹⁸ “*Think tanks* podem ser geralmente definidos como organizações de análise e engajamento de políticas públicas que geram pesquisa orientada para políticas, análise e aconselhamento sobre questões nacionais e internacionais estruturadas em órgãos permanentes e não como comissões *ad hoc*” (SCHMIDT; MELLO, 2021).

Cada um ao seu modo – e muitas vezes da mesma forma –, indústria e Exército trabalham pelo país e pela sociedade: a indústria gerando riqueza, empregos e bem-estar para a população; o Exército garantindo paz, segurança e tranquilidade, ao cumprir seu papel constitucional. A indústria aproveitando o ambiente de paz para produzir cada vez mais e melhor. O Exército assegurando a unidade nacional [...]. (COMANDANTE..., 2018).

A ordem, a estabilidade, a garantia – por dissuasão e força – das relações econômicas é o ponto de contato entre esses atores políticos. Em um período de grande crise e alteração das relações de governo, ordem, estabilidade e garantias eram, antes de mais nada, a defesa das reformas de caráter pró-mercado que estavam em curso e tinham grande potencial crítico. Nesse período, Villas Bôas consolidou uma imagem de líder militar habilidoso e equilibrado, o que contribuiu para sua indicação para comandante do Exército pelo ministro da Defesa Jaques Wagner, o que foi aceito pela presidenta Dilma Roussef em 2015. Villas Bôas era o mais novo general dentre os três que compunham a lista confeccionada pelo Alto-Comando do Exército. Decisão política legal, mas incomum (VICTOR, 2022).

Em sua entrevista à Castro (2021), o general faz referências ao contexto da Guerra Fria e à Intentona Comunista de 1935¹⁹, mostrando como esses eventos influenciaram a mentalidade dos militares de sua geração. Ele também menciona o apoio da União Soviética, China e Cuba a movimentos armados insurrecionais na América Latina. Essas assertivas reforçam a percepção conservadora de que o comunismo representava uma ameaça geopolítica e interna ao Brasil, elemento que compõe o ideário no qual se insere o pensamento militar brasileiro dominante (CASTRO, 2021).

Adicionalmente, ele expressa uma dogmática clássica das Forças Armadas: o tratamento dos casos de insurgências e contraposição de opinião como casos de quebra da hierarquia ou insubordinação. Relata casos que, em sua opinião, seriam classificáveis como subversão dentro das Forças Armadas, como a infiltração de sargentos pela esquerda, o que resultou em perda de coesão e disciplina. Villas Bôas vê o comunismo como uma ameaça à ordem militar e institucional, o que está em linha com a tradição anticomunista das Forças Armadas brasileiras, doutrina especialmente consolidada e que se tornou efetivamente hegemônica no pensamento do oficialato e na tropa a partir do regime militar. Sua visão do comunismo como um fator desestabilizador e perigoso é evidente. Villas Bôas atualizou o dogma militar da salvação da

¹⁹ Sobre a Intentona Comunista, consultar SODRÉ, Nelson Werneck. *A intentona comunista de 1935*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986.

pátria do comunismo defendendo seus valores cristãos e ocidentais – diga-se da economia de mercado. Essa atualização se fez através da transformação do patriotismo e do combate à corrupção como valores supremos do mundo não comunista.

Excelentíssimo senhor presidente Bolsonaro e senhora Michelle. Festejamos suas presenças, assim como a nação brasileira festeja os sentimentos coletivos que se desencadearam a partir de sua eleição e assunção do cargo. O senhor traz a necessária renovação e a liberação das amarras ideológicas que sequestraram o livre pensar, embotaram o discernimento e induziram a um pensamento único, nefasto [...]. (GEN. EX. VILLAS BÔAS..., 2019).

Villas Bôas também menciona a abertura política durante o Governo Geisel e a anistia, reconhecendo que esse foi um processo difícil dentro das Forças Armadas, que exigiu “energia, determinação, autoridade e habilidade” para manter sua coesão. Ele expressa certa desconfiança em relação à anistia, uma vez que antigos membros da luta armada estavam sendo beneficiados, mas não se opõe à ideia de que o processo de abertura e a anistia eram parte de um projeto de governo.

Além disso, o ressentimento expresso em relação à Comissão da Verdade – que investigava os crimes cometidos pela Ditadura Militar – e o sentimento de traição apontam para uma defesa tácita do legado das Forças Armadas durante a Ditadura. Isso demonstra uma relutância em questionar o papel repressivo que o Exército desempenhou historicamente na proteção do capitalismo no Brasil, o que é, por si só, antidemocrático no sentido mais amplo, já que reprime a organização e emancipação da classe trabalhadora.

Villas Bôas caracteriza os trabalhos da Comissão da Verdade como de “viés revanchista” e diz que sua atuação foi tendenciosa ao não incluir um exame completo do período histórico, limitando-se aos crimes cometidos pelos agentes do Estado. Essa crítica pode ser vista como uma tentativa de negar ou minimizar a responsabilidade das Forças Armadas pelos abusos cometidos durante a Ditadura Militar, o que, por vez, pode ser interpretado como uma postura antidemocrática ao resistir a uma avaliação crítica dos períodos autoritários do país. O conceito de “revanchismo ao contrário” utilizado pelo general reflete a percepção de que as medidas de justiça histórica, como a Comissão da Verdade e outras ações reparadoras, são injustas e seletivas. Para ele, isso pode ser visto como uma maneira de deslegitimar e enfraquecer os esforços de verdade e justiça, que são essenciais para uma verdadeira democracia (CASTRO, 2021, p. 157-158). “A decisão tomada por Dilma de, a partir da Comissão Nacional da Verdade, buscar esclarecer crimes de Estado na ditadura, despertou fantasmas ideológicos temporariamente adormecidos” (VICTOR, 2022, p. 117).

O general expressa uma resistência a realizar pedidos de desculpas ou reconhecimentos oficiais sobre abusos passados, argumentando que tais ações poderiam ser interpretadas como confissão de culpa e que seriam insuficientes para a resolução das questões. Essa resistência pode ser interpretada como uma forma de negar a necessidade de uma reconciliação genuína e de uma avaliação crítica do passado, o que é crucial para a construção de uma sociedade democrática.

O trecho em que Villas Bôas homenageia as esposas de militares sugere uma visão conservadora sobre os papéis de gênero. Ele descreve essas mulheres como “donas de casa”, “mestres da arte de estabelecer novos relacionamentos” e “suporte psicológico à família”. Essa descrição sublinha um papel tradicional para a mulher, centrado no lar e no apoio emocional ao marido e aos filhos, o que está alinhado a uma moral conservadora, que valoriza os papéis tradicionais de gênero (CASTRO, 2021).

Ao falar sobre a família de sua esposa, Villas Bôas destaca uma “cultura do trabalho” entre os descendentes de colonos alemães. Ele elogia o ambiente rígido em que Cida foi criada e a sua disposição para enfrentar dificuldades. Isso reflete uma moral conservadora que valoriza o trabalho árduo, a disciplina e a resiliência, características que são frequentemente associadas ao conservadorismo.

Villas Bôas enaltece o sacrifício das esposas de militares, que suportam as transferências frequentes e muitas vezes colocam os interesses familiares e profissionais dos maridos acima dos próprios. Esse discurso também está profundamente enraizado em uma moral conservadora, que valoriza o dever, a abnegação e o suporte familiar.

Assim, esses pontos indicam uma visão conservadora no sentido moral, especialmente em relação ao papel tradicional das mulheres e à importância do trabalho e da disciplina.

O general também critica o que chama de “politicamente correto” e a ideologia associada a movimentos sociais e direitos humanos. Essa crítica é muitas vezes usada para desqualificar esforços de justiça social e igualdade, e pode ser vista como uma maneira de preservar o status quo e as desigualdades existentes, o que contraria princípios democráticos de inclusão e justiça social.

Esse conjunto de pensamentos espalhou-se por nossa sociedade, estimulado pela militância da esquerda. Um religioso adepto da teologia da libertação esclareceu essa motivação. Afirma ele que o combate ao capitalismo com base na luta de classes tem a desvantagem de colocar as classes em oposição, ao passo que, se calcado no ambientalismo, alinha todas as classes harmonicamente. Será alguém contrário à preservação ambiental ou à proteção dos índios? O politicamente correto adquiriu um caráter de ideologia. A partir dali, como todas elas, passou a empenhar todas as energias e recursos no seu próprio fortalecimento. Em decorrência, tem dificuldades

para enxergar e interpretar a realidade, não se importando com os resultados produzidos. (CASTRO, 2021, p. 164).

A forma como ele se refere à militância da esquerda e ao movimento ambientalista demonstra claramente uma visão negativa e deslegitimadora dessas pautas. A associação entre a “militância da esquerda” e a manipulação de causas ambientais reflete uma tentativa de desqualificar tais movimentos, insinuando que eles servem a outros interesses, como o fortalecimento de uma ideologia, em vez de atenderem a questões reais.

Quanto maior a ênfase, por exemplo, nas teorias de gênero, maior a homofobia; quanto mais igualdade de gêneros, mais cresce o feminicídio; quanto mais se combate a discriminação racial, mais ela se intensifica; quanto maior o ambientalismo, mais se agride o meio ambiente; e quanto mais forte o indigenismo, pior se tornam as condições de vida de nossos índios. (CASTRO, 2021, p. 165).

A entrevista de Villas Bôas reflete uma postura que resiste a processos de justiça histórica e social, e que busca preservar uma visão conservadora do passado e das estruturas de poder, espelhando sua visão antidemocrática. Villas Bôas cresceu em relevância política exatamente pela importância que ele próprio dava à política, em que pese não romper com o discurso tecnocrático próprio dos militares e demais burocratas de alto escalão. Na condição de comandante do Exército, cargo de maior capacidade política que ocupou, Villas Bôas investiu na construção de relações e laços com lideranças do Congresso Nacional. Sua legitimidade crescia à medida que consolidava essas relações – e o fazia com parlamentares de vários campos políticos do Congresso. Villas Bôas tornou-se uma personalidade pública em função de sua opção progressiva em se expor e às suas opiniões nas redes digitais (VICTOR, 2022).

Em contraposição à estratégia de discrição adotada pelas Forças Armadas após a queda do regime autoritário, conhecida como “o grande mudo”, Villas Bôas tornou-se o grande falante das ideias e concepções do Alto-Comando das Forças Armadas. Foi ele quem resgatou e difundiu a ideia das Forças Armadas como poder moderador, fiscal da ética e da moralidade, protetor contra o comunismo e defensor das tradições brasileiras. Atendendo ao apelo do general Richard Nunes, ex-chefe do Centro de Comunicações do Exército, de que o “grande mudo precisava falar” (VICTOR, 2022, p. 158), Villas Bôas começou a falar.

O grande falante agiu através das redes digitais, mas não só. Passou a ser constantemente convidado a participar em canais de TV aberta e fechada, conceder entrevistas a grandes jornais, blogs e sites de notícias. Presença constante na disputa de versões e dedicado a construir uma narrativa de resgate do que seriam os valores do regime autoritário, do conservadorismo político e da luta contra variações de esquerda, com base na doutrina anticomunista, Villas Bôas deu

legitimidade à pauta reacionária da extrema direita e aos movimentos políticos que interromperam os governos petistas e criaram as condições para a assunção do governo de Jair Bolsonaro.

Segundo Fabio Victor (2022), Villas Bôas deu curso a uma versão de que parlamentares de esquerda e o próprio Governo Dilma teriam realizado consultas com o objetivo de decretar estado de defesa, para suprimir manifestações e articulação pela derrubada do Governo Dilma Rousseff. A partir de sua presença pública, teria Villas Bôas transitado versões sobre tal articulação, nunca comprovada e sendo mesmo desmentida por militares da ativa. Victor conclui que uma rede de apoiadores envolvendo assessores, generais da reserva e até mesmo a esposa de Villas Bôas, Cida Villas Bôas, expressava, em combinação com o general, posições explicitamente autoritárias e antidemocráticas, em relação às quais Villas Bôas agia publicamente de modo a relativizá-las, mas nunca para obstruí-las.

O ápice da demonstração de seu protagonismo no cenário político, e que contribuiu para a ascensão do reacionarismo e, em consequência, da extrema direita, se deu na noite do dia 03 de abril de 2018, véspera do julgamento pelo STF do *habeas corpus*²⁰ impetrado pela defesa do então ex-presidente Lula da Silva. Duas publicações em sua conta pessoal na rede digital *Twitter* efetivamente abriam a cogitação pública da intervenção militar caso a decisão da Suprema Corte desagradasse o Alto-Comando do Exército. Eduardo Villas Bôas afirmou: “Asseguro à nação que o Exército Brasileiro julga compartilhar o anseio dos todos os cidadãos de bem de repúdio à impunidade e de respeito à Constituição Federal, à paz social e à democracia, bem como se mantém atento às suas missões institucionais” (VALENTE; FERNANDES; BALLOUSSIER, 2018).

A postura de Villas Bôas pode ser vista como conservadora, focada em preservar uma ordem que beneficia as elites. Assim, ainda que tenha tomado precauções para, em grande parte de sua trajetória, não se identificar com posições autoritárias e conservadoras radicalizadas, a partir da agudização da crise política aberta em 2013 e 2014, Villas Bôas assume uma liderança do conservadorismo e do reacionarismo de extrema direita dentro das Forças Armadas, especialmente do Exército.

²⁰ Instrumento jurídico garantido pela Constituição para assegurar a liberdade de ir e vir. Pode ser pedido quando uma pessoa está sendo ou corre o risco de ser impedida de se mover livremente — de ir, vir ou ficar — por uma ação ilegal no âmbito do Estado ou por abuso de autoridade. Presente na Declaração Universal dos Direitos Humanos, o *habeas corpus* assegura a observância do devido processo legal (HABEAS CORPUS, [20--?]).

Em relação à caracterização do seu deslocamento de posições políticas em sentido à colaboração e adesão às posições reacionárias e de extrema direita, vê-se a mesma tipologia e intensidade encontrada na análise sobre os movimentos e posições do general Etchegoyen. Sobre manifestações acerca de temas relacionados ao campo das políticas tradicionais conservadoras, Villas Bôas reafirma a concepção clássica da construção da ideia de defesa da ordem, da hierarquia e da família tradicional, estruturante do pensamento conservador, resgatado com radicalidade pela extrema direita.

Na figura 7, apresentada a seguir, é possível visualizar que em relação aos campos de políticas tradicionais conservadoras e de caráter autoritário e de extrema direita, Villas Bôas realiza um intenso deslocamento para posições de extrema direita. Em relação as políticas econômicas, suas manifestações nos permitem caracterizar o seu deslocamento como existente, mas moderado.

Figura 7 – Intensidade dos deslocamentos de Eduardo Villas Bôas



Fonte: Elaborado pelo autor.

O general Villas Bôas efetivamente procedeu a um deslocamento político no sentido de posições autoritárias e neoliberais, muito favoráveis ao campo reacionário e de extrema direita. Porém, como já se havia identificado em Sérgio Etchegoyen, esse deslocamento é distinto de certo padrão de intelectuais e políticos. Enquanto estes, por força de sua posição social e no tabuleiro institucional, expressam o deslocamento por posições manifestas, Villas Bôas o faz através de um sistema de manifestação-ocultação. Ou seja, desvencilha-se de uma posição de

silêncio, na qual em momento algum expressa a defesa da democracia ou de posições progressistas, para a manifestação expressa em favor de posições reacionárias, ao encontro das posições de extrema direita em ascensão no Brasil. O General Villas Bôas passa ao ativismo político explícito a partir da ideia que caberia às Forças Armadas a garantia dos poderes constitucionais, o que daria às Forças Armadas a competência da interpretação sobre a lei e a Constituição. Suas manifestações, em especial a mais notória, buscando interferir na decisão do STF sobre o julgamento do *habeas corpus* impetrado pela defesa do então ex-presidente Lula da Silva (VALENTE; FERNANDES; BALLOUSSIER, 2018), estão baseadas neste conceito histórico que autoconcede aos militares um poder meta constitucional, a ideia da defesa da moral e da lei (FICO, 2025). A adesão às políticas neoliberais e o sentido geral do autoritarismo brasileiro e da intervenção militar em defesa do restabelecimento da ordem legal são as bases para a contribuição que este tipo de ator social deu à emergência do reacionarismo e da extrema direita no Brasil.

6.4 AS DISTINTAS FORMAS DO DESLOCAMENTO

O novo ciclo de expansão do pensamento reacionário, conservador e autoritário, articulado pelo campo político de extrema direita e conhecido a partir de 2010, se fundamentou na consolidação da hegemonia neoliberal no país, a partir da conversão de setores que se caracterizam como direitas tradicionais – direitas cristãs, direitas liberais, direitas democráticas e centro-direitas – a esse pensamento e suas variações mais radicais (CASIMIRO, 2018; GROS, 2003; ROCHA, 2018). A partir dos pressupostos e axiomas do conservadorismo (tais como valores morais religiosos tradicionais, punitivismo, anticomunismo e antiesquerda), do autoritarismo (como fidelidade à ordem dominante, conservação da hierarquia, diminuição do exercício da liberdade individual e construção do inimigo social e político, nostalgia da Ditadura Militar e revisionismo histórico) e da aglutinação em torno de um plataforma de políticas pró-mercado (tais como privatizações de ativos estatais, defesa do axiomas de superávit fiscal e autonomia do Banco Central, individualismo e meritocracia), o capital financeiro no Brasil construiu as condições necessárias e suficientes para um novo período de hegemonia política, que lhe garantiu a renovação dos mecanismos de acumulação de capital.

Esses movimentos que constituem os processos históricos de construção de blocos são realizados por classes sociais, frações de classe e frações dirigentes, síncrona ou assincronamente. Porém, processos são abstrações analíticas a partir de concretudes no campo das relações. No campo da concretude, são processos resultantes de atitudes objetivas efetivadas

por atores sociais que cumprem o papel de intelectuais orgânicos desses destacamentos quando agem. Sua efetivação está relacionada à capacidade de estabelecer uma relação entre abstrações complexas, ou filosofia superior, e o senso comum. Enfim, dá-se a partir da relação entre as forças materiais e as ideologias, entre conteúdo e forma em última análise. Isso constitui o bloco histórico que sustenta a hegemonia, formado a partir da ação de convencimento cultural dos atores feitos intelectuais (GRAMSCI, 2014). Nesse sentido, a efetivação da hegemonia, sua construção, desconstrução ou manutenção, não dispensa a existência de atores sociais que assumam, na história, um papel de intelectuais. Esses atores são capazes de desenvolver e difundir valores e narrativas a partir das posições e interesses da classe ou fração de classe a que servem socialmente, com base na consciência que tais frações adquirem sobre esses interesses e à qual os atores sociais, tornados intelectuais orgânicos, dão forma, estética e legitimidade.

Autoconsciência crítica significa, histórica e politicamente, criação de uma elite de intelectuais: uma massa humana não se “distingue” e não se torna independente “para si” sem organizar-se (em sentido lato); e não existe organização sem intelectuais, isto é, sem organizadores e dirigentes, ou seja, sem que o aspecto teórico da ligação teoria-prática se distinga concretamente em um estrato de pessoas “especializadas” na elaboração conceitual e filosófica. (GRAMSCI, 2014, p. 104).

Tais intelectuais – os atores na política – não se movimentam, professam ou elaboram rigorosamente as mesmas teorias, interpretações e narrativas. Mas confeccionam uma narrativa coerente e aceitável a partir de um mosaico de diversidades que convergem para a mesma consagração de ideologias, valores e visões de mundo. A partir de suas disciplinas e especializações, seu lugar no Estado e seu lugar na sociedade, produzem uma convergência política na elite e no senso comum. É assim que influenciadores de opinião, líderes políticos e alta burocracia militar, a partir de seu ponto de partida na escala das posições políticas, conduzem, pela sua ação concreta, as mudanças.

Portanto, o deslocamento desses setores de direita que compunham o pacto democrático e progressista aberto com o fim do regime autoritário de 1964 no sentido de posições extremadas de direita e neoliberais radicalizadas, é parte relevante das razões do crescimento do reacionarismo. Frente à crise global e frente à crise no Brasil, esses atores, feitos intelectuais, construíram uma narrativa cultural que contribuiu para a identificação, por parte do senso comum e de setores de elite burguesa, da extrema direita como aquele campo que melhor ofereceria uma explicação e uma solução para essas crises. No campo do conservadorismo, a explicação se assenta na ideia de que a restauração da ordem tradicional do Ocidente eliminará

a crise social. Já no campo do autoritarismo, a narrativa é de que os inimigos desses valores tradicionais devem ser interditados e minimizados. No campo da economia, a convergência se dá em torno da compreensão de que a liberdade de empreender seria a única possibilidade de superação da crise. Essas construções discursivas se amalgamaram para refutar os projetos de esquerda, do progressismo e de sentido associativo.

Atores que, em período de ascensão das ideias progressistas, aceitavam, ainda que de forma difusa e não homogênea, a intervenção econômica do Estado, a regulação com sentido igualitário e a efetivação de direitos que garantissem equidade e diversidade, transitaram para posições reacionárias. Esses deslocamentos, entretanto, não foram uníssonos ou homogêneos. Diferiram quanto à sua intensidade, quanto às tipologias de política e quanto à direção, mas apresentaram, em comum, o sentido do centro para a direita. Ou seja, expressavam ou aderiam à hegemonia progressista das décadas passadas e deslocaram-se para posições reacionárias nos tempos atuais. Contudo, nesse processo de deslocamento, houve e há diferentes qualidades e diferentes estratégias de efetivação desse deslocamento. Os deslocamentos diferem já em seu ponto de partida, o ponto inicial do deslocamento não é único. Tampouco a extensão desse deslocamento.

Entre as categorias sociais analisadas, os intelectuais foram a categoria que apresentou o deslocamento mais irregular. Nessa categoria, houve um movimento mais uniforme no que diz respeito à abdicação de políticas distributivistas ou desenvolvimentistas, no campo do debate sobre políticas econômicas, para assumir posições ativamente pró-mercado. Em um período de hegemonia de ideias de igualdade, predominou um consenso acerca do objetivo equilibrador das políticas públicas e do papel regulador e indutor do Estado. Rosenfield (1984), como exemplo, já afirmou que as políticas econômicas, fiscais e monetárias precisam passar pela auditoria e referendo da sociedade, ou seja, controladas e não autônomas, em momento de otimismo democrático e igualitarista, imediatamente após o fim do regime autoritário de 1964. Já em manifestações mais atuais, ao ser indagado sobre as perspectivas de um eventual Governo Lula da Silva, as considera negativas em função de uma hipotética tendência de restauração do protagonismo do Estado através de suas empresas estatais, em detrimento do “mercado privado” – uma virada bastante nítida em suas opiniões no que diz respeito às premissas sobre economia. “Se vencer, Lula não poderá enfrentar a situação fiscal com a equipe de economistas do PT. Se fizer isso, vai repetir o que fez em seu segundo mandato, assim como Dilma Rousseff, com investimentos em estatais. Isso poderá levar o país para o mesmo buraco” (ROSENFELD, 2022).

Miguel Reale faz o mesmo deslocamento para políticas pró-mercado, sendo igualmente nítido e incontroverso a respeito de seu alinhamento às premissas neoliberais. Manifestou-se favoravelmente à reforma trabalhista, que flexibiliza o sistema de proteção social dos trabalhadores, e à reforma do sistema de previdência social, que resultou em diminuição dos benefícios e garantias do trabalhador quando de sua aposentadoria (LEWGOY, 2017). Tais reformas e o alinhamento com axiomas como superávit fiscal e autonomia do Banco Central são os eixos em torno dos quais se produz o alinhamento entre diferentes setores. Trânsito esse que é efetivo, permitindo a convergência entre a política de reformas pró-mercado e a emergência da extrema direita.

Em outro campo das políticas analisadas, o das tradicionais conservadoras, há uma transição que pode se dizer de contexto, não direta. As “manifestações” dessa transição aparecem na forma de omissão ou silêncio. Não há uma “substituição de opinião”. Nesses casos, não se observa uma mudança de opinião propriamente dita. Não se trata, nessa categoria, de transitar de ideias de respeito étnico a ideias abertamente racistas. Tampouco se verifica apologia e demonstrações de simpatia à tortura e à censura ou manifestações e apoio a opiniões eugenistas, ou contrárias a imigrantes e estrangeiros, manifestações homofóbicas, a negação de formas laicas e científicas de conhecimento e da modernidade. O que se observa é uma desconsideração com relação ao tema, que pouco surge nas manifestações no período estudado. O desinteresse relativo a esse conjunto de temas e valores torna-se eloquente.

Contudo há a ocorrência de manifestações pela defesa do aumento da repressão e coerção policial-militar ou de apologia à “guerra ao crime”, ou seja, pela defesa da ordem e da hierarquia, o que expressa um deslocamento que pode ser considerado intenso. Diferentemente do reconhecimento teórico que faz da ação política da sociedade, portanto de suas distintas organizações e movimentos, um paradigma da modernidade, como feito em períodos anteriores (ROSENFELD, 1984), Rosenfield (2022) relaciona a ação política de movimentos sociais com o crime e com políticas antidemocráticas. Desenvolve argumentos para a consolidação de um axioma clássico do conservadorismo, que busca criminalizar os movimentos sociais e associá-los à desordem, ruptura da lei e quebra de valores tradicionais. Um reposicionamento para o campo dos paradigmas mais recorrentes do conservadorismo brasileiro, que funde medo da mudança, anticomunismo e defesa intransigente da propriedade privada.

O deslocamento identificado entre os intelectuais analisados, Miguel Reale Júnior e Denis Rosenfield, se caracteriza por ser de intensidade moderada, de aceitação do “convívio” político, com ideias que não se posicionam no campo do Iluminismo moderno. No que diz respeito ao comportamento político e valores sociais, no campo das políticas tradicionais e

conservadoras, Reale Júnior e Rosenfield contribuíram para a emergência da extrema direita ao desenvolverem a naturalização de conceitos e posições que rompem com os valores democráticos e de direitos humanos, sem, contudo, apoiá-los diretamente. Um comportamento e posicionamento público que, sem empreender um deslocamento total e radical, converge com o deslocamento que outras categorias fazem em direção às políticas, táticas e lideranças da extrema direita. Efetivamente, suas manifestações e sua legitimidade intelectual colaboraram com a ascensão da extrema direita no Brasil, de forma, entretanto, irregular e indireta.

Já a categoria de políticos e dirigentes partidários e a categoria da alta burocracia estatal, processam e desenvolvem seu deslocamento de maneira explícita, através de atos declaratórios. Contudo, também não o fazem de maneira uniforme ou homogênea. Realizam esse deslocamento de pontos de partida distintos. Enquanto os político e dirigentes partidários partem de uma posição ativa no cenário e ambiente político, os altos burocratas estatais partem de posições de silêncio e pouca ou nenhuma atuação no cenário político. Contudo, se verifica nessas categorias sociais manifestações convergentes no plano da assimilação e difusão de valores e conceitos conservadores, autoritários e reacionários.

Pode-se caracterizar o deslocamento dos políticos e dirigentes partidários, assim como dos intelectuais e formadores de opinião – resguardadas as singularidades de cada tipologia observada – como um *deslocamento horizontal* proposicional. Ou seja, de posições declaradas ao centro para posições de extrema direita na escala política, em termos dicotômicos, como consagrado por Bobbio (2001). De outro lado, o deslocamento dos altos burocratas estatais, diferentemente, se dá em direção *vertical*, ou seja, de uma posição oculta, resignada, não proposicional, para posições explícitas, declaradas. De uma posição sem protagonismo no cenário político para uma posição protagonista, influente, em favor da extrema direita. A evidência do deslocamento se dá pela observância da existência de posições ocultas para posições manifestas.

Nos dois casos analisados na categoria de altos burocratas estatais – os generais Sérgio Etchegoyen e Villas Bôas – encontra-se um comportamento semelhante: uma forte adaptação prévia, através da ocultação de posições e silêncio de opiniões, ao predomínio das ideias democráticas e à direção civil sobre a política. Nesse período, ambos os líderes são considerados legalistas e profissionais pelo governo à esquerda, tanto de Lula da Silva quanto de Dilma Rousseff. O General Sergio Etchegoyen ocupa posições relevantes e de prestígio profissional e institucional, para o imaginário militar, no Ministério da Defesa e em missões internacionais de 2009 a 2014, quando decide expressar sua objeção em relação à apuração dos crimes cometidos pelo regime autoritário, insurgindo-se contra o relatório da Comissão Nacional da Verdade

(GENERAL CHAMA..., 2014). Já Villas Bôas foi nomeado comandante do Exército Brasileiro em 2015 (IGVB, c2024), no governo de Dilma Rousseff, ainda que em seu período derradeiro já com o processo de interrupção de seu mandato na Presidência da República em articulação (AZEVEDO, 2017).

Em sua primeira entrevista como comandante do Exército, Villas Bôas manifestou sua submissão aos preceitos democráticos da Constituição Federal. Principalmente, à ideia de que os militares devem ocupar uma posição técnica, subordinada ao poder civil, de estatura constitucional, nas relações de Estado. Diz Villas Bôas (2015) a respeito disso:

O marco foi quando o presidente Lula chamou o ministro (Nelson) Jobim para o Ministério da Defesa e disse: Sua missão é colocar a defesa na pauta de discussão nacional. E, aí, o ministro Jobim, com o ministro Mangabeira Unger, elaborou uma Estratégia Nacional de Defesa, um marco na história da defesa. Pela primeira vez, o poder político disse aos militares qual era a concepção de Forças Armadas, o que entendiam como necessário para o Brasil.

Os militares, a partir da conduta assumida pelos altos comandos das forças singulares desde o fim do regime autoritário de 1964, buscaram assumir uma posição de recuo e discrição, com o sentido de autoproteção institucional em função do desgaste de imagem ocorrido, em especial, nos últimos anos da Ditadura, denunciada por violação de direitos humanos, crise econômica e alta inflação (CARVALHO, 2019; VICTOR, 2022). Em especial, essa discrição está relacionada à indisposição pelo “reavivamento” da política repressiva implementada durante o regime autoritário (D’ARAÚJO, 2010).

Segundo José Murilo de Carvalho (2019), a narrativa do silêncio e da discrição, especialmente adotada a partir da redemocratização de 1985/1988, sempre conviveu como uma constante participação dos militares na política e nas definições do Estado brasileiro. Carvalho constitui a ideia do “Exército falante” e demonstra que, em cinco das sete constituições do Brasil independente, há, sob diferentes formas e intensidades, uma previsão de interferência das Forças Armadas na política.

Em sentido convergente, Francisco Carlos Teixeira da Silva (2021) desenvolve o conceito de ideologia da tutela, que sustenta a ideia que cabe às Forças Armadas, através de seus militares, salvaguardar a Nação do que lhe ameaça, como a corrupção, o comunismo, o bolivarianismo, a desordem. Uma certa capacidade fundacional da sociedade e do Estado, autoconcedida. Também Carlos Fico (2025) aborda esta dimensão histórica e longa da crença na superioridade moral dos militares sobre os civis e que a história conferiu a legitimidade

intervencionista das Forças Armadas em defesa da lei e da Constituição. Carlos Fico caracteriza esta dimensão como a construção de uma “utopia autoritária” (2025).

De acordo com a perspectiva autoritária, se o povo é despreparado e o sistema político está comprometido, os desvios da Constituição de justificam, sendo o principal a tentativa de tomada de poder pela violência, o golpe de Estado, para o qual as Forças Armadas são indispensáveis. (FICO, 2024, p. 379).

Esta crença na atribuição constituinte, a de vigiar pela boa sociedade, descontaminada da corrupção do mundo político e civil, atravessa o século XX e chega potencializada no Século XXI. Esta ideologia é organizada na própria formação dos oficiais da Forças Armadas, cujo sistema e os órgãos, constituem-se como “think tanks” das ideias reacionárias e do intervencionismo militar.

Tudo nesse credo – um corpo doutrinário integral, que dos anos de 1950 atravessa, desde a ESG, via IPES/IBAD e as escolas e academias militares, até nossos dias, povoa a mentalidade dos clubes militares e forma os novos militares – como na expressão de Sylvio Frota (“dos tenentes aos novos comandantes”). É a estrutura do *mimesis* do pensamento militar brasileiro. (SILVA, 2020, p 49).²¹

Novamente, essa história se repete. Dessa posição de silêncio e ocultação adotada nas décadas de 1980, 1990 e 2000, as lideranças militares se moveram no sentido de uma posição falante, de caráter declaratório. Com a crise aguda aberta a partir do processo de *impeachment* da Presidenta Dilma Rousseff em 2016²², criaram-se condições e motivações para uma modificação da postura da cúpula dos oficiais-generais das Forças Armadas. Com maior presença no cotidiano da sociedade e na dinâmica do Estado, as lideranças militares se deslocaram do silêncio obsequioso de submissão à Constituição Federal para posições manifestas de interferência direta na política – o que convergiu com os setores de extrema direita que se colocaram em movimentação no país naquela década e os alimentou com o respaldo institucional e fático dos militares, que viria a se revelar mais tarde (PIMENTEL, 2021; VICTOR, 2022). O efeito foi reavivar o “espírito” do regime autoritário, o anticomunismo e a restauração da ordem e do passado, elementos ideológicos e culturais basilares do reacionarismo no Brasil. Resgatar o que seria a missão histórica das Forças

²¹ O complexo IPES/IBAD reunia um conjunto de intelectuais orgânicos de interesses econômicos multinacionais e associados, cujo objetivo era agir contra o governo João Goulart e contra as forças sociais e políticas que lhe davam sustentação (DREIFUSS, 1981).

²² O processo de *impeachment* de Dilma Rousseff teve início em 02 de dezembro de 2015 e se encerrou em 31 de agosto de 2016, tendo como resultado a cassação do seu mandato.

Armadas, a garantia dos valores nacionais e da Constituição, mesmo que fosse necessário insurgir-se contra ela própria.

Pari passu com declarações de oficiais-generais, também lideranças civis de extrema direita começaram a evocar o fantasma do golpe militar e de intervenção militar, fenômeno que Jefferson Rodrigues Barbosa (2022, p. 41) classifica como “apologia à tendência intervencionista militar”. Esse ambiente de desestabilização política criou as condições propícias para que atores da alta burocracia estatal, notadamente militares, passassem a externalizar posições políticas efetivamente contribuintes à emergência do reacionarismo.

À medida em que a instabilidade crescia, gerando atritos entre os Poderes, a sombra dos militares voltou a pairar sobre política brasileira – com o crescimento das intenções de voto em Jair Bolsonaro, as declarações golpistas de Mourão, o respaldo recorde das Forças Armadas na opinião pública e a utilização crescente de militares na segurança pública (VICTOR, 2022, p. 156).

Distinta é a qualificação do deslocamento da categoria dos políticos e dirigentes partidários. Os políticos observados tiveram sua atuação desenvolvida e solidificada no período de ascensão das ideias democráticas. Muitos dos políticos com esse perfil tiveram papel destacado no processo de transição do autoritarismo para a democracia, aquele período marcado pela derrocada do regime de 1964 e a consagração da Constituição Federal de 1988. Alguns foram líderes de partidos oriundos da luta democrática e do Movimento Democrático Brasileiro²³, outros iniciaram sua trajetória sob este partido e sob orientação e influência de lideranças desse partido.

Os dois atores selecionados para esta interpretação qualitativa tiveram exatamente essa trajetória. Michel Temer (BRASIL, 2011) teve seu primeiro momento de protagonismo político no período de ascensão do PMDB, sucessor direto do MDB. Foi secretário de diversas pastas no governo do estado de São Paulo na década de 1980 e 1990, já a partir do governo de Franco Montoro, Orestes Quécia e Luiz Antônio Fleury Filho. Efetivamente, esse primeiro período de sua trajetória de protagonismo esteve ligado a programas políticos progressistas e democráticos. Igualmente, Sebastião Melo, ainda que com menor expressão nacional, teve em seu primeiro período de protagonismo, já na década de 1990, uma opção política por posicionamentos democráticos. Filiado ao PMDB, o mesmo de Temer, disputou sucessivas eleições à vereador na década de 1990, conquistando um mandato somente nas eleições de 2000 (PORTO

²³ Partido institucional, de oposição parlamentar ao regime autoritário.

ALEGRE, c2016). Esse é um período marcado por uma participação comunitária e de defesa de processos de participação popular nas decisões da administração pública.

Já na onda da emergência do reacionarismo e da extrema direita, grande parte das lideranças com esse perfil fizeram um deslocamento horizontal, do centro para a direita, em direção às políticas econômicas pró-mercado, tradicionais conservadoras e de caráter autoritário. Esse deslocamento contribuiu em duplo sentido, ambos positivos, para a emergência do reacionarismo. Um sentido é objetivo, trata-se da ampliação das adesões de líderes políticos com mandato ou com posições institucionais de relevância. O outro sentido é subjetivo, relativo à ampliação da legitimação social e política das posições reacionárias e da extrema direita através do empréstimo de prestígio e capacidade de influência na opinião pública.

Uma breve arregimentação dos posicionamentos dos atores analisados, como expresso na Figura 8, demonstra que a concentração do deslocamento se caracteriza como intensa nos campos das políticas econômicas pró-mercado e de políticas tradicionais conservadoras. No campo das políticas de caráter autoritário e de extrema direita, o deslocamento é mais cauteloso; portanto, um deslocamento ativo, mas moderado quanto à intensidade da adesão.

Esse processo de concentração do deslocamento permite que se observe um trânsito consistente e relevante que, em seu conjunto, adensa ideológica e politicamente o campo político reacionário e de extrema direita, a partir da abdicação ou atenuação dos valores democráticos e progressistas. Essa intensa adesão às políticas pró-mercado demonstra que a adesão ao neoliberalismo serviu como base de conexão com as demais políticas, autoritárias e conservadoras, para a contribuição à emergência da extrema direita e do reacionarismo no país.

Na Figura 8, sintetizamos as intensidades dos deslocamentos políticos. A adesão às políticas econômicas pró-mercado, como também as políticas tradicionais conservadoras, concentram o empuxo principal do deslocamento de setores de direita tradicional e de centro para posições de extrema direita.

Figura 8 – Concentração de incidências do deslocamento dos atores em relação as políticas

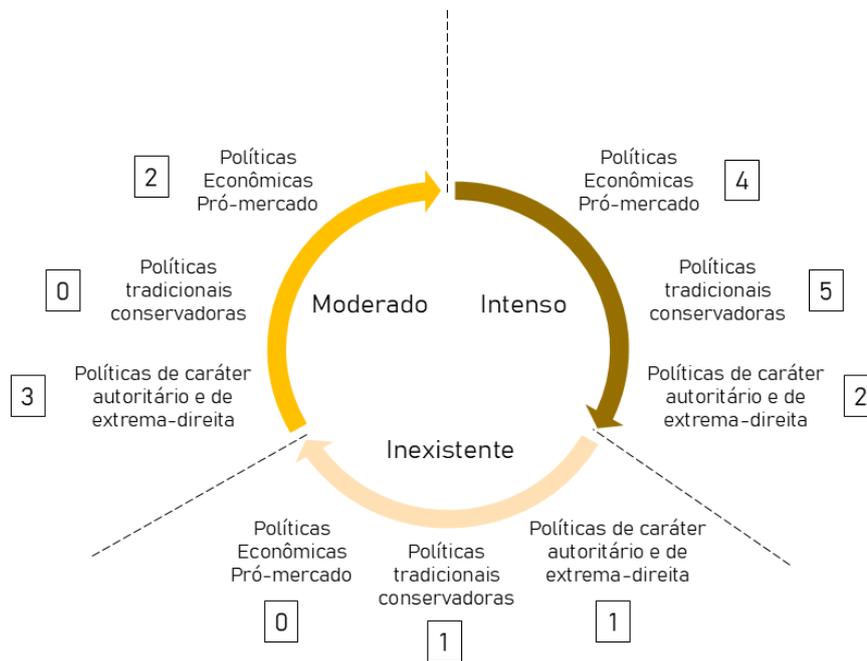


Fonte: Elaborado pelo autor.

A adesão a ideias tipicamente vinculadas às políticas econômicas pró-mercado é a base principal para o deslocamento de posições de centro e de direita tradicional para posições à extrema direita que se identifica nesta análise. A plataforma que consiste, acima de tudo, em reformas que retiram direitos sociais e ampliam os ganhos do capital rentista (DARDOT; LAVAL, 2016; DOWBOR, 2017), se realiza mais plenamente quando sua liderança intelectual se dispõe a mudanças de cunho regressivo, desdemocratizantes e autoritárias, que permitam radicalizar essas reformas antissociais. Contudo, a eficácia dessas reformas é tanto maior quanto mais a sociedade estiver convencida da legitimidade e superioridade delas. Ou seja, a habilidade política de despertar valores conservadores contidos e emudecidos é fundamental para o aprofundamento da reforma e para o apoio às políticas pró-mercado. Esse tem sido o grande ativo e capital da extrema direita e do reacionarismo, a capacidade de mobilizar grandes parcelas da sociedade, com base em valores reacionários, para implementar essa transformação que põe abaixo as conquistas do Estado social.

A figura 9 demonstra que o sentido convergente dos deslocamentos parte da adesão às políticas pró-mercado para as demais. Observando-se diferentes intensidades nesse sentido do deslocamento.

Figura 9 – O sentido dos deslocamentos



Fonte: Elaborado pelo autor.

As Figuras 8 e 9 nos permitem visualizar o deslocamento de atores sociais com trajetória construída no campo das ideias de centro democrático ou de centro-direita para posições que, no conjunto, colaboram com a construções de condições favoráveis à emergência de ideias reacionárias e de extrema direita. A Figura 8 demonstra a intensidade desse deslocamento, enquanto a Figura 9 demonstra o seu fluxo convergente.

Essa contribuição ao crescimento e consolidação do reacionarismo não se dá de forma singular e homogênea, mas sim de forma desigual, combinada e modulada. É a força hegemônica da razão neoliberal que combina deslocamentos de diferentes intensidades no sentido da adesão às políticas econômicas pró-mercado, políticas de caráter autoritário e de extrema direita e políticas tradicionais conservadoras, que se somaram para a existência das condições suficientes e necessárias para essa onda de crescimento do reacionarismo e da extrema direita.

7 CONCLUSÃO

“Na época, meu ativismo antifascista era visto pelos meus amigos e parentes como sincero, mas desnecessário. Num mundo pós-Onze de Setembro, a visão geral era que eu deveria estar focando minha atenção nos islamistas em vez da extrema direita. Para minha tristeza, ninguém mais pensa assim.”
(MULHALL, 2022, p. 22).

O depoimento do jornalista Joe Mulhall narra sua experiência em um projeto de monitoramento da extrema direita no mundo, que desenvolveu com o objetivo de entender a ameaça que a extrema direita significa. Além dos importantes registros empíricos e de sua análise, esse relato contribui, ele próprio, como um documento-fonte, ao expressar o espírito desarmado da elite intelectual, em especial de orientação democrática e humanista, em relação à extrema direita e ao reacionarismo que se formou comodamente após a superação política e ideológica dos fascismos clássicos a partir da derrota militar do nazismo e seus aliados na Segunda Grande Guerra Mundial, em 1945. O mundo, envolto na bipolaridade da Guerra Fria e, depois, na hegemonia neoliberal, se viu tomado por uma espécie de desídia intelectual que explica muito da surpresa com que inúmeros e diferentes intelectuais, partidos progressistas e parcelas da opinião pública de vários países em vários continentes, foram tomados ante o fenômeno do crescimento da influência de ideias reacionárias – tais como racismo, xenofobia e anti-igualitarismo – e da extrema direita no mundo. No Brasil, efetivamente, não foi diferente.

Nesse sentido, reconhecer a relevância política do pensamento reacionário e do campo de extrema direita é uma imposição teórica e contextual. Deste modo, descobrir, desnudar as razões que levaram a esse fenômeno é uma agenda de pesquisa relevante e necessária para as Ciências Sociais e para a Ciência Política, em especial. Identificar as condições que permitiram esse ressurgimento e emergência, que sujeitos colaboraram para isso, como esse campo se relaciona com a cultura política, são algumas das questões que se podem consagrar nessa agenda de pesquisa.

É nessa esfera de preocupações e problemas que se insere esta investigação. Seu objetivo foi demonstrar a emergência de uma direita autoritária e reacionária que, a partir de 2010, cresceu política e eleitoralmente com base no deslocamento de setores de centro-direita para esse campo. Dessa forma, já no capítulo segundo foi desenvolvido o conceito de hegemonia de Antônio Gramsci (2014), aplicado ao campo da cultura política, o que permitiu identificar os principais elementos do contexto de crise econômica e política e caracterizar as condições pré-existentes para a emergência do reacionarismo e da extrema direita, o que foi feito ao longo dos

capítulos 3 e 4. Isso nos permitiu compreender e caracterizar a transição que atores relevantes realizaram, parcial ou integralmente, de posições de centro e centro-direita para posições reacionárias e de extrema direita, conforme visto nos capítulos 5 e 6.

A complexa realidade é que, a partir da década de 2010, o campo político reacionário no Brasil consolidou novo ciclo de expansão com a convergência entre as culturas autoritária e conservadora da sociedade brasileira e o pensamento neoliberal, em um ambiente de crise econômica global. Tal convergência criou as condições para a emergência de uma direita, agora, de caráter reacionário e extremista e com capacidade política no que diz respeito à influência pública e à competitividade eleitoral. Essa convergência foi funcional e decisiva à hegemonia política do bloco de forças dominante para que se pudesse efetivar uma reorganização dos mecanismos de reprodução da acumulação de capital, da norma jurídica e do controle do Estado e do governo – necessária à manutenção da dominação de classe burguesa –, implementando reformas nas regras das relações de exploração do trabalho e da renda pública.

Houve convergência de múltiplos fatores para que a extrema direita conhecesse e protagonizasse um período de emergência e ascensão política. O reacionarismo tornou-se predominante e, até mesmo, dirigente no campo da direita brasileira porque os valores ideológicos, autoritários e anti-igualitaristas, presentes na cultura política da sociedade brasileira, e a hegemonia política da grande burguesia internacional no país estabeleceram as condições suficientes para essa ascensão política.

Essas condições foram maturadas durante décadas, num processo histórico complexo. Contudo, é na abertura da década de 2010 que esse processo se torna relevante, ascendendo a uma condição politicamente mais influente na opinião pública, como também mais competitiva eleitoralmente. Tal processo encontra, assim, uma consonância maior de seus axiomas tradicionais, históricos, convergentes com o acervo do senso comum, com os sentimentos em relação ao quadro político e econômico, mais disposto nesse período a aceitar explicações e racionalizações políticas e culturais de cunho e matriz reacionários.

Se os acontecimentos ocorridos nesse período não são os únicos que apontam para um processo de emergência política da direita reacionária, são eles, porém, que condensam um conjunto muito expressivo de evidências que permitem considerá-los decisivos para esse processo. As ações de tensão promovidas pelos setores vinculados ao grande capital internacional em 2011 e 2012 e por diversos setores empresariais locais – que abrangeram do agronegócio à indústria e do comércio aos serviços – como reação à queda das taxas de lucro e sua competição intraclassista; os conflitos e manifestações públicas de rua com objetivos e pautas difusas, ocorridos em junho de 2013; os protestos durante a realização da Copa do

Mundo de Futebol de 2014 no Brasil; a renhida disputa eleitoral no mesmo ano de 2014 e o subsequente questionamento dos resultados eleitorais daquela eleição; a forte crise econômica de efeitos recessivos de 2015; a construção de uma frente ampla de direita a partir da campanha pelo *impeachment* de Dilma Rousseff em 2016; a operação política antipetista e antilulista criada pelas revelações das investigações convencionalmente chamadas de “Operação Lava Jato” em 2017... Todo esse processo culminou com – o que foi decisivo para o desdobramento político e eleitoral do período – a condenação judicial do então ex-presidente progressista Lula da Silva, a impugnação de sua candidatura à Presidência da República e a eleição de Jair Bolsonaro como presidente do Brasil em 2018. Também as políticas e medidas executivas ao longo de sua gestão, com as devidas consequências, deram a esse período uma densidade suficiente para recortá-lo para a investigação científica (BOITO JÚNIOR, 2018; FERNANDES, S., 2019; SAAD FILHO; MORAIS, 2018).

Para tal é preciso compreender os antecedentes políticos e sociais. À crise corresponde uma transformação dos blocos no poder e um deslocamento de frações de classe da aliança progressista e desenvolvimentista dos governos lulistas para a aliança reacionária e neoliberal do período do governo de Jair Bolsonaro. Esses deslocamentos das frações de classe entre blocos no poder, ao mesmo tempo em que foram consequência dessas crises, em especial econômica, foram, simultaneamente, sua causa.

Em todo o período do lulismo no governo, as políticas macroeconômicas aparentemente balançaram em movimentos que pareceram regidos por um pêndulo, entre conservadoras e heterodoxas, entre austeras e distributivistas (SINGER, 2012). A primeira metade do primeiro Governo Lula, em 2003 e 2004, é marcada por políticas de austeridade. De 2005 a 2010, o pêndulo balançou no sentido de políticas de retomada do papel indutor do Estado, com investimento público com base no consumo e na ampliação do emprego formal. Quadro esse que perdurou durante o primeiro Governo Dilma Rousseff. Já no segundo Governo Dilma, entretanto, o pêndulo volta com força, e o período é marcado por uma forte desaceleração cíclica da economia brasileira, e as medidas de enfrentamento à crise econômica, tanto aquelas tomadas quanto aquelas não tomadas, mas ensaiadas e anunciadas, acabaram por corroer o apoio político ao governo, tanto no Congresso Nacional como na sociedade.

Ante a crise, os múltiplos interesses das classes e frações movimentaram-se diferentemente. O bloco lulista, neodesenvolvimentista e progressista, erodiu, em especial pelo decidido deslocamento dos setores burgueses que o compunham para compor o novo bloco neoliberal reacionário que veio a se consolidar com frações da burguesia que estavam excluídas do bloco lulista.

A nova unidade das frações da burguesia, sob a hegemonia do capital financeiro no modelo neoliberal, se constituiu posicionando o Estado na promoção de políticas de ampliação da acumulação de capital – o que foi feito com as reformas pró-mercado levadas a cabo, em especial, durante os anos do Governo Temer e com a internacionalização da economia, o que abriu novos mercados e novos negócios. Esse bloco veio a se consolidar efetivamente no governo de Jair Bolsonaro, que se inicia em 2019. Tal bloco neoliberal-reacionário buscou legitimação a partir da atração de algumas parcelas dos trabalhadores por meio da difusão de ideias anti-iluministas, tradicionalistas, sexistas e fundamentalistas religiosas, de retórica antissistema. Uma articulação de ideias e estéticas reacionárias de amplo espectro.

É esse processo que dá o sentido da abordagem de uma questão de grandes reflexos do contexto atual e que oferece um grande campo de interesse. Nesse sentido, o problema que esta pesquisa buscou enfrentar é quais foram os fatos e acontecimentos que deram condições para que o campo de ideias reacionárias e as posições políticas de extrema direita ampliassem sua potência política no período entre 2010 e 2022?

Essa ampliação da potência política do campo reacionário e da extrema direita se materializou em função do processo de hegemonia das frações neoliberais do capital, dos elementos de crise econômica e política, por condições pré-existentes na cultura e valores da sociedade brasileira, e pela forma concreta como convergiram os distintos deslocamentos de diferentes atores sociais. Por isso, compreender a dinâmica da hegemonia é essencial como ferramenta para compreendermos que este fenômeno da emergência da extrema direita não é um episódio fortuito. A utilização do conceito de hegemonia, assim como Antonio Gramsci (2000, 2014, 2016) o desenvolveu, aplicado na interpretação dos elementos da cultura política, nos permitiu identificar e explicar várias relações que estão nas bases da construção das relações políticas e de legitimidade propriamente ditas. Assim como nos permitiu identificar como se articularam e coordenaram as relações entre diferentes frações de classe, grupos políticos e atores sociais.

A supremacia da burguesia se renovou em função de sua capacidade de transformar os projetos ideológicos e interesses específicos de um bloco de classes em visões de caráter nacional e de interesse comum, dando-lhes a aparência de dimensões universais. Essa é a essencialidade da hegemonia política como forma superior de dominação de classes (GRAMSCI, 2000, 2014, 2016). Contudo, a burguesia não o fez apenas pelo convencimento, mas também pelo uso da força, tanto pela repressão de Estado quanto pela normatização cultural produzida por uma rede ampla de aparelhos privados de ideologia.

Esse processo permanentemente crítico da hegemonia neoliberal sobre a economia capitalista permitiu que se criasse um amplo e difuso processo de atualização dos próprios valores tradicionais, autoritários e conservadores a partir de sua aproximação com os preceitos retóricos e políticos do neoliberalismo – tais como a aversão ao Estado de bem-estar social, a liberdade econômica absoluta e a precarização das normas protetivas sociais, com a naturalização da diferença e da hierarquia. Isso estabeleceu uma dinâmica progressivamente conflituosa entre a ação dos Estados capitalistas, sob condução das frações dirigentes do neoliberalismo, e os direitos sociais, entre eles os trabalhistas e os caracterizáveis como de bem-estar social. Elites rentistas e monopolizadas e as grandes massas de trabalhadores passaram a disputar os, progressivamente, escassos recursos capitais. A aproximação do pensamento dos setores marcadamente neoliberais com as políticas e ideias de extrema direita e reacionárias foi acelerado e racional.

Os valores ideológicos da hegemonia capitalista – como o antiestatismo, o liberalismo, a rejeição aos valores coletivistas, a liberdade de empresa, desigualdade, meritocracia individual – uma vez associados aos valores conservadores e autoritários, criaram um texto, um roteiro narrativo, legitimador para o novo bloco no poder, renovando a hegemonia neoliberal na sociedade brasileira. A hegemonia neoliberal criou as razões para o surgimento de um processo de atualização do reacionarismo no Brasil, expressão de uma profunda transformação histórica no modo da dominação. Se no regime autoritário a dominação se dava através da coerção estatal, no uso da força, no período que se seguiu à Constituição Federal de 1988, a burguesia lançou mão dos instrumentos do convencimento, de hegemonia propriamente dita. Contudo, não abriu mão do controle do Estado e, portanto, do poder e da violência de Estado, mas avançou, no seio da sociedade civil, nos instrumentos de convencimento e construção de consenso.

Efetivamente, a emergência de uma direita autoritária e reacionária que, a partir de 2010, cresceu política e eleitoralmente, se deu a partir do deslocamento de setores de centro-direita para esse campo. Não há, contudo, uma única causalidade para esse fenômeno. São vários os aspectos contributivos que convergem e se somam para a eclosão do fenômeno de uma nova emergência política de posições e lideranças reacionárias e de extrema direita. Mas, efetivamente, o fator determinante foi o deslocamento da direita conservadora tradicional, posicionada originalmente no campo democrático e progressista, para posições de extrema direita e neoliberais radicalizadas. Setores que se posicionavam ao centro e nos limites de posições democráticas, tráfegaram para posições que questionam a democracia, aceitam a cogitação autoritária, refutam a expansão e até a manutenção de direitos sociais e refutam o

Estado de bem-estar social. Esse trânsito causou grande impacto porque, cumprindo a função social de intelectuais orgânicos, construiu uma narrativa cultural que contribuiu para a identificação da extrema direita como aquele campo que melhor ofereceria uma explicação e, o que se mostrou deveras atrativo, uma solução para a percepção de crise econômica e política pela qual passava o Brasil no período. Esses intelectuais orgânicos emprestaram legitimidade ao programa radicalizado da extrema direita e dos valores reacionários. No campo do conservadorismo, ofereceram a explicação de que a restauração da ordem tradicional do Ocidente restabeleceria a estabilidade; no campo do autoritarismo, de que os inimigos desses valores serão interditados e, até, eliminados da cena política; e, no campo da economia, a liberdade de empreender seria a única possibilidade de superação da crise. São atores que, em período de ascensão das ideias progressistas, aceitavam e compartilhavam os conceitos e premissas da intervenção econômica do Estado, da regulação de caráter igualitário e da efetivação de direitos que garantissem equidade e diversidade, mas que transitaram para posições reacionárias e neoliberais radicais. A partir da legitimidade de se posicionarem como sujeitos democráticos e progressistas, ampliaram a repercussão das ideias reacionárias e da extrema direita. Efetivamente, a influência de vários protagonistas foi relevante nesse processo de renovação do pensamento reacionário e emergência de uma extrema direita da atualidade. Lideranças políticas, partidos políticos, comunicadores, empresários, intelectuais, *think tanks* e influenciadores de redes sociais se deslocaram e mudaram de campo político, cumprindo papel legitimador das novas ideias, transformadas em majoritárias, ao criar um efeito de confirmação da superioridade das ideias reacionárias sobre as ideias progressistas. Sabemos que não somente atores individuais cumpriram papel de intelectuais orgânicos. Muitos desses atores foram influenciados por organizações de várias espécies, tais como empresas, organizações sociais, consultorias, organizações de confissão religiosa, instituições de pesquisa, entre tantas, que estabeleceram uma sequência de construção desse processo de deslocamento e hegemonia, onde a construção intelectual da legitimação das ideias de extrema direita deve ser entendida com processo contínuo e não episódico.

Como um processo, se estabeleceu um ambiente onde os atores sociais se comportam de forma distinta o que tornou a posição que ocupam na estrutura social e política da sociedade e do Estado uma condicionante na forma específica do seu deslocamento. Estas posições são relevantes para analisar e compreender como se desenvolveram esses deslocamentos. O que é influenciado pelos pontos de contato entre uma rede de intelectuais orgânicos, ou seja, pela dinâmica através das quais os atores recebem e emitem os conteúdos presentes neste processo de deslocamento, se convencendo de suas posições e convencendo a outros.

Nesse sentido, nesta pesquisa, atores sociais que se sobressaíram nesse processo foram organizados e analisados em três categorias: os intelectuais e formadores de opinião, os políticos e dirigentes partidários e a alta burocracia estatal.

No percurso da análise, constituiu-se uma tipologia, uma arquitetura de tipos de deslocamento desses atores sociais, do centro para a extrema direita. Tal tipologia permitiu estabelecer uma representatividade, não exaustiva ou estatística, quanto ao seu conteúdo empírico. A identificação dos tipos de deslocamento, ainda que variáveis e heterogêneos, permitiu uma generalização com grande potencial de compreensão acerca dos dispositivos envolvidos na explicação do fenômeno da emergência e ascensão do reacionarismo e da extrema direita no país desde 2010.

Os intelectuais e formadores de opinião atuam no campo da cultura e dos valores sociais. Desempenham a função de formuladores dos símbolos e das sínteses políticas que conferem, para os grupos sociais – classes e frações de classes –, racionalidade e causalidade aos fenômenos, cumprindo papel na formação e construção da opinião pública (GRAMSCI, 2014, 1988). Atuam, desde fora do aparelho de Estado, sobre a opinião pública e demonstram capacidade de construção de explicações e de justificativas para atitudes comportamentais, sociais e políticas.

Os políticos e dirigentes partidários exerceram sua influência a partir do sistema político e, portanto, a partir do interior do aparelho de Estado. Sua legitimidade é constituída pelo sistema político, e, a partir dela, constituem sua potência de influenciar a opinião pública. Os partidos políticos são um tipo específico de intelectual orgânico a representar as categorias sociais, porém o fazem com força normativa e não somente persuasiva. Sua legitimidade está assentada, portanto, no sistema político, no processo de trocas e veiculação de interesse, mas também na capacidade de organizar as opiniões e interesses dos grupos sociais (GRAMSCI, 1988).

Já a alta burocracia estatal é uma categoria composta por funcionários, empregados e agentes públicos que compõem as carreiras do núcleo estratégico ou carreiras típicas de gestão governamental, estabelecidas nas principais instituições coercitivas estatais, como os ministros dos tribunais superiores, procuradores dos ministérios públicos, auditoria, diplomacia, advocacia, agências reguladoras e oficiais gerais das Forças Armadas brasileiras. Seu papel é decisivo em função daquilo a que Nicos Poulantzas (1977) se refere como uma capacidade de agir relativa ao aparelho de Estado. Trata-se da dinâmica pela qual a burocracia do Estado, a partir de uma certa autonomia relativa, exerce funções em favor das classes que detêm o poder de Estado, assumindo a condição de categoria de força social a depender de determinadas

conjunturas, quando se somam as condições para exercer o protagonismo político, ainda que subordinado aos interesses das classes dominantes. Nesse processo de emergência do reacionarismo e da extrema direita, um dos elementos mais decisivos foi a politização da burocracia, constituindo capacidade de influência política tanto no interior do aparelho de Estado, formulando políticas, como em relação à opinião pública, influenciando a formação de interpretações a partir de sua legitimidade técnica.

As políticas econômicas pró-mercado, tradicionais conservadoras e de caráter autoritário estiveram em disputa nesse processo. Sua reorientação, ou seja, a capacidade de determinar sua orientação, foi o aspecto mais substantivo desse processo de emergência do reacionarismo, legitimado pelo deslocamento de diferentes atores sociais, mas que foi determinado, também, por sua capacidade política, cultural e social em viabilizar esse deslocamento. Os intelectuais exerceram sua influência e deslocamento no campo da sociedade civil. Já os políticos e dirigentes partidários e aqueles qualificados como alta burocracia, fizeram esse deslocamento no espaço da sociedade política, ou seja, do Estado.

O deslocamento não se deu de maneira homogênea, tampouco foi uníssona. Diferiu quanto à sua intensidade e quanto à principalidade das tipologias de política. Há diferentes qualidades e diferentes estratégias de efetivação desse deslocamento, assim, esses deslocamentos diferem já em seu ponto de partida. O deslocamento dos intelectuais é o mais irregular entre as categorias sociais analisadas. Nessa categoria, houve um deslocamento mais uniforme no que diz respeito à abdicação de políticas distributivistas ou desenvolvimentistas para assumir posições pró-mercado, marcadamente assentadas nos axiomas do neoliberalismo. Em um período de hegemonia de ideias de igualdade, predominava entre os esses intelectuais um consenso acerca do objetivo equilibrador e regulador das políticas públicas e do papel do Estado. Já na atualidade de hegemonia da razão neoliberal, a narrativa principal passou a ser a liberdade de empreender, o controle de gastos públicos, o pagamento dos serviços da dívida e a proteção à riqueza e ao patrimônio.

No campo das políticas tradicionais conservadoras, há uma transição que se pode dizer de contexto, que não se efetiva ou se expressa de maneira direta. As manifestações aparecem na forma de omissão ou silêncio. Não há uma explícita e autodeclarada “substituição de opinião”. Não se trata, nessa categoria, de transitar de ideias de respeito étnico a ideias abertamente racistas. Tampouco se verifica a apologia e demonstrações de simpatia à tortura e à censura ou manifestações e apoio a opiniões eugenistas, ou contrárias a imigrantes e estrangeiros, manifestações homofóbicas, a negação de formas laicas e científicas de conhecimento e da modernidade. O que se encontra são manifestações pela defesa do aumento

da repressão e coerção policial-militar ou apologia à “guerra ao crime”, em nome da segurança, ou seja, pela defesa da ordem e da hierarquia – o que converge com as ideias reacionárias de criminalização dos movimentos sociais, com sua associação à desordem, ruptura da lei e quebra de valores tradicionais. Trata-se de um comportamento mediado, de pouca externalização de descontentamento e de aceitação do “convívio” político com ideias que não se posicionam no campo do Iluminismo moderno no que diz respeito ao comportamento político e a valores sociais. Efetivamente, as manifestações desses atores, baseados na autoridade de sua legitimidade intelectual, colaboraram com a ascensão da extrema direita no Brasil de forma, entretanto, irregular e indireta.

Já na categoria de políticos e dirigentes partidários e a categoria de alta burocracia estatal, podemos identificar um deslocamento direto do centro para a direita. Contudo, também esses atores não o fazem de maneira igual. Realizaram esse deslocamento de pontos de partida distintos. Os políticos e dirigentes partidários partiram de uma posição ativa no cenário e ambiente político, já os altos burocratas estatais partiram de posições ocultas, de pouca ou nenhuma atuação ou visibilidade no cenário político até então. Em comum, verifica-se, nessas categorias sociais, manifestações convergentes no plano da assimilação e difusão de valores e conceitos conservadores, autoritários e reacionários.

Podemos caracterizar o deslocamento dos políticos e dirigentes partidários como um *deslocamento horizontal* proposicional. Ou seja, de posições declaradas ao centro para posições de extrema direita na escala política consagrada por Bobbio (2001). Os altos burocratas estatais, por sua vez, desenvolveram um *deslocamento vertical*, ou seja, de uma posição oculta, resignada, para posições explícitas, declaradas, em favor da extrema direita.

Segundo José Murilo de Carvalho (2019), a narrativa do silêncio e da discrição, especialmente adotada a partir da redemocratização de 1985/1988 pelos militares, sempre conviveu com sua forte e constante participação na política e nas definições do Estado brasileiro. Dessa posição de ocultação, adotada nas décadas de 1980, 1990 e 2000, as lideranças militares se moveram no sentido de uma posição falante, declaratória, a partir do processo de *impeachment* de Dilma Rousseff, em 2016. Com maior presença no cotidiano da sociedade e da dinâmica do Estado, as lideranças militares se deslocaram do silêncio do respeito à Constituição Federal para posições de interferência direta na política. Essa posição convergiu com os setores de extrema direita em movimentação no país naquela década, e os alimentou com o respaldo institucional e fático dos militares. O efeito foi reavivar o “espírito” do regime autoritário, do anticomunismo e da restauração da ordem e do passado, elementos ideológicos e culturais basilares do reacionarismo no Brasil.

Essa onda de emergência do reacionarismo e da extrema direita é influenciada por lideranças que fizeram esse deslocamento desigual, mas convergente, do centro para a direita, em direção às políticas econômicas pró-mercado, tradicionais conservadoras e de caráter autoritário, contribuindo em duplo sentido, ambos positivos, para a emergência do reacionarismo. Um sentido é objetivo, trata-se da ampliação das adesões de líderes políticos com mandato ou posições institucionais de relevância. O outro sentido é subjetivo, trata-se da ampliação da legitimação social e política das posições reacionárias e da extrema direita, através do empréstimo de prestígio e capacidade de influência da opinião pública.

Esses atores construíram as narrativas legitimadoras para o deslocamento que a centro-direita, o centro liberal e o centro democrático fizeram em direção às políticas, táticas e lideranças da extrema direita. As manifestações desses atores colaboraram com a construção de um ambiente político e de cultura política favorável à emergência do reacionarismo e da extrema direita no Brasil. Estes atores contribuíram com o discurso de extrema direita e conservador, animando os espectros anticomunistas, desenvolvendo argumentos de rejeição e estigmatização do campo de esquerda e movimentos sociais e aderindo intensamente às políticas econômicas pró-mercado e tradicionais conservadoras, mas moderado no que diz respeito ao tema da democracia.

Já em relação aos políticos analisados, o deslocamento foi direto e no sentido de posições à extrema direita. No controle de capacidades estatais, contribuíram com normas, ações, medidas que levaram à alteração das condições políticas, em especial com o episódio do *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff. Mas também a partir das reformas legais de caráter pró-mercado, como a flexibilização dos direitos trabalhistas, que favoreceu a massa de empresários, em período de crises, e privatizações de empresas e serviços estatais.

Na categoria da alta burocracia estatal, o deslocamento é singular, distinto dos demais. Caracterizei o deslocamento como vertical, em antítese ao deslocamento horizontal, do centro para a direita, feito pelos demais atores interpretados. Vertical com o significado de que esses atores se deslocaram do fundo do palco, escuro e discreto, para a frente das luzes e da visibilidade. Contidos no silêncio do “grande mudo”, perceberam na crise política dos anos iniciais da década de 2010 uma oportunidade para propor, na prática, uma revisão da história do regime autoritário de 1964. Assentados no sentimento de nostalgia da Ditadura que parte relevante da sociedade brasileira, em especial seus setores médios, cultivava, passaram a alimentar a utopia reacionária da “intervenção militar” como forma de eliminar a desordem e o risco do comunismo. A grande contribuição desse setor é a utilização do peso da história para convocar

a mobilização desse setor nostálgico que se associou às demais correntes e frações da extrema direita na emergência dessa onda reacionária.

A hipótese verificada é que a convergência entre um contexto político e social – caracterizado pela presença de elementos conservadores, tendencialmente favoráveis ao autoritarismo, próprios da cultura política da sociedade brasileira –, a crise econômica global do século XXI, que no Brasil se materializou por um aumento da pobreza – com a redução de investimentos públicos – e a deslegitimação da política e da democracia, criou as condições para um forte deslocamento da direita brasileira do conservadorismo tradicional para posições abertamente reacionárias e de extrema direita a partir de 2010, em sentido ascendente e contínuo até 2022, aumentando a capacidade de ação da extrema direita e garantindo a reprodução da hegemonia neoliberal no país.

A partir de 2010, o campo político reacionário no Brasil consolidou novo ciclo de expansão através da agregação da direita conservadora tradicional, ou seja, do deslocamento de setores que se posicionavam no espectro do centro político e da centro-direita conservadora tradicional para posições de caráter reacionário e de extrema direita. Esse deslocamento se deu a partir da convergência entre a cultura autoritária e a cultura conservadora da sociedade brasileira e o pensamento neoliberal, em um ambiente de crise econômica global e paradoxos e contradições do sistema democrático, fazendo emergir uma direita de caráter reacionário, com competitividade e densidade político-eleitoral.

A eficácia da tática e do programa da direita tradicional passou a ser questionada nesse tempo de crise. As tradicionais elites conservadoras perderam protagonismo político ante o grande capital após sucessivas décadas em que houve, ainda que parcialmente, significativos avanços dos movimentos sociais, de governos social-democratas na Europa, governos progressistas na América Latina e soberanos na África e Ásia, desde a década de 1950 até o início do século XXI. Contudo, a eleição de Donald Trump nos Estados Unidos em 2016; a vitória do *Brexit* no Reino Unido; a instabilidade constante da União Europeia e o enfraquecimento dos partidos social-democratas e de centro-direita que constituíram essa direita tradicional; o sucesso crescente de partidos racistas; o avanço de forças autoritárias, anti-imigrantistas e neofascistas na América Latina, em toda a Europa e na Ásia – como Narendra Modi na Índia em 2014, Jair Bolsonaro no Brasil em 2018, Javier Milei na Argentina em 2023, Giorgia Meloni na Itália desde 2022 e Viktor Orbán no governo da Hungria desde 2010 – indicam que a extrema direita, setores reacionários e autoritários tomaram o lugar de liderança política da plataforma política do neoliberalismo.

Não há uma igualdade absoluta em relação a todos esses processos nacionais, mas há um encontro essencial de condições comum em todos eles. Notadamente duas: o surgimento de governos progressistas, social-democratas ou desenvolvimentistas, como no América Latina, e uma erosão da efetividade e legitimidade política dos partidos e lideranças conservadoras tradicionais, como na Europa e Ásia.

Em um ciclo de crise estrutural, a extrema direita se mostrou mais capaz que a direita tradicional para enfrentar a disputa com o campo progressista pelos recursos públicos e pelas políticas fiscais. Por isso é possível afirmar que a crise econômica e a hegemonia do capital financeiro criaram as condições necessárias para que a direita reacionária tenha se tornado a liderança política mais expressiva do bloco de classes burgueses. A extrema direita se apresentou como capaz e disposta a garantir as condições de reprodução dessa hegemonia em risco, ou seja, capaz de liderar um processo de construção de maioria e apoio político na sociedade para manutenção da legitimidade deste modelo, baseado na ultra espoliação do trabalho. Nesse sentido, o deslocamento objetivo de atores sociais relevantes, de posições progressistas para posições reacionárias, deu densidade à emergência da extrema direita na esfera da relevância política, legitimando, na opinião pública e nas esferas do aparelho de Estado – como o parlamento e a alta burocracia – sua ofensiva, sua pauta e sua conduta.

Essa renovação da direita brasileira no último período acarretou uma modificação de conteúdo doutrinário nesse campo político. A direita tradicional, ainda que vinculada aos valores autoritários e conservadores, mas condicionada pela ofensiva distributivista das primeiras décadas do século XXI, perdeu protagonismo político e viu crescer uma direita mais radicalizada, igualmente autoritária e conservadora, vinculada aos valores tradicionais conservadores brasileiros, mas que abdica dos conceitos mais nacionalistas e estatistas para se afiliar decididamente às razões do neoliberalismo e fundi-las com alguns dos pressupostos mais clássicos do fascismo, tais como a luta cultural, o ódio, o supremacismo e o anti-igualitarismo (CODATO; BOLOGNESI; ROEDER, 2015).

A emergência política da direita reacionária, neste século XXI, se baseia na narrativa de que a democracia e a esquerda estabeleceram uma ruptura com os valores tradicionais da harmonia e da ordem do passado brasileiro. Esse processo pode ser compreendido como a emergência organizada da resistência às mudanças da sociedade moderna e uma defesa da sociedade tradicional (MESSEMBERG, 2019a).

Os deslocamentos dos atores no campo da cultura foram decisivos para esse processo. A direita reacionária interagiu com os valores autoritários e os valores conservadores para constituir condições suficientes para sua emergência. A extrema direita restabeleceu o orgulho

de ser reacionário, autoritário e politicamente incorreto. O orgulho de negar a modernidade e desejar o passado de volta. O reacionarismo tornou-se predominante e, até mesmo, dirigente no campo da direita brasileira porque os valores ideológicos, autoritários e anti-igualitários, presentes na cultura política da sociedade brasileira, e a hegemonia política da grande burguesia internacional no país, estabeleceram as condições suficientes para essa ascensão política.

O desenvolvimento da investigação nos deu ideia da amplitude e complexidade do fenômeno da emergência e ascensão do pensamento reacionário e da extrema direita no mundo e no Brasil. O que significa que será preciso aprofundar e desenvolver novas metodologias que permitam aprofundamento dessa discussão. A relação entre passado e futuro das ideias de extrema direita e como interagem para produzir novas ondas de emergências desse campo político e do reacionarismo apresenta um campo de pesquisa bastante extenso.

A contribuição à teoria está na identificação de que a extrema direita e o pensamento reacionário têm capacidade hegemônica e a exercem sobre a direita tradicional e a centro-direita. E que essa capacidade hegemônica está vinculada à hegemonia da razão neoliberal. Foi nesse contexto de supremacia das ideias favoráveis ao mercado que a forma de ação e prática política da extrema direita, convergindo com o reacionarismo, assumiram a supremacia sobre a prática política da direita tradicional. Desta forma, a assimilação e operacionalização do conceito gramsciano de hegemonia no campo de pesquisa da cultura política, aplicado a um caso empírico distinto do contexto em que o conceito foi desenvolvido originalmente, apontam novos horizontes e fronteiras para a pesquisa sobre cultura e sua relação com o poder político.

Futuras pesquisas poderão abordar o comportamento de outras tipologias de atores sociais para verificar a diversidade dos deslocamentos políticos e como isso influencia a intensidade desses deslocamentos – o que muito contribuirá na elaboração teórica de uma grade de tipificações dos deslocamentos observados e observáveis.

Da mesma forma, esse processo de emergência e deslocamento não cessou em 2022, quando se dá a linha de corte desta investigação. Em 2023 assistimos aos episódios ocorridos em 08 de janeiro, de invasão dos prédios do STF, Congresso Nacional e Palácio do Planalto, as sedes dos três poderes institucionais, próprios do sistema democrático brasileiro. Essa grande mobilização com caráter insurrecional e com bases populares foi, efetivamente, espelhada no assalto ao Capitólio de 06 de janeiro de 2021, em Washington, EUA, promovido por setores de extrema direita. Em 2024, revelou-se, para mais uma série de estarcimentos do campo progressista e democrático, um grande plano golpista que “amarrava” uma série de movimentos de caráter insurrecional, dando-lhes racionalidade.

Nas eleições municipais de 2024, houve uma renovação do processo de emergência do reacionarismo e da extrema direita e de captação de atores de direita tradicional e centro-direita. Tais eleições podem abrir novas perspectivas neste debate, como, por exemplo, a consequência dessa emergência sobre o sistema partidário brasileiro. Portanto, novos fatos e eventos renovaram o estoque de materialidades e objetos para ampliar a diversidade, amplitude e qualidade das investigações sobre a emergência das ideias reacionárias no Brasil.

No campo da cultura política, igualmente, muito se pode investigar a partir da compreensão sobre a capacidade interpretativa oferecida pelo conceito de hegemonia a essa área da Ciência Política. Haveria tanta aderência a essas ideias, atitudes e narrativas reacionárias sem que a hegemonia cultural e política lhe permitissem as condições? Espero, com esta pesquisa, ter contribuído, se não com as respostas, com as perguntas com as quais devemos nos equipar para entender esse fenômeno de enorme potência de transformação da política mundial.

REFERÊNCIAS

- ABRANCHES, Sérgio. *Presidencialismo de coalizão: raízes e evolução do modelo político brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
- ALMEIDA, Alberto Carlos. GARRIDO, Tiago. *A mão e a luva: o que elege um presidente*. Rio de Janeiro: Record, 2022.
- ALMEIDA, Marco Rodrigo. Afinal, Jair Bolsonaro é ou não é fascista? *Folha de S. Paulo*, 21 out. 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2018/10/afinal-jair-bolsonaro-e-ou-nao-e-fascista.shtml>. Acesso em: 29 out. 2024.
- ANDERSON, Perry. *O fim da história: de Hegel a Fukuyama*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992.
- APPADURAI, Arjun. Fadiga da democracia. In: GEISELBERGER, Heinrich (Org.). *A grande regressão: um debate internacional sobre os novos populismos e como enfrentá-los*. São Paulo: Estação Liberdade, 2019. p. 19-35.
- APROVADA mudança do nome do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). *TSE*, 15 maio 2018. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2018/Maio/aprovada-mudanca-do-nome-do-partido-do-movimento-democratico-brasileiro-pmdb>. Acesso em: 21 mar. 2025.
- ARAÚJO, Adriano Alves. *O que é habeas corpus?* 2017. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/o-que-e-habeas-corpus/399991130>. Acesso em: 07 mar. 2025.
- ARRETCHE, Marta. Conclusões: as políticas na trajetória da democracia à redução das desigualdades. In: ARRETCHE, Marta. *Trajetórias das desigualdades: como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos*. São Paulo: Unesp, 2015. p. 423-455.
- AZEVEDO, Fábio Palácio de. Brasil 2016: crise política, golpe conservador e resistência popular – notas sobre o papel da luta ideológica. In: RABELO, Renato; MONTEIRO, Adalberto (Orgs). *Governos Lula e Dilma: o ciclo golpeado – contexto internacional, realizações, lições e perspectivas*. São Paulo: Anita Garibaldi, 2017. p. 143-175.
- BAQUERO, Marcello. A cultura política na agenda da democratização na América Latina. In: BAQUERO, Marcello. *Cultura(s) política(s) e democracia no século XXI na América Latina*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011. p. 13-23.
- BAQUERO, Marcello; PRÁ, Jussara. Cultura política e cidadania no Brasil: uma análise longitudinal. *Estudos Leopoldenses*, v. 28, 1992.
- BARBOSA, Jefferson Rodrigues. Bolsonarismo, mitos e mitologias políticas: direita radical e a apologia à intervenção militar. In: BARBOSA, Jefferson Rodrigues; HERNÁNDEZ, Oscar A. Piñera. *Extremismos políticos e direitas: Bolsonaro, Trump e a crise das “democracias”*. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2022. p. 35-67.

BARTOLINI, Stefano. Metodología de la investigación política. In: BARTOLINI, Stefano et al. *Manual de Ciência Política*. Madrid: Alianza Editorial, 1988. p. 39-78.

BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. Ascensão e crise do Governo Dilma Rousseff e o golpe de 2016: Poder estrutural, contradição e ideologia. *Revista de Economia Contemporânea*, v. 21, n. 2, e172129, 2017.

BAZANI, Adamo. Melo sanciona lei que privatiza a Carris de Porto Alegre. *Diário do Transporte*, 3 dez. 2021. Disponível em: <https://diariodotransporte.com.br/2021/12/03/melo-sanciona-lei-que-privatiza-a-carris-de-porto-alegre/>. Acesso em: 30 out. 2024.

BELL, Daniel. *O advento da sociedade pós-industrial*. São Paulo: Cultrix, 1973.

BERRINGER, Tatiana. *A burguesia brasileira e a política externa nos governos FHC e Lula*. Curitiba: Appris, 2015.

BIANCHI, Álvaro. *O laboratório de Gramsci*. Filosofia, história e política. Porto Alegre: Zouk, 2018.

BIANCHI, Giorgio. Reação. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 2007. Vol. 2, p. 1073-1074.

BOBBIO, Norberto. *Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política*. 2. ed. São Paulo: Unesp, 2001.

BOITO JÚNIOR, Armando. *A democracia em pedaços*. Campinas, SP: IFCH/Unicamp, 2020. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/341793511_A_democracia_em_pedacos. Acesso em: 01 jun. 2020.

BOITO JÚNIOR, Armando. *Reforma e crise política no Brasil: os conflitos de classe nos governos do PT*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2018.

BOITO JÚNIOR, Armando. Governos Lula: a nova burguesia nacional do poder. In: BOITO JÚNIOR, Armando; GALVÃO, Andréa. *Política e classes sociais no Brasil dos anos 2000*. São Paulo: Alameda, 2012a. p. 67-104.

BOITO JÚNIOR, Armando. *As bases políticas do neodesenvolvimentismo*. São Paulo: FGV, 2012b.

BOLSONARO Cita USTRA no voto pelo impeachment de Dilma Rousseff. 17 abr. 2016. 1 vídeo (1 min 30 s). Publicado pelo canal Poder360. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=WvN7nYxbH-o>. Acesso em: 26 fev. 2025.

BRAGA, José Carlos de Souza. Financeirização global – o padrão sistêmico de riqueza do capitalismo contemporâneo. In: TAVARES, Maria da Conceição; FIORI, José Carlos (Orgs.). *Poder e dinheiro: uma economia política da globalização*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997. p. 195-242.

BRASIL. *Decreto nº 9.759, de 11 de abril de 2019*. Extingue e estabelece diretrizes, regras e limitações para colegiados da administração pública federal. Brasília, 2019b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Decreto/D9759.htm#art10. Acesso em: 29 out. 2024.

BRASIL. *Decreto nº 9.288, de 16 de fevereiro de 2018*. Decreta intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro com o objetivo de pôr termo ao grave comprometimento da ordem pública. Brasília, 2018. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2018/decreto-9288-16-fevereiro-2018-786175-publicacaooriginal-154875-pe.html>. Acesso em: 30 out. 2024.

BRASIL. Senado Federal. *Proposta de Emenda à Constituição nº 55, de 2016*. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. Brasília, 2016. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/127337>. Acesso em: 11 mar. 2025.

BRASIL. Senado Federal. *Resolução nº 35, de 31 de agosto de 2016*. Dispõe sobre sanções no Processo de Impeachment contra a Presidente da República, Dilma Vana Rousseff, e dá outras providências. Brasília, 2016. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1000&pagina=1&data=31/08/2016>. Acesso em: 15 out. 2024.

BRASIL. *Decreto nº 8243, de 23 de maio de 2014*. Institui a Política Nacional de Participação Social - PNPS e o Sistema Nacional de Participação Social - SNPS, e dá outras providências. Brasília, 2014. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2014/decreto-8243-23-maio-2014-778785-publicacaooriginal-144185-pe.html>. Acesso em: 15 jun. 2023.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Biografia Deputado Michel Temer. *Portal da Câmara dos Deputados*, 2011. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/a-camara/presidencia/galeria-presidentes/michel-temer-2009-2010>. Acesso em: 30 out. 2024.

BRASIL. *Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999*. Dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas. Brasília, 1999. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp97.htm. Acesso em: 30 out. 2024.

BUCI-GLUCKMANN, Christinne. *Gramsci e o Estado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

BUONICORE, Augusto C. O neoliberalismo, os governos e as classes dominantes. In: RABELO, Renato; MONTEIRO, Adalberto (Orgs.). *Governos Lula e Dilma: o ciclo golpeado – contexto internacional, realizações, lições e perspectivas*. São Paulo: Anita Garibaldi, 2017. p. 113-141.

CARVALHO, José Murilo de. *Forças Armadas e política no Brasil*. São Paulo: Todavia, 2019.

CASIMIRO, Flávio Henrique Calheiros. *A tragédia e a farsa: a ascensão das direitas no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Expressão Popular; Fundação Rosa Luxemburgo, 2020.

CASIMIRO, Flávio Henrique Calheiros. *A nova direita: aparelhos de ação política e ideológica no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

CASTRO, Celso Corrêa Pinto de (Org.). *General Villas Bôas: conversa com o comandante*. Rio de Janeiro: FGV, 2021.

CASTRO, Henrique Carlos de Oliveira de. *Cultura política comparada: democracia e mudanças econômicas. Brasil, Argentina e Chile*. Brasília: Verbena, 2014.

CASTRO, Henrique Carlos de Oliveira de. Cultura política, democracia e hegemonia na América Latina. In: GONZÁLEZ, Rodrigo Stumpf (Org.). *Perspectivas sobre participação e democracia no Brasil*. Ijuí: Unijuí, 2007. p. 29-54.

CASTRO, Henrique Carlos de Oliveira de. Cultura política, democracia e hegemonia: uma tentativa de explicação do comportamento político não democrático. In: BAQUERO, Marcello; CASTRO, Henrique Carlos de Oliveira de; GONZÁLEZ, Rodrigo Stumpf. *A construção da democracia na América Latina: estabilidade democrática, processos eleitorais, cidadania e cultura política*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1998. p. 30-49.

CEPÊDA, Vera Alves. A nova direita no Brasil: contexto e matrizes conceituais. *Mediações*, v. 23, n. 2, p. 75-122, maio/ago. 2018.

CHAUÍ, Marilena. *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

CHAUÍ, Marilena. *Manifestações ideológicas do autoritarismo brasileiro*. Belo Horizonte: Autêntica Editora; São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2013.

CINTRA, Antonio Octávio et al. O Poder Legislativo na Nova República: a visão da Ciência Política. In: AVELAR, Lúcia; CINTRA, Antonio Octávio (Org.). *Sistema político brasileiro: uma introdução*. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung, 2015. p. 81-123.

CODATO, Adriano; BERLATTO, Fábria; BOLOGNESI, Bruno. Tipologia dos políticos de direita no Brasil: uma classificação empírica. *Análise Social*, v. 53, n. 229, p. 870-897, 2018.

CODATO, Adriano; BOLOGNESI, Bruno; ROEDER, Karolina Mattos. A nova direita brasileira: uma análise da dinâmica partidária e eleitoral do campo conservador. In: CRUZ, Sebastião Velasco; KAYSEL, André; CODAS, Gustavo (Org.). *Direita, volver: o retorno da direita e o ciclo político brasileiro*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2015. p. 115-143.

CODATO, Adriano; PERISSINOTTO, Renato. *Marxismo como ciência social*. Curitiba: Editora da UFPR, 2011.

COMANDANTE do Exército recebe homenagem da CNI. *Agência de Notícias da Indústria*, 21 fev. 2018. Disponível em:

<https://noticias.portaldaindustria.com.br/noticias/institucional/comandante-do-exercito-recebe-homenagem-da-cni/>. Acesso em: 30 out. 2024.

COMISSÃO responde a carta de família de general morto. *Folha de S. Paulo*, 11 dez. 2014. Disponível em: <https://m.folha.uol.com.br/poder/2014/12/1561321-comissao-responde-a-carta-de-familia-de-general-morto.shtml?cmpid=menupe>. Acesso em: 10 mar. 2022.

CRAVO, Alice; GULLINO, Daniel. General Villas Bôas deixa cargo de assessor especial no Governo Bolsonaro. *O Globo*, 21 jun. 2022. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2022/06/general-villas-boas-deixa-cargo-de-assessor-especial-no-governo-bolsonaro.ghtml>. Acesso em: 30 out. 2024.

DAHL, Robert. *Sobre a democracia*. Brasília: Editora da UNB, 2001.

D'ARAÚJO, Maria Celina. *Militares, democracia e desenvolvimento: Brasil e América do Sul*. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2016.

DELLA PORTA, Donatella. Política progressista e regressiva no neoliberalismo tardio. In: GEISELBERGER, Heinrich (Org.). *A grande regressão: um debate internacional sobre os novos populismos e como enfrentá-los*. São Paulo: Estação Liberdade, 2019. p. 57-76.

DEL ROIO, Marcos. *Gramsci e a emancipação do subalterno*. São Paulo: Unesp, 2018.

DI GIOVANNI, Geraldo. Atores. In: DI GIOVANNI, Geraldo; NOGUEIRA, Marco Aurélio (Orgs.). *Dicionário de Políticas Públicas*. São Paulo, SP: Unesp, 2018.

DILMA troca comandantes militares das três Forças. *Folha de S. Paulo*, 8 jan. 2015a. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/203165-dilma-troca-comandantes-militares-das-tres-forcas.shtml>. Acesso em: 15 dez. 2021.

DILMA nomeia novos comandantes das Forças Armadas. *Agência Brasil*, 07 jan. 2015b. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2015-01/dilma-nomeia-novos-comandantes-das-forcas-armadas>. Acesso em: 15 dez. 2021.

DINIZ, Eli. Empresariado industrial, representação de interesses e ação política: trajetória histórica e novas configurações. *Política e Sociedade: Revista de Sociologia Política*, v. 9, n. 17, p. 101-139, 2010.

DOWBOR, Ladislau. *A era do capital improdutivo. A nova arquitetura do poder sob dominação financeira, sequestro da democracia e destruição do planeta*. São Paulo: Autonomia Literária, 2017.

DREIFUSS, René Armando. *1964: a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de Estado*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1981.

DUMÉNIL, Gérard; LÉVY, Dominiq Dowborue. *A crise do neoliberalismo*. São Paulo: Boitempo, 2014.

ECKSTEIN, Harry. *Division and cohesion in democracy: a study of Norway*. Princeton: Princeton University Press, 1966.

ECO, Umberto. *O fascismo eterno*. Rio de Janeiro: Record, 2018.

ELEIÇÕES 2020 no Rio Grande do Sul: Porto Alegre, RS. *GI*, 29 nov. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/eleicoes/2020/resultado-das-apuracoes/porto-alegre.ghtml>. Acesso em: 30 out. 2024.

ETCHEGOYEN, Sérgio. *Não foi uma miragem*. 25 maio 2021. Disponível em: <https://clubemilitar.org/artigo/nao-foi-uma-miragem/>. Acesso em: 01 fev. 2023.

ETCHEGOYEN, Sérgio. In: FGV CPDOC. FGV, c2009. Disponível em: <https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/sergio-westphalen-etchegoyen>. Acesso em: 30 out. 2024.

FALCON, Francisco José Calazans. Fascismo: novas e antigas ideias. In: PARADA, Maurício (Org.). *Fascismos: conceitos e experiências*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2008. p. 11-28.

FEDOZZI, Luciano. *Orçamento Participativo: reflexões sobre a experiência de Porto Alegre*. 2. ed. Porto Alegre: Tomo Editorial; Rio de Janeiro: Observatório de Políticas Urbanas e Gestão Municipal, 1999.

FERNANDES, Florestan. *Apontamentos sobre a “Teoria do Autoritarismo”*. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

FERNANDES, Florestan. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

FERNANDES, Sabrina. *Sintomas mórbidos: a encruzilhada da esquerda brasileira*. São Paulo: Autonomia Literária, 2019.

FICO, Carlos. *Utopia autoritária brasileira: como os militares ameaçam a democracia brasileiros desde o nascimento da República até hoje*. São Paulo: ed. Planeta do Brasil, 2025.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra; AREND, Marcelo; GUERRERO, Glaison Augusto. *Política econômica, instituições e classes sociais: os governos do Partido dos Trabalhadores no Brasil*. 2018. Disponível em:

http://www.portaladverso.com.br/arquivos_pdf/Gov_Lula_Dilma_Fonseca_Arend_e_Guerrero.pdf. Acessado em: 01 mar. 2029.

FONTES, Virgínia. *O Brasil e o capital imperialismo: teoria e história*. 2. ed. Rio de Janeiro: EPSJV; Editora da UFRJ, 2010.

FRASER, Nancy; JAEGGI, Rahel. *Capitalismo em debate: uma conversa na teoria crítica*. São Paulo: Boitempo, 2020.

FRASER, Nancy. Neoliberalismo progressista versus populismo reacionário: a escolha de Hobson. In: GEISELBERGER, Heinrich (Org.). *A grande regressão: um debate internacional sobre os novos populismos e como enfrentá-los*. São Paulo: Estação Liberdade, 2019. p. 77-89.

FRASER, Nancy. Do neoliberalismo progressista a Trump e além. *Política & Sociedade*, v. 17, n. 40, p. 43-64, 2018.

FRASER, Nancy. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça na era pós-socialista. In: SOUZA, Jessé (Org.). *Democracia hoje: novos desafios para a teoria democrática contemporânea*. Brasília: Editora da UnB, 2001. p. 245-282.

GALHARDO, Ricardo. Em Porto Alegre, peemedebista vai contra Temer para ter voto petista. *Estadão*, 28 out. 2016. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/politica/eleicoes/em-porto-alegre-peemedebista-vai-contratemer-para-ter-voto-petista/>. Acesso em: 30 out. 2024.

GEISELBERGER, Heinrich. Prefácio. In: GEISELBERGER, Heinrich (Org.). *A grande regressão: um debate internacional sobre os novos populismos – e como enfrentá-los*. São Paulo: Estação Liberdade, 2019. p. 9-17.

GENERAL CHAMA relatório da comissão da verdade de “leviano”. *Correio do Povo*, 11 dez. 2014. Disponível em: <https://www.correiodopovo.com.br/not%C3%ADcias/pol%C3%ADtica/general-chama-relat%C3%B3rio-da-comiss%C3%A3o-da-verdade-de-leviano-1.160681>. Acesso em: 30 out. 2024.

GENERAL DE EXÉRCITO VILLAS BOAS – Discurso de despedida. *Defesanet*, 11 jan. 2019. Disponível em: <https://www.defesanet.com.br/terrestre/gen-ex-villas-boas-discurso-de-despedida/>. Acesso em: 30 out. 2024.

GONÇALVES, Rodrigo Santaella. *Intelectuais em movimento: o grupo Comuna e a construção da hegemonia antineoliberal na Bolívia*. São Paulo: Alameda, 2015.

GONÇALVES, Leandro Pereira; CALDEIRA NETO, Odilon. *O fascismo em camisas verdes: do integralismo ao neointegralismo*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2020.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. 7. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014. v. 1.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. v. 2.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. 7. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016. v. 3.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. 7. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015. v. 5.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. v. 6.

GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988.

GROS, Denise Barbosa. *Institutos liberais e neoliberalismo no Brasil da Nova República*. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser, 2003.

HABEAS CORPUS. In: SENADO FEDERAL. *Senado Notícias*, [20--?]. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/glossario-legislativo/habeas-corpus>. Acesso em: 19 jul. 2025.

HABERMAS, Jürgen. *Para a reconstrução do materialismo histórico*. São Paulo: Unesp, 2016.

HERF, Jeffrey. *O modernismo reacionário: tecnologia, cultura e política na República de Weimar e no Terceiro Reich*. São Paulo: Ensaio; Campinas: Unicamp, 1993.

HILFERDING, Rudolf. *O capital financeiro*. São Paulo: Nova Cultural, 1985. (Coleção Economistas).

HIRSCHMAN, Albert O. *A retórica da intransigência: perversidade, futilidade, ameaça*. São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 2019.

HOBBSAWM, Eric J. *A Era das Revoluções: 1789 – 1848*. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 27. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

HOWLETT, Michel; RAMESH, M.; PERL Anthony. *Política pública: seus ciclos e subsistemas – uma análise de políticas públicas a partir das relações Estado e sociedade*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

IANONI, Marcus. *Estado e coalizões no Brasil (2003 -2016): social-desenvolvimentismo e neoliberalismo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2018.

IMPEACHMENT. In: BRASIL. *Glossário legislativo*. [20--?]. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/glossario-legislativo/impeachment>. Acesso em: 20 mar. 2025.

INSTITUTO GENERAL VILLAS BÔAS (IGVB). *Histórico*. c2024. Disponível em: <https://igvb.org/o-instituto/>. Acesso em: 30 out. 2024.

KERCHE, Fábio; MARONA, Marjorie. *A política no banco dos réus: a Operação Lava Jato e a erosão da democracia no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2022.

KICIS, Bia. Projeto de Lei. Institui o “Programa Escola sem Partido”. Brasília, 2019. Disponível em:

https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1707037. Acesso em: 30 out. 2024.

KONDER, Leandro. *Introdução ao fascismo*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

LACERDA, Marina Basso. *O novo conservadorismo brasileiro*. Porto Alegre: Zouk, 2019.

LAPERRIÈRE, Anne. A teorização enraizada (grounded theory): procedimento analítico e comparação com outras abordagens. In: POUPART, Jean et al. *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. p. 353-385.

LEITE, Francisco Tarciso. *Metodologia científica: métodos e técnicas de pesquisa*. Aparecida, SP: Ideias & Letras, 2008.

LÊNIN, Vladimir Ilich. *O imperialismo, fase superior do capitalismo*. Brasília: Nova Palavra, 2007.

LEWGOY, Júlia. PSDB trai história ao ficar com Temer, diz Reale Júnior à revista. *Exame*, 17 jun. 2017. Disponível em: <https://exame.com/brasil/o-psdb-trai-historia-ao-ficar-com-temer-diz-reale-junior-a-revista/>. Acesso em: 29 out. 2024.

LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale (Orgs.). *Dicionário gramsciano*. São Paulo: Boitempo, 2017.

LIMA, Lucas Gonçalves de; FONSECA, Pedro Cezar Dutra. Interpretações da política econômica nos Governos Lula e Rousseff. *Análise Econômica*, v. 39, n. 79, p. 251-275, jun. 2021.

LIMA, Renato Sérgio et al. Medo da violência e adesão ao autoritarismo no Brasil: proposta metodológica e resultados em 2017. *Opinião Pública*, v. 26, n. 1, p. 34-65, jan./abr. 2020.

LOSURDO, Domenico. *Marx e o balanço histórico do século 20*. São Paulo: Fundação Maurício Grabois; Anita Garibaldi, 2015.

LOUREIRO, Maria Rita; OLIVIERI, Cecília; MARTES, Ana Cristina Braga. Burocratas, partidos e grupos de interesse: o debate sobre política e burocracia no Brasil. In: LOUREIRO, Maria Rita; ABRUCIO, Fernando Luiz; PACHECO, Regina Silvia (Orgs.). *Burocracia e política no Brasil*. Desafios para a ordem democrática no século XXI. Rio de Janeiro: FGV, 2010. p. 73-108.

LULA DA SILVA, Luiz Inácio. *Carta aos brasileiros*. Fundação Perseu Abramo, 10 maio 2006. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/2006/05/10/carta-ao-povo-brasileiro-por-luiz-inacio-lula-da-silva/>. Acesso em: 01 jul. 2017.

LULA DA SILVA, Luiz Inácio. *Programa de governo: eleições presidenciais de 2002*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002. Disponível em: <http://csbh.fpabramo.org.br/node/5881>. Acesso em: 01 jul. 2017.

MANIFESTAÇÕES por prisão de Lula ganham as ruas do País. *Portal S1*, 4 abr. 2018. Disponível em: <https://portals1.com.br/manifestacoes-por-prisao-de-lula-ganham-as-ruas-do-pais/>. Acesso em: 29 out. 2024.

MARCHEZAN venceu Melo em todas as regiões de Porto Alegre. *Sul 21*, 31 out. 2016. Disponível em: <https://sul21.com.br/noticias-em-geral/2016/10/marchezan-venceu-melo-em-todas-as-regioes-de-porto-alegre/>. Acesso em: 30 out. 2024.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. *Fundamentos de metodologia científica*. São Paulo: Atlas, 2023.

MARINGONI, Gilberto. Ascensão e queda de uma utopia tropical. In: MARINGONI, Gilberto; MEDEIROS, Juliano. *Cinco mil dias: o Brasil na era do lulismo*. São Paulo: Boitempo; Fundação Lauro Campos, 2017.

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. São Paulo: Boitempo, 2013. Livro I.

MATTEI, Clara. *A ordem do capital: como economistas inventaram a austeridade e abriram caminho para o fascismo*. São Paulo: Boitempo, 2023.

MELLO VETA linguagem neutra nas escolas de Porto Alegre. *Amigos de Pelotas*, 17 jun. 2022. Disponível em: <https://amigosdepelotas.com.br/2022/06/17/mello-veta-linguagem-neutra-nas-escolas-de-porto-alegre/brasil-e-mundo/anacatnc/>. Acesso em: 30 out. 2024.

MELO DECLARA apoio a Onyx no 2º turno: ‘Não posso me somar ao projeto agora apoiado pelo PT’. *Sul 21*, 20 out. 2022. Disponível em: <https://sul21.com.br/noticias/politica/eleicoes-2022/2022/10/melo-declara-apoio-a-onyx-no-2o-turno-nao-posso-me-somar-ao-projeto-agora-apoiado-pelo-pt/>. Acesso em: 20 out. 2023.

MENEGHETTI, Marcus. Melo rejeita privatizar empresas públicas de Porto Alegre. *Jornal do Comércio*, 16 out. 2016. Disponível em: https://www.jornaldocomercio.com/_conteudo/2016/10/politica/526366-melo-rejeita-privatizar-empresas-publicas-de-porto-alegre.html. Acesso em: 30 out. 2024.

MESSEMBERG, Débora. A cosmovisão da “nova” direita brasileira. In: PINHEIRO-MACHADO, Rosana; FREIXO, Adriano de (Org.). *Brasil em transe: bolsonarismo, nova direita e desdemocratização*. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2019a. p. 25-49.

MESSEMBERG, Débora. A direita que saiu do armário: a cosmovisão dos formadores de opinião dos manifestantes de direita brasileiros. In: SOLANO, Esther; ROCHA, Camila. *As direitas nas redes e nas ruas: a crise política no Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2019b. p. 175-213.

MIGUEL, Luis Felipe. *Dominação e resistência: desafios para uma política emancipatória*. São Paulo: Boitempo, 2018a.

MIGUEL, Luis Felipe. A reemergência da direita brasileira. In: SOLANO, Esther (Org.). *O ódio como política*. São Paulo: Boitempo, 2018b.

MISHRA, Pankaj. A política na era do ressentimento: o tenebroso legado do iluminismo. In: GEISELBERGER, Heinrich (Org.). *A grande regressão: um debate internacional sobre os novos populismos e como enfrentá-los*. São Paulo: Estação Liberdade, 2019. p. 175-195.

MUDDE, Cas. *A extrema direita hoje*. Rio de Janeiro: Editora da UERJ, 2022.

MUDDE, Cas. *O regresso da ultradireita: da direita radical à direita extremista*. Lisboa: Presença, 2020.

MULHALL, Joe. *Tambores à distância: viagem ao centro da extrema direita mundial*. São Paulo: LeYa Brasil, 2022.

NACHTWEY, Oliver. Descivilização: sobre tendências regressivas nas sociedades ocidentais. In: GEISELBERGER, Heinrich (Org.). *A grande regressão: um debate internacional sobre os novos populismos e como enfrentá-los*. São Paulo: Estação Liberdade, 2019. p. 215-232.

NEGRI, Camilo. *Restrição de abrangência de conteúdos ideológicos da democracia: uma análise sobre a não consolidação de programas de governo de esquerda no Chile, Brasil e Uruguai*. 2009. Tese (Doutorado em Estudos Comparados sobre as Américas) – Programa de Estudos Comparados sobre as Américas, Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

NICOLAU, Jairo. *O Brasil dobrou à direita*. Uma radiografia da eleição de Bolsonaro em 2018. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

NOBRE, Marcos. *Limites da democracia: de junho de 2013 ao Governo Bolsonaro*. São Paulo: Todavia, 2022.

NOZICK, Robert. *Anarquia, Estado e utopia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1991.

OMINAMI, Carlos. *Claroscuro de los gobiernos progresistas*. Santiago de Chile: Edições Catalonia, 2017.

OREIRO, José Luis; FEIJÓ, Carmem. Desindustrialização: conceituação, causas, efeitos e o caso brasileiro. *Revista de Economia Política*, v. 30, n. 2, p. 219-232, abr./jun. 2010.

OREIRO, José Luis; PAULA, Luis Fernando de. *A economia brasileira no Governo Temer e Bolsonaro: uma avaliação preliminar*. 29 set. 2019. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/336147850_A_economia_brasileira_no_governo_Temer_e_Bolsonaro_uma_avaliacao_preliminar. Acesso em: 15 jan. 2023.

PARADA, Maurício. Apresentação. In: PARADA, Maurício (Org.). *Fascismos: conceitos e experiências*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2008. p. 07-09.

PARIS, Robert. *As origens do fascismo*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1970.

PASSARINHO, Nathalia. Eduardo Cunha autoriza abrir processo de impeachment de Dilma. *G1*, 02 dez. 2015. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2015/12/eduardo-cunha-informa-que-autorizou-processo-de-impeachment-de-dilma.html>. Acesso em: 29 out. 2024.

PEDALADAS FISCAIS: o que TRF-1 decidiu no caso de Dilma? *BBC News Brasil*, 28 ago. 2023. Disponível em: [https://www.bbc.com/portuguese/articles/cn37z5v89d4o#:~:text=A%20decis%C3%A3o%20do%20TRF%2D1&text=Na%20sexta%2Dfeira%20\(25%2F,%22pedaladas%20fiscais%22%20por%20Dilma](https://www.bbc.com/portuguese/articles/cn37z5v89d4o#:~:text=A%20decis%C3%A3o%20do%20TRF%2D1&text=Na%20sexta%2Dfeira%20(25%2F,%22pedaladas%20fiscais%22%20por%20Dilma). Acesso em: 29 out. 2024.

PETRAS, James. *Neoliberalismo en América Latina: la izquierda devuelve el golpe*. Rosário: Homo Sapiens Ediciones, 1997.

PIMENTEL, Marcelo. A palavra convence e o exemplo arrasta. In: MARTINS FILHO, João Roberto (Org.). *Os militares e a crise brasileira*. São Paulo: Alameda, 2021. p. 125-141.

PINHEIRO-MACHADO, Rosana; SCALCO, Lucia Mury. *Da esperança ao ódio: a juventude periférica bolsonarista*. In: GALLEGO, Esther Solano (org.) *O ódio como política: a reinvenção da direita no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2028. P. 53-60.

PINTO, Céli Regina Jardim. A trajetória discursiva das manifestações de rua no Brasil (2013-2015). In: SOLANO, Esther; ROCHA, Camila. *As direitas nas redes e nas ruas: a crise política no Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2019. p. 15-53.

PINTO, Eduardo Costa. Bolsonaro, quartéis e marxismo cultural: a loucura como método. In: MARTINS FILHO, João Roberto (Org.). *Os militares e a crise brasileira*. São Paulo: Alameda, 2021. p. 233-246.

PIRES, Álvaro P. Sobre algumas questões epistemológicas de metodologia geral para as ciências sociais. In: PUPART, Jean et al. *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. Vozes, 2014a. p. 43-94.

PIRES, Álvaro P. Amostragem e pesquisa qualitativa: ensaio teórico e metodológico. In: PUPART, Jean et al. *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. Vozes, 2014b. p. 154-211.

PORTO ALEGRE. Câmara Municipal. *Ver. Sebastião Melo*. c2016. Disponível em: <https://memorial.camarapoa.rs.gov.br/galeriadospresidentes/sebastiao-melo/>. Acesso em: 30 out. 2024.

POULANTZAS, Nicos. *O Estado, o poder, o socialismo*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1980.

POULANTZAS, Nicos. *Poder político e classes sociais*. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

PRADO, Michele. *Tempestade ideológica: bolsonarismo: a alt-right e o populismo iliberal no Brasil*. São Paulo: Lux, 2021.

PREFEITO de Porto Alegre, Sebastião Melo. 2023. Disponível em: <https://www.iargs.com.br/prefeito-de-porto-alegre-sebastiao-melo/>. Acesso em: 20 jun. 2024.

PRESIDENTE MICHEL TEMER ressalta atuação do STF na defesa do texto constitucional. *Portal do STF*, 04 out. 2018. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=391835>. Acesso em: 30 out. 2024.

PRONER, Carol; RICOBOM, Gisele. O devido processo legal em risco no Brasil: a jurisprudência da corte interamericana de direitos humanos na análise da sentença condenatória de Luiz Inácio Lula da Silva. In: PRONER, Carol et al. (Orgs.). *Comentários a uma sentença anunciada: o processo Lula*. Bauru: Canal 6, 2017. p. 91-81.

PT ARMA O GOLPE para transformar o Brasil numa República Bolivariana Brasileira. 26 jun. 2014. Disponível em: <http://www.agrobrasil.com.br/2014/05/pt-arma-o-golpe-para-transformar-o.html>. Acesso em: 29 out. 2024.

PUREZA, José Manoel. Para um internacionalismo pós-vestefaliano. In: SANTOS, Boaventura de Souza (Org.). *A globalização e as Ciências Sociais*. São Paulo: Cortez, 2012. p. 233-255.

REALE JUNIOR, Miguel. In: FGV CPDOC. FGV, c2009. Disponível em: <https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/reale-junior-miguel>. Acesso em: 15 jun. 2022.

REGONINI, Glória. Estado do Bem-estar. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 2007. Vol. 1.

ROCHA, Camila. “Menos Marx, mais Mises”: Uma gênese da nova direita brasileira (2006 a 2018). 2018. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2018.

RODRIGUES, Fabiana Alves. *Lava Jato: aprendizado institucional e ação estratégica na Justiça*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2020.

ROSAS, Fernando. *Salazar e os fascismo: ensaio breve de história comparada*. São Paulo: Tinta-da-China Brasil, 2023.

ROSENFELD, Denis. In: ESCAVADOR. 31 ago. 2023. Disponível em: <https://www.escavador.com/sobre/2703581/denis-lerrer-rozenfeld>. Acesso em: 29 out. 2024.

ROSENFELD, Denis. In: INSTITUTO MILLENIUM. c2023. Disponível em: <https://institutomillennium.org.br/convidado/denisrosenfeld/>. Acesso em: 29 out. 2024.

ROSENFELD, Denis. Próximo governo vai herdar situação fiscal muito delicada, diz Denis Rosenfeld. [Entrevista cedida a] Marli Olmos. *Valor Econômico*, 3 out. 2022. Disponível em: <https://valor.globo.com/politica/eleicoes-2022/noticia/2022/10/03/proximo-governo-vai-herdar-situacao-fiscal-muito-delicada.ghtml>. Acesso em: 29 out. 2024.

ROSENFELD, Denis. *Democracia e impunidade*. 17 jun. 2014. Disponível em: <https://institutomillennium.org.br/democracia-impunidade/>. Acesso em: 29 out. 2024.

ROSENFELD, Denis. *A questão da democracia*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

SAAD FILHO, Alfredo; MORAIS, Lecio. *Brasil: neoliberalismo versus democracia*. São Paulo: Boitempo, 2018.

SAES, Décio. *Estado e democracia: ensaios teóricos*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1994.

SALLUM JUNIOR, Brasília. *O impeachment de Fernando Collor: sociologia de uma crise*. São Paulo: Editora 34, 2015.

SANTOS, Fabio Luis Barbosa dos. *Uma história da onda progressista sul-americana (1998 – 2016)*. São Paulo: Elefante, 2018.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *A democracia impedida*. O Brasil no século XXI. Rio de Janeiro: FGV, 2017.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *O ex-Leviatã brasileiro*. Do voto disperso ao clientelismo concentrado. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Poder e política: crônica do autoritarismo brasileiro*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1978.

SARAMAGO, José. *O homem que duplicava*. Lisboa: Porto Editora, 2014.

SCHMIDT, Flávia; MELLO, Janine. Gestão da Pesquisa em Think Tanks: notas sobre a experiência recente da IEST. *Boletim de Análise Político-Institucional*, n. 29, jun. 2021. Disponível em:

https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10632/1/bapi_29_gestao_pesquisa.pdf. Acesso em: 15 jul. 2024.

SCHMITT, Gustavo. Saiba quem é Sebastião Melo, prefeito eleito em Porto Alegre: Candidato do MDB derrotou Manuela D'Ávila (PCdoB) neste domingo. *O Globo*, 29 nov. 2020. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/eleicoes-2020/saiba-quem-sebastiao-melo-prefeito-eleito-em-porto-alegre-1-24772387>. Acesso em: 15 de julho de 2024.

SCHREIBER, Mariana; FRANCO, Luiza. Quem é Sérgio Etchegoyen, o militar empurrado aos holofotes por crises do Governo Temer. *Instituto Humanitas Unisinos*, 11 jun. 2018. Disponível em: <https://ihu.unisinos.br/78-noticias/579802-quem-e-sergio-etchegoyen-o-militar-empurrado-aos-holofotes-por-criises-do-governo-temer>. Acesso em: 30 out. 2024.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Sobre o autoritarismo brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SECCO, Lincon. Fascismo no Brasil atual: o bolsonarismo. In: RODRIGUES, Julian; FERREIRA, Fernando Sarti (Orgs.). *Fascismo ontem e hoje*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo; Maria Antonia, 2021.

SEDGWICK, Mark. *Contra o mundo moderno: o tradicionalismo e a história intelectual secreta do século XX*. Belo Horizonte: Âyiné, 2020.

SICSÚ, João. Governos Lula: a era do consumo? *Brazilian Journal of Political Economics*, v. 39, n. 1, p. 128-151, jan./mar. 2019.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira. Militares, “abertura” política e bolsonarismo: o passado como projeto. In: MARTINS FILHO, João Roberto. *Os militares e a crise brasileira*. São Paulo: ed, Alameda, 2021, p. 31-51.

SILVA, Júlia Almeida Vasconcelos da. *A militarização da política no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Alameda, 2023.

SINGER, André. *Os sentidos do Lulismo: reforma gradual e pacto conservador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SOUZA, Jessé. *Subcidadania brasileira: para entender o país além do jeitinho brasileiro*. Rio de Janeiro: LeYa, 2018.

STATUS QUO. In: Priberam. c2025. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/statu%20quo>. Acesso em: 07 mar. 2025.

TAMBOSI, Orlando. Por miopia ideológica, Dilma acoita o terrorismo do Hamas. 28 jul. 2014. Disponível em: <https://otambosi.blogspot.com/2014/07/por-miopia-ideologica-dilma-acoita-o.html>. Acesso em: 29 out. 2024.

TAROUCO, Gabriela da Silva; MADEIRA, Rafael Machado. Esquerda e direita no sistema partidário brasileiro: análise de conteúdo de documentos programáticos. *Revista Debates*, v. 7, n. 2, p. 93-114, 2013.

TEITELBAUM, Benjamim R. *Guerra pela eternidade: o retorno do tradicionalismo e a ascensão da direita populista*. Campinas: Editora da Unicamp, 2020.

TEIXEIRA, Marilene Oliveira et al. *Contribuição crítica à reforma trabalhista*. Campinas: Editora da Unicamp, 2017.

TELLES, Helcimara. Corrupção, legitimidade democrática e protestos: o boom da direita na política nacional? In: SOLANO, Esther; ROCHA, Camila. *As direitas nas redes e nas ruas: a crise política no Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2019. p. 55-89.

TEMER, Michel. *A escolha: como um presidente conseguiu superar grave crise e apresentar uma agenda para o Brasil*. São Paulo: Noeses, 2020.

TEMER, Michel. In: CPDOC FGV. FGV, c2009. Disponível em: <https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-biografico/michel-miguel-elias-temer-lulia>. Acesso em: 15 jul. 2024.

TRINDADE, Hélió. *A tentação fascista no Brasil: imaginário de dirigentes e militantes*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016.

VALENTE, Rubens; FERNANDES, Talita; BALLOUSSIER, Anna Virginia. Na véspera de julgamento sobre Lula, comandante do Exército diz repudiar impunidade. *Folha de S. Paulo*, abr. 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/04/na-vespera-de-julgamento-sobre-lula-comandante-do-exercito-diz-repudiar-impunidade.shtml>. Acesso em: 13 out. 2024.

VENAGLIA, Guilherme. Sebastião Melo quer escolas cívico-militares e fim da quarentena em Porto Alegre. *CNN Brasil*, 15 out. 2020. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/sebastiao-melo-quer-escolas-civico-militares-e-fim-da-quarentena-em-porto-alegre/>. Acesso em: 30 out. 2024.

VICTOR, Fábio. *Poder camuflado: os militares e a política, do fim da ditadura à aliança com Bolsonaro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

VILLAS BÔAS, Eduardo Dias da Costa. "Não cabem atalhos na Constituição", diz comandante do Exército Villas Boas. [Entrevista concedida a] Leonardo Cavalcanti e Ana

Dubeux. *Correio Braziliense*, 27 set. 2015. Disponível em: https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2015/09/27/interna_politica,500267/nao-cabem-atalhos-na-constituicao-diz-comandante-do-exercito-villas.shtml. Acesso em: 30 out. 2024.

VOZA, Pasquale. Intelectuais. In: LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale (Orgs.). *Dicionário gramsciano*. São Paulo: Boitempo, 2017.

WEBER, Max. *Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Volume 1. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000.

WEIGEL, Moira. Um alibi para o autoritarismo. *Revista Serrote*, n. 32, 2018. Disponível em: <https://www.revistaserrote.com.br/2018/10/um-alibi-para-o-autoritarismo-por-moira-weigel>. Acesso em: 20 dez. 2019.

WORLD VALUES SURVEY (WVS). Welcome to the World Values Survey! c2020. Disponível em: <http://www.worldvaluessurvey.org/WVSContents.jsp?CMSID=Home>. Acesso em: 01 mar. 2020.

WRIGHT, Erik Olin. *Classe, crise e o Estado*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

ZAVALETA, René. Notas sobre a la cuestión nacional em América Latina (1983). In: TAPIA, Luis (Org.). *La auto determinación de las masas*. Bogotá: Siglo Del Hombre Editores; CLACSO, 2009. p. 357-371.